



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

João Luiz da Silva Lopes

**ARENA PÚBLICA, DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA EM UM  
TERRITÓRIO AMAZÔNICO: O Fórum de Desenvolvimento  
Sustentável das Ilhas de Belém-PA (2006-2020)**

Belém  
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

João Luiz da Silva Lopes

**ARENA PÚBLICA, DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA EM UM  
TERRITÓRIO AMAZÔNICO: O Fórum de Desenvolvimento  
Sustentável das Ilhas de Belém-PA (2006-2020)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciências Humanas (Sociologia).  
Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Maria José da Silva Aquino Teisserenc

Belém  
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)**

---

- L864a Lopes, João Luiz da Silva.  
Arena pública, dominação e resistência em um território  
amazônico: o fórum de desenvolvimento sustentável das  
ilhas de Belém-PA (2006-2020) / João Luiz da Silva Lopes.  
— 2020.  
295 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria José da Silva Aquino  
Teisserenc  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2020.
1. Arena pública. 2. Mobilização/Participação. 3.  
Território insular. 4. Ambientalização. 5. Politização. I.  
Título.

CDD 301.098115

---

João Luiz da Silva Lopes

## **ARENA PÚBLICA, DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA EM UM TERRITÓRIO AMAZÔNICO: O Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém-PA (2006-2020)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciências Humanas (Sociologia).

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Maria José da Silva Aquino Teisserenc

### **BANCA EXAMINADORA:**

Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc  
Orientadora – PPGSA/UFPA

Dra. Maria Cristina Maneschy  
Examinadora interna – PPGSA/UFPA

Dr. Heribert Schmitz  
Examinador interno – PPGSA/UFPA

Dr. Pierre Teisserenc  
Examinador externo – Université Paris 13

Dra. Jurandir Santos de Novaes  
Examinadora externa – PPGCSPA/UEMA

Dr. Fábio Reis Mota  
Examinador externo – PPGA/UFF

Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura  
Suplente interna – PPGSA/UFPA

Dra. Maria Dolores Lima da Silva  
Suplente externa – PPGCP/UFPA

À minha mãe, *In memoriam*

## AGRADECIMENTOS

- À minha mãe pelo incansável incentivo e apoio no processo de formação educacional em seu sentido mais amplo.
- À Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Belém, pela concessão da licença para a realização do curso, apesar da maratona para conseguir.
- À orientadora professora Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc pela co-produção deste trabalho, pela compreensão, tolerância e dedicação.
- Ao professor Pierre Teisserenc pelas aprendizagens nas versões do curso Sociologia da Ação Local e pelas contribuições na Qualificação de Tese.
- À companheira Lana Macedo pelo incentivo e auxílio nos vários momentos desse processo. Aos filhos Cauê Vinicius e Caio Vitor por motivarem a vida, alegrarem a existência.
- Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, pelas aprendizagens durante as disciplinas do curso.
- À professora Jurandir Santos de Novaes e ao professor Philippe Plas pelas críticas durante o exame de qualificação, que muito contribuíram para o aprofundamento deste estudo.
- Às minhas irmãs, Ana Débora Lopes, pela transcrição da primeira entrevista e Raquel Lopes, pelo auxílio na tradução do resumo para a língua francesa, assim como na revisão final do texto.
- Ao amigo Jefferson Siade pela elaboração dos esquemas ilustrativos e pelo precioso auxílio na parte de informática e formatação.
- Ao amigo Fernando Monteiro pela parte cartográfica, desde a marcação dos pontos com GPS até a elaboração dos mapas.
- Quero agradecer em especial ao reverendo Jonas Teixeira, Coordenador Geral do Fórum das Ilhas, por toda a parceria, colaboração e interação nas duas entrevistas concedidas, na disponibilização do acervo do Fórum das Ilhas e pelos convites para participar das atividades.
- A todos os ribeirinhos insulares - homens e mulheres/crianças, jovens, adultos e idosos, pela colaboração e negociação nas trocas e aprendizagens, sem as quais não seria possível a realização desse trabalho, por isso podem ser considerados co-autores.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1: Área Rural/Insular e Urbana de Belém.....	19
Figura 2: Organograma da Associação Fórum das Ilhas .....	125
Figura 3: Conexões entre a Área Insular e Continental de Belém.....	145
Figura 4: Restaurantes localizados na Ilha do Combu .....	180
Figura 5: Marinas localizadas nas proximidades das ilhas.....	186
Figura 6: Relação entre os pólos social, técnico/científico e político .....	195
Figura 7: Cronograma de ações realizadas durante a trajetória do Fórum das Ilhas .....	264

### FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Oficina do diagnóstico Rápido Participativo das ilhas Sul .....	119
Fotografia 2: Oficina do diagnóstico Rápido Participativo das ilhas Norte .....	120
Fotografia 3: Oficina do diagnóstico Rápido Participativo da ilha de Cotijuba....	121
Fotografia 4: Delegados da I Conferência do Fórum das Ilhas, Parque dos Igarapés-Belém.....	124
Fotografia 5: Tamanho e condições da cisterna.....	167
Fotografia 6: Estrutura do Sistema de Água danificado .....	174
Fotografia 7: Tipo de sanitário muito comum nas ilhas .....	177
Fotografia 8: Tipo de sanitário muito comum nas ilhas .....	177
Fotografia 9: Momento de escuta para organizar os Cursos Profissionalizantes nas ilhas.....	192
Fotografia 10: Momento do Encontro para organizar os Cursos Profissionalizantes nas ilhas.....	192
Fotografia 11: Momento da fala das instituições no Segundo Grito das Ilhas....	200
Fotografia 12: Momento dos encaminhamentos no Segundo Grito das Ilhas ....	200
Fotografia 13: Participantes da mesa de abertura do seminário sobre Saneamento nas Ilhas.....	206
Fotografia 14: Participantes do seminário sobre Saneamento nas Ilhas.....	206
Fotografia 15: Reunião com Ana Jatene e o Fórum das Ilhas.....	210

Fotografia 16: Políticos na Cerimônia de abertura da I Conferência do Fórum das Ilhas, Parque dos Igarapés-Belém .....	211
Fotografia 17: Reunião entre o prefeito e o Fórum das Ilhas .....	212
Fotografia 18: Reunião no Grupamento Fluvial sobre segurança nas ilhas .....	219
Fotografia 19: Distribuição de Kit de material escolar na ilha Jutuba .....	222
Fotografia 20: Distribuição de Kit de material escolar na ilha de Paquetá .....	222
Fotografia 21: Distribuição de Kit de material escolar, entrega de livros e jogos educativos para a Biblioteca na ilha de Longa .....	223
Fotografia 22: Captação de água da chuva na ilha Jutuba .....	224
Fotografia 23: Sistema de abastecimento de água na ilha Maracujá .....	226
Fotografia 24: Sistema de captação de água do rio na ilha Paquetá .....	227
Fotografia 25: Sistema de abastecimento de água na comunidade Menino Deus, ilha Nova .....	228
Fotografia 26: Reunião de lideranças das ilhas Sul sobre cursos de extensão..	231
Fotografia 27: Oficina de piscicultura na Ilha Grande.....	232
Fotografia 28: Revitalização do açude de piscicultura na Ilha Grande.....	233
Fotografia 29: Reunião com Técnicos da Emater na ilha Paquetá.....	234
Fotografia 30: Entrega de brinquedos na ilha Grande.....	235
Fotografia 31: Entrega de brinquedos na ilha Caratateua .....	235
Fotografia 32: Entrega de brinquedos na ilha Paquetá .....	236
Fotografia 33: Entrega de cestas de alimento na ilha Grande .....	237

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAE	Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém
AMPAIG	Associação de Moradores e Produtores Agroextrativistas da Ilha Grande
AMEPI	Associação de Moradores, Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu
ANA	Agência Nacional de Águas
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIN	Assessoria de Relações Interinstitucionais
CAMEBE	Caritas Metropolitana de Belém
CBB	Comissão de Bairros de Belém
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CIMI	Conselho Indígena Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONSILHA	Conselho de Representantes da Ilha
CONSEG	Conselho de Segurança
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CD	Conselho Deliberativo
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEJOCO	Desafios Jovem Cristão do Outeiro
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo

EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Rural do Estado do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNVERDE	Fundação Parques e Áreas Verdes de Belém
GFLU	Grupamento Fluvial
GPAC	Grupo de Pesquisa Aproveitamento de Água de Chuva na Amazônia
GRPU	Gerência Regional do Patrimônio da União
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDHI	Instituto de Desenvolvimento Humano Integral
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IFPA	Instituto Federal de Educação do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento de Educação de Base
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPST	Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NCADR	Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
NTIC	Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PT	Partido dos Trabalhadores
PSF	Programa Saúde da Família
POEMA	Programa Pobreza e Meio Ambiente
PPGSA	Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia
PV	Partido Verde
RESEX	Reserva Extrativista
RTS	Rede Paraense de Tecnologias Sociais
SAAEB	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém
SAGRI	Secretaria Estadual de Agricultura
SBB	Sociedade Bíblica do Brasil
SECTI	Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação
SEDUC	Secretário Estadual de Educação
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
SESAN	Secretaria Municipal de Saneamento
SODIS	Sistema de Desinfecção Solar
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente

SPU	Serviço do Patrimônio da União
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TAU	Termo de Autorização de Uso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## RESUMO

Neste estudo discute-se a maneira como as comunidades ribeirinhas insulares dos municípios de Belém e Acará, estado do Pará-Brasil, se mobilizaram e participaram da Arena Pública/Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas, para reivindicar seus direitos concernentes a saúde, educação, saneamento, abastecimento de água, segurança pública, energia elétrica/solar, geração de renda e superação de sua invisibilidade. Para analisar essa problemática, adotou-se como quadro de análise a abordagem sociológica da ação coletiva de Daniel Cefaï, Veiga e Mota (2011), que privilegia as situações locais que estão na origem da constituição de *arenas públicas*. O estudo demandou uma abordagem qualitativa descritiva em que a coleta de informações/dados foi realizada através de conversa informal; observação participante em eventos como: reuniões, entregas de cestas básicas, brinquedos e material escolar, visitas e mutirões; pesquisa em documentos (projeto, planos, relatórios e atas de reuniões); e entrevistas abertas com atores das comunidades ribeirinhas insulares, do poder público, de instituições religiosas, ONGs e de pesquisa e extensão. Os resultados indicam que em um contexto territorial historicamente marcado por relações sociopolíticas clientelistas, é razoável considerar essa experiência de participação e mobilização como um evento importante, que se constitui como educação política, com aprendizagens significativas em direção à inclusão desse segmento subalternizado no processo de tomada de decisões referentes às políticas públicas de seu interesse. Essa mobilização se beneficiou do apoio essencial de técnicos de órgãos públicos, experts de universidades e políticos do campo progressista para encorajar a denúncia de injustiças herdadas da colonização, mantidas e atualizadas pelo sistema de dominação, com efeitos perversos impregnados no conjunto das relações com os atores do sistema de poder local – a que se chama de *colonialidade*. A mobilização enfrentou resistência de certa concepção que concebe as comunidades ribeirinhas insulares como atrasadas e fadadas ao desaparecimento. As estratégias dos ribeirinhos insulares contribuíram para uma politização dos desafios locais, mas foram limitadas por vários elementos, como a ausência de um aparato jurídico inovador, a desconsideração sobre a *desigualdade das condições de participação*, o uso de metodologias pouco adequadas, a falta de valorização do trabalho dos tradutores/mediadores, o não reconhecimento da diversidade de ontologias do sujeito, a incompreensão das diferentes cosmologias e epistemologias, fatores que funcionaram como obstáculos para que a mobilização colocasse em questão o sistema de dominação tradicional no qual se assenta o poder local.

Palavras-Chave: Arena pública. Mobilização/Participação. Território insular. Ambientalização. Politização.

## ABSTRACT

This study discusses the way in which island riverside communities in the cities of Belém and Acará, state of Pará-Brazil, mobilized and participated in the Public Arena / Forum of Sustainable Development of the Islands, to claim their rights regarding health, education, sanitation, water supply, public security, electric / solar energy, income generation and overcome its invisibility. To analyze this problem, was adopted as a framework for analysis the sociological approach to collective action by Daniel Cefaï, Veiga and Mota (2011), which privileges the local situations that are at the origin of the constitution of public arenas. The study requires a descriptive qualitative approach in which the collection of information / data was carried out through informal conversation; participant observation in events such as: meetings, deliveries of food baskets, toys and school supplies, visits and collective initiatives; documents research (project, plans, reports and meeting minutes); and open interviews with active people from the island riverside communities, the government, religious institutions, NGOs of research and extension. The results indicate that in a territorial context historically marked by clientelistic socio-political relations, it is reasonable to consider this experience of participation and mobilization as an important event, which constitutes political education, with the necessary learning towards the inclusion of this subordinated segment in the decision-making process regarding public policies of their interest. This mobilization benefited from the essential support of technicians from public agencies, specialists from universities and politicians from the progressive field to encourage the complaint against injustices inherited from colonization, maintained and updated by the domination system, with perverse effects impregnated in the set of relations with the active people of the local power system - what is called coloniality. The mobilization faced resistance from a certain conception that it sees as island riverside communities as backward and doomed to disappear. The strategies of the riverside people have contributed to the politicization of local challenges, but have been limited by several elements, such as the absence of an innovative legal apparatus, disregard for the unequal conditions of participation, the use of inadequate methodologies, the lack of appreciation of the work of translators / mediators, the lack of recognition of the subject's diversity of ontologies, an incomprehension of the different cosmologies and epistemologies, factors that worked as barriers to mobilize and also question the traditional domination system on which local power is based.

Keywords: Public arena. Mobilization/Participation. Island territory. Environmentalization. Politicization.

## RÉSUMÉ

Cette étude examine la manière dont les communautés insulaires riveraines des municipalités de Belém et Acará, état du Pará-Brésil, se sont mobilisées et ont participé à l'arène publique / Forum du développement durable des îles, pour revendiquer leurs droits en matière de santé, d'éducation assainissement, approvisionnement en eau, sécurité publique, énergie électrique / solaire, génération de revenus et surmonter son invisibilité. Pour analyser cette question, l'approche sociologique de l'action collective de Daniel Cefaï, Veiga et Mota (2011) a été retenue comme cadre d'analyse, qui privilégie les situations locales qui sont à l'origine de la constitution des espaces publics. L'étude exigeait une approche qualitative avec les acteurs de la recherche. Donc, la collecte d'informations a été réalisée dans un cadre de conversations informelles, d'observation directe, analyse des documents, participation à des événements (comme des réunions, actions de solidarité et de efforts collectifs), des entretiens ouverts avec des acteurs des communautés insulaires, du pouvoir public, des institutions religieuses, des ONG et des chercheurs. Les résultats indiquent que dans un contexte territorial historiquement marqué par des relations sociopolitiques clientélistes, il faut considérer cette expérience de participation et de mobilisation comme un événement important, qui constitue une éducation politique, avec un apprentissage significatif vers l'inclusion de ce segment subordonné dans le processus décisionnel concernant les politiques publiques de leur intérêt. Cette mobilisation a bénéficié du soutien essentiel de techniciens d'agences publiques, d'experts des universités et d'hommes politiques du champ progressiste pour favoriser la dénonciation des injustices héritées de la colonialité, maintenues et mises à jour par le système de domination, avec des effets méchants imprégnés dans l'ensemble des relations avec les acteurs du système local de pouvoir. La mobilisation s'est heurtée à la résistance d'une certaine conception qui conçoit les communautés riveraines insulaires comme dépassées et vouées à disparaître. Les stratégies des insulaires ont contribué à la politisation des défis locaux, mais ont été limitées par plusieurs éléments, tels que l'absence d'un appareil juridique innovateur, le non-respect des conditions inégales de participation, l'utilisation de méthodologies inadéquates, le manque de valorisation du travail des médiateurs, le manque de reconnaissance de la diversité des ontologies du sujet, le manque de compréhension des différentes cosmologies et épistémologies, facteurs qui ont fait obstacle à la mobilisation pour remettre en cause le système de domination traditionnel sur lequel repose le pouvoir local.

Mots-clés: Arène publique. Mobilisation/participation. Territoire insulaire. Environmentalisation. Politisation.

## RESUMEN

En este estudio debate la forma como las comunidades ribereñas insulares de las ciudades de Belém y Acará, estado de Pará-Brasil, se movilizaron y participaron de la Arena Pública/Fórum de Desarrollo Sustentable de las Islas, para reivindicar sus derechos concernientes a la salud, educación, saneamiento, abastecimiento de agua, seguridad pública, energía eléctrica/solar, generación de renda y superación de su invisibilidad. Para analizar esa problemática, se adoptó como cuadro de análisis el abordaje sociológico de la acción colectiva de Daniel Cefai, Veiga y Mota (2011), que privilegia las situaciones locales que están en el origen de la constitución de arenas públicas. El estudio demandó un abordaje cualitativo descriptivo en que la colecta de informaciones/datos fue realizada a través de conversa informal; observación participante en eventos como: reuniones, entregas de cestas básicas, juguetes y material escolar, visitas y trabajos colectivos; investigación en documentos (proyecto, planes, descripciones detalladas de los aspectos más importantes y actas de reuniones); y entrevistas abiertas con actores de las comunidades ribereñas insulares, del poder público, de instituciones religiosas, ONG's y de investigación y extensión. Los resultados indican que en un contexto territorial históricamente marcado por relaciones sociopolíticas clientelistas, es razonable considerar esa experiencia de participación y movilización como un evento importante, que se constituye como educación política, con aprendizajes significativos en dirección a la inclusión de ese segmento subalterno en el proceso de toma de decisiones referentes a las políticas públicas de su interés. Esa movilización se benefició del apoyo esencial de técnicos de órganos públicos, expertos de universidades y políticos del campo progresista para encorajar la denuncia de injusticias heredadas de la colonización, mantenidas y actualizadas por el sistema de dominación, con efectos perversos impregnados en el conjunto de las relaciones con los actores del sistema de poder local – lo cual se llama de “colonialidade”. La movilización enfrentó resistencia de cierta concepción que concibe las comunidades ribereñas insulares como retrasadas y condenadas al desaparecimiento. Las estrategias de los ribereños insulares contribuyeron para una politización de los desafíos locales, pero fueron limitadas por varios elementos, como la ausencia de un aparato jurídico innovador, la desconsideración sobre la desigualdad de las condiciones de participación, el uso de metodologías poco adecuadas, la falta de valorización del trabajo de los traductores / mediadores, el no reconocimiento de la diversidad de ontologías del sujeto, la incomprensión de las diferentes cosmologías y epistemologías, factores que funcionaron como obstáculos para que la movilización colocara en cuestión el sistema de dominación tradicional que se basa en el poder local.

Palabras clave: Arena pública. Movilización / Participación. Territorio insular. Politización. “Ambientalização”.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
1.1	Procedimentos metodológicos .....	23
<b>2</b>	<b>Capítulo 1 – BELÉM INSULAR: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOTERRITORIAIS .....</b>	<b>30</b>
2.1	Território e comunidades ribeirinhas insulares.....	32
2.2	A construção do território na perspectiva cabana .....	39
2.3	Relação histórica entre as ilhas e o continente .....	47
<b>3</b>	<b>Capítulo 2 – DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL, CONFRONTOS EPISTEMOLÓGICOS E RESISTÊNCIAS .....</b>	<b>58</b>
3.1	Recursos Materiais e Simbólicos, Sócio-Biodiversidade .....	63
3.2	Ontologias, cosmologias e epistemologias em conflitos .....	66
3.3	Dominação, resistência e associativismo .....	78
3.3.1	Estratégias de dominação clientelistas .....	80
3.3.2	Associativismo e cooperativismo .....	84
3.4	O conflito no interior da igreja e o apoio à resistência: teologia da libertação, MEB, CEBS, CIMI E CPT .....	86
<b>4</b>	<b>Capítulo 3 – FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ILHAS DE BELÉM (PA): CO-PRODUÇÃO DE UMA ARENA PÚBLICA, JUSTIFICAÇÕES E DESAFIOS .....</b>	<b>95</b>
4.1	Coprodução informada em referências e valores.....	95
4.1.1	Referências da Teologia da Libertação.....	96
4.1.2	Referências ambientais (Partido Verde e SEMMA) .....	99
4.2	O fórum de desenvolvimento sustentável das ilhas de Belém .....	102
4.2.1	Organizações e Atores envolvidos.....	102
4.2.2	Engajamento, interesses e justificação dos atores .....	112
4.2.3	Processo de Institucionalização .....	117
4.3	Fórum de desenvolvimento sustentável das ilhas paraenses.....	122
4.4	Formalização e fim das parcerias com estado e prefeitura ..	129
<b>5</b>	<b>Capítulo 4 – URBANIZAÇÃO E AMBIENTALIZAÇÃO EM UM TERRITÓRIO MÚLTIPLO .....</b>	<b>138</b>

5.1	O lugar do ambiente no processo de urbanização.....	142
5.2	A referência ambiental nos debates, reivindicações e demandas .....	150
5.2.1	Demandas do Fórum das Ilhas de Belém .....	157
5.2.2	Demandas do Fórum das ilhas Paraenses .....	162
5.3	Os desafios ambientais sociotécnicos.....	165
5.3.1	Soluções existem, políticas públicas, não: cisternas e sanitários	166
5.3.2	Expansão das atividades turísticas .....	179
6	<b>Capítulo 5 – MOBILIZAÇÃO, AÇÕES E RELAÇÕES POLÍTICAS E SOCIOTÉCNICAS .....</b>	<b>190</b>
6.1	A experiência de participação nos debates .....	190
6.1.1	Tripolaridade de relações Sócio-técnico-políticas .....	193
6.2	A experiência de participação nas ações.....	217
6.3	Participação formal e participação direta ou efetiva .....	237
7	<b>Capítulo 6 – POLITIZAÇÃO, APRENDIZAGENS E RESISTÊNCIAS EM UMA EXPERIÊNCIA DE ARENA PÚBLICA INCOMPLETA (?) .....</b>	<b>243</b>
7.1	Politização e aprendizagens na prática experimentada.....	243
7.2	“Mas uma coisa é certa, nós estamos vivos, não desistimos da luta” .....	255
7.3	Burocratização retrógrada.....	265
8	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>269</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>276</b>
	Livros, dissertações, teses e artigos .....	276
	Fontes documentais .....	290
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>294</b>
	Apêndice I - Roteiro de entrevista aberta com os atores do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém.....	294
	Apêndice II - Relação de entrevistados .....	295
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>296</b>

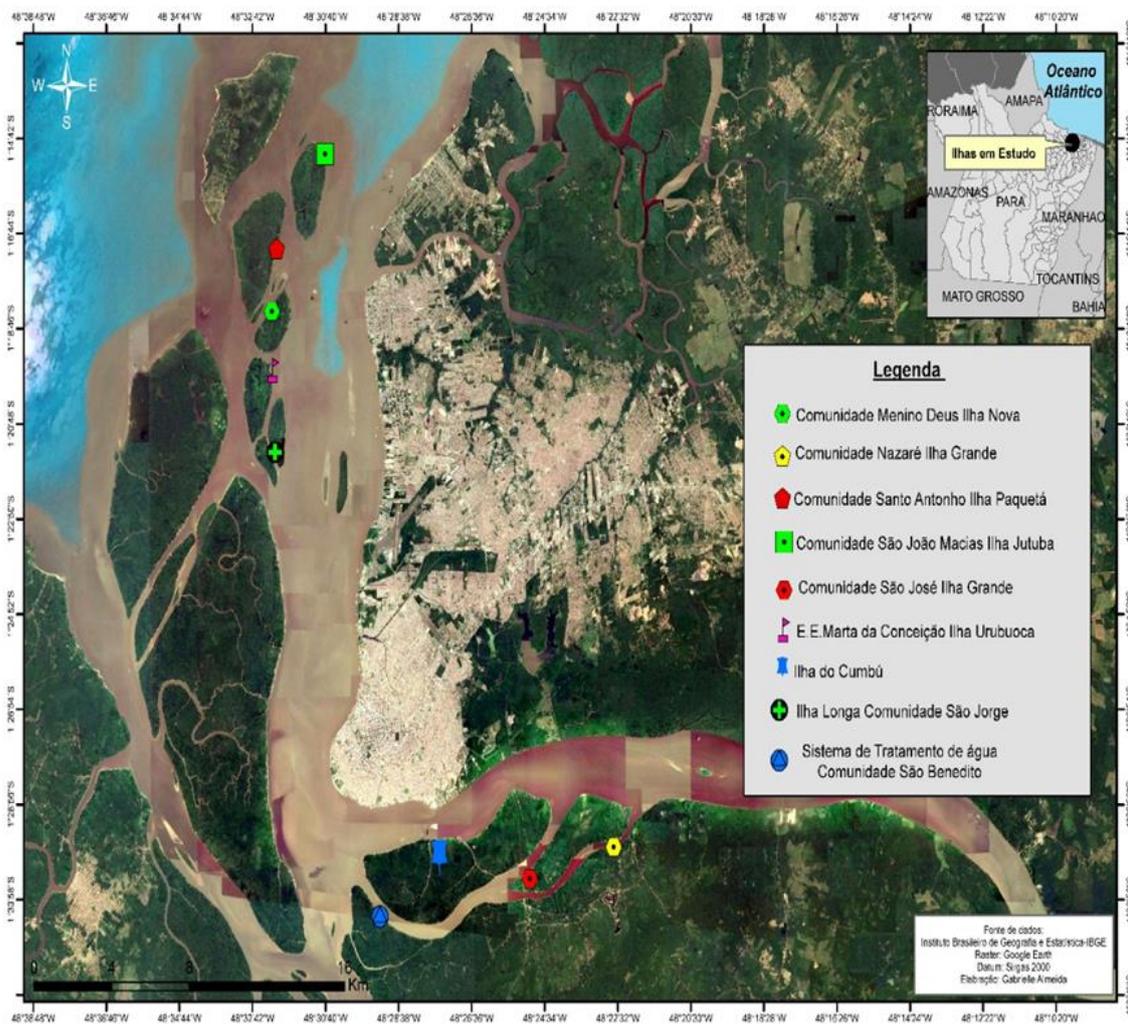
## 1 INTRODUÇÃO

A gente visualizando o futuro, não só nosso quanto dos adolescentes e jovens que estão surgindo, a ocupação é fundamental, porque não adianta mais a gente pegar o peixinho e dar nas mãos das pessoas, é hora de começar a dar a vara de pescar para elas pegarem o peixinho delas. Eu acho que tem que ter uma preparação para que eles possam ter um futuro melhor. Fora da ilha, porque a Ilha já é pequena para os que estão, imagine mais uma geração que está vindo, aí vai ficar mais apertado (Liderança da Ilha de Paquetá, JOELMA MORAES DA COSTA, 28/11/2019).

Este estudo discute uma experiência de organização social a partir da análise de um dispositivo criado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA/Belém, por meio do qual se visava enfrentar a situação de invisibilidade e injustiça históricas vivida pelas comunidades ribeirinhas insulares do entorno da capital paraense. De forma mais específica, busco compreender sociologicamente a maneira como as comunidades ribeirinhas insulares dos municípios de Belém e Acará, estado do Pará-Brasil, conseguiram se mobilizar e participar da Arena Pública/Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas, para reivindicar direitos sociais nas áreas de saúde, educação, saneamento, abastecimento de água, segurança pública, energia elétrica/solar e geração de renda, investigando também os principais desafios enfrentados nesse processo para transformar essa mobilização social em mobilização política.

A experiência organizacional analisada foi se expandindo até alcançar sete municípios (Acará, Abaetetuba, Ananindeua, Barcarena, Belém, Bujaru e Santa Bárbara). Mas, por motivos logísticos e metodológicos vamos nos deter aos esforços empreendidos nos municípios de Belém e Acará, especialmente porque, mesmo com a expansão para os sete municípios citados, foi em Acará, mais especificamente na ilha Maracujá, que houve um maior número de ações e onde até hoje se mantém o vínculo com a Associação Fórum das Ilhas, além de Belém. Como se observa na Figura 1.

Figura 1: Área Rural/Insular e Urbana de Belém



Fonte: Próprio autor, (Elaboração Gabrielle Almeida e Fernando Monteiro, 2020).

Destarte, este estudo tem como principal **objetivo** analisar o fenômeno da participação social no interior do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas mencionadas, considerando-o como uma Arena Pública. Uma tal empreitada requereu, de forma mais específica, atenção aos seguintes objetivos mais operacionais: apresentar uma perspectiva histórica, social e econômica do território insular, abordando as marcas deixadas por certo sistema de dominação; descrever o processo de constituição do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas; identificar e interpretar o desafio ambiental no contexto da urbanização, em eventos anteriores e durante o Fórum; analisar as experiências de mobilização e participação em debates, ações e articulações, enquanto processo de politização; refletir sobre algumas condições necessárias para a passagem de uma mobilização social para a mobilização de natureza mais política.

Um trabalho dessa envergadura tem sua relevância relacionada à possibilidade concreta de trazer a lume a especificidade do contexto e do objeto de estudo, pois se trata de uma experiência organizacional fora do âmbito dos conselhos de políticas e dos orçamentos participativos (AVRITZER, 2010<sup>1</sup>), organizados e articulados pelo Estado, como ocorre em Reservas Extrativistas (TEISSERENC, 2014, 2016a, 2016b; AQUINO TEISSERENC, 2016) e em Territórios Quilombolas (TEISSERENC & AQUINO TEISSERENC, 2018). Além disso, a iniciativa acontece num momento, em princípio, não favorável à participação no âmbito da gestão municipal, que nesse período era ocupada por uma coligação partidária de centro-direita, num segundo mandato após a administração do Partido dos Trabalhadores.

Some-se a isso o fato de esta pesquisa trazer uma contribuição para o conhecimento do território insular, dos modos de vida dos atores sociais locais, suas atividades, suas simbologias, ampliando a reflexão sobre as demandas de um

---

<sup>1</sup> Neste seu estudo, Dinâmica da participação local no Brasil, Avritzer (2010) registra o despontar de uma cidade (Belém) da região Norte com um alto padrão de participação, fato que chama a atenção porque quebra certa concentração desse fenômeno nas regiões Sul e Sudeste do país – lembrando que o intervalo temporal analisado neste caso refere-se ao período de 1997 a 2004, que corresponde aos dois mandatos do prefeito Edmilson Rodrigues, à época, do PT.

segmento historicamente marginalizado e sem muito poder de reivindicação, elaboração e deliberação de políticas públicas, que, mesmo nas administrações do PT não conseguia fazer reconhecer nem aprovar muitas de suas demandas, porque os critérios de participação, principalmente nos quatro primeiros anos (Orçamento Participativo), se davam pela representação quantitativa e em boa parte do território insular há uma baixa densidade demográfica. E nos últimos quatro anos (Congresso da Cidade) as preocupações se voltavam para as questões mais gerais do município e aí prevaleciam as demandas urbanas do continente.

Uma análise exploratória da experiência do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas, com seus avanços e reveses, nos traz elementos que apontam para algumas **hipóteses**, podendo a principal delas ser assim formulada: a mobilização das comunidades ribeirinhas insulares pela defesa de seus direitos não conseguiu se transformar em uma mobilização política, parcialmente devido à ausência de um aparato jurídico instituído, que amparasse os sujeitos e lhes possibilitasse resolver a situação de invisibilidade e marginalização em que vivem, facilitando as condições necessárias para colocar em questão o sistema de dominação, herdado do período colonial, em vigor no poder local – diferentemente das experiências das Resex analisadas por Teisserenc (2016a, 2016b) e Aquino Teisserenc (2016), cuja criação garante às comunidades tradicionais o direito de denunciar o sistema de dominação e contribuir para transformações no poder local, principalmente a partir do reconhecimento dos saberes tradicionais e da atuação dos Conselhos Deliberativos.

Além da ausência desse aparato jurídico, levantamos como hipótese subsidiária para o não alcance do nível de politização das demandas comunitárias uma questão de natureza epistemológica latente no interior da experiência: as concepções de mundo dos comunitários não foram compreendidas pelas instituições e isso comprometeu uma escuta efetiva de suas demandas, criando assimetrias nos processos de troca entre os diferentes atores, o que demanda maior atenção e sensibilidade dos mediadores em relação às suas estratégias metodológicas, de modo que seja possível perceber os sentimentos e a lógica de atuação dos participantes.

A situação é caracterizada por uma mobilização de natureza social, por se apoiar na necessidade de reconhecimento de direitos como recursos a serviço de

uma dinâmica territorial de projeto e, em certa medida identitária, por reivindicar o reconhecimento das especificidades enquanto ribeirinhos, moradores das ilhas.

Para analisar essa problemática, adotamos como quadro de análise a *sociologia da ação coletiva* (DANIEL CEFAÏ, VEIGA e MOTA 2011), aplicada a um *contexto territorial*, já que a mobilização em questão se desenvolve a partir de um território em torno de um problema – a situação de injustiça social e invisibilidade das comunidades ribeirinhas insulares – que necessita de tratamento a partir da perspectiva da complexidade. Essa abordagem privilegia as situações locais que estão na origem da constituição de *arenas públicas*, cuja produção de ação coletiva de caráter público se baseia no engajamento de atores e nos estados de suas percepções, opiniões e sentimentos.

Segundo Cefai, Veiga e Mota (2011), uma arena pública não é um espaço-tempo uniforme e homogêneo, ela se apóia numa multiplicidade de cenas e seus bastidores. Uma perspectiva *microsociológica* e *pragmatista* abandona uma visão objetiva, de sobrevoo, sobre o espaço-tempo público, tenta recuperá-la por feixes de atividades e interações, que podem ser ordenados em torno do *processo de emergência*, de *estabilização*, de *institucionalização*, de *resolução de problemas públicos* e de todas as *formas de transações* que operam em paralelo nos bastidores.

Assim, no processo de configuração de *arenas públicas*, a mobilização procede por etapas. Primeiramente mobilizando recursos de diversos tipos, movimentos de denúncia e de reivindicação coletiva, os organizacionais, os religiosos, as relações de parentesco e de comunidade, atos solidários e as expressões culturais e identitárias. Numa segunda etapa, os atores engajam-se na identificação ou diagnóstico dos problemas e na elaboração de projetos comuns, considerando os estados das opiniões públicas sensibilizadas por *um teatro que se apresenta com seus reenquadramentos do presente no espaço e no tempo, com seus líderes carismáticos, suas vítimas etc.* Na terceira etapa, numa dinâmica de densificação dos laços sociais, pactua-se em torno de uma ideia do *bem comum* ou de prioridades para facilitar a passagem para a ação coletiva, com possibilidade de ganhar um *reconhecimento social ou político*, que pode ser de autonomia e/ou de dependência em relação os *jogos do poder clientelista ou corporativista*.

No caso em análise, o dispositivo/instrumento proposto – Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas – se apresenta como uma *arena pública*, no sentido de Cefai, Veiga e Mota (2011), no interior da qual intervêm sucessivamente as comunidades ribeirinhas das ilhas e suas organizações, a Paróquia das Ilhas sob a liderança de Padre Jonas Teixeira, os agentes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA e sua parceira (a Bolsa Amazônia), além das universidades e dos especialistas/técnicos das esferas municipal, estadual e federal encarregados de tratar os diferentes aspectos dos problemas locais.

### **1.1 Procedimentos metodológicos**

Em termos de procedimentos metodológicos, esta pesquisa se orienta pela perspectiva da complexidade, para a qual o conhecimento é concebido como um processo multidimensional, marcado pela multiplicidade, pela diversidade, pela contradição ou antagonismo e pela complementaridade. Segundo Morin (1999), uma abordagem complexa se pauta pelo esforço de escapar à dicotomia entre o pensamento redutor que só vê os elementos ou partes e o pensamento globalizado que só vê o todo. Assim, a complexidade é o desafio e não a resposta, pois a ideia fundamental não é a de que a essência do mundo seja complexa e não simples, mas que essa essência seja inconcebível.

Inspirado por essa concepção, ao invés de uma análise macroestrutural, baseada numa leitura estruturalista, optei por um *estudo de caso ou análise situacional* sobre essa realidade concreta, recolocando questões aparentemente superadas, relativas a temas como contestação, parceria colaborativa, oposição, institucionalização, cooptação, resistência, protesto, desobediência e crítica, denúncia e reivindicação, investigação, experimentação, cooperação e inovação.

Essa opção teórico-metodológica implicou centrar o foco da análise sobre os sentidos em construção nas *situações de ação e de interação* como *processos, com sua dinâmica própria*, observando as singularidades locais; e ao mesmo tempo, inseri-lo no jogo de semelhanças e diferenças, de *comparações contínuas entre casos, dos quais vão progressivamente emergir dimensões de generalidade*. (Cefai, Veiga e Mota, 2011).

Essa escolha me levou a uma abordagem qualitativa no processo de produção dos dados, cuja coleta foi realizada através de conversa informal; observação participante em eventos como: reuniões, entregas de cestas básicas, brinquedos e material escolar, visitas e mutirões; auxiliarmente, recorri a entrevistas abertas (ver Apêndice 1) com 20 (vinte) atores das comunidades ribeirinhas insulares, do poder público, de instituições religiosas, ONGs e de pesquisa e extensão, conforme o Apêndice 2; registros fotográficos; realizei também análise documental (projeto, planos, relatórios, atas de reuniões, acervo de imagens e audiovisual).

Um aspecto importante a ser registrado nesse processo de coleta de dados, e que lhe confere certa singularidade, é que ele tem algo de etnográfico. Embora eu não tenha praticado a etnografia em seu modelo 'clássico', considero que a vivenciei e me vali de muitos de seus aportes, dado que de certo modo convivi com vários dos sujeitos que participaram dessa pesquisa e nessa convivência foram se formando laços de proximidade, confiança e cumplicidade que me colocaram em uma posição que não era apenas a de pesquisador eventual.

As ilhas de Belém, para mim, muito além de terreno de pesquisa, foram por muitos anos território de formação, de atuação política e profissional. Meu primeiro contato e início da vivência com a área insular de Belém remonta ao ano 2000, quando ingressei na Escola Bosque<sup>2</sup> como professor de ensino fundamental no Anexo da Faveira, Ilha de Cotijuba. Nessa condição de professor, participei de muitos eventos políticos e culturais como: Orçamento Participativo<sup>3</sup>, organização do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB, Festival do Camarão, Festival do Açaí, entre outros, alguns de caráter reivindicatório de melhorias da

---

<sup>2</sup> Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental, Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, que foi inaugurado em 1996, na Ilha de Caratateua, no final da administração do prefeito Hélio Gueiros.

<sup>3</sup> O Orçamento Participativo constituiu uma política de gestão na administração do prefeito Edmilson Rodrigues do PT (Partido dos Trabalhadores) de 1997-2000 e consistia na realização de reuniões locais, chamadas de Assembléias Distritais, para discutir as demandas e eleger os representantes/delegados, para defenderem as referidas demandas em Assembléia Geral, onde se definia a distribuição dos recursos financeiros destinados a execução das obras. Depois, com algumas modificações, passou a se chamar Congresso da Cidade, na segunda gestão de 2001-2004, para maiores informações ver Novaes (2012) e Barros (2012).

qualidade de vida, outros de sociabilidade e integração entre as comunidades insulares e entre estas e moradores continentais.

Em 2001 fui lotado na sede da escola, localizada na ilha de Caratateua, onde passei a conhecer a história da instituição, ler os trabalhos relacionados à trajetória do movimento popular da ilha que se organizou em decorrência do processo de urbanização e elaborou o projeto da Escola como alternativa para o enfrentamento da situação. Nesse período fiz parte do Conselho Escolar e tive uma breve experiência na Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), entre o final de 2003 e início de 2004, quando saí de licença para cursar o mestrado.

Em 2004 iniciei o curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPA. E durante a pesquisa de campo foi possível estreitar a vivência e aprofundar o conhecimento dessa realidade. Mesmo que estivesse restrito a uma pequena amostra desse vasto território, muitas informações podem ser generalizadas. Foi um momento de grande aprendizagem com o trabalho de campo, exercitando a observação participante. Como resultado de dois anos de atividades, tivemos a dissertação intitulada “NO VERÃO, AÇAÍ; NO INVERNO, CAMARÃO: Tempo e práticas econômicas na ilha de Paquetá (Belém-PA)”.

Ao retornar do mestrado em 2006, fui convidado a atuar como professor no Ensino Médio da Escola Bosque, para ministrar Sociologia e Iniciação à Pesquisa Científica. Momento em que trabalhamos a questão da identidade dos educandos e realizamos várias pesquisas sobre diversos temas que permeavam a vida desses jovens na ilha, como: violência, prostituição, exploração e abuso sexual, drogas, lixo, poluição, entre outros, todos relacionados à questão ambiental.

Em 2007 houve umas mudanças na gestão. Então fui convidado a assumir a Coordenação do Ensino Médio e do Curso Técnico em Meio Ambiente e aceitei o desafio. Durante esse período realizamos várias visitas técnicas e aulas em campo em diversas comunidades e ecossistemas da área insular de Belém, principalmente nas ilhas de Mosqueiro (Caruaru, Trilha Olhos D’água e Castanhal Marie-Marie), de Caratateua (Santa Cruz, Cristo Redentor, Fama, Fidélis e Tucumaeira) e de Cotijuba (Poção e Fazendinha).

Nesse contexto, enquanto professor e coordenador, também participei de vários eventos realizados no Auditório da Escola Bosque como: Semana do Meio

Ambiente, organizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente; discussão sobre o Plano Diretor das Ilhas, coordenado pela Câmara Municipal de Belém; apresentação de um projeto municipal que previa a construção de uma ponte interligando as ilhas de Caratateua e Mosqueiro; reunião de diagnóstico do potencial turismo nas ilhas de Belém, do Ministério do Turismo.

Em 2010 recebemos convite da Secretaria Municipal de Meio Ambiente/SEMMA, para participar da cerimônia de instalação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, a ser realizado no dia 11 de maio, no Auditório da Escola Bosque. Imediatamente despertou-me o interesse, pois via como excelente oportunidade para agregar e ampliar o trabalho que fazíamos de maneira solitária, dispersa e com muitas dificuldades. Ainda nesse mesmo ano aconteceu a VII Semana Municipal de Meio Ambiente, uma palestra sobre os Desafios do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, no Auditório do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, da Universidade do Estado do Pará.

Nesse ínterim ocorriam as reuniões para a organização e realização do Diagnóstico Socioambiental das Ilhas, mas eu não participei de nenhuma, devido as atividades cotidianas da escola e porque aconteciam no Poema/UFGA.

A primeira Oficina do Diagnóstico Rápido Participativo-DRP seria sobre a ilha de Caratateua, combinada para o dia 30 de junho de 2010, no Auditório da Escola Bosque. Já fiquei sabendo do evento no dia da realização, mas como já estava lá fui participar. Houve dificuldades de mobilização, com poucas comunidades representadas e os organizadores sugeriram de remarcar. Inicialmente a proposta foi aceita, mas houve uma solicitação por parte dos comunitários que fosse realizada no final de semana, pois seria mais provável a presença das comunidades, como não houve consenso, encaminhou-se para votação. A proposta do final de semana venceu, mas foi anulada pelos organizadores sob a alegação de que era complicado para a participação das instituições públicas. Esse episódio me deixou bastante preocupado e desconfiado quanto à continuidade e sucesso da iniciativa.

Fiquei triste com o acontecido, perdi o interesse e entusiasmo com a proposta. Meses depois, inesperadamente no dia 9 de setembro, fui procurado para mobilizar os alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente, para participarem da Oficina do DRP do Fórum, porque não tinha quase ninguém. Fiquei mais chateado

com a situação, pois havia menos participantes que na ocasião anterior. Então conseguimos sensibilizar uma turma de terceiro ano, que por sorte era bem representativa dos bairros e comunidades da ilha. Com a presença da turma, totalizou uns quarenta participantes. E assim foi realizada a oficina. Depois dessa situação fiquei decepcionado e perdi completamente o contato com a iniciativa. Avaliei que não teria chance de sucesso.

Naquele ínterim, começavam a se acentuar divergências de concepção do projeto da Escola Bosque gerando tensões entre a gestão e os trabalhadores menos alinhados aos seus direcionamentos, o que impactou sensivelmente nas relações interpessoais e culminou com a minha saída e de mais dois colegas da Coordenação, em junho de 2011.

Em 2015 participei do processo de seleção para o Doutorado e a proposta do projeto da tese envolvia uma reflexão sobre a experiência do Fórum das Ilhas. Mas eu não tinha informações sobre a situação em que se encontrava, ou seja, se tinha acabado ou continuado. O tema, porém, me mobilizava bastante e decidi realizar o estudo, cujos resultados apresento no texto desta tese, que está estruturada em seis capítulos, com a intenção de abordar as proposições enunciadas, em especial as três etapas do quadro teórico sobre a constituição de Arenas Públicas. Os capítulos são precedidos por uma descrição dos procedimentos metodológicos e da experiência de campo.

No **primeiro** capítulo, nos propomos a realizar uma discussão sobre o território para as Ciências Sociais, a construção do território de Belém (ilhas e continente) na perspectiva cabana e a relação histórica de colonialidade entre a área continental e insular.

No **segundo** capítulo, fazemos uma descritiva do território, procurando abordar os aspectos: históricos, sociais, epistemológicos, ambientais, culturais, políticos, econômicos, religiosos e as marcas nele deixadas por um certo sistema de dominação. Mas a dominação não é concebida como um império totalizante e sim acompanhada por um processo de resistência que alterna suas formas de manifestação, algumas vezes eruptivas como a Cabanagem, outras vezes é silenciosa ou cotidiana.

No **terceiro** capítulo, nos interessaremos pela mobilização e participação, desde a influência exercida pela Igreja católica através das CEBs (Pastoral Social

das Ilhas) sobre os engajamentos individuais e coletivos dos membros das comunidades; passando pela parceria com o poder público para a institucionalização do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém (Arena Pública); depois se expandindo para ilhas de outros municípios paraenses; até se transformar em uma Associação de direito privado sem fins econômicos.

No **quarto** capítulo nos propomos discutir os desafios ambientais no contexto da urbanização, com referência ao processo experimentado pela Belém continental, que vai se expandindo para o território insular, com graves consequências bem visíveis nas ilhas de Mosqueiro, Caratateua, Cotijuba e ultimamente Combu. Também descrevemos como a Ambientalização vai se manifestando nos debates, na participação e nas reivindicações. Ou seja, como as situações locais se ambientalizam e as demandas correspondentes se elaboram nesses termos.

No **quinto** capítulo procuramos fazer uma análise sobre as experiências de participação nos debates, a interação entre os Pólos da Sociedade Civil, dos Técnicos/Experts e dos Políticos e as dinâmicas de mobilização pelas ações.

No **sexto** capítulo discutimos o processo de politização e aprendizagens, sobretudo *em relação ao encaixe nos jogos de poder*, finalizando com a situação em que o Fórum das Ilhas se encontra atualmente. O que nos permitirá, nas **considerações finais**, esboçar algumas condições necessárias para a passagem de uma mobilização social para a mobilização de natureza mais política.

Não reivindicamos a existência de um trabalho neutro ou insento de influências das experiências vividas, pois, como nos alerta Paul Ricoeur (1980), o saber está sempre se desligando da ideologia, mas ela permanece no esquema ou no código de interpretação. É um fenômeno da existência social que não pode ser ultrapassado, na medida em que a própria realidade social tem uma constituição simbólica e comporta uma interpretação em imagens e representações, do próprio laço social. Pois, nada nos é mais necessário hoje em dia do que renunciar a arrogância da crítica e efetuar com paciência o trabalho, que permanentemente realizamos, de pôr-à-distância e de retomar a nossa substância histórica.

A hermenêutica nos ensina que não existe verdade, existem interpretações, aqui apresentamos uma interpretação possível, ou seja, uma versão da situação/realidade analisada. Assim, esperamos que esse esforço realizado como

trabalho de tese, seja capaz de apresentar uma interpretação aceitável da situação vivenciada pelos ribeirinhos insulares.

## 2 Capítulo 1 – BELÉM INSULAR: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOTERRITORIAIS

A tarefa de transformar o mundo é bem mais difícil que a de conservá-lo, sobretudo quando a transformação pretendida tem caráter emancipador (Luís Felipe Miguel, 2018).

A história que conhecemos nos foi contada a partir do ponto de vista dos dominadores. É preciso tentar se contrapor a essa narrativa e a perspectiva decolonial nos ajuda a subverter essa lógica ao contar a história sob a ótica dos povos colonizados, representados neste estudo pelos ribeirinhos. Digo tentar, porque estamos tão impregnados pela colonização que até nossas possibilidades de criticar são incorporadas em benefício da dominação. Golpearam-nos profundamente na própria capacidade de construir alternativas eficazes, ensinando-nos a valorizar e usar as referências do colonizador e negar todo e qualquer outro indício de referência.

Não é que a perspectiva colonial tenha suplantado outras formas de ver e viver no mundo, a questão é que suas narrativas são tão poderosas que não conseguimos perceber essa multiplicidade que existe a nossa volta. Porque nos encantamos com as lentes do binóculo do colonizador. Então precisamos trocar não necessariamente o binóculo, mas as lentes. E que sejam várias, ou melhor, multifocais.

Nesse exercício de reaprender a olhar nossa realidade, Boaventura e Silvia Cusicanqui (2013) trazem elementos importantes sobre formas de ver e conceber as resistências ao colonialismo. Cusicanqui fala de uma superfície sintagmática do presente onde se pode ver sintagmas do profundo passado, os quais alimentam a resistência. O passado e o presente estão em permanente peleja e o passado não chega ser subsumido e superado, mas se mantém vivo e por isso apresenta grande complexidade. E embora se refira à realidade boliviana, onde a maioria da população se reconhece como indígena, essa perspectiva nos ajuda a entender a realidade amazônica brasileira, não só pela permanência de muitos povos indígenas e suas culturas, mas também pela existência de ribeirinhos e outros grupos que herdaram parte significativa da cultura indígena.

Antes do “desencontro” com os europeus, as sociedades indígenas viviam, e de certa forma vivem, com base em suas cosmologias. Então ao falarmos de outras formas de ver o mundo, não estamos inventando nada, apenas

reconhecendo discursivamente a não exclusividade da cosmologia ocidental. E isso não é nenhuma novidade, o principal desafio é passarmos do discurso para um reconhecimento efetivo dessa diversidade, nas práticas.

Philippe Descola, em estudo sobre os indígenas Achuar na Amazônia, cujas cosmologias estão ligadas a uma família mais ampla de concepções do mundo que não fazem distinções nítidas entre a natureza e a sociedade, alerta para os efeitos da visão compartimentada da vida que moldou nossos hábitos mentais, mostrando como ela configura toda a nossa percepção:

Uma vez que o naturalismo é o princípio diretor de nossa própria cosmologia e que ele impregna nosso senso comum, assim como nossa prática científica, tornou-se para nós um pressuposto, de certa forma 'natural', que estrutura nossa epistemologia e, em particular, nossa percepção dos outros modos de identificação (DESCOLA, 2000, p. 161)

O *naturalismo*, na perspectiva de Descola (2015), corresponde a ontologia predominante na modernidade, cuja sabedoria filosófica comum prega que a cultura é concebida em oposição à natureza e sobre ela tem primazia desde o princípio, definindo os não-humanos tautologicamente por sua ausência de humanidade.

Se analisarmos o processo de colonização da Amazônia a partir da perspectiva do *naturalismo*, a conclusão certamente será de império da dominação pelos colonizadores. Mas se procurarmos compreender esse território considerando-o a partir do ponto de vista de seus atores será possível encontrar elementos ou dinâmicas que nos levam a outras interpretações. E veremos, como nos mostra Cusicanqui (2010) para a situação análoga da Bolívia, que a história da Amazônia, desde a chegada dos europeus e a conseqüente quebra do equilíbrio cósmico na região, é a história das sucessivas atualizações do processo de dominação e resistência.

A tentativa aqui é a descrição do território, Belém-continental/insular, um complexo contínuo estruturado sob a hegemonia de um sistema de dominação que remonta ao período colonial. Seguindo a trilha de Anibal Quijano (2005), trata-se de um sistema de dominação informado em valores e práticas de um capitalismo que emerge e se consolida enquanto um *sistema mundo moderno colonial*. É da lógica desse sistema o desenvolvimento territorial desigual como reflexo e condição de reprodução, de atualizações, de mudanças, dele mesmo. À hegemonia dessa lógica, contrahegemonias são constituídas e, através de resistências, podem ser

abordadas pela perspectiva da descolonialidade, que tensiona desde sempre a colonialidade. Essa tensão se manifesta em movimentos como a Cabanagem (Século XIX) e outros que emergem em fins do século XX e início do XXI, em contexto de ambientalização, de valorização da participação, reconhecimento de identidades específicas etc.

Assim, os territórios Amazônicos atuais são o resultado desse processo histórico de luta, numa correlação de forças assimétricas, desde a conquista colonial, a cabanagem e a repressão, passando pelos efeitos da independência política, pelos ciclos econômicos, pela política baseada na colonização, pecuária, reforma agrária e desenvolvimento de uma agricultura familiar, exploração industrial de recursos minerais, florestais, aquáticos, agronegócio e grandes obras de infraestrutura, como as ferrovias, rodovias, hidrelétricas, hidrovias e portos.

Em suma, o desafio é demonstrar o caráter estrutural e, portanto, sua permanência (e fortalecimento) em um momento no qual se concebe e se procura pôr em marcha uma arena pública, na qual as invisibilidades socioculturais, ecológicas, políticas de um território marcado pela presença insular, e em relação dinâmica com o continente, emergem. Um território constituído de ilhas-continente como uma produção social e ambiental de múltiplas manifestações e nestas manifestações privilegiamos a *dominação/resistência*.

## **2.1 Território e comunidades ribeirinhas insulares**

A ideia não é retomar toda a discussão sobre as concepções de território, mas apenas localizar nossa perspectiva a fim de precisar a abordagem nesse estudo. Nesse sentido, nos interessa a noção de Rafestin (1993), que considera o território como o espaço do político. Defende o uso dos termos *centralidade e marginalidade*, pois em seu entendimento os vocábulos *centro e periferia* tornam estáticas as relações territoriais. A centralidade e a marginalidade coexistem no território, definindo-se uma em relação à outra. Assim, as territorialidades são conjuntos de relações mediatizadas que derivam do sistema sociedade-espaço-tempo e se associam à organização do espaço.

Outra contribuição vem do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (1997; 2004; 2014), cuja concepção de território comporta uma dimensão espacial que se revela em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material

quanto em termos jurídico-políticos. Como um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar. Ou seja, o território assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios manifesta os processos de desterritorializações e (re)territorializações.

O autor se contrapõe a uma interpretação que concebe apenas a desterritorialização ou o “fim dos territórios” (Badie, 1996), como consequência do processo de globalização, ampliado pelos efeitos das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC), que provoca uma aceleração da mobilidade das empresas, do capital, dos atores, do desenvolvimento das práticas de lazer e de turismo etc. Admite que a desterritorialização ocorre inicialmente, como diminuição ou enfraquecimento das fronteiras, com aumento da fluidez e mobilidade de pessoas, bens, capitais e informações. Mas, aprofunda a discussão e concebe este fenômeno como “des-re-territorialização”, que se manifesta pela coexistência simultânea de movimentos aparentemente contraditórios (HAESBAERT, 2004; 2007).

A *desterritorialização* tem o sentido de desenraizamento, massificação e quantificação reforçando o sentido de desigualdade e hierarquia, levando-se a perda do sentido de território atrelado aos termos comunidade, identidade simbólica ou funcional, estabilidade e fronteiras. A reconstrução dos territórios, a *reterritorialização*, implica em processos de enraizamento, introversão e identificação que redefinem a possibilidade de distinção, diferenciação e alteridade socioespacial que leva a deixar o estado de simples aglomerados. Assim, a desterritorialização se coloca como um mito já que, a despeito das teses a seu favor, o que está a ocorrer é um *rearranjo territorial e reconfiguração de circunscrições territoriais*. Ou seja, uma complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca vista, dos limites mais fechados e fixos e dos neoterritorialismos aos mais flexíveis e efêmeros territórios-rede e multiterritórios da globalização (HAESBAERT, 2014).

No interior das Ciências Sociais existe concepções relacionadas ao “fim dos territórios”, justificadas pela passagem de uma sociedade moderna a uma sociedade pós-moderna, que segundo Zhouri & Laschefski (2010) põe em questão a referência a um território físico e concreto, substituindo-o por um território “virtual” e “abstrato”.

Pierre Teisserenc & Aquino Teisserenc (2014), assinalam que os debates no campo acadêmico que acompanham a renovação da questão territorial se desenrolam em circunstâncias marcadas pelos efeitos da globalização, pela transformação no modo de produção da ação pública e pelas exigências ambientais. E assiste-se, nos indivíduos como em certos grupos, uma perda progressiva do sentimento de pertencimento a um território particular. Esse movimento produz uma reconsideração do território enquanto suporte de identidade para esses indivíduos e grupos.

É necessário compreender a diversidade de relações e interações com o meio ambiente, o que implica em reconhecer também que os sujeitos, além de serem "portadores de visões concorrenciais sobre o meio ambiente e a natureza", também se localizam desigualmente na sociedade, o que tende a implicar na distribuição também desigual dos recursos e dos riscos do desenvolvimento. Essa diversidade de modos de vida se evidencia também na dimensão territorial, uma vez que os modos de vida tradicionais se constroem de forma indissociável do *locus* específico da sua vivência, ou seja, seus lugares. Esses são definidos pelos povos e comunidades na constituição de modos de vida singulares que se caracterizam por uma fraca ou parcial integração ao mercado e que, ameaçados, muitas vezes se contrapõem aos projetos e obras hegemônicas que se proclamam como "portadoras do desenvolvimento" (Zhouri & Oliveira, 2010, p. 444).

Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do "primeiro" território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana. (HAESBAERT, 2004, p.360).

Em razão da territorialização da ação pública, o território se impõe como o espaço de referência a partir do qual as divergências e as tensões resultantes da divisão da sociedade em classes heterogêneas, que se manifestam pela coexistência de situações sociais antagônicas e extremas, constituem objeto de decisões que colocam em xeque a ação dos atores públicos (TEISSERENC & AQUINO TEISSERENC, 2014).

O território, nesse estudo, não é concebido como o lugar do isolamento e do imobilismo, nem da homogeneização, nem da harmonia entre atores individuais e coletivos, por mais que esses sejam portadores de forças desiguais. Ou seja,

trata-se de um território que recebe influências, mas também resiste e age para defender seu modo de vida.

Castro (2011, p. 295) concebe *território* como o local em suas múltiplas dimensões concretas, enquanto território de saber, de planejamento do desenvolvimento e de produção, envolvendo atores sociais com interesses e estruturas de poder diversos. Ou seja, o território é construído socialmente. E a territorialidade é sempre uma relação e se manifesta em todas as escalas, vinculando-se às coletividades e à esfera do vivido, “como as identidades com o lugar das quais derivam as estratégias de permanência e de desenvolvimento”.

O território constitui respostas dos poderes públicos aos desafios da globalização e às exigências do desenvolvimento sustentável modificando os modos de produção da ação pública e diz respeito também à maneira como as populações são conduzidas e reagem a tais respostas, mobilizando-se coletivamente para lutar pelo futuro de seu território. Assim, esse território é constituído da realidade presente, é concreto, é físico, é material e imaterial ao mesmo tempo, comporta a dimensão e o valor simbólicos das instituições, dos eventos, das práticas que compõem a vida das pessoas que vivem do e para o território, é referência que inspira novos projetos coletivos iniciados pelas comunidades (TEISSERENC & AQUINO TEISSERENC, 2014).

Os atores desse território insular ribeirinho, social e politicamente organizados, mobilizam-se para reivindicar o reconhecimento de sua permanência no lugar, interagindo com outros territórios para comercializarem seus produtos, como o açaí que hoje desfruta de grande prestígio regional, nacional e global.

O interessante como objeto de investigação para a Sociologia, é a maneira como territórios em recomposição enfrentam o desafio de construir novas formas de regulação exigidas pela des-re-territorialização em contexto de coexistência entre classes sociais antagônicas e que, por isso, se esforçam para dispor de autonomia suficiente para lhes permitir desenvolverem-se, sob os imperativos da globalização e das exigências ambientais. Mas, uma abordagem global implica um trabalho de natureza política. Portanto, é concedido à política um papel essencial na construção de resposta aos desafios que o território representa como: objeto de reivindicação para o movimento social, objeto de debate no campo acadêmico e

nova categoria de ação no campo político (TEISSERENC & AQUINO TEISSERENC, 2014).

O território em questão carrega seu caráter histórico de ocupação, dominação e resistência, como espaço de produção e reprodução do presente, do sentimento de pertencimento, de construção da identidade, permeado pelas relações de parentesco e religiosidade. Esse modo de vida se confronta com outras perspectivas de interação com a natureza e com as simbologias da vida urbana, por meio do processo de urbanização e de atores envolvidos nas atividades de lazer e turismo.

O estudo sobre o Desenvolvimento Local tem revelado a importância do território, que se apresenta como ancoradouro e pólo de convergência do conjunto dos desafios aos quais fazem face as populações, seus líderes e seus dirigentes – desafios de reconhecimento e de identidade, em meio à globalização ascendente e ao questionamento do modelo de desenvolvimento pelos problemas socioambientais que ele produziu (TEISSERENC, 2010).

Segundo Castro (2011), a Amazônia tornou-se laboratório de experiências de políticas territoriais locais: umas por meio de políticas estatais com enfoque ambiental; outras decorrentes de iniciativas de atores locais envolvidos em processos de planejamento e de gestão coletiva. O território em questão, como parte da Amazônia, é complexo, por uma série de fatores como extensão territorial; variedade de ecossistemas; diversidade biológica e cultural; presença de vários atores; várias atividades econômicas; várias concepções e interesses diferentes, às vezes até contraditórios. Portanto, jamais deve ser estudado a partir de uma perspectiva simplificadora.

Nesse sentido, um exercício interessante é repensar a relação entre cidade e áreas não urbanas, no caso presente, especificamente as áreas ribeirinhas, visando desnaturalizar as assimetrias que foram se formando e nas quais se sustentam inúmeras desigualdades. A cidade surge a partir do contato mediado pelas águas e até antes do império das rodovias na Região, que inicia na década de 1960, esse aspecto era reconhecido e valorizado, como relata o geógrafo Eidorfe Moreira:

Se o rio define o plano e engrandece a perspectiva, é nas ilhas, entretanto, que reside a graça da paisagem belemense [...] Nenhuma cidade do Brasil

apresenta tão numeroso constelário de ilhas como Belém [...] A cidade nasceu por assim dizer sob o signo insular (MOREIRA, 1966, p. 69).

Aos poucos, a cidade vai se virando de costas para as águas e ilhas. E apesar da porção insular representar quase 70% da extensão territorial do município, por muito tempo ficou invisibilizada pelo continente, como identificam Simonian e Silva (2010, p.635), com questões de caráter social e econômico que estão a se prolongar nessa área: “capital social baixo, problemas de infraestrutura, de crédito para a produção, educação, qualificação e alternativas de mercado”.

Atualmente o território insular começa a ser reconhecido e valorizado, como foco de atenção por parte de cientistas, igreja, ONGs, poder público e empresas privadas ligadas ao setor de turismo. Essa área abriga o que ainda resta da sociobiodiversidade no município, portanto, é urgente a construção e implementação de um programa de gestão territorial, considerando as múltiplas dimensões desse processo.

As origens e identidades dos atuais moradores das ilhas possuem várias interpretações, mas a herança dos conhecimentos dos povos originários é consensual entre vários autores. Como mostra Porro (1995), em fins do século XVIII, as tribos indígenas da várzea haviam praticamente desaparecido e, em seu lugar, constituía-se uma nova população que assimilava uma série de elementos culturais permitindo a adaptação à vida na várzea.

Utilizaremos o termo *comunidades ribeirinhas insulares* mesmo sabendo que é insatisfatório, assumindo certo nível de generalidade entre as diversas situações encontradas na área de estudo. Assim, solicitamos ao leitor que considere a existência de atributos históricos comuns, mas também variações ecológicas e práticas (materiais e simbólicas) locais entre essas comunidades.

A opção pelo termo *comunidade* se justifica em duas perspectivas: por ser utilizado pelos próprios moradores locais, inclusive pelos evangélicos, mesmo que esteja relacionado ao contexto das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs da igreja católica; e por fugir ao termo “população” que, como alerta Henyo Barreto (2006), é uma referência ecologista simplificadora que naturaliza esses grupos como parte da paisagem natural ou como elemento da clivagem demografista atomizadora, que apaga distinções e singularidades em favor da orientação censitária.

Na Amazônia não podemos abordar o segmento social ribeirinho insular como dado ou estático, mas, numa visão de processo, em movimento, sem esquecer as relações históricas de conflitos e negação do reconhecimento enquanto categoria social. Isso nos leva a perceber o presente enquanto produção de historicidade. O *ribeirinho*, como lembra Conceição (2001), não é um recém-chegado, mas o herdeiro de uma tradição cultural de tempos imemoriais, que vem se reproduzindo nas franjas dos processos econômicos dominantes, chamados de ciclos, ao qual não se pode chegar sem o reconhecimento e a interpretação de sua historicidade e da lógica de seus modos de vida. Assim, uma necessidade que se impõe ao estudarmos *comunidades ribeirinhas insulares* é compreender o seu território como lugar da vida, da identidade e cultura e que apresenta uma diversidade de práticas, como enunciado por Castro:

Encontramos nos denominados *ribeirinhos*, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagens de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se, como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, como dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada (Castro, 2000, p. 169-170).

Esse conjunto de potencialidades dos povos ribeirinhos é também enunciado por Harris: “[...] eles parecem hábeis na combinação da essência (tempo de residência para reivindicar direitos fundiários, ou tradição) com a transformação histórica (sucesso reprodutivo e, de modo mais geral modernidade)”. Por isso é necessário reconhecermos que “[...] existem continuidades e convergências, assim como descontinuidades e resistência. A reunião resultante é um presente ambivalente” (HARRIS, 2006, p. 105).

Ilhas-continente como um território estruturado na desigualdade; desigualdade relacionada à uma lógica de dominação e de exploração homóloga a das metrópoles em relação às colônias; nas colônias ou ex-colônias, o centro e a periferia; e no caso de Belém, o continente e as ilhas. Aliás, um caso bem particular de composição, como assinalado por Eidorfe Moreira ([1966] 1989). Vejamos São Luís e Florianópolis, nesses lugares é na ilha que se encontra a capital.

É essa lógica que invisibiliza, que nega o reconhecimento, que despreza o que lhe contraria e o deslegitima, mesmo se, contraditoriamente o dominante dele depende e vice-versa. Mesmo tendo nascido “sob o signo das águas” Belém nega essa realidade ao deixar-se controlar em sua modernização pela comunicação rodoviária. Essa negação se traduz, se atualiza, em inúmeras outras práticas e ideologias coloniais internas, como é o caso das maneiras como Belém, enquanto centro do poder político, ver e trata suas ilhas e habitantes.

## **2.2 A construção do território na perspectiva cabana**

Não é possível falar do território insular sem considerar suas relações com o continente, embora não possamos ignorar as assimetrias e desigualdades aí presentes, pois essas relações sempre foram marcadas por certa dependência e complementaridade entre essas partes que compõem o município de Belém.

Segundo Simonian (2010), o local onde está situado o município de Belém, no momento da chegada dos europeus, era habitado pelos Tupinambá, que foram gradativamente submetidos a processos de exploração da mão de obra, dominação cultural, dilapidação dos recursos naturais e expropriação do território. Assim, a aldeia teve que ceder espaço para a “invasão” portuguesa e aos poucos foi se urbanizando, mas alguns vestígios permaneceram como os nomes de ilhas e igarapés a exemplo de Mosqueiro, Caratateua, Cotijuba, Jutuba, Tatuoca, Paquetá, Jamaci, entre outros. Assim como muitos saberes e práticas continuam sendo cultivados, principalmente pelos ribeirinhos insulares.

O que prevaleceu desde a chegada dos portugueses na Amazônia e, mais especificamente, na atual Belém do Pará, foram estruturas de poder e dominação inseridas na estrutura estatal colonial, passando pelo império, permanecendo na república até os dias atuais, garantindo assim a dominação dos subalternos que, não sem resistências, se manifestaram e continuam a se manifestar de diversas maneiras.

Embora não tenhamos informações em quantidade suficiente, vale ressaltar a resistência dos indígenas em relação ao processo de ocupação de seu território por parte dos portugueses. Desde 1616 Braga (1919) relata que havia 300 portugueses sitiados na fortaleza do Presépio, e que relatos das autoridades da

época dão conta de 20 mil Tupinambás nas cercanias de Belém, em prontidão para atacar essa fortaleza.

A atividade do extrativismo já era uma marca organizacional na Amazônia antes da chegada dos colonizadores e se constitui numa dificuldade no empreendimento da própria colonização, que o caracteriza como índice de atraso e investe na sua eliminação em favor de uma outra racionalidade econômica. Mas do ponto de vista do nativo, a diversidade da fauna e da flora, assim como a piscosidade dos rios sempre permitiram uma economia natural que lhe possibilitava escapar do trabalho servil ou escravo para atender interesses alheios (GONÇALVES, 2015).

Entre os registros disponíveis sobre o processo de resistência indígena à colonização portuguesa, Moreira Neto (1988) se refere a uma etnia indígena que no século XIX passa de maioria a minoria no processo de colonização, ressaltando o conceito *ipiruara* como mais adequado para definir o estado de liberdade e a estratégia para alcançá-lo: a fuga para regiões de difícil acesso pela distância e pelos obstáculos naturais, para sobreviver às agressões que sofriam, principalmente durante a expansão dos seringais.

Cruz (1973) registra que a presença indígena se mostrou hostil aos colonos, que tiveram de enfrentar ataques dos nativos até o ano de 1919, momento em que os portugueses deferem os mais agressivos ataques, impondo a “pacificação” da área e maior controle dos nativos ao domínio colonial. Nessa mesma direção, Ribeiro (2007), no livro *O Povo Brasileiro*, ao se referir ao *Brasil Caboclo* afirma que:

A história da região Amazônica é marcada pela violência desde o início de sua colonização, o encontro dos índios nativos com o branco colonizador foi de constantes conflitos, que na maioria das vezes eram ganhos pelos colonizadores, resultando com isso a escravidão do índio Amazônico. (Ribeiro, 2007: 278-279)

A Cabanagem é o apogeu de uma luta originada desde os primórdios da relação entre os portugueses e os nativos, a que aos poucos vão se somando os negros em busca de liberdade; os tapuios que eram índios destribalizados, aculturados e discriminados; mestiços e brancos pobres, analfabetos ou semi-analfabetos, que eram constantemente reprimidos pelo poder de uma minoria portuguesa na Província. Além disso, contou com a colaboração de religiosos,

intelectuais e políticos locais que se tornaram lideranças no processo revolucionário.

Segundo relato de Guedes (2011), a Ilha das Onças foi um dos locais estratégicos onde os cabanos se reuniram, tingiram suas roupas de vermelho e prepararam-se para a primeira tomada da cidade de Belém. As pequenas ilhas facilitavam a tocaia dos cabanos nos ataques às embarcações legalistas para conseguir pólvora. Os insurgentes se locomoviam em pequenas canoas, escondiam-se em pequenos furos ou igarapés e a noite aproximavam-se dos barcos para realizar ataques surpresa.

Um dos aspectos interessantes da cabanagem é o fato de que poderia ser interpretada como uma simples rebelião, porque o grosso da população revolucionária, como os negros, os índios e os mestiços, não possuía consciência política, estando dominados pelas ideologias colonialistas da sociedade liberal brasileira, do capitalismo e mesmo do escravismo. Mas se assim fosse, por que esse movimento se prolongou para além das principais lideranças – os presidentes cabanos?

Di Paolo (1990) assinala que um dos maiores problemas encontrados pelo movimento Cabano era a dificuldade dos líderes populares de elaborar um programa de governo condizente com os anseios do povo oprimido. Mas mesmo assim, aumentava no povo oprimido a vontade de lutar por melhores condições de vida.

Nesse sentido, precisamos concordar com Ricci (2007) quando infere que uma parte significativa da experiência de classe entre os cabanos teria surgido em sua relação com os seus líderes, dentro do processo revolucionário. Segundo essa autora, a morte de Malcher pelos próprios cabanos comprova seu argumento de que, neste momento revolucionário, a massa cabana começava a eleger novos líderes e ampliar ainda mais seu foco de luta. Ou seja, o morto não era um emissário do governo Imperial, ou um português ou estrangeiro maçom: era um ex-presidente, aclamado pelo povo cabano. E esta foi apenas a primeira vez que a massa mostrou claramente sua voz e a elevou acima de seus líderes cabanos. Sua aprendizagem revolucionária foi rápida e se espalhou pela Amazônia.

Havia um problema sério de representação na Cabanagem entre os cabanos e seus Presidentes: Malcher, Vinagre e Angelim não representavam,

politicamente, o todo cabano e alguns grupos não se identificavam com nenhum deles. Não se pode negar que existia grande distância entre as condições de vida concretas de índios, tapuios e negros escravos e, portanto, de seus anseios/reivindicações, da situação e reivindicações das principais lideranças e/ou presidentes. Assim, as aclamações podem ser entendidas como uma estratégia para atingirem seus ideais, não como o fim da luta.

A base do movimento cabano era constituída por um conjunto bastante heterogêneo e por consequência os ideais também eram diversos; como descreve Guedes (2011), os negros que aderiram à Cabanagem lutavam contra os portugueses em busca de alforria; os tapuios, sem suas terras e parentes, combatiam pelo direito à terra, emprego e cidadania; os índios, diante de tantas agressões, lutavam para manter suas terras, liberdade, cultura; os brancos, pobres e discriminados pela elite portuguesa, que executavam trabalhos agrícolas, extrativistas, lutavam por menores impostos, contra a exploração, por mais terra, pelo direito de comercializar sua produção com liberdade; brancos e mestiços fugiam de quartéis em busca de liberdade; mestiços mamelucos, cafuzos e curibocas, que eram muito mais discriminados que os negros e índios, lutavam contra seus discriminadores; e brancos que tinham participado de diversas lutas, se erguiam contra o domínio português.

Também havia certa hierarquização entre a base cabana, a exemplo de quando alguns destes pequenos produtores de etnia branca, após terem vencido algumas batalhas, tentavam se apossar dos negros escravizados para melhorar a produção de suas diminutas terras. Inclusive Eduardo Angelim teria se utilizado deste expediente para presentear sua sogra com alguns destes negros escravizados (GUEDES, 2011).

Havia também bastante dissenso entre as principais lideranças do movimento cabano e a base do movimento, que no processo da luta começa a se impor e exigir participação nos postos de comando e nas tomadas de decisão. Assim, em agosto de 1835, após Belém ter sido tomada pela segunda vez pelos cabanos e Angelim ter sido aclamado como terceiro presidente, todos queriam cargos.

Desse modo, cada local sob controle dos cabanos passava a ter “embaixadores e ajudantes de embaixadores”, enviados por Angelim para “avisar e

aliciar gente pelos sítios e povoados”. De acordo com Raiol (1970), a maioria era analfabeta ou semi-alfabetizada, condição que pode ser comprovada em cópias de ofícios transcritas, a exemplo de um deles que assinava como “Antônio Fostino. Manjor de Artilharia” que reclamava ao presidente Angelim da carestia e da falta de armamentos:

(...) açim dispurvido como estú não poço responder pellos soçegos qe agão e estarei pouçibilitado de ezeccutar qalqer prugetu. Com esseção de farinha não á mas vivres neste pontu. Vai este purtador buscá carni ó peche.

A observação de Raiol em torno do domínio da escrita dos novos líderes soa como uma crítica de desqualificação, mas o que esperar de um autor anticabano? Provavelmente ele escreveu sobre a vida política daquele período, porque gozava de uma situação bem diferente das condições em que viviam os que ele considerou como analfabetos ou semi-analfabetos.

Diante de muitas dificuldades, essa ampliação da representação não resolvia o problema. Mas é possível aventar que, diferentemente dos principais líderes que almejavam pequenos ajustes nas relações políticas locais, a base do movimento aprendia com as batalhas e queria mudanças mais radicais na estrutura social – hipótese que pode ser corroborada pelo seguinte excerto de discurso de Angelim no manifesto de 25 de outubro de 1835, citado por Raiol (1970, p. 939), quando diz:

Saibam, pois, o govêrno geral e o Brasil inteiro, que os paraenses não são rebeldes; os paraenses querem ser súditos, mas não querem ser escravos, principalmente dos portugêses; os paraenses querem ser governados por um seu patrício paraense, que olhe com amor para as suas calamidades, e não por um português aventureiro como o marechal Manuel Jorge; os paraenses querem ser governados com a lei e não com arbitrariedades, estão todos com os braços abertos para receber o govêrno nomeado pela regência, mas que seja de sua confiança, aliás êles preferem morrer no campo de batalha a entregar de nôvo seus pulsos às algemas e grilhões do despotismo; se o governo da côrte teimar em subjugar-nos pela fôrça, nós teimaremos em dar-lhes provas do valor de um povo livre que esquece a morte quando defende sua liberdade. Grão-Pará!

Nas entrelinhas, o presidente está capitulando e tentando amenizar a tensão. Essa ideia de que “os paraenses querem ser súditos” não parece corresponder à disposição de luta da massa cabana. Lembremos que a essa altura já haviam matado o primeiro presidente aclamado por eles mesmos, ou seja, haviam

manifestado uma reprovação pelo não cumprimento do que se esperava dele. Essa responsabilidade pesava nos ombros do presidente Angelim.

Sobre esse contexto, Moreira (1966, p.71) enfatiza a importância das ilhas de Belém no plano histórico e geográfico, ao relatar que “no convulsionado período da Cabanagem, duas delas, Tatuoca e Arapiranga, funcionaram durante algum tempo como sede política da Província e quartel-general da ofensiva contra os cabanos.”

Analisando alguns fatos, podemos supor que a continuidade da luta estava relacionada ao fato de que as reivindicações, que foram se ampliando no processo de aprendizagem com o movimento, não tinham sinais de serem atendidas. A permanência na luta armada e a contínua mobilização popular pode ser considerada como indicativo da dissonância entre o discurso do principal líder e a prática da base cabana. Vejamos, a propósito, essa fala do próprio Angelim, em um artigo de jornal de 1865, referindo-se à situação de calamidade econômica e de crise da autoridade, aproximadamente 30 anos depois:

Foi fuzilado em frente ao palácio do governo o célebre Joaquim Antonio, oficial da milícia rebelde, que tinha o comando de uma força de mais de 500 homens e proclamava uma liberdade a seu jeito, incluída a de escravos em geral. (...) foi fuzilado em frente do palácio do governo um preto, chefe de insurreição no rio Guamá logo que chegou à capital. Foi morto a surra em frente ao palácio do governo um mulato, escravo do português Nogueira, dono da fábrica de urucu em Igarapé-Mirim, por ter traído a seu senhor e lavado as mãos em sangue inocente (...) (Retirado de RAIOL, 1970, p. 934).

A situação era insustentável. E diante da ausência de um projeto revolucionário que atendesse aos anseios da base, o líder aclamado pelo povo cabano teria mandado matar, surrar ou prender escravos e homens livres pobres e tapuios que teriam “lavado mãos em sangue inocente”. Com a cidade cercada por tropas imperiais e o povo em revolta, não sobrou a Eduardo Angelim opção mais ‘nobre’ que a fuga, em maio de 1836.

Aos poucos a ordem imperial vai controlando a insurgência e impondo a ordem regencial. E uma das estratégias foi os *Corpos de Trabalhadores* que, segundo Fuller (1999), era um mecanismo de dominação de classe que pretendia afastar e manter o povo longe do poder. A lei era bem clara quanto aos indivíduos que deveriam ser recrutados para esses corpos: índios, mestiços e negros, o que denota uma clara dominação étnica.

O significado da revolta cabana não deixou de existir, mesmo com todos os seus problemas de falta de clareza nos objetivos, o insuficiente nível intelectual dos líderes rebeldes, a indistinção entre ódio patriótico e reivindicação econômica, o descontrole, a crise de autoridade e representação, os interesses pessoais e contradições internas, como mencionado por Santos (1980) e Salles (1992).

Precisamos conceber a experiência da cabanagem como Di Paolo, para quem não houve uma derrota total dos Cabanos, mas sim o surgimento de uma nova era na Amazônia:

A Revolução Cabana marca o nascimento da “Amazônia Brasileira”, tendo como resultados principais o término do colonialismo português, a desintegração do escravagismo e a consagração da pátria comum: o sangue dos mártires cabanos avermelhou de vergonha o rosto dos colonizadores [...] O sacrifício do Povo massacrado da Amazônia permanece na História como testemunho autêntico de luta pela liberdade e de esperança na construção de uma *Nova Sociedade*, centralizada no *livre e pleno* exercício da *cidadania*: este testemunho constitui a Vitória dos Derrotados. (DI PAOLO, 1990, p. 379, 380)

É bem verdade que não podemos omitir que o verdadeiro ideal da Cabanagem, a eliminação das desigualdades de classe, da escravatura e da violência com os nativos, não foi atingido. A estrutura social escravocrata, de exploração e dominação permanecia plenamente apoiada pelo estado.

No entanto, a Cabanagem foi um movimento revolucionário que, segundo Ricci (2007), disseminou seus ideais e ensinou a liderança a muitos interioranos da Amazônia, que passaram acreditar na possibilidade de andar com suas próprias pernas, fazendo sua leitura e interpretação da realidade. Após cinco anos de luta, aprenderam a fazer aclamação popular e a revolução infinita. Na fuga da escravidão muitos cabanos foram perseguidos e mortos, mas outros adentraram nos rios e nas matas da Amazônia, ampliando quilombos ou criando comunidades mistas de negros, índios e mestiços.

Os contextos vão mudando e os problemas crônicos permanecem. Assim, por volta dos anos de 1870, começam a chegar os primeiros migrantes nordestinos para a Amazônia e durante os anos áureos da borracha a região tornou-se internacional, recebendo pessoas de várias nacionalidades, misturando culturas e criando novas identidades. Tudo parecia abafar as antigas lutas cabanas e apagar suas memórias.

Nesse novo ciclo produtivo, a dominação e exploração ocorreram por meio do sistema de aviamento que, para Santos (1980), tem suas origens numa instituição que começou a ser usada na região nos tempos coloniais a partir do contato de uma área de escambo e cresceu até se consolidar mediante a expansão do excedente econômico no ciclo da borracha sob o impulso do capitalismo industrial externo.

Podemos dizer, com base nas leituras realizadas, que o aviamento na Amazônia se constituía num sistema econômico, político e cultural. Através de adiantamento de mercadorias a crédito com juros exorbitantes, se criava uma servidão por dívida, a partir da qual o comerciante controlava politicamente os consumidores, se beneficiando da cultura do escambo, da falta de formação e informação da população.

Ao se referir às relações de poder na Amazônia no período áureo da borracha, Santos (1980) esclarece que é falsa a imagem de certos analistas que colocam os imigrantes como grupo dominado e os nativos como dominante. Após enumerar alguns casos simbólicos de imigrantes incrustados no grupo dominante, descreve que a massa nativa da região pertencia quase toda ao grupo dominado, atuando no extrativismo, na pequena lavoura, nos campos de pecuária, nos transportes fluviais, na estiva etc. Mas enfatiza que a Amazônia “vivenciou seu primeiro século de independência praticamente sob o impulso da economia da borracha (p. 311)”. O crescimento econômico desse período foi marcado pela grande concentração de riqueza, submetendo os grupos dominados a uma tríplice espoliação, cujos resultados, de trabalho e sacrifícios, tinham que atender uma base de negócio suficiente para satisfazer a ganância externa, a brasileira extra-regional e a intra-regional dos “aviadores”, inclusive seringalistas, levando à destruição física e cultural de parte desses grupos dominados.

Para viabilizar essa espoliação na produção e escoamento da borracha, o trabalho foi organizado através da servidão por dívida nos seringais e a manutenção pela força e coação do sistema de aviamento, que eram práticas comuns em toda a extensão da Amazônia. As resistências no ciclo da borracha ocorreram por meio de fugas; através de atividades complementares como a caça, a pesca, agricultura; e negociação comercial com regatão. Porque impedir o

seringueiro de realizar outras atividades para sua sobrevivência era uma forma de obrigá-lo a produzir somente borracha para viabilizar o sistema de aviamento.

Depois do ciclo da borracha, o sistema de aviamento foi atualizado em termos menos policiais e continuou sendo igualmente dominante em todas as esferas da vida social, principalmente da produção. Wagley (1957) nos anos 50 dizia que o aviamento era o principal elemento estrutural que regulava as relações sociais na Amazônia.

Seguindo essa linha de interpretação, por que não considerar o Fórum das Ilhas também como atualização das estratégias de resistência dos nativos, em mais uma tomada da cidade de Belém pelos ribeirinhos insulares, já que muitos dos motivos de suas lutas permanecem...

### **2.3 Relação histórica entre as ilhas e o continente**

Informações antigas e seguras sobre as ilhas são muito raras, o que pode indicar sua marginalização no processo de ocupação, mas também pode significar uma não dicotomização do território. Talvez essa perspectiva de separação tenha iniciado com a urbanização. De todo modo, os registros são bem esparsos e geralmente se referem às ilhas maiores: Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba.

Assim como a porção continental, a insular também era parte do território dos povos indígenas muito antes da chegada dos europeus, como foi relatado por Marques (2010), que em sua pesquisa arqueológica encontrou machados líticos e vasilhas de cerâmicas. Possivelmente as ilhas menores constituíam áreas de perambulação, o que pode ser relacionado com a utilização de canoas, que são referidas na literatura pós “invasão” portuguesa.

A ilha do Mosqueiro, a maior dentre as que circundam a península onde se encontra a cidade de Belém em suas partes oeste, norte e sul, possui cerca de 215 Km<sup>2</sup>. Segundo Furtado e Silva Junior (s/d), a primeira ocupação pelo colonizador português teve início nas margens da baía do Sol ao norte e nordeste da ilha. São reminiscências desta fase as fazendas Santana, na praia do Paraíso, e Conceição, defronte à ilha de Colares, que foram construídas por jesuítas e eram verdadeiros sítios agrícolas. A ilha foi também palco da Cabanagem, em que os cabanos se fixaram nas praias do Bispo e Chapéu Virado. Posteriormente, a ilha é elevada à

categoria de freguesia Nossa Senhora do Ó, pela Lei 563, de 10 de outubro de 1868. Em 1895 ascendeu à condição de vila, através da Lei 324.

De acordo com informações de Baena ([1832], 1985, p. 23), a situação de Mosqueiro era a seguinte:

Compõe-se a freguesia de 40 casas de telha, algumas de palha, dispostas em uma larga praça e duas ruas; igreja pequena, cemitério, 3 casas de negócio, 2 escolas publicas, 2 padarias, uma foguetaria, 500 habitantes na povoação, pouco mais ou menos, 1 engenho de canna movido a vapor e 4 olarias. [...] A maioria dos habitantes vive de pesca. Exporta alguns fructos para o mercado da capital e tem navegação a vapor com esta e com as povoações da costa duas vezes por mez.

Nesse processo de relações há que se destacar o período do ciclo da borracha, como um momento de grandes mudanças. Juntamente com Belém, a ilha foi contemplada com os investimentos provenientes da exploração da borracha, momento em que, segundo Cardoso (1994) em dissertação de mestrado e Tavares *et all* (2005), passou a ser usufruída como espaço de lazer pela elite belenense e por estrangeiros atraídos pelo “boom da borracha”.

Até os anos 60, a ligação entre Belém e a ilha do Mosqueiro se dava por via fluvial, e a grande afluência de veranistas de segunda residência se dava aos domingos, motivo pelo qual a ilha foi considerada “un banlieu au dimanche” (PENTEADO, 1968).

Outro evento que merece destaque é a abertura da rodovia Augusto Meira, na segunda metade da década de 1960, ligando a capital à ilha por meio da travessia de balsas pelo Furo das Marinhas. A ligação definitiva ocorreu com a ponte denominada “Sebastião de Oliveira”, inaugurada em 12 de janeiro de 1976.

A ilha de Caratateua ou Outeiro, como é mais conhecida, tem sua história marcada por uma relação de subserviência ao continente. Barbosa *et all* (2012) organizam a formação socioespacial da ilha, a partir da perspectiva da geografia histórica, em quatro períodos. O primeiro período, que corresponde à fase de apropriação e ocupação pioneira da ilha, vai até meados da segunda metade do século XIX; o segundo período, que corresponde à fase de colonização agrícola, vai da segunda metade do século XIX ao início do século XX; o terceiro período, que corresponde à fase de abandono, vai do início do século XX à década de 1980; e o quarto período, que corresponde à fase de integração à dinâmica metropolitana, se inicia a partir da década de 1980 e vai até os dias atuais.

Até o final do século XIX as ilhas de Belém foram, exclusivamente, espaços rurais onde se realizava o extrativismo e alguma produção de subsistência, ou serviam de apoio às atividades da capital, principalmente de defesa, com a instalação de fortes ou baterias. Apesar de seu papel estratégico na defesa e na provisão de gêneros, elas foram minimizadas na literatura, sobretudo quanto aos modos de viver e produzir dos ilhéus (MOREIRA, [1966] 1989).

Em relação ao *primeiro período*, há certa lacuna de informações, com poucas inscrições sobre a resistência dos indígenas Tupinambá diante do processo de ocupação de seu território.

O *segundo período* da história de Caratateua está relacionado à inserção da ilha na política agrícola estadual promovida nos últimos anos do século XIX e na primeira década do século XX. De acordo com Weinstein (1993), essa política era de fundamental importância em razão das dificuldades que o cultivo da terra e a criação de gado viviam nesse momento, tanto pelo deslocamento da maior parte da mão de obra antes empregada na agropecuária para a extração de látex, quanto pelo aumento do mercado consumidor urbano de Belém e Manaus, em consequência do aumento progressivo das exportações do látex amazônico para a fabricação da borracha pelas indústrias europeias e estadunidenses. Esta situação preocupava os governantes e na tentativa de resolver o problema foram criados ao longo do século XIX vários projetos de colonização agrícola no Pará.

Assim, segundo Cruz (1955), foi estabelecido em Caratateua, em 1893, a Hospedaria de Imigrantes de Outeiro, uma hospedaria mantida pelo Governo do Estado, cujo objetivo era receber, hospedar e distribuir os imigrantes que vinham trabalhar nos projetos de colonização. Inicialmente o projeto não se referia a uma colônia agrícola propriamente dita, como indica Maria de Jesus Benjamim da Silva (1995), em sua dissertação de mestrado sobre a ilha de Caratateua.

A Hospedaria de Outeiro foi uma primeira tentativa de resolver um dos principais problemas que dificultavam o sucesso dos projetos de colonização, as epidemias trazidas pelos migrantes, sobretudo os estrangeiros. Estas epidemias – peste bubônica, cólera etc. – assolavam as áreas de colonização causando muitas mortes, o que aprofundava o problema da mão de obra nas colônias (CRUZ, 1955).

Com o passar do tempo, aumentava o número de migrantes hospedados e ficava mais difícil a administração do empreendimento, assim como diminuía a

importância que o governo lhe atribuía. Pois existia a necessidade de ampliar a hospedaria e propor alternativas de ocupar o contingente cada vez maior de migrantes que chegava, e era complicado distribuí-lo pelas colônias. A saída para esse problema foi a instalação de pequenos lotes agrícolas às proximidades da Hospedaria de Outeiro, onde se passou a realizar a agricultura familiar, inicialmente aos moldes de uma economia de subsistência, com expectativa futura para a comercialização (SILVA, 1995).

Esse projeto consistiu numa tentativa de se criar uma colônia agrícola às proximidades de Belém, a única que teve como sítio uma das ilhas do município. Mas devido às dificuldades pelas quais passou o núcleo de Outeiro, em 1902 o governo suspendeu a migração e decidiu emancipar a colônia (SILVA, 1995).

Depois de algum tempo, a hospedaria se transformou em um orfanato, (paramaiores detalhes ver tese de doutorado de Welington Pinheiro, 2017). A desistência do projeto de colonização agrícola e a menor atuação do Estado deixaram a ilha fora de evidência e sem investimentos produtivos.

O *terceiro período*, segundo Barbosa *et all* (2012), é marcado pelo *abandono* da ilha pelo poder público; as famílias de migrantes que ficaram em Caratateua, assim como as que chegaram após a fase de colonização se voltaram para as atividades de subsistência, num modo de vida rural.

Medeiros (1971), principal referência sobre a ilha de Caratateua no período que antecedeu a incorporação deste espaço à dinâmica metropolitana de Belém, relata que assim como na ilha de Mosqueiro, em Caratateua também havia residências e sítios pertencentes às famílias ricas da capital, que para lá iam nos finais de semana e feriados, embora menos recorrentemente.

De acordo com Medeiros (1971) e Silva (1995), a população da ilha de Caratateua estava mais concentrada em três pontos: Outeiro, que já representava o “centro”; Itaiteua e Redentor, que se localizavam junto ao furo do Maguari, em locais de travessia para a vila de Icoaraci, importantes referências até a construção da estrada e instalação do serviço de travessia por balsa, no início dos anos 1970.

O *quarto período* refere-se ao processo de integração da ilha à dinâmica metropolitana, a partir da década de 1980 e tem como marco referencial a inauguração da ponte Enéias Martins em 1986, fazendo a ligação por via rodoviária

com o continente, facilitando a mobilidade dos moradores, mas principalmente o fluxo de pessoas para a ilha.

Depois da conclusão da ponte, a ilha passou a experimentar um processo acelerado de ocupação urbana, desacompanhado de um planejamento governamental adequado. Silva (1995) identificou que a forma de ocupação da ilha como expansão urbana de Belém foi predominantemente do tipo “ocupação espontânea”, principalmente por famílias de baixa renda que viam nesse espaço uma alternativa para moradia, depois de terem sido expulsas de Belém e de outros lugares.

A ilha de Cotijuba ainda possui as ruínas de um engenho de branquear arroz, na localidade denominada Fazendinha, que testemunha fragmentos de história do século XVIII, momento em que foram construídos outros exemplares, principalmente na região do Acará, como estratégia de enfrentamento à carência de mão de obra.

As ruínas do engenho são indícios do processo de ocupação da ilha e de sua relação com o continente, pois supõe-se que o arroz era para atender parte da demanda de Belém. Segundo Anderson (2001), esse tipo de empreendimento foi caindo em desuso por se tornar uma tecnologia obsoleta diante do processo de *modernização e urbanização*.

Posteriormente, a ilha é referida no contexto da Cabanagem, nos anos de 1835 e 1836, por ter sediado um hospital da Brigada Pernambucana a serviço de tropas oficiais, que combatiam os cabanos abrigados nas ilhas de Arapiranga e Tatuoca (HURLEY, 1936).

Foi encontrado outro registro, referente ao ano de 1895, em que o Barão de Marajó (1992) descreve os potenciais econômicos da ilha, indicando a riqueza de seu solo para qualquer cultura, a abundância de pedreiras, assim como sua vulnerabilidade quanto aos títulos de propriedade.

Na primeira metade do século XX, a ilha de Cotijuba aparece relacionada à imagem de isolamento como forma de redenção, com a construção da Colônia Reformatória, na primeira Interventoria de Magalhães Barata (1930-1935), com o intuito de recuperar menores abandonados e delinquentes – projeto este relacionado a uma penitenciária situada numa ilha na Suíça (NOGUEIRA DE FARIA, 1952). Dez anos depois, no governo de Zacharias de Assumpção, a

instituição passa a funcionar como Colônia Penitenciária até 1974, momento em que é desativada.

Segundo Lana Macedo da Silva (2003) em dissertação de mestrado sobre as mudanças na ilha de Cotijuba argumenta que, outro ideário do insular, relacionado ao bucolismo e de paraíso perdido, se faz presente logo em seguida ao anterior com propagação em revistas e jornais, sendo intensificado a partir de 1994, com a implantação da linha fluvial interligando a ilha de Cotijuba ao continente, por iniciativa da Prefeitura Municipal de Belém, na administração do prefeito Hélio Gueiros.

Além dessas três maiores ilhas (Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba), mais acessíveis, com áreas de terra firme e com atrativos turísticos, existem mais de trinta ilhas habitadas e que historicamente sofrem com a ausência ou inadequação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, saneamento básico, segurança pública e outras. Parece haver certo desconhecimento e/ou falta de interesse político, por parte dos gestores, sobre essa realidade insular e suas especificidades.

Segundo João Lopes (2006) em dissertação de mestrado, o processo de ocupação da ilha de Paquetá e do igarapé Jamaci é bem antigo, mas não há informações disponíveis e esse autor se detém à ocupação mais recente, identificando a existência de famílias oriundas de vários lugares como: município de Cameta, Ilha das Onças e Arapiranga no município de Barcarena, Ilha do Capim no município de Abaetetuba. Por fim, constata que há uma variedade das datas de chegada ao local, dos locais de origem, por onde passaram e o que faziam para se reproduzir. Mas registra pelo menos dois elementos em comum: a migração como forma de buscar melhores condições de vida e a origem ou moradia anterior em área insular e/ou ecossistema de várzea.

De acordo com Brazão e Silva (2007), coordenador do Diagnóstico da Região Insular do Município de Belém, na ilha Urubuoca existe relato de ocupação desde 1950 e no Arquipélago do Sul, nas ilhas Combu e Grande, há relatos de habitação desde 1900 e 1930, respectivamente. Combu é a maior ilha do sul do município e desde 1997 configura Unidade de Conservação, caracterizada como APA – Área de Proteção Ambiental, na Lei nº 6.083 de 13 de novembro de 1997,

com a finalidade de proteção ambiental e de contenção da derrubada de palmeiras de açai para extração de palmito.

Atualmente a Ilha do Combu possui energia elétrica, uma grande quantidade de restaurantes para atender turistas e visitantes; a produção do fruto do açai e do cacau é a principal atividade econômica de suas comunidades e dispõe de uma pequena fábrica de chocolate, que beneficia parte da produção local.

De acordo com Eliana Teles Rodrigues em sua dissertação de mestrado (2006), a população da ilha do Combu foi inicialmente composta por seis famílias, que foram se instalando nos locais onde atualmente existem as comunidades, com a formação de novas famílias. Na comunidade do Igarapé Combu as famílias originárias são os “Quaresma” e os “Gouveia”; na comunidade Santo Antônio, são os “Nascimento” e os “Pimentel”; nas comunidades Beira Rio, São Benedito a Preservar e no interior da ilha o predomínio é dos “Carvalho” e “Carneiro”.

A questão fundiária na ilha do Combu é uma situação bastante delicada, porque apresenta conflitos em relação à dominialidade. Há reivindicação da prefeitura de Belém, do Governo do Estado e do governo federal por meio do SPU. Segundo Rodrigues (2006, p.60), “existe uma polêmica entre os órgãos gestores do acervo fundiário do Estado do Pará quanto à dominialidade das ilhas localizadas no território paraense e não se chega a uma definição quanto à competência judicial sobre as ilhas”.

Em 2006, através da intervenção do SPU (Serviço do Patrimônio da União) e do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Brenda Batista Cirilo (2013) em sua dissertação de mestrado, relata que alguns moradores ganharam uma causa judicializada e puderam contar com certa estabilidade, através da cessão de 110 Termos de Concessão, que garantem a ocupação do terreno, o usufruto dos recursos e a passagem da concessão de pai para filho.

A indefinição quanto ao direito de propriedade contribui para a instabilidade de moradores que, somada à falta de fiscalização dos órgãos competentes, facilita a venda de terrenos, contribuindo para o aumento da especulação imobiliária e agravamento dos problemas fundiários da ilha. Atualmente esta situação se constitui em uma das principais preocupações dos moradores, como veremos no terceiro capítulo sobre a urbanização.

A ilha Grande, por exemplo, pertencia a um proprietário que a utilizava para a pecuária. E mediante relatos de moradores e informações do INCRA, encontradas no documento de uma escola da ilha, podemos conhecer um pouco mais detalhadamente essa situação fundiária:

A ilha foi considerada propriedade particular, até 1998. Segundo moradores, o antigo “proprietário” da ilha se chamava Salomão Nonato de Araújo e de acordo com alguns relatos, comprou a ilha de um estrangeiro. Embora esta área seja de propriedade da União.

Atualmente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em parceria com a Gerência do Patrimônio da União (GRPU), estão realizando reuniões na ilha para cadastrá-los e, conseqüentemente, distribuir títulos de permissão de moradia para cada família, residente na ilha. As reuniões também tinham como objetivo conscientizar os moradores da comunidade ribeirinha sobre a responsabilidade quanto ao uso, cuidado e zelo na preservação do meio ambiente colaborando assim com a dimensão cultural do país, com as vidas das pessoas. Cada morador será responsável por um pedaço de terra na ilha (Projeto Político-Pedagógico da Unidade Pedagógica São José, 2009-2011).

Interessante analisarmos certa reprodução da estrutura fundiária do país, a ilha toda concentrada nas mãos de um proprietário sem constrangimento, embora seja de propriedade da união. E quando começa a ser ocupada e reivindicada por moradores que trabalhavam nos empreendimentos do “proprietário”, há várias exigências para a expedição de Termo de Autorização de Uso - TAU. Não se trata de um título definitivo, o que seria necessário para conseguirem financiamentos em instituições de crédito.

Uma liderança comunitária e moradora antiga da Ilha Grande relatou como ocorria a relação com o proprietário no que diz respeito ao uso dos recursos ali existentes. Segundo ela, uma vez sua mãe apanhou açaí para tomarem, alguém viu e contou para o dono. Imediatamente ele mandou chamar a mãe e proibiu a repetição de tal ato. Relatou também que quando iam pescar em lagos no interior da ilha, na volta tinham que passar com o proprietário, que escolhia os peixes maiores e de maior valor para seu consumo e liberava o restante para os trabalhadores (MARIA MACHADO TRINDADE, 25/07/2018).

Depois que a fazenda começa entrar em decadência, os trabalhadores com suas famílias são distribuídos em lotes para trabalharem em regime de meia, isto é, o resultado da produção era dividido em partes iguais entre o proprietário e o morador. Mas essa informação diverge do depoimento de outro morador e liderança comunitária:

Antes a gente pagava uma porcentagem para eles, terço, né? Por exemplo, se eu ganhasse R\$ 6 reais, vamos dizer que na época dava R\$ 6 reais uma rasa com açaí, então 2 reais era deles do terreno, e R\$ 4 era nosso, mas era um terço (JOÃO RODRIGUES PINHO, 08/08/2019).

Também há divergências sobre o sentido e resultado da luta pelo reconhecimento do Termo de Autorização de Uso - TAU, expedido pela Gerência Regional do Patrimônio da União-GRPU. Segundo D. Maria Machado Trindade, foi uma luta muito grande, com resistência dos proprietários (os filhos do dono), porque queriam continuar recebendo os benefícios do trabalho dos moradores. Mas graças à política de assentamento do INCRA em parceria com a GRPU, conseguiram ficar livres das pressões patronais.

Mas seu João Rodrigues Pinho, por sua vez, interpreta esse processo enfatizando a bondade dos antigos proprietários, que permitiram a distribuição dos lotes que o poder público só formalizou:

Hoje eles liberaram para nós sermos assentado, né? Foi uma parte que eu achei muito boa do lado deles. Não mediram esforços, liberaram as áreas para nós. Deram para nós, né? o Governo só fez regularizar, mas quem deu as áreas foram eles, porque essa ilha aqui, eles que compraram. [...] Então quando você compra uma coisa, não interessa se é válida ou não, o que interessa é que você comprou, né? Então ainda temos esse mesmo nosso regime antigo de respeito pelas pessoas, e a gente continua mantendo esse respeito. A gente sabe que nós somos libertos aqui, eu pelo menos, ele chegou comigo e disse: "Isso daí tu pode tocar para frente. Só o dia que tu quiseres sair daí mesmo" há muito tempo. Aí depois vieram as leis, que eles são pessoas educadas e também conhecem as leis (JOÃO PINHO, 08/08/2019).

Essa diferença de percepção tem relação com a posição ocupada no trabalho, a condição familiar e a relação de confiança estabelecida com a família proprietária. A família de D. Maria Machado Trindade chegou à ilha Grande vinda do Marajó por causa da morte de seu pai, com a referência de uma irmã que morava com os donos da ilha, que a receberam para trabalhar na fazenda, e a relação de exploração nas atividades gerou resistência e uma visão mais crítica da situação.

Diferentemente de seu João Rodrigues Pinho, que tinha uma experiência de trabalho reconhecida com palmito de açaí, veio para a ilha solteiro e quando os proprietários estavam montando uma fábrica de palmito:

Aí eu fiquei aqui para ajudar porque eu já tinha uma prática para trabalhar com a conserva dentro da fábrica, já sabia manejar várias máquinas, como caldeira, gerador, motor para o gerador, como cortar o palmito no tanque, como preparar água para embalar, eu já tinha essa prática. Aí eu fiquei e

fui passando para os outros aí. Eu fiquei por um mês, aí o pessoal gostou do meu trabalho e me tratavam muito bem. Aí perguntaram se eu não queria ficar mais uns meses, aí fizeram um salário para mim, né? Que na época foi o melhor salário que eu ganhei na época, porque era tudo por conta deles, comida, roupa lavada (JOÃO PINHO, 08/08/2019).

Ao dizer que era bem tratado pelos donos da fazenda e da fábrica assinala que não tinha problemas de relacionamento por causa da exploração e, como se sentia contemplado, não apresentava resistências.

Não conseguimos encontrar muitas informações sobre a ilha Maracujá, que fica localizada atrás da ilha do Combu, se tomarmos como referência a área continental de Belém, como pode ser observado na Imagem/Mapa 1. Mas, em entrevista concedida no dia 27 de julho de 2019, nossa interlocutora Dona Edna Nascimento, que mora há mais de 30 anos na ilha, e atualmente é presidente da Colônia e da Associação de Pescadores do Município de Acará, além de fazer parte do Conselho Fiscal do Fórum das Ilhas, nos forneceu alguns dados valiosos.

O primeiro dado é que ainda existe certo impasse quanto à definição de jurisdição político-administrativa da ilha, “numa época tem um grupo aí que luta para passar para Belém, mas ainda não aconteceu”. O segundo dado é que na questão de saúde, se for necessário fazer uma consulta, exames, ir ao dentista, Belém é mais perto, o tempo da travessia de lancha é de cinco minutos e na capital tem mais recursos. O tempo de viagem ao Acará é de até 4 horas de barco, então preferem atravessar para Belém. O terceiro dado é que os produtos como açaí e camarão também são comercializados em Belém, assim como os bens de que necessitam lá são comprados. O último dado é que a ilha possui energia elétrica e agora podem apresentar um comprovante de residência, porque a Celpa legalizou o lugar de residência como sendo Acará.

Só para registrar parte do imbróglio, tem-se que a ilha Maracujá aparece em alguns Mapas oficiais de Belém com o nome de Cintra, mas a relação político-administrativa é com o município do Acará.

Um elemento super importante que permite a conexão entre as ilhas e o continente é o transporte. Segundo Ferreira e Aragón Vaca (2017), há duas situações para o que eles conceituam como *Circuito da produção e reprodução*: para uma parte da população, a travessia se constitui uma rotina diária, para vender seus produtos, efetuar compras, frequentar aulas ou realizar pequenos serviços;

para outra parte, a travessia é menos frequente (uma a três viagens por semana), em virtude da dificuldade de locomoção. Mas podemos complementar que pode ser pela ausência de necessidade.

A travessia é realizada em embarcações próprias dos moradores das ilhas. Quem não possui embarcação precisa pagar passagem para o vizinho que possui. No caso dos alunos existe o transporte escolar que é pago pelo poder público. Essa é a forma de deslocamento da maioria da população das ilhas. Um pouco diferente é a situação da ilha de Cotijuba que é atendida por uma linha regular, oferecida pela Prefeitura de Belém, com uma tarifa igual a praticada no transporte coletivo terrestre. Além de uma Cooperativa de barcos que presta serviço regular, mas cobra um valor mais alto. Para a ilha do Combu, também existem duas Cooperativas de lanchas que prestam serviço diariamente tanto para turistas e visitantes, como para moradores da ilha. Com um valor bem superior ao praticado pelo transporte coletivo terrestre.

Na Orla Sul de Belém vem crescendo o número de moradores das ilhas que investem na compra de lanchas para trabalharem fazendo essa conexão entre as ilhas e o continente, como se fossem táxi aquaviário compartilhado, quando o trajeto é compatível.

Todo esse movimento pode ser entendido como indicador da perenidade dos laços que sempre existiram entre a porção insular e o continente, agora bem mais intensificados em função de uma série de fatores, dentre os quais podemos destacar a diversificação de atividades produtivas dos moradores das ilhas que, em certa medida, pode ser entendida como uma estratégia de resistência frente à pressão do impacto provocado pelas novas relações mercantis travestidas de preocupação socioambiental – elemento imposto às comunidades ribeirinhas, geralmente de forma verticalizada e unilateral, como contraparte de um regramento que ignora sua cosmogonia e desconsidera suas práticas ancestrais de cuidado com a natureza por não reconhecer seus fundamentos epistemológicos, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

### **3 Capítulo 2 – DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL, CONFRONTOS EPISTEMOLÓGICOS E RESISTÊNCIAS**

Olha, tem uma coisa que eu sempre falo aqui, em relação à educação. Hoje se você perguntar qual o melhor ramo daqui das ilhas pra você ganhar dinheiro, pra pessoa levar uma vida boa? A gente sabe que é o açaí, mas a gente sabe que daqui com mais um tempo não vai mais ter açaí aqui na ilha, devido essas mudanças climáticas, a evolução, vão atravessar e chegar empresas, então tem que investir na educação (Liderança da ilha Murutucu, NAZIMIL CORRÊA, 25/07/2018).

Neste capítulo trataremos de forma mais detalhada de questões ligadas à diversidade socioambiental do território insular de Belém, buscando compreender essa realidade tanto do ponto de vista de suas relações internas quanto do ponto de vista da interação com a porção continental.

Segundo dados do Anuário Estatístico do município de Belém, a porção insular corresponde a 329,9361m<sup>2</sup> e é constituída de 42 ilhas; a porção continental corresponde a 176,5658m<sup>2</sup>, sendo a área total 506,5019m<sup>2</sup>. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM, 2012). Não obstante essa configuração, e como Moreira (1989) já havia anunciado, falta conhecimento e interesse por parte dos pesquisadores em trazer para seus objetos de estudo as ilhas que compõem a cidade de Belém.

Essa falta de conhecimento das realidades locais tem levado a uma tentativa de homogeneização das ações e programas, por parte do poder público, através de seus planejadores e administradores. O conhecimento sobre essas populações é importante pelo fato de que elas contribuem diretamente para o abastecimento da cidade com produtos como: açaí, peixe, camarão... Elas também são responsáveis pela conservação do meio em que vivem, com características raras no município de Belém.

O conhecimento das realidades locais também é importante e muito necessário para evitarmos o estabelecimento de uma dicotomia entre a área insular e a área continental, como também para não uniformizarmos a realidade insular, como se todas as ilhas do município de Belém estivessem na mesma situação – embora devamos reconhecer que muitos problemas são comuns e recorrentes no território insular. Mosqueiro e Caratateua, interligadas por pontes ao continente, diferenciam-se das demais ilhas e em muitos aspectos se assemelham bastante às periferias urbanas.

Assim como a cidade pulsa em seus pontos mais centrais, onde existem inúmeros dispositivos de cultura e lazer (como praças, teatros e museus), há um fluxo de pessoas buscando os atrativos das ilhas, movimentando bastante espaços como o trapiche de Icoaraci, o Ver-O-Peso, a Feira do Açaí, o Porto da Conceição e o Porto da Palha, que também são lugares apropriados e usados pelos atores insulares no processo de interação com o continente.

Aqui podemos dialogar com Trindade Jr. (2013) e pensarmos em *território insular ribeirinho* e *território insular híbrido*. O primeiro mantém intensas relações com o rio/água, que é visto em sua multidimensionalidade, como fonte de recursos e de representações simbólicas, como via de circulação, como espaço de uso doméstico, prática de atividades lúdicas e como elemento de lazer e de contemplação. Com grande presença da população nativa, com elementos culturais mais enraizados aos valores e saberes da floresta e do rio. Isso reforça a existência de uma forte coesão territorial e política que não foi suprimida pela chegada de agentes com outras lógicas.

O segundo se insere em diferentes processos de transformação que lhe conferem um caráter híbrido, em que permanências de formas e conteúdos se mesclam a elementos de mudanças mais recentes e onde há populações nativas convivendo com outras de hábitos mais urbanizados, decorrentes do processo de industrialização e da crescente procura pelo lazer e turismo.

O *território insular ribeirinho* está localizado em áreas mais distante dos pontos mais movimentados das ilhas e com acesso mais difícil, em alguns casos, por não possuírem os atrativos procurados pelos visitantes. Os moradores dessas partes do território são nativos que nasceram nesses locais e vivem de atividades tradicionais.

Nesses locais, segundo Lopes (2006), a organização social da produção durante o *inverno* gira em torno da pesca de camarão e a pesca (*de fora*) de peixe, realizadas especialmente pelos homens; no *verão* essas atividades são praticamente interrompidas dando vez à coleta do açaí, cujo processo é realizado pelos próprios moradores ou por terceiros. Em alguns casos, quando o solo é apropriado, a agricultura se soma a essas atividades.

Atualmente os ribeirinhos insulares continuam a se reproduzir nas franjas dos processos econômicos dominantes. Maués e Motta-Maués (1999), ao

analisarem o processo de integração de uma comunidade rural (insular) de pequenos produtores à economia capitalista, relatam que estes desenvolvem uma estratégia que combina o autoconsumo e a comercialização, a qual, por um lado, obriga o produtor a participar de uma economia de mercado e, por outro, não permite que permaneça inteiramente à mercê desse mercado, conferindo certo grau de autonomia ao seu sistema produtivo.

Uma condição que possibilita essa estratégia é a existência de uma economia mista, ou seja, a possibilidade de combinação de várias atividades, principalmente a coleta do açaí, a agricultura, a pesca de camarão, a pesca de peixe e a criação de pequenos animais. O rendimento de parte do produto que é comercializado é destinado à compra dos bens de que necessitam para a reprodução, que não são produzidos no local, como a farinha de mandioca, açúcar, sal, pão, arroz, feijão, óleo diesel/ querosene para as lamparinas (energia) e motores de embarcação, assim como para a confecção e manutenção de instrumentos de pesca e das próprias embarcações e para a compra de roupas, calçados e outros.

Os moradores do *território insular ribeirinho* necessitam estabelecer relações comerciais com o “exterior”, a fim de garantir sua reprodução biosociocultural. Mas, o tempo da comercialização é diferente do tempo da produção: a realização de atividades como coletar açaí, pescar camarão, peixe, plantar e colher ocorrem em consonância com o tempo ecológico, ao passo que a comercialização tem um horário fixo estabelecido pelo tempo mecânico (LOPES, 2006).

Para enfrentar as adversidades esses moradores constroem estratégias como a realização de manejos de açazais visando o aumento da produção, a divisão das famílias em termos de residência/casa, mas as *despesas* (consumo) são realizadas em conjunto, possibilitadas pelas relações de parentesco.

Há um movimento estratégico, no sentido de aproximação e utilização de elementos relacionados à consciência temporal “moderna” ou do mercado quando é conveniente e de distanciamento ou rejeição desses elementos quando a situação é desfavorável. Assim, pode-se considerar que de acordo com o grau de integração à lógica da economia capitalista e ao tempo do relógio, varia o grau de tensão com as “normas tradicionais” que orientam o período de realização de cada

atividade, isto é, *entre as disposições econômicas e temporais*, como sugere Bourdieu:

Deste modo, a necessidade econômica pode impor aos mais desfavorecidos condutas nas quais pode-se ver o cumprimento assim como a transgressão da tradição. Essas condutas não tomam sentido verdadeiramente nem em relação à lógica tradicional nem em relação àquela da economia capitalista. Na realidade, tal como uma *gestalt* ambígua, cada conduta pode formar o objeto de uma dupla leitura pois ela traz em si própria a referência às duas lógicas impostas pela necessidade (BOURDIEU, 1979, p.76).

Com a posse da terra, dos equipamentos de trabalho e mão-de-obra familiar, a organização social gira em torno das relações de parentesco, onde o modelo patriarcal ainda estabelece o comportamento familiar e a divisão de trabalho.

Em que pesem as mudanças e os reajustes causados pela tensão entre as lógicas temporais e econômicas, é possível observar uma organização coerente do tempo com um sistema de relações e expectativas concretas. Em outras palavras, permanecem vivos os pontos de referências que orientam os quadros temporais e espaciais, nos quais se desenrola a existência, garantida pela reprodução das práticas que permanecem sem muitas perturbações em seu âmago (LOPES, 2006).

A especificidade do estilo de vida ribeirinho e de sua produção se deve a um conjunto de diversos fatores, tais como: não distinção rígida entre a produção para o auto-consumo e para a comercialização; diversidade de práticas produtivas (não especialização ou monoculturas); variação/oscilação na produção devido à influência dos ritmos ecológicos; mobilidade dos recursos, no caso do peixe e camarão; utilização de técnicas “artesaniais”; e, sobretudo, valores culturais e suas simbologias.

Os valores culturais, as simbologias, as condições naturais que variam de acordo com os ritmos ecológicos, os equipamentos técnicos, assim como as relações de parentesco e as diferenças de sexo e idade, influenciam na organização social e orientam, regulando de certa forma, a realização das práticas produtivas.

O *território insular híbrido* é o resultado do processo de expansão urbana e da crescente procura por espaços de lazer e turismo. Esses espaços sofrem uma rápida transformação em função das representações e dos usos dos recursos ali

existentes. Geralmente a floresta é derrubada, o solo é explorado com a lavra de areia ou aterro para construções e os cursos de água são aterrados. Silva (2003), em análise sobre as mudanças na ilha de Cotijuba, constata que a praia sofreu uma redefinição, deixando de ser o espaço do extrativismo e da pesca e passa a ser o ambiente dos visitantes e turistas a procura de lazer. Simonian e Silva (2010) se referem à ilha de Mosqueiro, relatando as ocupações de “sem terra” e “sem teto”, o que agrava as tensões, conflitos e violências.

Em grande parte, os moradores do *território insular híbrido* são oriundos de áreas que passaram por reformas urbanas na porção continental e vivem em função do atendimento a visitantes e turistas que acessam as ilhas, principalmente Mosqueiro, Caratateua, Cotijuba e Combu, durante os finais de semana, feriados e férias escolares. São atividades que vão desde o transporte para a ilha e de um ponto a outro internamente, passando pelos serviços de hospedagem, alimentação, bebidas, até as atividades artísticas e culturais, como as apresentações de danças e vendas de artesanatos.

Outra parte são moradores nativos que combinam as atividades tradicionais e o atendimento aos visitantes e turistas, procurando aproveitar o movimento para garantir a reprodução em alguma atividade de serviço. É importante registrar que em muitos casos estes moradores precisam disputar espaço, em condições muito desiguais, com representantes do capital imobiliário que já se instalou, especialmente nas ilhas maiores, e que – via de regra – não respeita a ecologia local, explora a força de trabalho de forma injusta e pouco ou nada contribui para internalizar a riqueza produzida, aumentando ainda mais as desigualdades aí existentes.

A situação territorial insular de Belém é complexa, com diversos contextos específicos que precisam ser compreendidos e atendidos enquanto tal, principalmente em termos da sua sociobiodiversidade. Por isso, talvez seja mais interessante trabalhar com a perspectiva de *territórios múltiplos ou múltiplas territorialidades*, segundo Haesbaert (2007).

As territorializações múltiplas, ou multiterritorialidades, se apresentam como a experiência de se vivenciar vários tipos de territórios, em nível individual ou grupal. A multiterritorialidade admite uma dimensão quantitativa, de se ter vários territórios a nosso dispor, e qualitativa, de intervenção e vivência em diferentes

territórios/territorialidades. Se expressa nas práticas sociais cada vez mais multi/transescalares e fragmentadas em territórios rede ou reticulares, admitindo uma dimensão tecnológico-informacional, uma dimensão de poder político e uma dimensão cultural-simbólica:

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto no sentido da convivência de - "múltiplos" (tipos) de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade. [...] Pensar multiterritorialmente significa pensar tanto em múltiplos poderes quanto em múltiplas identidades e mesmo em múltiplas funções, em síntese, um debate complexo em prol da perspectiva maior de construção de uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas (HAESBAERT, 2007, p. 42,43).

Essa perspectiva permite-nos compreender as diversas situações de interações que coexistem no interior do território insular e seu entorno, em diferentes escalas.

### **3.1 Recursos Materiais e Simbólicos, Sócio-Biodiversidade**

Em termos de diversidade étnica, os ribeirinhos insulares são o resultado da miscigenação decorrente do processo de ocupação da região, mas como sugere Furtado (2011), em sua história contemporânea está presente a marca da ancestralidade indígena nas formas de uso e manejo dos recursos naturais, combinada com um simbolismo intrínseco que permeia a noção de conservação; nas relações de troca, na rede de solidariedade, na formação das redes sociais; assim como nas representações simbólicas referentes ao ambiente aquático e terrestre, além do uso do tempo.

Ser ribeirinho insular significa morar na ilha, dominar os saberes necessários para usar e manejar os recursos existentes nos diversos ecossistemas do território: saber o tempo de capturar camarão, de pescar determinada espécie de peixe, o local e a melhor técnica, saber o tempo de plantar e colher cada cultivo, saber *tariar* (administrar) a coleta do açaí e desenvolver estratégias de manejo para otimizar a produção e compartilhar socioculturalmente as simbologias que sustentam a reprodução desse modo de ser, pensar e agir.

Os atores do *território insular ribeirinho* estão envolvidos em atividades religiosas como cultos, missas, festa de santos, novenas; atividades culturais como

festival do açaí, do camarão e festas de aparelhagem; em relação ao trabalho, se encontram quase que diariamente nos locais onde vão vender seus produtos e comprar outros de que necessitam; há um simbolismo povoado pelas encantarias, principalmente das águas; já as atividades propriamente políticas, são menos comuns, apesar de muitos serem filiados ou associados a alguma organização, e quando há algum evento, geralmente são apenas representantes que participam, muito mais para socialização de informações de que para tomada de decisões.

As três maiores ilhas (Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba) possuem o ecossistema de terra firme que é mais propício para atividades de agricultura (mandioca, milho, arroz...) e horticultura; há ocorrência de árvores frutíferas de maior porte como o bacuri e a castanha; esse solo oferece também lavra de areia branca, aterro e pedra para construções. As praias de areia, além da coleta de mariscos, proporcionam atividades de lazer.

Segundo Almeida e Jardim (2011), as florestas de várzeas estuarinas caracterizam-se pela predominância de poucas espécies e famílias, associadas às adaptações morfológicas neste ambiente que favorecem a dominância de espécies como o açaizeiro (*Euterpe oleracea*); porém, em função do alagamento apresenta menor diversidade quando comparada à florestas de outros ecossistemas amazônicos.

O ecossistema mais comum nas ilhas é o de várzea, onde há grande ocorrência do açaí (*Euterpe oleracea*), recurso muito valioso para os ribeirinhos insulares, cujo fruto tem sido um componente básico da dieta alimentar e da geração de renda, especialmente no período da safra, que ocorre no verão amazônico. Para os ribeirinhos insulares a importância econômica, social e cultural do açaí (árvore e fruto) está alicerçada em seus usos práticos, isto é, em sua utilização como alimento, como produto para a comercialização e construções domésticas.

De acordo com vários moradores das ilhas de Belém que participaram da oficina da Nova Cartografia Social da Amazônia (2008), há ocorrência de outras frutas como: bacaba, bacuri, banana, cacau, castanha, cupuaçu, ingá, jambo, limão, manga, muruci, piquiá, pupunha, taperebá e uxi. Algumas dessas frutas são encontradas apenas nas florestas de terra firme.

Almeida e Jardim (2012) especificam as categorias de usos das espécies florestais citadas pela comunidade da floresta de várzea da Ilha de Sororoca no município de Ananindeua, vizinha de Belém, como: alimentar, artesanato, combustível, comercial, construção e medicinal. Essa categorização é referente ao conjunto das espécies florestais, que são extraídas, coletadas e processadas de diversas maneiras. As partes usadas são o caule, casca, fruto, folha, látex, raiz, semente, manipulados para a produção de óleos, chá, sabão, madeira, sucos, polpas, licor, jóias e instrumentos de trabalho como remo, matapi, viveiro, rasa, paneiro, entre outros.

A topografia da área de várzea não é regular ou homogênea. Segundo Hiraoka e Rodrigues (1997), há variações no relevo em relação ao nível do mar, assim como composições diferentes, as quais chamam de biotopos, especificados em: várzea alta, várzea baixa, baixa da beira e baixa do centro. Estes biotopos são recortados e drenados por uma densa rede de pequenos igarapés e furos.

Em relação ao ecossistema aquático, é de fundamental importância o movimento das águas. As marés lançantes vão aumentando de volume a cada dia, geralmente no terceiro ou quarto dia atingem seu ápice, chamado pelos moradores de “cabeça”, marco a partir do qual a maré começa a “quebrar”, ou seja, a diminuir em volume.

Mas além dessa oscilação, há outra referência muito importante que é o tempo ou movimento diário da maré, o qual pode ser dividido em quatro fases: baixamar, que é o momento de transição entre a vazante e a enchente; a enchente, propriamente dita, que dura aproximadamente quatro horas; a preamar, considerada a transição entre a enchente e a vazante; e a vazante, momento em que a maré vai baixando durante um período de aproximadamente seis horas. Há ainda os que consideram a “meia maré vazante” (momento em que a maré se encontra na metade da vazante) e “meia maré enchente” (momento em que a maré se encontra na metade da enchente).

Informações sobre a fauna aquática, mapeada pelos moradores das ilhas de Belém que participaram da oficina da Nova Cartografia Social da Amazônia (2008), ratificam a relação descrita por Lopes (2006), referente à Ilha de Paquetá: Camarão Canela (*Macrobrachium amazonicum*), Arraia (*Dasyatis say*), Tucunaré (*Cichla ocellares*), Jacundá (*Crenicichla lenticulata*), Traíra (*Hoplias malabaricus*),

Jandiá (*Rhamdia sebae*), Acará (*Geophagos brasiliensis*), Aracu (*Schizodon vittatus*), Bacu (*Lithodoras dorsalis* Val.), Bagre (*Rhamdia hilarii*), Dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), Filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), Piraíba (*Brachyplatystoma filamentosum*), Piaba (*Leporinus elongatus*), Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), Banderado (*Rhamdia* sp), Pescada (*Plagioscion squamosissimus*), Acari (*Loricariidae*), Mandubé, Tainha, Siri, Pratiqueira, Sarda, Tartaruga, Ituí, Jiju, Cangatá, Jandií, Matupiri, Sarapó, Surubim e Tamuatá.

Lopes (2006) relata a ocorrência de outros animais na área insular de Belém, como: papagaio (*Blue-fronted Parrot*), sabiá (*Mimus saturninus*), periquito (*Touit purpurata*), pato do mato (*Muscovy Duck*), garça (*Casmerodius albus*), tatu (*Euphractus sexcinctus*), mucura (*Didelphis marsupialis* L.), paca (*Agouti paca*), preguiça (*Bradypus* SP), guaxinim (*Procyon cancrivorous*) e jacaré coroa (*Paleosuchus trigonatus*).

Em linhas gerais, os ribeirinhos insulares estabelecem uma divisão temporal do ano ou do ciclo em dois períodos: inverno e verão. Essa definição do tempo se relaciona à realização das atividades, principalmente a pesca (de peixe e camarão) e a coleta de açaí. Às vezes acontece, por exemplo, de a safra do açaí se estender até o mês de fevereiro, nesse caso o verão também se prolonga. A mudança ou passagem de um período a outro é marcada pela preparação dos instrumentos ou utensílios usados na realização das atividades de cada estação. E assim que no final do inverno e início do verão os moradores insulares estão ocupados na limpeza do açazal, na confecção de rasas para a coleta do açaí. No final do verão e início do inverno, encontram-se confeccionando matapis e viveiros para a pesca de camarão, montando espinhel e reformando as embarcações para a *pesca de fora*.

### **3.2 Ontologias, cosmologias e epistemologias em conflitos**

É possível falar de ontologia, cosmologia e epistemologia relacionadas às comunidades ribeirinhas insulares frutos do hibridismo, da reinvenção de diversas tradições deslocadas (Ameríndias, Africanas e Européias) considerando a inexistência de uma tradição (escrita) como realidade ontológica enquanto rede de crenças e rituais encadeando elos de uma identidade grupal consolidada em torno de memórias sociais, ancestralidade ou de um mito de origem? Ou seja, pode-se

falar em ontologia/cosmologia/epistemologia se não há uma identidade ribeirinha insular como uma fronteira étnica demarcando o seu modo de vida de outros?

A resposta a essa indagação depende do referencial utilizado, inclusive para elaborar a própria questão. Neste trabalho, faço um breve exercício hermenêutico a partir da revisão de contribuições trazidas por autores como P. Descola (2000, 2015, 2016), Viveiros de Castro (1996, 2002), Bruno Latour (1994, 2001, 2014, 2018), Tim Ingold (2014), Edgar Morin (2001) e Sousa Santos (2018), cujas reflexões ajudam a elucidar pontos importantes da discussão sobre ontologias, cosmologias e epistemologias<sup>4</sup> – ainda que estes esquemas possuam diferenças conceituais, conflitos, diálogos, críticas e complementaridades.

Descola (2015) se dedicou ao esforço de classificação da experiência das sociedades em quatro principais tipos de ontologias (naturalismo, animismo, totemismo e analogismo), que correspondem a sistemas de distribuição de propriedades entre objetos existentes no mundo, que fornecem pontos chave para formas sociocósmicas de associação e concepção de pessoas e não-pessoas ou humanos e não-humanos. No processo de *identificação* ao qual o sujeito está exposto, dispõem apenas da sua *interioridade* e *fisicalidade* como ferramentas, assim sua organização do mundo será baseada na atribuição ou negação seletiva destes atributos às outras coisas existentes:

[...] quando confrontado com uma alteridade até então desconhecida, humana ou não-humana, nosso sujeito hipotético pode concluir ou que este objeto possui elementos de fisicalidade e interioridade análogos aos seus, e isso eu chamo de *totemismo*; ou que a interioridade e fisicalidade deste objeto são inteiramente distintas da sua, e isso eu chamo de *analogismo*; ou que este objeto possui uma interioridade similar e uma fisicalidade diferente, e isso eu chamo de *animismo*; ou que este objeto é desprovido de interioridade, mas possui um tipo similar de fisicalidade, e isso eu chamo de *naturalismo* (DESCOLA, 2015, p. 12).

Viveiros de Castro (2002) destaca que o totemismo não é uma ontologia como o animismo, mas um sistema baseado em correlações e não em relações.

---

<sup>4</sup> Essa discussão se mostrou bastante promissora, mas em função da pandemia causada pela Covid-19, não foi possível cursar o componente curricular CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E ONTOLOGIAS: ETNOGRAFIAS, assim como coletar informações específicas sobre essa temática no lócus de pesquisa. Essa empreitada será desenvolvida em outra oportunidade.

Este autor deu destaque a uma ontologia baseada em diferentes perspectivas ou pontos de vista das visões indígenas – *perspectivismo ameríndio* – sobre as interações entre seres humanos e não humanos enquanto relações sociocosmológicas, segundo as quais no mundo existem diferentes classes de pessoas que concebem a realidade a partir de pontos de vista próprios, levando em conta sua forma corpórea. Ao lado dos humanos, estariam os deuses, os animais, os espíritos da floresta, os espíritos dos mortos, os espíritos patogênicos, os mestres dos animais, os fenômenos meteorológicos e mesmo alguns artefatos – todos considerados pessoas, dotados de consciência e intencionalidade e que se percebem como humanos, tendo as suas próprias casas, roças e outros atributos culturais da vida humana (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, 2002, 2006).

Para Descola (2015), o *perspectivismo* consiste num subtipo do animismo. Mas para Gomes (2012), o *perspectivismo* deve ser compreendido menos como um subtipo do animismo e mais como modo mais inclusivo, como um aspecto constitutivo de diversas cosmologias ameríndias, que atravessa distintas formas cosmológicas, de organização social e política, no tempo e no espaço geográfico americano. E dessa forma, o conceito de *animismo* de Descola seria caudatário do *perspectivismo ameríndio*.

Já para Latour (1994, 2001, 2014, 2018), *a assimetria entre natureza e cultura* é a base da ideia de modernização que consiste em sair de uma idade de trevas, que misturava as necessidades da sociedade com a verdade científica, para entrar em uma nova idade que irá distinguir de forma clara entre aquilo que pertence à natureza intemporal e aquilo que vem dos humanos. O contexto de nossa crise ecológica ou o conceito de Antropoceno chama atenção para o fim da separação entre Natureza e Humanidade e exige que a teoria social seja modificada, a fim de explicar a simetria entre humanos e não-humanos, para conceder a não-humanos alguns direitos e mesmo uma condição jurídica, diante das desigualdades, da desregulação e tentativa de negação das mudanças climáticas.

Ao discutir os conceitos de *antropologia ecológica*, Tim Ingold (2014) critica as noções de objeto, de rede e a teoria do ator-rede de Bruno Latour. Retoma a noção de “coisa”, porosa e fluida, perpassada por fluxos vitais, integrada aos ciclos e dinâmicas da vida e do meio ambiente. E propõe a ideia alternativa de “malha”

para pensar a cultura material e as relações de comunicação, integração e fluxos entre coisas.

Boaventura de Sousa Santos (2018) concebe as *epistemologias do Norte* como aquelas que se assentam na ideia de que só existe uma forma de conhecimento rigoroso, a que se chama ciência e que é o único válido. E, em contrapartida, apresenta as *epistemologias do Sul* como um conjunto de procedimentos que visam conhecer e validar o conhecimento produzido, ou a produzir, por aqueles e aquelas que têm sofrido sistematicamente as injustiças, opressão, dominação, exclusão causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Os diálogos ou conversas entre essas epistemologias vão possibilitar a *ecologia de saberes*, que por sua vez vai permitir a *tradução intercultural*.

As influências coloniais 'clássicas', com seus referenciais fechados sobre si mesmos, dificultam a compreensão das diferenças e especificidades dos modos de vida das comunidades ribeirinhas insulares. Os autores acima referidos, cada um a seu modo e com maior ou menor alcance, trazem elementos para repensar esses referenciais e apontam elementos que nos ajudam a compreender a realidade dos moradores das ilhas, cuja forma de conceber e se relacionar com os elementos que vivem em seu entorno não é igual a dos moradores urbanos. Há representações simbólicas e imaginárias diferentes entre o morador da ilha que vive, reverencia, depende desse ambiente e os visitantes/turistas que vão conhecer, passear e usar o ambiente como atividade de lazer e/ou contemplação.

Segundo Diegues (1998), geógrafos e antropólogos franceses ao estudarem os processos marcados pela presença de mitos, os nomearam de "*ilheidade*" (*îleité*), que é diferente do conceito de insularidade que caracteriza os processos relacionados com a distância e o isolamento geográfico e social. Esses estudos destacam que as barreiras que separam os *ilheus* dos *continentais* são mais de origem sócio-cultural que puramente geográficas; constatam, além do mais, que esses fatores ligados à "*ilheidade*" ainda são pouco estudados no Brasil e que os poucos trabalhos sobre aspectos socioculturais de moradores de ilhas, na maioria dos casos, não aprofundam aspectos ligados aos sistemas simbólicos que são específicos dessas populações insulares.

De fato, existe atualmente certo crescimento da produção acadêmica sobre as ilhas estuarinas, que guardam especificidades em relação às ilhas marítimas, mas com uma preocupação ambiental e/ou ecológica, turística e como segmento em vias de integração ao moderno, ao urbano.

Os usos dos espaços/ambientes como rios, furos, igarapés, os próprios portos/trapiches domésticos, são diferentes e têm significados diferentes. O fato de os moradores insulares reivindicarem melhores condições de vida, não significa dizer que querem pensar e viver como os moradores urbanos. Durante a entrevista que realizamos com uma liderança comunitária da ilha Murutucu, a mesma retomou um diálogo que teve com uma arquiteta e professora universitária (que conheceu as ilhas através das atividades do Fórum e foi candidata a vereadora), a qual tentava convencê-lo a apoiar a aprovação e implantação de um projeto de infraestrutura para a atividade turística, que previa a construção de portos em vários pontos das ilhas para embarque e desembarque de turistas e visitantes:

Falando pra mim, a gente vai fazer um negócio de porto aqui na boca (Foz do furo Paciência) do Combu, não sei o que, não sei o que. Eu disse: olha, dona Maíza, é interessante isso, mas tem tantas coisas aqui na ilha mais necessárias, porto toda casa tem porto, o que vai acontecer é que só vai tirar o emprego do pessoal, o pessoal [barqueiros] está fazendo o serviço deles, então deixe isso pra futuramente quando nós tivermos saúde, educação, infraestrutura, quando tiver isso aí, onde a gente colocar o nosso lixo, quando já tiver todo mundo estabilizado, a gente pensa no turismo, em um porto pra ficar mais bonito, mas agora a gente não tem segurança, a gente não tem onde colocar o nosso lixo, a gente não tem educação, a gente vai pensar em porto pra trazer mais lixo pra cá? (NAZIMIL CORRÊA, 25/07/2018).

Para tentar compreender de forma um pouco mais ampla o universo ribeirinho insular e ensaiar uma possível interpretação de suas onto/cosmo/episteme lógicas, podemos seguir a pista de Maués (1995) sobre a religião em Vigia, na qual propõe que há diversas fontes para as crenças e práticas religiosas na Amazônia, como o xamanismo, com as encantarias os espíritos maus, os espíritos bons, etc. e sua integração ao catolicismo popular. Este autor, porém, constata que para os ribeirinhos todo esse complexo de temas está integrado num modelo cosmológico de universo e admite que haja integração de várias influências num mapa cognitivo, assim como existe uma heterogeneidade entre os relatos dos interlocutores;no entanto, essa cosmologia relativamente inconsistente é inconfundivelmente amazônica.

Segundo esse autor, o mapa cognitivo da cosmologia ribeirinha é predominantemente cristão, com a inclusão de crenças sobre seres encantados que vivem no ambiente. Uma concepção de “fundo” do rio, onde habitam os espíritos bons e maus, substituiu a ideia de inferno e purgatório. O rio não é um lugar mau, mas é ambíguo. Maués estabelece comparações entre os santos e os espíritos encantados com seus poderes: tanto estes quanto aqueles foram seres humanos; os primeiros vivem num lugar divino sobrenatural, e os segundos se encontram nos espaços naturais (águas e florestas); os dois são evocados com orações, os santos individualmente ou pela coletividade, os espíritos pelos xamãs; ambos são ambíguos (bons e maus), os santos também aplicam punições ao desrespeito e ao não cumprimento das promessas, assim como os espíritos podem ser protetores ou malevolentes em casos de desrespeito e abusos cometidos à natureza.

Durante trabalho de campo do curso de mestrado, Lopes (2006) coletou vários casos de seres encantados: a Sra. Luzia Baia, de 60 anos, narrou que numa das noites em que seu pai saiu para pescar na cabeceira (nascente) do igarapé Jamaci ouviu uma barulheira tão grande no meio do mato, que parecia ser um monte de cavalos correndo e revirando o mato; então ele resolveu ir para sua casa o mais rápido possível. Ao amanhecer retornou ao local para verificar o que havia ocorrido e, para sua surpresa, não havia nenhum mato quebrado.

A mesma senhora contou também que seu primo, Manoel Ferreira Baia, saiu para pescar a noite na outra cabeceira do mesmo igarapé (que em determinado ponto sofre uma bifurcação por isso consideram duas nascentes), quando de repente começou a ouvir barulho de gente falando e de batidas de remo, como se fosse um enterro (antes os mortos eram transportados em embarcações movidas a remo). Resolveu voltar imediatamente e quanto mais ele remava, mais o barulho se aproximava, como se estivesse seguindo-o. E quando ia chegando próximo da primeira casa, no momento que ia gritar por socorro o barulho cessou.

Outro caso, narrado pelo jovem Marcio Baia da Costa: certa noite o Sr. Joventino, de 54 anos (tio de Marcio), saiu para pescar e viu um “cara pelado” (um homem nu) na raiz de um mangueiro, no chamado poço do defunto, também localizado em uma das cabeceiras do igarapé Jamaci. Segundo a interpretação local, trata-se de um antigo morador, cujos parentes não residem mais no local, que

saiu para pescar a noite em um poço (como chamam localmente para as partes mais fundas do igarapé). Este morador tinha o hábito de tirar a roupa (possivelmente para não molhar), não se sabe ao certo o que aconteceu, o fato é que ele não retornou para sua casa; no dia seguinte os parentes foram procurá-lo e encontraram a roupa dele pendurada num galho de árvore e o corpo sem vida no fundo do poço. Nesse poço nasceu uma árvore de mangue, bem no meio, por isso chamam de “poço do defunto”.

Essas narrativas têm em comum os locais, as cabeceiras do igarapé, que segundo os moradores são locais onde ocorre a reprodução de peixe e de camarão. Assim, pode-se interpretar que essas visagens/seres encantados constituíram e constituem uma espécie de interdição e que não há, para os moradores, uma concepção dualista na relação cultura/natureza (LOPES, 2006).

A Sra. Nazaré Baia, de 54 anos, contou que seu neto de quatro anos foi assombrado pela lara, porque só vivia na beira do igarapé. Segundo a crença local, a lara vive ou vivia em um poço que ficava bem próximo da casa em que morava o garotinho. A criança estava magra e amarela (pálida, anêmica), então resolveram levá-la para uma senhora da ilha Urubuoca benzer, a qual diagnosticou que o menino havia sido *malinado* (sofrido um mal) pela lara e passou uns banhos com ervas para desfazer a ação da entidade encantada.

Outro caso foi narrado por Aldinei da Costa, de 11 anos. Tratava-se de um conhecido, residente na ilha de Arapiranga (Município de Barcarena, onde residia parte de seus parentes paternos), que era acostumado caçar mucura toda noite. Certa vez ele saiu, viu uma mucura e deu-lhe um tiro, ela não morreu e logo em seguida apareceram mais cinco e ficaram “achando graça” (rindo) para ele. Então o caçador ficou desesperado, saiu correndo para sua casa e quando chegou estava com muita dor de cabeça. E a partir desse acontecimento não quis mais saber de caçar mucura.

Segundo o Sr. Alexandre, de 43 anos, que nasceu e continua vivendo no Jamaci, atualmente só tem uma matim (matintaperera) que fica assobiando de noite por aí, mas não faz mal nenhum.

Nesses casos gostaria de destacar como um dos elementos importantes o fato de haver jovens e crianças absorvendo esses aspectos simbólicos e participando das narrativas, o que pode ser interpretado como indício de

continuidade. Mas se pensarmos nessa condição apenas como possibilidade de convivência com o catolicismo popular, como sugere Harris (2006), pode ser mais difícil explicar a permanência e a reprodução desse imaginário, porque as ilhas estão sendo dominadas por congregações evangélicas, de várias denominações.

O catolicismo que se desenvolveu ao longo do século XIX é importante para o entendimento da identidade do ribeirinho de modo global [...] a conversão exige uma ruptura radical em relação ao presente. Especifica uma série de mudanças na vida pessoal e no comportamento corporal, tais como quais alimentos podem ser consumidos, que roupas podem ser usadas, a proibição em relação a bebidas, ao cigarro, ao adultério, a brigas e festas católicas. [...] O que também é perdido na conversão é o conjunto das crenças associadas ao ambiente encantado. Os protestantes consideram as histórias sobre o boto e outros seres (a cobra grande etc.), o poder do pajé, a panema, e assim por diante, como superstições que devem ser descartadas na busca pelo conhecimento verdadeiro. [...] não é apenas uma conversão doutrinal; é uma refutação de todo um modo de vida. Envolve a rejeição da personalidade passada. Os convertidos passam a habitar um universo discursivo diferente. Desse modo, a mudança deve ser uma mudança cultural completa, onde a pessoa pode até ganhar novos grupos de parentesco, numa tentativa de reconstrução das redes (HARRIS, 2006, p. 94, 97, 98).

A questão religiosa é um tema muito importante, por causa dessas mudanças de predominância do catolicismo para o protestantismo, ou melhor, para “evangélicos”: aos praticantes dessa vertente não aceitam essa denominação, porque segundo eles, não “protestam” e sim “evangelizam”. É uma mudança percebida e enaltecida pelos próprios ribeirinhos insulares, como se observa na declaração de uma liderança da ilha do Combu:

Só tem uma igreja Deus é Amor, Assembléia de Deus tem seis dentro da ilha. A religião predominante seria a evangélica, pouquíssimos ainda são católicos. Eu sou simpatizante da evangélica, a ideia de adorar uma pedra como uma intercessora a Deus, não cai muito bem na minha mente. E aí, na ilha Maracujá aqui próxima é a católica, tem círio do perpétuo Socorro lá, é até bonito, tem aquele negócio que eles vão nas casas rezando, novena. O Combu só é essa igreja lá dentro do Piriquitaquara (igarapé) que tem um grupinho que também é católica, o resto até os mais antigos estão se convertendo às evangélicas, estão vendo a verdade e estão se convertendo (EDNEI NASCIMENTO, 30/12/2019).

Essa questão necessita de aprofundamento, mas parece que, no contexto insular em análise, a intensidade das mudanças de concepção e no modo de vida dos convertidos foi amenizada. Durante a visita de campo à ilha Grande com uma turma do Curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará, no dia 8 de junho de 2019, tive a oportunidade de ouvir Dona Rosirene Machado Trindade,

que é protestante pertencente à igreja Assembleia de Deus, narrar a história de um morador da ilha que se transformava em lobisomem – além de outras histórias que fazem parte da crença popular amazônica e que para Dona Rosirene são reais, como da matinta pereira, do boto, da mãe da água e outras. Segundo ela, a religiosidade faz parte das vivências da comunidade, seja por parte da comunidade católica, seja por parte da comunidade evangélica.

A cultura vivenciada pela comunidade é ligada às atividades religiosas como as festas de padroeiro/a como o Círio de Nazaré, assim como a todos os outros aspectos da vida, inclusive o trabalho, cujos meandros são atravessados pelos sistemas simbólicos que aí interferem de forma estruturante, pois os ribeirinhos possuem uma cosmologia que já considera a natureza como ator, e seus vários elementos são considerados humanos ou possuidores de uma dupla identidade. Em sua representação das águas, os botos se transformam em humano sedutor, a Matinta é pássaro e gente ao mesmo tempo; os espíritos protetores da floresta, como a lara e o Curupira, estão sempre atentos aos desmandos e à falta de respeito à natureza por parte de pescadores e caçadores ambiciosos.

Segundo Castro (1999), a noção de trabalho faz parte de um sistema mais amplo de ações e de estratégias indissociáveis de outras atividades do cotidiano, bem como das relações de parentesco, políticas e mesmo religiosas, todas envoltas em concepções da natureza, das águas e da floresta que são difíceis de entender a partir dos valores das lógicas de reprodução que presidem a sociedade capitalista, fundados em princípios que negam a territorialidade e a etnicidade desses grupos e, sobretudo, *suas modalidades de organizar o trabalho*.

Em uma situação que tive oportunidade de observar, durante uma oficina de Piscicultura ministrada por um técnico da EMATER, na casa de um morador na ilha Grande, discutia-se a criação de peixe em cativeiro com o objetivo de auxiliar os ribeirinhos insulares em sua reprodução no período do inverno, que corresponde à entressafra do açaí, quando as chuvas são mais intensas e as marés mais altas, o que dificulta a pesca e a captura de camarão. No meio da oficina o técnico pergunta qual seria o destino do peixe, se era autoconsumo ou comercialização, porque se referia a exemplos de açudes em fazendas. Então o morador da casa onde acontecia a oficina disse: “Aqui o pessoal está criando muito, mas só pro consumo, se der para vender a gente vende, entendeu” (JOÃO PINHO,

01/08/2019). Na lógica do morador, o que é produzido ou extraído pode ser consumido pela família ou comercializado, dependendo das circunstâncias.

Em outra oficina na ilha de Paquetá, o mesmo técnico, com o mesmo objetivo de auxiliar no planejamento da criação de peixe, explicando como deveria ser o açude, perguntou sobre o nível da maré mais alta. O morador da casa disse que variava muito, mas tinha umas que eram muito grandes. Então o técnico sugeriu de fazer a despesca antes do período dessas marés, para não correr riscos de perder tudo com o transbordamento do açude. Sendo que o principal objetivo era ter nesse período uma fonte de alimentação e uma possível renda com a comercialização do peixe criado.

Em realidade, essas atividades que poderiam ser consideradas alternativas à sazonalidade local passam a requerer uma série de exigências e cuidados extra devido à pressão ambiental que dificulta ou compromete a reprodução das espécies (peixe e camarão). Referimo-nos a fatores como poluição das águas, densidade populacional nas ilhas, ruídos e ondas provocados pelo movimento das embarcações e a pressão sobre os estoques de recursos naturais, tanto no caso da produção para o autoconsumo quanto para a comercialização. Essas alternativas seriam viáveis e interessantes para os moradores como atividade associada ao conjunto de suas práticas de reprodução e não como uma monocultura destinada à lógica de mercado.

Situação análoga é analisada por Silvia Rivera, ao abordar a discussão sobre desenvolvimento, modernidade e a pertinência do projeto indianista, explicitando a diferença da cosmologia indígena em relação à concepção temporal ocidental:

El proyecto de modernidad indígena podrá aflorar desde el presente, en una espiral cuyo movimiento es un continuo retroalimentarse del pasado sobre el futuro, un “principio esperanza” o “conciencia anticipante” que vislumbra la descolonización y la realiza al mismo tiempo. No hay “post” ni “pre” en una visión de la historia que no es lineal ni teleológica, que se mueve en ciclos y espirales, que marca un rumbo sin dejar de retornar al mismo punto [...] El presente es escenario de pulsiones modernizadoras y a la vez arcaizantes, de estrategias preservadores del status quo y de otras que significan la revuelta y renovación del mundo: el *pachakuti* (RIVERA, 2010, p. 54 e 55).

É necessário prestarmos mais atenção à especificidade das formas de organização das comunidades ribeirinhas insulares, pois existem procedimentos,

arranjos e estratégias que, de acordo com Castro (2000), são recorrentes entre as ditas *populações tradicionais* para garantir a reprodução do grupo:

Essa adaptação a um meio ecológico de alta complexidade realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e as diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado. Suas atividades apresentam-se complexas, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os recursos, e é justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução do grupo, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo (CASTRO, 2000, p. 169).

Teisserenc (2010a) faz referência a fenômenos de interferência no território: entre cultura, economia e política, entre a ordem social e a ordem simbólica, entre o material e o imaterial, apostando na probabilidade de que a noção de *hibridação* seja útil para dar conta de certos resultados das interferências dos processos de *territorialização* e *ambientalização*. Para Rivera Cusicanqui (2010), entretanto, a idéia de hibridação não é coerente, porque pressupõe a anulação do que é misturado ou fundido.

Lo indio no debe ser planteado entonces en términos de una identidad rígida, pero tampoco puede subsumirse en el discurso ficticio de la hibridación. Lo *ch'ixi* como alternativa a tales posturas, conjuga opuestos sin subsumir uno en el otro, yuxtaponiendo diferencias concretas que no tienden a una comunión desproblematizada. Lo *ch'ixi* constituye así una imagen poderosa para pensar la coexistencia de elementos heterogéneos que no aspiran a la fusión y que tampoco producen un término nuevo, superador y englobante (RIVERA, 2010, p. 7).

Como aspecto fundamental dessa discussão, destacamos o fato de que essas divergências notadas nos modos de vida dos ribeirinhos insulares em relação ao modo de pensar e viver ocidental são resultantes de sua atuação a partir de bases ou *horizontes epistemológicos* diferentes, que a ideia de modernidade ocidental tentou anular, destruir e silenciar. Por isso é necessária sensibilidade para reconhecer essas outras ontologias, cosmologias e *epistemes* e atuar na luta pela descolonização.

Para o contexto boliviano, a socióloga Silvia Rivera Cusicanqui (2016) sistematizou os fundamentos epistemológicos do pensamento andino em quatro elementos: 1) Reconhecer que os sujeitos não humanos, montanhas, rios, animais, são entidades com as quais dialogas; 2) O diálogo com os mortos, que vivem, falam, orientam os vivos e permitem identificar os limites éticos que não podem

exceder; 3) Criar, viver, inventar comunidade é a reprodução da vida, implica uma ética do cuidado por parte de homens e mulheres, onde as decisões não são tomadas pelo dirigente individualmente, “mandar obedecendo”; 4) Aproximar-se e praticar a língua nativa. Nota-se aí, ao contrário da episteme colonial/ocidental, que não há uma dicotomia entre pensamento e prática, entre cultura e natureza – principal alvo das críticas de Cusicanqui às teorias decoloniais mais expressivas, por proferirem discursos vazios e reproduzirem práticas coloniais.

Diante de processos como o Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas, os ribeirinhos insulares começam a aparecer como um grupo social específico, com modos de vida diferenciados, reivindicando sua participação nas políticas públicas e decisões governamentais. Essas reivindicações e as intervenções pelas autoridades continentais afetam o modo de vida dos moradores das ilhas, como a implantação de áreas naturais protegidas, no caso da ilha do Combu, equipamentos e infraestrutura para atender as atividades de lazer e turismo, serviços de energia, escola, posto de saúde... que na maioria das vezes não respeitam saberes, crenças e práticas locais.

De acordo com Castro (1999; 2000) e Teisserenc (2011), a questão do reconhecimento dos saberes locais em um contexto de ambientalização, juntamente com a reivindicação do território, é de fundamental importância, na medida em que se impõe como espaço que permite a esses saberes demonstrarem sua pertinência pela capacidade das comunidades de conceber e explicitar um modo de produção alternativo.

No caso das ilhas estuarinas do entorno da cidade de Belém, existe a questão da proximidade, que facilita a interação com o continente em sentido de mão dupla. Esse fator pode ser um dos motivos das constantes mudanças que afetam os modos de vida do ribeirinho insular, tratados por Harris (2006). Mas é necessário reconhecermos que essa mudança no desencantamento do mundo não atinge a todos de maneira igual. Em um território múltiplo e plural, diferentes atores percebem e vivenciam as experiências de forma diversa. Na porosidade do cotidiano, esses atores se localizam nas “malhas” ou teias conforme o lugar social e simbólico em que estão situados, ora resistindo individualmente aos apelos da ‘modernidade’, ora cedendo, outras vezes se organizando em coletivos e tentando fazer frente aos crescentes desafios da contemporaneidade.

### 3.3 Dominação, resistência e associativismo

A história da Amazônia, depois da chegada dos colonizadores, tem sido de dominação e resistência, embora essa última nem sempre seja evidenciada, justamente porque os narradores e escritores a registravam a partir de seu ponto de vista como conquistadores e vencedores.

Depois da cabanagem não houve outro movimento com capacidade de mobilização de base que questionasse, de forma radical, a ordem estabelecida, embora saibamos que não havia unidade programática e que as diferenças de perspectivas das lideranças e da massa no interior do movimento o fragilizaram muito a ponto de levar a seu esfacelamento. Essa 'derrota' do movimento cabano e a inexistência de um sucedâneo nos mesmos moldes podem nos levar a interpretar que a dominação suplantou a resistência. Mas, por outro lado, podem também indicar que esta passou a se manifestar por outras formas.

Há uma vasta trajetória das teorias da dominação, mas aqui não vamos retomar esse longo debate. Vamos nos valer da discussão mais recente abordando dois autores que, em nosso entender, se complementam por perceberem o par dominação/resistência de forma bastante diferentes: Pierre Bourdieu e James Scott.

De acordo com Bourdieu (2014), quando as pessoas vivem em um contexto social igual ao que produziu seu *habitus* elas interiorizam as estruturas desse contexto como naturais. Isto é, quanto mais estáveis as estruturas objetivas e quanto mais elas se reproduzem nas disposições dos agentes, maior é a extensão do campo da *doxa*, daquilo que é dado como natural. A experiência primeira do mundo social, a *doxa*, resulta da relação entre o *habitus* e as estruturas sociais existentes, o que torna impensáveis os arranjos sociais alternativos. O *habitus* é entendido como matriz de percepções, de apreciações e de ações. É essa inculcação inconsciente das formas de ver o mundo que constitui o mecanismo central da dominação. Seu olhar não avança na direção de um possível mundo escondido, que a obediência à ordem estabelecida encobre.

De modo geral, o sociólogo francês enfatiza a eficiência dos *mecanismos de dominação* e tende a desprezar *elementos de resistência*. Já o sociólogo estadunidense entende que é decisão estratégica dos subalternos resistir sem

desafiar, de forma aberta e explícita, a ordem estabelecida. Ou seja, há uma inversão na ênfase.

Ao falar de resistência silenciosa ou cotidiana, Scott (2000) argumenta que os oprimidos sempre podem pensar que a ordem dominante não é inevitável, pois a dominação nunca é tão sólida como pretendem as elites. Analisa diferentes casos de setores subordinados que resistem em diferentes momentos da história, em distintas regiões do mundo, para concluir que o discurso escondido é um padrão universal dos despossuídos e cruza a resistência desde a escravização de povos africanos até aquela dos trabalhadores do capitalismo contemporâneo. Mas, por sua condição de dependentes, os subalternos escondem suas práticas e encobrem suas vozes por meio da arte do disfarce, do ocultamento e desfiguração, criando espaços sociais onde criam e compartilham uma subcultura da dissidência. Desse modo, o discurso oculto é constantemente reelaborado para negar o discurso que legitima o poder e a dominação. Essa resistência não se limita à obtenção de recursos materiais ou políticos, é uma luta na qual se disputam os significados no campo da cultura.

Para este autor (SCOTT, 2011), há uma grande diferença entre a resistência cotidiana e a resistência mais institucionalizada politicamente: a primeira se distingue mais evidentemente de outras formas de resistência por sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos. Enquanto a segunda é formal, ostensiva e preocupada com a mudança sistemática, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos *de fato* imediatos. Isto é, suas estratégias não proporcionam manchetes jornalísticas, sua segurança repousa no anonimato. Além disso, revela uma limitação teórico-metodológica, dizendo que a história e a ciência social simplesmente não estão bem equipadas para revelar as formas silenciosas e anônimas de luta e resistência. Por isso muitos pesquisadores não encontram o transcrito escondido e acabam acreditando na hegemonia.

Karl Monsma (2000) ressalta que Scott tende a exagerar sobre o grau de polarização nas transcrições escondidas e a ignorar as ambiguidades e as contradições da resistência cotidiana, que pode produzir melhorias reais para os subalternos e, ao mesmo tempo, fortalecer a estrutura de dominação. Mesmo reconhecendo que Scott traz grande contribuição à compreensão dos processos

de resistência cotidiana, que considera a dominação indireta e complexa, ressalta que a questão é mais complexa e contraditória do que ele admite.

Um ponto da abordagem de Scott problematizado por Luís Miguel (2018) é sobre a ausência de um horizonte ideal alternativo, que pode tornar a ação conservadora ou reacionária. Outro problema é o foco em hierarquias mais rígidas e personalizadas em contraste com as formas impessoais, fluidas e adaptáveis pelas quais as estruturas de dominação se expressam, principalmente, com a reconfiguração das relações interpessoais mediadas pelas novas tecnologias da comunicação. Mas admite que apesar dos limites, o reconhecimento da existência de uma fissura entre a aceitação ostensiva da ordem e as disposições efetivas dos agentes sociais é importante para a produção de estratégias políticas voltadas para a transformação do mundo social.

### 3.3.1 Estratégias de dominação clientelistas

Precisamos compreender a relação entre o comerciante e o freguês como uma relação social de importância capital para a sobrevivência dos desfavorecidos, devido à ausência de políticas públicas emancipatórias. Essa relação social possibilita a existência de produção mercantil e constitui relações de poder assimétricas, alimentadas pela reciprocidade, como a ajuda aos fregueses em casos de perigo, em troca da fidelidade comercial, política e cultural.

Bons ventos sopraram o anúncio de novos tempos e o aviamento sofreu duros golpes, mas continuou a se reproduzir com o aparecimento de "marreteiros" ou "atravessadores" que atualizaram esse sistema, que, como fornecimento de mercadorias a crédito para viabilizar a produção, continua permeando a economia em setores expressivos da população desassistida de políticas públicas adequadas a sua realidade.

Dentre as alternativas de trabalhadores rurais, extrativistas e demais segmentos expostos à violência do sistema de aviamento, Carmely (2004) se refere à criação de cooperativas no Acre, pensadas como estratégia para enfrentar os atravessadores (marreteiros). Assim, em 1988 é fundada a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (Caex), e em 1993 a Cooperativa Agroextrativista de Brasília (Capeb), ambas com usinas de beneficiamento de castanha. Mas

denuncia que ao longo do processo, as estratégias ecológicas e de "flexibilização" promovem a piora das condições de vida das trabalhadoras:

Aqui, as mulheres trabalhavam em média de dez a doze horas por dia, e muitas não recebiam o valor do salário mínimo. Aquelas cuja remuneração superava um pouco o salário mínimo graças a uma produção maior, com a permissão da gerência da Usina levavam para lá membros de sua família, principalmente os filhos pequenos [...] Inicialmente, a proposta cooperativista da Caex e Capeb alardeava combater o sistema de aviamento que ainda perdurava nos seringais da região. Mas, a partir da descentralização da produção para os domicílios das mulheres quebradoras, vemos em documentos da Caex que esta paga as trabalhadoras com mercadorias (CARMELY, 2004, p. 1).

No texto, a referida autora não se remete ao tipo de mercadoria e nem à comparação entre os preços da cooperativa e os preços praticados no mercado.

Segundo Aldo César Figueira Sampaio (2002) em dissertação de mestrado, as dificuldades enfrentadas pelas propostas de extinguir a patronagem na Amazônia, em grande parte, residem na deficiência de compreensão e definição desta realidade. Vejamos: o sistema de aviamento tem duas origens aparentemente antagônicas que garantem sua permanência até os dias atuais: simultaneamente é fundado pelo mercado financeiro e de produtos capitalistas e fomenta relações não-capitalistas, que se reproduzem graças à exclusão do próprio sistema econômico.

Ao analisar a permanência do sistema de aviamento na pesca artesanal, Alves (2006) conclui que essa prática tradicional continua a se reproduzir com algumas mudanças, considerando que para a maioria dos pescadores ter crédito, hoje, ainda significa ser capaz de se vincular a um 'patrão forte', que possa ajudar nos momentos de dificuldades.

Enquanto houver produtores incipientes, setores e infraestrutura excluídos das relações formais capitalistas, o sistema de aviamento tende a se reproduzir como alternativa de comunicação com o mercado financeiro e comercial (SAMPAIO, 2002), escamoteando a lógica da produção capitalista que tem na exploração e apropriação dos valores gerados pelo trabalho a base de sua reprodução (CAMELY, 2004).

Mesmo sem o desaparecimento do sistema, há algumas mudanças significativas na vida de muitos trabalhadores. No caso dos ribeirinhos insulares há os que preferem a segurança da relação de fidelidade tradicional patrão-freguês ao

risco de desvantagens nas equivalências comerciais; outros preferem a liberdade de mercado e assumem o risco de insegurança em momentos difíceis. Assim como há os que transitam nas duas possibilidades, dependendo da conjuntura econômica e política, com maior autonomia de ação, que deixa espaço para práticas de transformação social, maior engajamento, participação política e luta pela construção de instituições democráticas.

A realidade é complexa e existem elementos contrários a uma perspectiva totalmente otimista das mudanças em curso, como a omissão do Estado na prestação de serviços básicos, ausência que favorece a continuidade de laços de fidelidade patronal; além das práticas que reproduzem as relações personalizadas e o clientelismo nos sistemas políticos tradicionais, assim como nas próprias organizações com perspectivas de democratização das relações sociais.

No território em questão, podemos considerar que estão em operação três sistemas de representação: o sistema de parentesco, o sistema religioso e o sistema político. Geralmente esses sistemas são convergentes, mas ocorrem situações em que são concorrentes e/ou conflituosos: no sentido das diferenças de posicionamentos entre as lideranças. Vale ressaltar que essas relações são dinâmicas e se renovam com as alianças matrimoniais, com as migrações, com os falecimentos, com as novas gerações etc.

Existem casos em que apenas uma liderança representa os três sistemas (parentesco, religioso e político), por exemplo, na comunidade do Jamaci/Ilha de Paquetá, com o falecimento da matriarca, seu filho, que já representava a liderança nos planos religioso e político, assumiu-a também no sistema de parentesco.

Há situações em que há uma liderança parental, duas lideranças religiosas (católica e evangélica) e políticas diferentes; por exemplo, na comunidade São José na ilha Grande, a matriarca assumia a liderança dos três sistemas, mas com a entrada de parentes em congregação evangélica se dividiu o sistema religioso e, de certo modo, o político também. Com a idade avançada, a função mais política também vai sendo repassada para um herdeiro mais alinhado ideologicamente. Identificamos conflito na distribuição de cestas básicas em uma ação solidária realizada pela igreja católica, por ocasião do natal: a matriarca entendia que apenas os fiéis da igreja católica deveriam receber a doação; o filho que assumiu a

liderança política defendia que todos os moradores recebessem independentemente de filiação religiosa.

Há casos em que há uma liderança parental e uma liderança religiosa (evangélica) e política diferente, como no caso da ilha de Paquetá, onde existe certo alinhamento entre as lideranças os conflitos, se existem, não são evidentes.

Observamos certa complexidade organizacional nas relações entre os sistemas de representações, nem sempre aparentes, mas que se manifestam nos momentos de disputas políticas eleitorais, de implementação de políticas públicas e em ações de solidariedade. Isso não significa dizer que são percebidos e compreendidos por atores externos.

O local a se instalar um sistema de abastecimento de água, por exemplo, precisa ser bem estudado e negociado. Caso contrário corre-se o risco de não alcançar o objetivo esperado. Uma moradora do Jutuba II relatou que iriam ser contemplados com um sistema de captação e tratamento de água do rio, mas a pessoa que se dizia representante queria que a instalação fosse feita em sua propriedade e boa parte dos moradores que seriam beneficiados não concordavam. O conflito não foi resolvido e a obra não foi realizada.

Outra situação identificada foi na comunidade Nossa Senhora de Nazaré na Ilha Grande, onde havia uma escola municipal construída de madeira na gestão do prefeito Edmilson Rodrigues, próxima à casa da primeira professora da ilha. Na atual gestão do prefeito Zenaldo Coutinho, o prédio foi derrubado, com a promessa de se construir outro em alvenaria, promessa essa que não tinha aprovação da referida professora, que não estava presente no momento da demolição. Depois a prefeitura propõe a construção da escola em outra parte da ilha, sob a alegação de que o terreno onde estava localizada não é apropriado (não oferece condições físicas) para a construção em alvenaria. Segundo a moradora Nazaré Machado (2019), a situação foi judicializada e a professora encontra-se em tratamento de depressão em decorrência do acontecido.

O sistema de parentesco é fundado nas relações entre os parentes (consanguíneos e afins) e a liderança geralmente é uma pessoa mais idosa do grupo, cuja legitimação é construída de forma mais endógena.

O sistema de representação religioso foi se estabelecendo a partir de influências externas, em que a legitimação da liderança depende tanto do grupo

como do poder eclesiástico, respeitando a hierarquia da instituição. No território insular há uma forte influência das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, vinculadas à igreja católica, assim como das diversas congregações evangélicas.

O sistema de representação política é mais recente e recebe forte influência externa, pelo fato de o perfil exigido ser em grande medida moldado pelo mundo exterior, algumas vezes o tipo ideal requerido se choca com os valores e arranjos organizacionais do grupo. Nem sempre a liderança é reconhecida pelo grupo ou não corresponde ao perfil esperado pelas demandas exógenas, como veremos a seguir.

### 3.3.2 Associativismo e cooperativismo

Constatamos, no território insular, a existência de várias organizações de caráter mais político e econômico como: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Belém – STRB; Associação de Moradores da Ilha Murutucu – AMIM; Associação de Moradores e Produtores Agroextrativistas da Ilha Grande-AMPAIG; Colônia de Pescadores Z80, Acará; Associação de Moradores da Ilha de Paquetá – AMIP; Associação de Moradores, Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combú-AMEPI; Conselho de Segurança da Ilha de Caratateua-CONSEG; Cooperativas de Barqueiros e Lanchas; Cooperativas de Produtores; Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém-MMIB; Associação de Pescadores das Ilhas de Belém-ASPIB; entre outras. Além da presença de Organizações Não Governamentais-ONGs.

Em sua dissertação de mestrado Geldes Castro (2010), demonstra que as relações estabelecidas entre os diferentes atores e instituições favoreceram o surgimento de organizações que se autodenominam ambientalistas em seus discursos, mas principalmente em suas práticas em defesa da ilha de Caratateua, e que o conjunto das ações locais empreendidas pelas organizações favorece a produção contínua do território.

É possível observar certo consenso entre diversos autores quanto à necessidade de organização dos atores sociais locais. Talvez esse elemento constitua um dos principais obstáculos no processo de construção do desenvolvimento local, por várias razões:

- a) A sociedade vive um processo de centralização do poder e de atomização do ator, devido à cultura individualista disseminada pela lógica capitalista;
- b) O assistencialismo e o clientelismo inscritos no código da cultura política e encarados como naturais (KAHWAGE & HURTIENNE, 2007);
- c) Descrédito com as políticas públicas, por serem eleitoreiras, inadequadas e sofrerem descontinuidade com as mudanças de gestão;
- d) Organizações criadas por indução (exigência para receberem benefícios/financiamentos...) e com atribuições definidas externamente (MANESCHY, CONCEIÇÃO E MAIA, 2010);
- e) Democracia representativa, omissão na participação e transferência de responsabilidade para os dirigentes/representantes;
- f) Participar envolve riscos e encargos que não são iguais para todos, variam de acordo com a situação familiar, formação política, etnia, sexo e outros fatores (MANESCHY, CONCEIÇÃO E MAIA, 2010).

No caso da área insular há certo potencial organizativo; praticamente em todas as ilhas essas organizações se fazem presentes, embora muitas se encontrem em situação caracterizada como de refluxo ou dormência, realidade análoga àquela encontrada no nordeste paraense, por Maneschy, Conceição e Maia (2010).

O refluxo e/ou dormência estão relacionados, também, com as questões legais. As que conseguem a formalização, muitas vezes não conseguem manter por muito tempo, devido à ausência de recursos financeiros para as renovações ou porque contraíram financiamentos e seus sócios não honraram o compromisso com o pagamento, por problemas de gestão e/ou de assistência técnica. Acrescente-se isso a dificuldade de mobilização, de aproximação, de deslocamento/ acesso, a falta de recursos financeiros, principalmente no período mais chuvoso e de grandes enchentes, que tendem a se tornar obstáculos para os atores e suas organizações.

Numa análise mais atualizada podemos verificar que essas organizações perderam força e influência diante de várias circunstâncias, como o falecimento de lideranças importantes, a descredibilidade de outras, a ineficácia de algumas ações desproporcionais em relação aos problemas enfrentados, a omissão do poder público, entre outras. Mas continuam existindo, resistindo, se renovando e se reinventando.

Scott, como vimos, acredita que a maioria da ciência social errou em considerar organizações formais, tais como sindicatos, movimentos sociais ou

partidos revolucionários, e aqui podemos incluir associações e cooperativas, como a forma mais importante da luta social e o meio principal da mudança social. Conforme este autor, a longo prazo a resistência contínua de pequena escala ou até individual, mas tacitamente organizada e incentivada pela cultura dos subalternos, tem consequências iguais ou até mais importantes que os movimentos sociais para as formas de extração e dominação.

A questão religiosa ainda exerce grande influência, com legitimidade das Igreja católica e principalmente das igrejas evangélicas que, nesse contexto de ausências os direitos sociais, ganham muita projeção; os atores sociais mobilizam recursos especialmente religiosos, de parentesco e comunitários. As expressões identitárias e a reivindicação dos direitos culturais ainda apresentam dificuldades de visibilidade.

Há intenção, sinais de organização e mobilização identitária – as mulheres. Mas parece que não há muito espaço e condições concretas para o florescimento dessa empreitada, diante de um contexto marcado pelo patriarcalismo, pelo colonialismo e alimentado pelas doutrinas conservadoras, principalmente de algumas congregações evangélicas. Mas precisamos examinar com cuidado essa situação, porque muitas iniciativas e experiências organizacionais nas ilhas são lideradas por mulheres.

No processo de mobilização e participação do Fórum das Ilhas, os atores locais se assumiram como ribeirinhos, no sentido de uma identidade mais política e como morador(a) da ilha “X” para se diferenciar do morador(a) da ilha “Y”. E como *moradores das ilhas* para se diferenciarem dos moradores do continente.

As instituições não são homogêneas, o conflito sempre está presente nas relações de poder. Assim, podemos refletir sobre as possíveis influências da Teologia da Libertação na organização social, como uma forma de preparação para a resistência ao processo de dominação.

### **3.4 O conflito no interior da igreja e o apoio à resistência: teologia da libertação, MEB, CEBS, CIMI E CPT**

De acordo com Leonardo Boff e Clodovis Boff (1993), as raízes históricas da Teologia da Libertação se encontram na tradição profética de evangelizadores e missionários, que desde o início questionaram o tipo de presença da igreja no

continente e a maneira como tratava índios, negros, mestiços e os pobres de modo geral. Listam alguns nomes simbólicos e significativos como: Bartolomeu de las Casas, Antônio de Montesinos, Frei Caneca, Antônio Vieira, entre tantos outros que não deixaram de existir nos poucos séculos dessa história.

Dussel (1984), numa exposição apresentada no IV Encontro da Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, realizado em São Paulo, no ano de 1980, inicia sua manifestação relembrando que a Teologia da Libertação surge como fruto de uma dupla fidelidade e uma dupla articulação orgânica, indissociáveis. Trata-se da fidelidade para com o pobre, o oprimido, o explorado, o povo e contra todos que desejam o contrário, dentro e fora da igreja; *O sentir 'com' a igreja 'na igreja'* é a posição unânime entre os teólogos deste movimento histórico; Estar *no seio do povo*, com o pobre, articulado organicamente com a sua práxis de libertação e *no seio da Igreja*, com as comunidades cristãs de base e em consonância com toda a instituição. Esta dupla fidelidade, responsabilidade e obrigação, deve ser cumprida sob qualquer incompreensão, luta ou pretensão de exclusões (p. 281).

Segundo Moreira (2014), desde seus inícios no final dos anos 60 na América Latina, a Teologia da Libertação, seja como movimento social-político-religioso, seja como reflexão teórica, influenciou igrejas, comunidades religiosas, grupos politicamente engajados, movimentos sociais de base religiosa, étnica, nacionalista e de gênero em muitas partes do mundo – num longo processo de diferenciação interna e de abertura temática e metodológica, em que não faltaram crises e conflitos, assim como desafios.

Dussel (1984) elenca os desafios para a Teologia da Libertação Latinoamericana: a) *Igreja Popular*, como já se realizou na Igreja primitiva; b) a *Etnoteologia ou culturalismo*, um claro projeto histórico estratégico que impeça reformismo, terceirismo, populismo?; c) *ambiguidades da "abertura" política*, como se comportar em situações de pós ditadura ou pós revolução socialista?; d) *por uma nova teoria da religião*, a religião não é só alienação, é estratégia e esperança de um mundo melhor, é *práxis* de mudança; e) *a questão do indígena*, o conceito de *classe social* não explica e o de *etnia* não deve ser confundido com autonomia e autodeterminação absoluta; f) *impostergabilidade do tratamento do racismo*, o racismo é um aspecto real, universalmente presente; g) *emergência da mulher*, é

necessário surgirem teólogas da libertação, que afirmem sua subjetividade feminina, que se levantem contra o machismo da sociedade, da igreja e da própria teologia; h) *o teólogo como intelectual orgânico*, o teólogo é um teórico, mas um teólogo da libertação, é um teórico *militante*; i) *a questão epistemológica*, a *práxis* é a origem da teologia da libertação e dos temas, que determina os métodos e as categorias, é a *realidade histórica total*, da qual a teoria é um momento *parcial*, em abstrato autônomo, em concreto e realmente *relativo*; j) *reinterpretação histórica*, exige a retomada da questão desde a origem e com outro método, da cristandade colonial (conquista e evangelização), luta pela emancipação, luta contra o modelo populista desenvolvimentista ou de ditaduras de “Segurança Nacional”. A própria Teologia da Libertação precisa fazer uma pausa e tomar consciência de sua história. “Nossa Igreja e nossa teologia despertam de uma longa amnésia e a interpretação correta de seu passado constitui um grande desafio (293)”; l) *crescimento da teologia da libertação*, como processos objetivos e históricos procurando as possibilidades viáveis de expressão, que às vezes são titubeantes, ziguezagueantes, inaudíveis, invisíveis, como os movimentos históricos dos povos. Nos anos 70 o movimento teológico definiu melhor seus propósitos, estendeu-se por diversos centros de formação, teve publicações, seminários e congressos. Com destaque para o Encontro entre teólogos e cientistas sociais na Costa Rica em 1977 e a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Puebla, em 1979. Por fim, “podemos dizer que a teologia da libertação já é um movimento teológico com vitalidade própria. Vive junto do povo e na mobilização do povo a caminho de sua libertação.” (p. 294).

Desse panorama geral de desafios é importante notar que não consta nada, pelo menos explicitamente, sobre a reação e resistência no interior da própria instituição, por parte da ala mais conservadora. Pelo contrário, é possível perceber certo esforço para enfatizar a unidade da Igreja, como se estivesse num movimento linear rumo à revolução.

A teologia latino-americana da libertação nasce internacional, interdisciplinar e ecumênica. E de acordo com os países houve, em intensidades distintas, um amplo processo de reeducação popular, voltado à participação e à luta pela cidadania (MOREIRA, 2014).

Embora a Teologia da Libertação guarde relação com o Concílio Vaticano II, no papado de João XXIII e tenha seu berço e desenvolvimento na América Latina, nosso propósito se focará no Brasil, apenas para contextualizar uma das bases de sustentação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas.

A Teologia da Libertação é o reflexo de uma *práxis anterior* e uma reflexão sobre ela mesma. É a expressão de um vasto *movimento social* que surgiu no início dos anos 1960, envolvendo setores significativos da igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, jovens trabalhadores cristãos), intervenções pastorais de base popular (pastoral operária, pastoral camponesa, pastoral urbana) e as Comunidades Eclesiais de Base (BOFF, 1986).

Há todo um conjunto de acontecimentos inter-relacionados que surgem mais ou menos nesse período no Brasil: a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o Movimento de Educação de Base (MEB), criado e mantido pela própria CNBB; o Movimento das Ligas Camponesas; e o processo de sindicalização rural, sobretudo no Nordeste, mas também na Amazônia e em várias outras partes do país (MAUÉS, 2009).

A Teologia da Libertação inspira a criação do Conselho Indigenista Missionária-CIMI, em 1972. Maria do Carmo Teixeira (2008) em sua dissertação de mestrado intitulada Igreja Católica e a Ação Indigenista na Amazônia Contemporânea: o CIMI (1972 – 2000), com o objetivo de investigar a pastoral indigenista da Igreja Católica na região Amazônica, constatou que a partir de uma nova concepção que se pauta no respeito, no diálogo e na defesa e concretização dos direitos indígenas no contexto político-social no Brasil foi, aos poucos, mudando o perfil institucional da Igreja que, por séculos, esteve associada à imposição cultural e ao desrespeito aos índios. Assim, uma das grandes questões trazidas para todos os debates em torno da problemática indígena é a autodeterminação. Mas reconhece que nem todos os missionários conseguem vivê-la na prática ou se afinam com essa nova orientação teológica.

Joseânia Pereira (2017), em sua dissertação de mestrado intitulada A Igreja Católica e a Luta dos Povos Indígenas em Roraima (1975-1996), afirma que a contribuição da ala progressista da Igreja Católica na formação e consolidação do movimento indígena no Brasil é inquestionável, pois não mediu esforços para agir

em defesa dos direitos indígenas, colocando-os frente a um governo opressor para romper com o silêncio e o isolamento. Assim, as Assembleias Indígenas, organizadas e mediadas pelo CIMI foram, e continuam a ser até hoje, espaços privilegiados para tomada de consciência e decisão, organizando ações específicas para cada comunidade.

A Teologia da Libertação assumiu papel fundamental enquanto pensamento de orientação à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB e para a constituição das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, onde as pessoas podiam vivenciar sua fé cristã e ao mesmo tempo aprendiam a lutar pelos direitos sociais e políticos.

Em diálogo com a literatura referente à Teologia da Libertação, Löwy (1991) sistematiza em oito pontos o que denomina como doutrina: 1) Um implacável requisitório moral e social contra o capitalismo; 2) Utilização do instrumental marxista para compreender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classes; 3) Uma opção preferencial em favor dos pobres e da solidariedade com a sua luta pela autolibertação; 4) O desenvolvimento de comunidades cristãs de base entre os pobres, como uma nova forma da igreja e como alternativa ao modo de vida individualista imposto pelo capitalismo; 5) Uma nova leitura da bíblia; 6) A luta contra a *idolatria* como inimigo principal da religião; 7) A libertação humana histórica como reino de Deus; 8) Uma crítica da teologia dualista tradicional como produto da filosofia platônica grega e não da tradição bíblica.

Um elemento de capital importância nesse contexto foi a emergência das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, que são pequenos grupos de vizinhos que pertencem a um bairro popular, uma favela, uma comunidade rural ou ribeirinha que se reúnem regularmente para ler a Bíblia e discuti-la à luz de suas experiências de vida, para as celebrações e missas, para os trabalhos coletivos e de solidariedade, como os mutirões. Elas fazem parte de uma Paróquia e de uma Diocese, possuem contatos (presenciais ou por meio de rádio e televisão) mais ou menos frequentes com agentes pastorais: diáconos, padres, religiosos e, sobretudo, religiosas.

Gradativamente os debates e atividades da comunidade vão se ampliando e ela passa a assumir caráter social: luta por terra, organização de sindicatos e

cooperativas no campo, luta por habitação, água, eletricidade, transporte, saúde, educação. Algumas vezes essas experiências de lutas atingem determinada politização.

Marco Antonio Mitidiero Junior (2008), em sua tese de doutorado intitulada *A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba*, analisou a atuação da CPT e constatou que esta atua e está no meio da organização da luta pela terra, no caso da Paraíba; esteve tão próxima dos camponeses e dos conflitos que em determinados momentos assemelhou-se a um movimento social.

De acordo com Löwy (1991), sem a prática desse movimento social – CEBs alimentadas pela Teologia da Libertação – não se pode compreender fenômenos sociais e históricos tão importantes como a “abertura” do regime militar em 1979, a organização da Central Única dos Trabalhadores-CUT, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura-CONTAG e do Partido dos Trabalhadores-PT, como novo partido operário com perspectiva socialista, que elegeu Luiza Erundina em 1988, como prefeita de São Paulo, a maior cidade da América Latina.

A antropóloga Carmem Cinira Macedo (1986), se refere às “ambiguidades” nas CEBs, principalmente no que diz respeito à relação entre a estrutura hierárquica e autoritária da igreja: a desigualdade das classes sociais na sociedade em geral, que constitui uma questão séria para a Igreja; a articulação de uma verdade universal com a verdade que surge da base; e por fim, se refere à possibilidade de articular uma comunidade cristã em que os membros apresentam diferenças significativas quanto à posse da riqueza. Pois, diante das tensões do mundo moderno, isto se torna impossível de sustentar, porque consiste na passagem da *denúncia do pecado* para a *denúncia das estruturas sociais* apontadas como responsáveis pelas desigualdades e pela injustiça. E interpreta isso como uma nova forma de politização da atuação da Igreja, em que a noção de libertação vai se instalando cada vez mais no seio da própria história e se configurando como uma proposta de criação de uma vida nova, para todos, ainda neste mundo.

Assim, não tardaram as intervenções para prevenir e combater essa guinada da instituição. Mesmo sabendo, como relata Löwy (1991), que a teologia da libertação influencia apenas uma minoria da Igreja e a maior parte continua

conservadora e moderada, é preciso reconhecer que a Igreja Latino Americana deixou de funcionar como uma corporação homogênea.

Por ocasião do Sínodo das Américas, realizado em Santo Domingo em 1992, proposto pelo próprio João Paulo II, este nem sequer mencionou as CEBs. Assim, os pobres que articulavam fé e vida deixavam de ser os agentes eclesiais que mereceram atenção especial da Teologia da Libertação, passando-se para uma ótica mais conservadora e assistencialista aos antigos modelos: família, paróquia, comunidades religiosas, movimentos, padres e leigos (VEIGA, 2009).

Havia uma deliberação para frear o envolvimento com a mudança social no país por meio de várias ações coordenadas pelo Vaticano, que Michel Löwy (2000 p. 154) chama de "tentativa de normalizar a Igreja brasileira". Uma das principais medidas foi recuperar o controle da Igreja brasileira por meio de indicações e "nomeação de bispos conservadores que muitas vezes destroem ou enfraquecem as estruturas pastorais estabelecidas por seus predecessores" nas principais Dioceses e postos da Igreja brasileira.

A restauração romana recorreu ao envio de cartas de advertências e interdições para as principais lideranças da Teologia da Libertação; a fragmentação de Dioceses; transferência de religiosos; apoio à Renovação Carismática com seus grupos de oração e foco nos problemas individuais e imediatos das pessoas, em uma linha de ação mais voltada para o aspecto espiritual. Esses fatores diminuíram a força e o reconhecimento da Teologia da Libertação no Brasil nas últimas décadas e fazem questionar qual é o papel desse movimento religioso no país.

Mas essa divisão da igreja não poderia, de acordo com Löwy (1991), ser reduzida ao modelo vertical habitual: os "de baixo", movimentos populares, CEBs, contra os "de cima", a hierarquia, a cúpula das instituições. Ela é também horizontal atravessando todos os órgãos de alto a baixo, das conferências episcopais aos movimentos laicos. Além disso, o mesmo autor lembra que se trata de contradições no interior de uma instituição que, apesar de tudo, conserva sua unidade, aspecto que Dussel (1985) chama de *unanimidade*. Não apenas porque nenhuma das partes tem interesse em separação, mas também porque seus objetivos religiosos não aparecem redutíveis ao campo social e político.

No Amazonas, Iracelma Magalhães Marques (2006), em sua dissertação de mestrado, discute a visão de mundo e a atuação da Comissão Pastoral da Terra

junto às comunidades ribeirinhas e constata que a entidade incorpora às suas lutas tanto a defesa da posse e propriedade da terra para quem nela vive e trabalha, quanto a luta pela conservação de lagos, rios e igarapés para uso dos ocupantes.

No caso específico do Pará, não encontramos dissertações ou teses sobre as influências da Teologia da Libertação nas CEBs, apesar do reconhecido trabalho do CIMI e CPT no Estado.

A ação da Igreja Católica numa área de fronteira – a Transamazônica –, segundo Hébette (2002, p. 210), estaria inserida na articulação entre os domínios do público e do privado. Foi nesse contexto que surgiram as CEBs, que durante o período militar se tornaram a forma privilegiada de organização da resistência camponesa, reforçada pela atuação da CPT. “É nesse espaço aberto pela Igreja que se formou toda uma geração de militantes, não somente religiosos, como também sindicais e políticos até hoje influentes no campo.” Para o autor, o estímulo católico proporcionou aos colonos a possibilidade de criar e participar de novas iniciativas coletivas, fornecendo também o referencial intelectual sociopolítico para compreensão e atuação nos processos sociais em que se estavam inseridos, a partir dos princípios da autonomia e reflexão.

Paula Lacerda (2013), em artigo sobre Movimentos sociais na Amazônia, afirma que a estruturação de formas de mobilização social nessa região está diretamente ligada às gestões de padres e bispos inspirados pela Teologia da Libertação, que resultaram neste cenário de forte estímulo à mobilização como forma mais adequada de reivindicar direitos. E na Transamazônica passou a reunir em uma mesma frente de ações as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), os sindicatos, os grupos de jovens, as associações de moradores etc., formando o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), para reivindicar a imediata retomada do projeto de colonização interrompido.

Sobre a influência da Teologia da Libertação em Belém, temos a dissertação de mestrado de José Luiz Franco (2013), intitulada Os movimentos sociais do bairro do Guamá, onde analisa a luta por direitos e cidadania no bairro, através da Comissão de Bairros de Belém (CBB), suas relações com a Igreja Católica e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) inseridas no cotidiano dos moradores. Como resultado da pesquisa, o autor afirma que o esforço de formação política realizado nos anos 1970 e 1980, por pessoas ligadas à Teologia da

Libertação, ecoa até hoje no Guamá. As atuais lideranças e coordenadores das entidades populares do bairro foram formados nas lutas apoiadas pela paróquia Santa Maria Goretti, e conclui dizendo que é inegável o efeito que essa doutrina exerceu e exerce ainda hoje no seio dos movimentos populares por melhores condições de vida.

A partir de conversas informais durante as vivências na ilha de Caratateua, registramos a presença e influência da Teologia da Libertação na organização do Movimento Popular na ilha, evidenciadas pelo fato de uma das principais lideranças do Conselho de Representantes da Ilha – CONSILHA, ter sido formada no grupo de jovens da igreja chamado de Desafios Jovem Cristão do Outeiro – DEJOCO.

As experiências da igreja católica relacionadas à atuação da ala progressista com base na Teologia da Libertação exerceram forte influência na constituição do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, que passaremos a tratar no próximo capítulo.

#### **4 Capítulo 3 – FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ILHAS DE BELÉM (PA): CO-PRODUÇÃO DE UMA ARENA PÚBLICA, JUSTIFICAÇÕES E DESAFIOS**

Então, esse fórum ficou constituído desse conjunto de organizações, instituições públicas que a SEMMA passou a mediar a relação e o diálogo entre as instituições públicas e as suas políticas e aqueles que demandam soluções para seus problemas, é, enfim, para aquilo que era alvo da discussão (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

Uma arena pública se desenrola assim, ao mesmo tempo em cenas políticas, administrativas, judiciárias, midiáticas e em cenas da vida quotidiana dos cidadãos comuns (CEFAI, VEIGA e MOTA, 2011).

Geralmente os Fóruns são iniciativas da sociedade civil que se caracterizam pela diversidade dos sujeitos envolvidos, por sua estrutura leve, descentralizada e pouco formal. Não possui relação instituída com o Estado, como os conselhos, o que pode lhes proporcionar maior independência, mas esta distância pode diminuir seu poder frente aos governos. No caso em análise, este dispositivo foi criado por uma secretaria do poder público municipal, mas depois de dois anos foi assumido pela sociedade civil.

O Fórum das ilhas se tornou o instrumento que proporcionou uma articulação e organização de diversos atores individuais e coletivos mobilizados em benefício das comunidades ribeirinhas insulares, induzindo-as à representação e à participação como meio para melhorar sua qualidade de vida.

##### **4.1 Coprodução informada em referências e valores**

Os fenômenos sociais devem ser concebidos em forma de processos, pois não surgem de maneira repentina, ao contrário, têm como referências eventos ou acontecimentos anteriores, dos quais são retomados elementos adormecidos e/ou latentes no seio de grupos sociais. Geralmente é preciso estabelecer diversas conexões entre fatores aparentemente aleatórios para se chegar a uma compreensão menos parcial desses processos; por isso, no capítulo anterior buscamos uma contextualização sociohistórica da Teologia da Libertação, suas influências teóricas e práticas na formação de coletivos, conhecidos como CEB's, que contribuíram diretamente para a constituição e atuação do Fórum de Desenvolvimentos Sustentável das Ilhas de Belém.

#### 4.1.1 Referências da Teologia da Libertação

As CEBs no Brasil viveram dois momentos: o primeiro, nos anos 1970 e 1980, logo após seu aparecimento, que pode ser considerado o seu *boom*; e nos anos 90, uma fase de enfraquecimento, num quadro político e eclesial desfavorável, quando passaram por mudanças significativas. Para Lesbaupin *et al* (2004), a crise do socialismo real e as políticas neoliberais juntamente com o crescimento do Pentecostalismo e do Movimento Carismático, alteraram as dinâmicas das CEBs, dando a impressão de que passavam por uma crise profunda ou que tinham desaparecido. Mas podemos considerar outra possibilidade: a de que estavam passando por transformações em seu jeito de ser e de atuar.

Oliveira (2008) realizou estudo comparativo sobre as lideranças de CEBs no Brasil, investigando seus Encontros Intereclesiais de 1981, 2000 e 2005, através de questionários preenchidos pelos participantes. Sua conclusão corrobora a hipótese acima levantada: a caminhada das CEBs nesses vinte e cinco anos não parou, apesar de seus percalços. Os resultados da pesquisa indicam que permanece como inspiração uma leitura política mais à esquerda alimentando uma prática religiosa pautada pela institucionalidade católica, ou seja, a ligação entre a fé cristã e a prática política libertária continua firme.

Segundo Moreira (2014), a Teologia da Libertação é jovem e recente, boa parte dos seus mentores iniciais ainda está aí. E nos últimos 45 anos esse movimento fez muita coisa: levou a teoria acadêmica a mudar sua compreensão do fenômeno religioso, mudou a cara da própria religião, revelou formas de Cristianismo que não se julgavam possíveis. E pela capacidade de irradiação que o movimento tem demonstrado em contextos diferentes e entre públicos diversos, esse processo de recriação está longe de acabar.

De fato, a atuação dos agentes religiosos informados pela Teologia da Libertação, na implantação e animação das pastorais e das CEBs, continua contribuindo para a organização e mobilização em busca de melhores condições de vida e de direitos sociais, políticos e culturais. E é nesse processo que se situam as raízes da experiência do que ficou conhecido como Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas, especialmente quando Padre Jonas Teixeira inicia sua atuação na Paróquia Nossa Senhora da Conceição das Ilhas, com sede na Ilha de Caratateua, no início do ano de 2006, e em junho desse mesmo ano, consegue

levar o bispo para conhecer a realidade das ilhas. Criaram a Pastoral das Ilhas e a partir daí começaram a desenvolver pequenas ações.

Em 2007 o bispo decidiu que os recursos arrecadados nas oferendas da campanha da fraternidade seriam destinados para investir no Projeto de Captação de água da chuva nas ilhas, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos ribeirinhos, ação que podemos considerar uma evidência dos aspectos sociais e religiosos, numa clara referência aos princípios da Teologia da Libertação, como se pode observar no trecho a seguir:

Minha inserção é em função da necessidade das populações ribeirinhas, como o social está no sangue, porque eu sempre trabalhei com a teologia, que eu chamo teologia do chão, então isso me chamou muito a atenção. Falar de Deus para as pessoas, para as pessoas que têm fé, que clamam, que choram, como a igreja fez a opção preferencial pelos pobres, para mim os pobres hoje no meu coração são os ribeirinhos, eu trago isso para minha fala, para meu propósito de vida, se eu estou na instituição para colaborar com a transformação da sociedade, eu escolhi um povo para trabalhar que é o povo ribeirinho. Quando eu falo do social eu falo da necessidade da água, da segurança pública, moradia, vida digna, todos esses aspectos (PADRE JONAS, em 05/08/2016).

Em 2016 conseguiu-se um feito digno de nota: que a Arquidiocese de Belém, pela primeira vez em 400 anos, fizesse um encontro para discutir a campanha da fraternidade sobre os ribeirinhos – fato que podemos considerar outra evidência da opção política favorável a esse segmento, na linha da Teologia da Libertação e que, de forma muito direta, se coaduna com a fala de Padre Jonas, acima citada, no sentido da concretização dessa opção: não se trata de uma opção apenas discursiva, por um pobre genérico e abstrato, mas uma opção prática, por pessoas reais, de carne, sangue e lugar de moradia: os ribeirinhos das ilhas de Belém.

Outro integrante desde o início do Fórum, enquanto trabalho da Pastoral das Ilhas, criada pelo Padre Jonas, é Luiz da Silva: médico veterinário, policial civil e bacharel em Direito, que tem sua trajetória marcada pelo envolvimento com a Teologia da Libertação:

[...] desde adolescente, pré-adolescente, eu participava de movimentos da igreja católica. Comecei a minha vida no Jurunas (bairro de Belém) e desde lá a gente já desenvolvia trabalhos sociais, participei de vários movimentos jovens, tinha trabalho que nós fazíamos no leprosário, nos asilos, visitas as comunidades carentes, através da paróquia de Santa Teresina [...] quando eu casei e me formei em medicina veterinária, apresentei o currículo e o exército me colocou para ir para a Clevelândia

do Norte no Oiapoque, passei 4 anos, nesses período fui consagrado ministro da eucaristia e da palavra pela igreja católica, eu tinha trabalho com os ribeirinhos, principalmente, com os índios, eu trabalhava no exército de segunda à sexta e quando era sábado ia embora para as aldeias fazer esse trabalho de evangelização [...] Quando eu voltei para Belém em 2002, fui morar lá no Outeiro e voltei para a Polícia Civil, foi quando a gente começou participar da paróquia, junto a pastoral, aí me envolvi nesse trabalho pelo Fórum, eu gosto desse tipo de trabalho social, principalmente onde estão as pessoas menos favorecidas, é uma forma da gente estar lá para ajudar, partilhar, conhecer, né? O Fórum das ilhas caiu assim como uma luva, por esse trabalho que a gente desenvolve (LUIZ DA SILVA, 10/08/2016).

O trabalho inicial contou com pessoas que tinham experiências anteriores no interior da igreja na linha da Teologia da Libertação e, posteriormente, vai encontrar uma base nessa mesma perspectiva, como Dona Maria Machado Trindade, pertencente à comunidade São José na Ilha Grande, que iniciou sua militância na Pastoral da Criança: “Acompanhava crianças e gestantes aqui na ilha Grande e nessa costa da ilha Murutucu, pesava, media e orientava sobre alimentação alternativa e higiene” (25/07/2018).

Nonato Trindade, também pertencente à comunidade São José na Ilha Grande e presidente da Associação de Moradores e Produtores Agroextrativistas da Ilha Grande-AMPAIG, lembra de quando era jovem e a Comunidade ainda era atendida pela Diocese de Abaetetuba, havia encontros de formação para a juventude, com muito trabalho de mutirão de que os padres participavam, havia uma preocupação com o social, não era só com o religioso.

Como vimos no capítulo anterior, a cúpula da igreja católica, a partir do Vaticano, tomou várias medidas para desarticular a ação mais política de agentes religiosos ligados à Teologia da Libertação; mas apesar de todas as investidas romanas essa linha de ação continuou e continua a produzir seus frutos, demonstrando que o pobre persiste a questionar, a insistir e a gritar. Sua presença incomoda uma sociedade consumista e baseada em valores individualistas.

Essa saga continua e tem capítulos importantes como a V Conferência Geral dos Bispos da América Latina e Caribe, em Aparecida-São Paulo/Brasil, no ano de 2007, cuja Comissão de Redação foi presidida pelo então Cardeal Bergoglio, que na publicação do Documento Conclusivo, teve a desagradável surpresa de constatar que o “texto oficial” não coincidia com o “texto original”: haviam sido feitas em torno de 250 mudanças. Mas ninguém poderia imaginar,

muito menos os censores, que poucos anos depois, o então presidente da Comissão de Redação do “texto original” viria a ser Papa. E que praticamente todas aquelas mudanças ou supressões que haviam feito no “texto original”, o então Cardeal Bergoglio e agora Papa Francisco, traria à tona e as proporia à Igreja como um todo, através de pronunciamentos e documentos oficiais (BRIGHENTI, 2016), dentre os quais podemos destacar a encíclica ‘Laudato si’, dedicada às questões ecológicas.

Cardeal Bergoglio foi eleito para o pontificado e o assumiu, como Papa Francisco, em 2013. Nesse mesmo ano, marcou presença na Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, destino de sua primeira viagem apostólica demonstrando que a juventude é uma das prioridades de seu pontificado; realizou o Sínodo sobre “Os jovens, a fé e o discernimento vocacional” em 2018, que contou com uma reunião pré-sinodal composta por quatro centenas de jovens de todo o mundo.

Nessa mesma linha de atuação, o Sínodo para a Amazônia é a Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para refletir sobre o tema: Novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral, realizado em outubro de 2019. Esses novos caminhos de evangelização devem ser elaborados para e com o povo de Deus que habita nessa região, comunidades e zonas rurais, cidades e grandes metrópoles, ribeirinhos, migrantes, deslocados e, especialmente, para e com os povos indígenas (Documento Preparatório, 2018). Dentre os assuntos mais polêmicos desse evento, encontravam-se a ordenação de homens casados como padres, a criação de ministério para as mulheres, a incorporação de elementos da cultura indígena nas cerimônias e o respeito à natureza. De qualquer modo, vamos ter que aguardar a publicação do documento oficial.

#### 4.1.2 Referências ambientais (Partido Verde e SEMMA)

A década de 60, principalmente na Europa, foi marcada por protestos e contestações às estruturas da sociedade. O desejo ia além de reformar o Estado por dentro, queriam destruí-lo e inventar outras formas de organização para a vida em sociedade. A ecologia e o ambientalismo foram formas de resistências às práticas capitalistas e ao estado de direito. E no final da década de 70, esse

movimento colaborou para a fundação do Partido Verde alemão, que significou a institucionalização de uma política que combatia o próprio Estado.

Durante seu exílio, Fernando Gabeira morou na Alemanha e entrou em contato com práticas alternativas de se viver. Ao voltar para o Brasil, se engajou em causas ambientais e, em 1986, juntamente com outros colaboradores, organizou a fundação do Partido Verde (PV) brasileiro.

Na adaptação de uma conferência originalmente preparada para ser ministrada em Juiz de Fora-MG, durante a Primeira Semana pela Paz, no fim de 84, Gabeira diz que na Alemanha o Partido Verde tinha um programa para a sociedade e uma bancada de deputados no Parlamento, procurava desenvolver a tarefa de estabelecer um elo entre o mundo alternativo e a sociedade mais ampla. Mas ressalta que, no Brasil, havia um grande desequilíbrio entre influência cultural alternativa e participação política organizada.

Em outra parte do texto esclarece que a perspectiva ecológica não pode ser vista de uma maneira estreita, isto é, apenas como um conjunto de elementos das relações entre os seres humanos e a natureza. Para ele, a visão ecológica coloca também abertamente a questão do poder, das relações interpessoais, da solidariedade com as minorias; e, sob o manto da defesa ecológica, estão reunidos num mesmo campo pessoas com visões de mundo bastante diferentes, que vão desde o conservador até o inflamado revolucionário. Devemos lembrar, além disso, que a ecologia foi absorvida pelos próprios adversários e tornou-se hoje um ponto de defesa obrigatória de todo o mundo.

O Partido Verde (PV) surge de uma reflexão sobre questões que dizem respeito à vida de todos nós e se forma para lutar por liberdade, paz, equilíbrio ecológico, pelos direitos civis, pela autonomia, autogestão e formas alternativas de vida. Nunca na sua história a humanidade esteve tão ameaçada: com os riscos de guerra nuclear, a corrida armamentista, a devastação cada vez maior da natureza, os repetidos desastres ecológicos, a fome, o desperdício, as desigualdades sociais e a violência crescente nos grandes centros urbanos. Tudo isso configura uma verdadeira crise de civilização e faz com que cada cidadão consciente se preocupe com o futuro. Assim, o Partido Verde se define como um movimento de cidadãos e não de políticos profissionais ou homens de aparelho. Pretende contribuir para a afirmação de um grande movimento ecológico, pacifista e alternativo capaz de

influenciar os destinos da nação brasileira nesse limiar do século XXI (MANIFESTO DO PARTIDO VERDE, 1987).

O estudo sobre o Partido Verde deve apontar para a sua independência frente ao Estado e não estritamente ao controle parlamentar. Comparado ao Partido dos Trabalhadores, o Partido Verde assemelha-se no que diz respeito à origem nos movimentos sociais e à natureza das agremiações, isto é, societária. Entretanto, é o Partido Verde que coloca a questão da ecologia e dos movimentos sociais como principais elementos de sua representação (SILVA, 1999). Como é possível observar a seguir.

O Partido Verde estará ao lado de todas as entidades, organizações populares e movimentos que almejam transformar a vida das pessoas fazendo-a mais livre e digna. Estará ao lado das mulheres, dos negros, dos índios, das chamadas minorias, de todos os grupos vítimas da opressão generalizada ou específica. Defenderá uma sociedade cada vez mais descentralizada, em todos os níveis, e pluralista, onde nenhum grupo, econômico, político ou cultural, possa impor sua hegemonia ou a dos seus interesses sobre os demais. Onde nenhum interesse econômico ou político possa continuar devastando a natureza, poluindo o meio ambiente e ameaçando a vida para servir sua sede de lucro e poder (MANIFESTO DO PARTIDO VERDE, 1987).

Adriana Santos (2008) em dissertação de mestrado, mostra que a estrutura de oportunidades políticas regionais e nacionais, assim como a trajetória política de um grupo de ex-exilados cariocas, impulsionou e incentivou a criação do Partido Verde no Brasil. Porque os valores ambientalistas não estavam incorporados na agenda política dos partidos vigentes. Constata que as estratégias dos grupos ambientalistas não foram unânimes em incorporar a pauta ambiental na agenda política. A maioria do movimento decidiu lutar pela inclusão da questão ambiental no interior dos diversos partidos já existentes. A decisão de criação de um partido com pauta exclusivamente ambiental foi de um grupo local e não nacional.

Barros (2018), em seu estudo sobre partidos políticos e ambientalismo no Brasil, identifica o Partido Verde, juntamente com a REDE, como aqueles que concebem a questão ecológica/ambiental de maneira sistêmica e abrangente em seus programas políticos. Não enfatizam a dicotomia entre direita e esquerda, mas uma visão que integra a sustentabilidade ecológica com as demais dimensões da

vida social, cultural e política. Defendem transformações sociopolíticas e culturais amplas, associando democracia e cidadania ecológica, através de pautas como cultura de paz, desarmamento, igualdade e justiça social, direitos humanos, desenvolvimento regional e economia solidária – tudo isso, a partir de termos-chave tais como: qualidade de vida, preservação e recuperação ambiental, tecnologias limpas, legislação ambiental, unidades de conservação, reciclagem e coleta seletiva.

Por causa da instabilidade das coalizões políticas locais não há continuidade das políticas públicas, enquanto políticas de Estado. Essa falta de compreensão dos governantes atinge de forma negativa a vida das pessoas que mais necessitam do desenvolvimento de ações que combatam as desigualdades no seio da sociedade.

As organizações sociais, que poderiam exercer pressão e certo controle na execução das políticas públicas, sofrem sérias dificuldades de articulação e unidade em torno de objetivos comuns. Geralmente são vulneráveis às investidas de cooptação dos políticos, caindo em descrédito em relação a possibilidade de mudança do esquema de dominação.

## **4.2 O fórum de desenvolvimento sustentável das ilhas de Belém**

O Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas foi o resultado de uma articulação entre o Pároco, que já vinha atuando na Paróquia das Ilhas, e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente/SMMA, administrada pelo Partido Verde/PV; surgiu como uma iniciativa catalisadora das organizações existentes, e mediadora na relação com o poder público, evidenciando as necessidades e potencializando as reivindicações e demandas das comunidades ribeirinhas insulares, que participaram por meio de suas organizações comunitárias, populares, sindicais, associações, colônia de pescadores, cooperativas e/ou individualmente.

### **4.2.1 Organizações e Atores envolvidos**

Um ator superimportante nesse processo é Padre Jonas Teixeira, que iniciou sua atuação na Paróquia das Ilhas no ano de 2006, com o objetivo de contribuir para melhorar a qualidade de vida dos ribeirinhos:

O Fórum das ilhas surgiu com a nossa chegada na ilha de Caratateua, isso em 2006, nossa primeira iniciativa foi conhecer a realidade das comunidades ribeirinhas. E a partir da visita detectar alguns elementos que seriam interessantes da gente focar. A partir daí nós começamos a discutir, ao mesmo tempo em que a gente discutia isso na Paróquia, a gente buscava parcerias e a notícia começou a disseminar [...] Na época do prefeito Duciomar, com a chegada do Zé Carlos na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, já conhecendo o nosso trabalho e as nossas informações, pediu que nós o levássemos nas ilhas para conhecer, era uma época de enchente e houve um naufrágio na costa da ilha Arapiranga, as pessoas das ilhas estavam juntando os enlatados para aproveitar o produto, aquilo chamou a atenção dele. A partir de então, nós começamos a articular não só os moradores das ilhas, mas também do continente e reunir no Poema, com um grupo de pessoas que pudesse criar um movimento ainda maior, não mais pastoral, mas sim um movimento, ali começou um novo embrião de discussão, o Poema era nossa casa. E a partir do Poema nós começávamos a fazer a busca de novos parceiros, no caso, a Escola Bosque, o Poema, o Governo do Estado, a Prefeitura de Belém, a PARATUR, a EMATER e tantos outros parceiros, discutir uma vertente que pudesse estar presente lá na base. Então esse movimento cresceu e originou a partir daí um novo nome que foi "Fórum das Ilhas" (PADRE JONAS, 05/08/2016).

Sua estratégia procurou contemplar os aspectos religioso e social ao mesmo tempo: inicialmente articulou a ida do bispo, Dom Orani Tempeste, às ilhas, para sensibilizá-lo sobre algumas situações que eram graves, como a falta de água potável, a questão da segurança pública, o aumento da pirataria nas ilhas. Outra estratégia foi ir se associando a parceiros e criando uma rede em torno de temas prioritários e negociar com o poder público nas esferas municipal, estadual e federal.

Essa história sobre as origens do Fórum das Ilhas é confirmada por outro ator, que participou desde o início e que foi eleito no processo de formalização para exercer a função de Primeiro Tesoureiro:

Eu estou no Fórum das ilhas desde quando não era Fórum, o padre Jonas era pároco aqui no Outeiro e criou a pastoral das ilhas que era onde fazia essas visitas nas comunidades ribeirinhas, cuja ideia principal era visitar as comunidades católicas. Só que nessas visitas de pastoral que a gente ia para as ilhas, a gente via as dificuldades que eles passavam lá e buscava o poder público para ver de que maneira eles poderiam ajudar para minimizar o problema dessas pessoas das ilhas. A gente ia para atender uma comunidade e acabávamos tendo que ampliar, porque começou a agregar pessoas que viam resultado nesse trabalho do padre Jonas e começou a agregar pessoas, outras comunidades religiosas, das igrejas evangélicas, que não tinham nada a ver, conheciam, por isso ele se tornou referência nas ilhas. E aí a gente começou a buscar, vinha a demanda para a gente e a gente começava a buscar soluções: "ah é com a prefeitura", "ah é com o ministério público", "ah é com tal secretaria" "ah é com a Polícia", então a gente fazia isso; e o que aconteceu diante disso, a gente começou a ultrapassar barreiras, a pastoral começou a entrar não só na área da paróquia, como atingiu as 39 ilhas e começou a atingir ilhas

de outros municípios: Ananindeua, Barcarena, Acará (LUIZ DA SILVA, 10/08/2016).

Dona Eronildes da Conceição Silva dos Santos, também pertencente à Paróquia das Ilhas e presidente do Conselho de Segurança da Ilha de Caratateua-CONSEG, descreve a origem e trajetória do Fórum das Ilhas, do qual foi eleita em 2013, Coordenadora das Ilhas de Belém:

A gente começou como pastoral, a gente visitava tudo, isso aí foi em 2007, porque em 2008 eu me operei, eu dizia assim: "Os evangélicos todos os dias estão na minha casa e eu católica não recebo visita da minha igreja" e aí um dia eu cobrei: "Padre Jonas, eu não recebo uma visita. Eu enfrentei um câncer". E ele disse: "Ah, eu não gosto de visitar, tu vai é começar a andar comigo.", aí foi que eu comecei, todos os movimentos que tinha nas ilhas ele me levava, inclusive foi muito bom para a minha mente para eu não ter depressão, para mim foi ótimo. Aí eu passei a conhecer o trabalho do Fórum. O primeiro contato meu foi o Jutuba. Aí depois fomos para o Cotijuba, Ilha Longa, a Ilha Nova, e aí nós fomos andando. Depois nós fomos lá para o outro lado para a ilha do Combu [...] Aí foi passando 2008, 2009 e 2010, depois o padre Jonas saiu de Outeiro, porque eles só podem ficar dois anos, só que o padre Jonas ficou mais tempo aqui em Outeiro, foi o padre que mais ficou na ilha. Quando ele saiu, ele não podia mais se envolver como pastoral das ilhas, porque nós tínhamos o nosso pároco aqui, então ele já não podia entrar na área do novo padre que assumiu aqui. Aí as coisas ficaram difíceis, então foi esse o motivo pelo qual foi criado o Fórum das ilhas (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente/SMMA, sob o comando do Partido Verde-PV, se constituiu em peça chave para essa ação. Mas aqui há dificuldades em falar do órgão em si, pois o interesse e iniciativa eram das pessoas que estavam como gestores naquele momento (2009), pois com a mudança de gestão no final de 2010, a Secretaria se retira do processo:

O fórum de desenvolvimento sustentável das ilhas começa como uma parte do planejamento da secretaria municipal de meio ambiente em 2009. Então já existia no Outeiro um trabalho que era feito pelo padre Jonas Teixeira, que era o pároco das ilhas, da igreja católica. Ele já tinha uma relação com essa população ribeirinha que era dada pelo próprio ofício dele de padre e a gente começou a partir daí a chamar os atores, ou seja, os ribeirinhos e suas organizações para o processo de discussão dessa realidade do desenvolvimento das ilhas. [...] Então a ideia central do projeto era criar um espaço de debate, que naquele primeiro momento não era uma personalidade jurídica, mas um espaço aberto de debate, legitimado pela própria população das ilhas e que fosse coordenado e dirigido por eles. A SEMMA serviu como uma articuladora que deu as condições e plataforma de organização desses ribeirinhos, de organização dessas populações em torno dos seus problemas (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

A estratégia foi elaborar um projeto, em parceria com a Bolsa Amazônia, para sistematizar as ações e justificar os custos do empreendimento. E passou-se a chamar os atores ribeirinhos, suas organizações e as instituições públicas que já atuavam no território, para o processo de discussão sobre a realidade do desenvolvimento das ilhas.

A Bolsa Amazônia, que foi outro ator importante, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro em Belém do Pará. Seu objetivo era coordenar a construção, de forma participativa, do Diagnóstico Socioambiental e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para as Ilhas de Belém. Sua tarefa era coletar e sistematizar as informações, elaborar os relatórios e documentos processados no Fórum.

É importante ressaltar que a origem de todo esse processo esteve inicialmente relacionada às ilhas da Orla Oeste: Jutuba, Paquetá, Ilha Nova, Urubuoca e Ilha Longa. Sem deixar de considerar que essas ilhas já possuíam lideranças e organizações, sejam elas religiosas, de parentesco, culturais, como veremos a seguir.

Professora e representante da Ilha Urubuoca, Kátia Cardoso da Silva nasceu no continente, mas ia passear na ilha durante as férias, depois se casou com um nativo e passou a residir ali. Iniciou sua carreira docente de maneira informal e voluntária na própria ilha, em seguida foi trabalhar na Escola Estadual Marta da Conceição, na ilha de Cotijuba. Depois lutou e conseguiu a construção de uma escola na própria comunidade, onde atuou por muito tempo. Vejamos parte de sua descrição sobre o surgimento do Fórum das Ilhas:

Por volta de 2006 ou 2007 eu conheci o padre Jonas andando nas ilhas com o bispo. Depois o padre me convidou para a gente lutar por uma Secretaria das Ilhas (municipal), para que a gente pudesse ser ouvido. Mas não deu certo, porque dependia de políticos e era muito difícil. Nós vivíamos excluídos, não tinha água potável, escola, saúde, energia, nada. Na época do inverno, nas cheias, é muita necessidade, que não tem aqui. Então o padre criou o Fórum das Ilhas que era para a gente falar e ser ouvido. E me convidou para participar. Aí foi tirado um representante de cada ilha, eu não era presidente das ilhas, mas eu sabia e dizia quem eram as pessoas que podiam representar cada comunidade. Quando tinha reunião era eu que articulava com os moradores, eu convidava e uns diziam que não tinham dinheiro, aí eu falava, bora que a gente dá um jeito (KÁTIA CARDOSO DA SILVA, 30/07/2019).

Dona Maria Rosa Quaresma, também moradora da ilha Urubuoca, outra liderança que participou desse processo, assim descreve e avalia a iniciativa de organização do Fórum das Ilhas:

Olha, o fórum das ilhas era o padre Jonas que era o responsável, levava a gente pra reunião. Eu acho que foi uma coisa importante, muito boa, durante nós tá andando com ele, foi uma coisa muito importante mesmo [...] eu entrei por intermédio da professora Kátia, o padre veio aqui, conversou com a gente, aí trouxe o pessoal da reunião, aí ela me convidou pra ir com ela, aí nós fomos, o padre já nos meteu mais no meio, pra gente ajudar ele né, pois é a gente andava muito com ele, pra onde ele ia a gente ia, foram vários lugares. E todo lugar que a gente ia a gente era bem recebido né, conversavam e assim que eu entrei, por intermédio da minha cunhada que era a professora Kátia. Aí a gente já acompanhava ele direto, durante nós andar foi muito bom, muito mesmo, agora parou, não teve mais, eu até sinto falta (MARIA ROSA QUARESMA, 05/08/2018).

Dona Rosa Rodrigues, moradora e representante da ilha de Jutuba, que tem aproximadamente 46 anos de casada e trabalhando com a comunidade, relata a partir de sua experiência como o Fórum foi sendo organizado:

Eu comecei a participar do Fórum através do padre Jonas, porque teve um grande Fórum em Belém, que veio gente de todo o Estado. Então, como nós que somos moradores da ilha, ribeirinhos, como é que íamos ter a oportunidade de falar com um desembargador, pessoal grande? A gente não ia chegar nem perto. A gente não ia nem falar para ele o que a gente quer, o que a gente precisa, porque as pessoas lá, repórter, essas coisas, a gente não ia ter essa oportunidade. Então a gente falou com o padre, "Poxa, padre Jonas, esse Fórum é para quem é de lá de Belém. Nós aqui não temos esse merecimento. Ele disse: "não, nós vamos criar um Fórum das Ilhas, e vocês vão ter direito de falar, de discutir, sentar e conversar, debater as dificuldades. Aí ele foi e reuniu todas as lideranças das cinco ilhas. Aí sentamos e conversamos, "a minha ilha falta isso, isso e isso, aí a outra ilha falta isso, isso e isso", as ilhas não tem diferença nenhuma nos problemas, praticamente é um problema só [...]. Aí nós começamos a trabalhar com as cinco ilhas: Jutuba, Paquetá, Ilha Nova, Urubuoca, Ilha Longa, depois fizemos a reunião com as lideranças e depois foi ampliando com Arapiranga, Mosqueiro, foi pegando as lideranças. Os outros viam a gente está em uma reunião tão bonita, discutir os problemas das comunidades, falar que a gente não tinha oportunidade de estar falando, aí foi pegando. Aí surgiu o Fórum das Ilhas (Rosa Rodrigues, 18/12/2019).

Para José Carlos Moraes Cardoso, representante da Comunidade Eclesial de Base da Ilha Nova, a história do Fórum foi sendo construída a partir da iniciativa da igreja católica:

Foi através do padre Jonas, ele foi um dos primeiros que veio pra cá pra nossa comunidade, foi através dele que já veio muita coisa, através da igreja católica, ele tinha muitos conhecimentos e através dele foi montado o Fórum das Ilhas. Ele fez muita amizade em todas as ilhas que ele

passou, tanto aqui da parte da nossa região como lá de Combu também. Em cada ilha ele foi tirando uma liderança, aí a gente se juntou, viu que era viável né? Porque ele foi uma das pessoas que conseguiu muitas coisas pras ilhas, ele é batalhador, lutou, aí ele montou. Aí foi caminhando bem, ele arrumou parceria (JOSÉ CARLOS MORAES CARDOSO, 05/08/2018).

Joelma Moraes da Costa, liderança evangélica, da congregação Unidas do Brasil, veio para a Ilha de Paquetá no ano de 2001, e quando chegou, diz que não tinha uma liderança comunitária. Em 2005 começou a se organizar, montou uma comissão de moradores juntamente com mais três pessoas e saíram em busca de projetos e melhorias para a comunidade. Ela também reconhece a importância de Padre Jonas na mobilização para a criação do Fórum:

O padre Jonas sempre foi um paizão para as ilhas, eu não digo para a ilha, mas para as ilhas. E foi ele que veio com o Fórum das ilhas, se eu não engano, em 2006 que esse Fórum realmente entrou nas ilhas. E através do Fórum das Ilhas a gente começou a se reunir. **Ele funcionou como se fosse uma grande ponte**, na verdade, para que chegassem os projetos aqui na ilha. Precisou da gente na comissão, mas o Fórum que estava correndo atrás, já tinha aliviado para o nosso lado, porque aí já corriam atrás, "olha, tem algo aqui. Bora lá!?", aí levavam a gente, representavam a gente. Começou com reuniões na comunidade, de comunidade em comunidade, de ilhas, e não demorou muito, porque no final de 2006, a gente já estava ganhando as casas, essas casas aqui que até hoje essa aqui faz parte ainda dessas casas que a gente ganhou, a maioria aí da beira ainda faz parte dessas casas do Projeto do INCRA. Quem nos levou até lá foi o Fórum das Ilhas e quem trouxe até nós foi ele [...] Então o Fórum das Ilhas era algo que nós precisávamos muito, não só nós aqui em Paquetá, mas aqui do Urubuoca, Ilha Nova [...] Sempre que a gente se reunia para conversar alguma coisa, a gente sabia que precisávamos de alguém para que pudesse nos levar, nos indicar ou que estivesse mais à frente, e o padre Jonas sempre esteve presente, porque ele já era responsável pela ilha quando ele estava em Outeiro como padre (JOELMA MORAES DA COSTA, 28/11/2019, Grifo meu).

Um aspecto importante a registrar a partir da fala dessa liderança ligada a uma igreja evangélica é que, por um lado, não se pode negar a importância da estrutura da igreja católica no processo de mobilização popular em prol da criação do Fórum; e, por outro, o movimento parece ter criado uma ambiência de superação das disputas e rivalidades entre católicos e evangélicos.

Outra moradora da Ilha de Paquetá, Vera Lúcia Alves dos Anjos, também participou de algumas atividades e descreve sua percepção do processo de organização e atuação do Fórum das Ilhas:

Eu conheci o Fórum por meio do padre Jonas, eu participava, às vezes, quando podia ir. Eram muitas pessoas. Eu ia às vezes ali pra Kátia, para

o Jutuba, eu cheguei a ir pra Mosqueiro, buscando melhoria pra cá pra nossa ilha. Olha, pelo menos a gente falava muito sobre a segurança da nossa ilha aqui, de buscar projeto também pra cá pra nossa ilha. A gente buscou o projeto da água. Eu participei, mas não foi muitas vezes assim, a Joelma participava mais. [...] Olha, que eu me lembre, teve o negócio de peixe, essas coisas, mas eu fui com a Joelma, ela que trabalhou sobre um projeto da água, que ele trabalhou com ela, chegaram até a fazer ali, mas já foi com ela isso, não foi comigo. (VERA LÚCIA ALVES DOS ANJOS, 05/08/2018)

Dona Clarice, nativa da ilha Longa, passou um tempo em Icoaraci e desde que retornou assumiu a liderança comunitária da igreja católica. É a partir dessa posição que ela descreve um pouco de sua relação com a história do Fórum das Ilhas:

Foi através do padre Jonas. No período que ele era o pároco aqui das ilhas nós tivemos esse apoio dele, ele ia buscar, sempre que podia ele dava essa resposta para a gente. Inclusive, nesse período da entressafra ele foi um parceiro muito importante, ele conseguia muitas coisas para ajudar as comunidades, ele sempre foi presente, nessa parte nós não temos o que dizer, porque quando ele conseguia com as entidades, ele era parceiro de todas as ilhas [...] Esse primeiro contato foi numa reunião em Outeiro, eu acho que foi até na paróquia, não lembro bem, mas acho que foi. Depois a gente foi para Mosqueiro, foi para o Combu, foi para vários outros lugares participando de algumas reuniões, mas eu não era muito presente, porque na época eu trabalhava em dois horários (como professora na escola), aí não tinha como participar [...] mas aí o que a gente tem para falar do Fórum é isso, a gente tinha muita expectativa (Dona Clarice, 24/12/2019).

Após a articulação com a SEMMA, as ilhas da Orla Sul e demais ilhas foram sendo incluídas, mas inicialmente restringindo-se ao município de Belém, por causa da área de gerência da Secretaria. Porém, com o passar do tempo, a participação de representantes de ilhas de outros municípios, como Acará e Barcarena, foram exigindo a ampliação da área de atuação do Fórum.

Com formação católica na Teologia da Libertação e ligado ao Partido dos Trabalhadores, pertencente à Associação de Moradores e Produtores Agroextrativistas da Ilha Grande-AMPAIG, Nonato Trindade descreve como conheceu, participou e saiu do Fórum das Ilhas:

O caso do Fórum, nós soubemos que ia ter uma reunião naquela ilha lá para baixo, a Urubuoca. O rapaz entrou em contato pra lá e falaram para a gente ir lá no Fórum das ilhas né? Só que nós não sabíamos pra cá, pra essa área daqui que estava acontecendo essas reuniões, aí nós fomos lá e começamos a participar, e quando tinha a gente participava. O que o padre colocava no objetivo do Fórum era ver o problema na comunidade, reunir no Fórum e discutir com os governantes. Só que a parte dos governantes, pra mim, não andou muito sobre isso não. Tinha o Ronaldo

Pinheiro do Partido Verde que fazia parte também [...] Eu andei mais ou menos uns dois anos e meio, eu vi que ficava muito, muito em reuniões e falas, aí eu me afastei do Fórum, porque eu vi que era muita reunião e não tinha ação, na hora de executar, nunca chegou a executar. Tinham algumas coisas que iam para discussão, por exemplo, da parte da prefeitura, nesse tempo as coisas que iam para discussão eram coisas que já existiam aqui na ilha, que nós mesmos tínhamos meio de chegar. E pela parte do governo, a discussão nunca chegou, o que nós já tínhamos, nós já tínhamos encaminhado, que era relacionado ao barco escola, essas coisas nós já tínhamos. O Fórum foi bom por um lado pra mim, onde eles conseguiram alguma coisa, mas para cá para a ilha mesmo, dizer: “olha isso aqui foi o Fórum que fez”, não tem nada. Tem as coisas que nós conseguimos através de nós mesmos (NONATO MACHADO TRINDADE, 28/07/2019).

Edinei Nascimento Silva iniciou sua militância em 1997, ano que o Partido dos Trabalhadores-PT conquista a prefeitura de Belém (gestão que se prolonga por mais quatro anos com a reeleição de Edimilson Rodrigues – até 2004). Enfatiza que as conquistas existentes na ilha foram realizadas em parceria com o PT, como escolas, posto de saúde, casas, energia... Mas faz questão de afirmar que nunca foi filiado, é apenas simpatizante, assim como da igreja evangélica Assembleia de Deus. Já foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belém e atualmente é integrante da Associação de Moradores, Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu-AMEPI. Há uns cinco anos que está tentando se afastar dos movimentos sociais e não consegue. Abaixo segue relato de sua relação com o Fórum das Ilhas:

Voltando para o Fórum, a gente participou dele [...]. Então, a gente se envolveu porque a ideia era boa, o Fórum das ilhas e tal. Só que dentro desse Fórum apareceu um cidadão chamado de padre Jonas, que não deu certo o negócio. Por causa dele eu fui o primeiro a pular fora do barco, porque nunca respeitou a nossa liderança aqui dentro. Quando tu via as coisas já estavam acontecendo, ele não falava nada, pulava na frente de tudo. Então, com a entrada dele dentro do Fórum a casa caiu, eu saí fora, aí depois veio o Pedro, depois veio o Baia, Edson, aí saiu todo mundo. Todas as lideranças do Combu se afastaram do Fórum das Ilhas por causa dessa carniça... O Fórum das Ilhas foi só no início que a gente ficou, porque era uma ideia maravilhosa, era uma ideia muito bacana, o propósito, mas esse cara aí acabou com tudo. Lá na fundação do negócio, no início mesmo. Foi aqui no Poema. A organização, o início de tudo foi lá, foi lá que a gente foi na conversa, se informar e tal. Quem vai ficar, quem vai para cima. Tinha as ferramentas lá, as pessoas não podiam ir armadas para fazer as coisas. E aí cara, enfim, o Fórum para nós não serviu de quase nada (EDINEI NASCIMENTO SILVA, 30/12/2019).

Outra liderança da ilha do Combu é o Pastor da Assembleia de Deus, Claudio Miranda Cardoso, presidente da Associação de Moradores, Extrativistas e

Pescadores da Ilha do Combu-AMEPI e membro do conselho da APA/Combu. Embora seja residente da área continental, desenvolve suas atividades na referida ilha, como revela em seu depoimento e avaliação sobre o Fórum das Ilhas:

Eu posso dizer que perdeu suas forças, né? Com outras organizações, outros segmentos, principalmente o conselho da APA do Combu. Então, praticamente, o Fórum das ilhas perdeu um pouco da sua visibilidade, né? Isso a gente está falando de uns 4 ou 5 anos atrás, por aí assim. A gente já não tinha mais nem essa comunicação e tampouco qualquer tipo de informação do Fórum das Ilhas. [...] Ele pegava pessoas que tinham nome, mas não tinham voz. Não conseguiam nada, aí foi decepcionante. Acho que o que mais chegou próximo da realidade dele, acredito que fui eu, ele se bandeou assim dessa forma, aí fizemos esse trabalho (CLAUDIO MIRANDA CARDOSO, 30/12/2019).

Pelo teor dos depoimentos é possível perceber que já havia um nível de organização, reivindicação e conquistas mais aprofundado, assim como de politização. Isso não significa dizer que não havia demandas, mas eram de outra natureza, na perspectiva de alguns participantes do Fórum das Ilhas.

Mas há também outras percepções e avaliações sobre o Fórum e seu principal representante, como seu João Rodrigues Pinho da Ilha Grande, adepto da igreja católica e membro da diretoria da Associação de Moradores e Produtores Agroextrativistas da Ilha Grande-AMPAIG, como se observa em seu depoimento:

Assim, correm os boatos, né? Então eu tenho uns amigos lá para as Ilhas Norte, Cotijuba, Paquetá, Jutuba, aí me falaram: "olha, apareceu um padre na nossa região, e ele está ajudando o pessoal lá, está conseguindo fazerem a captação de água da chuva". Aí ele me deu o endereço dele e falou: "eu vou falar com ele e vou avisar vocês" e assim foi. Ele falou com ele, no dia seguinte ele me ligou e disse que marcou uma reunião, tinha uma reunião lá em Outeiro. Aí nós fomos lá, nós conhecemos ele, aí ele falou do interesse, né? Qual era a visão que o Fórum trazia. Uns amigos acataram, outros não, acharam que não era necessário ter o Fórum na Ilha porque as ilhas Sul, como são conhecidas aqui, elas têm seus representantes. Eu sempre sou assim, o que vem para ajudar, para mim, está fazendo um bem danado, eu só discordo quando a pessoa vem para prejudicar. Aí eu falei assim para os meus amigos, "olha, o que vem para ajudar a gente não pode contrariar, então vamos pensar. Se ele não vai prejudicar ninguém, é outro instituto que eles criaram, outra entidade que foi criada, então..." aí nós começamos a participar do Fórum. Eu me dei muito bem com o padre, porque eu sou católico e a nossa igreja, ela trabalha muito visando ajudar aquele que não tem. Então a igreja tem que ser unida, e a parte do Fórum, ela tem essa união que vem através desse padre. Então ele joga mesmo para unir, não para desunir, né? E eu acho que as vezes, o senhor sabe, tem pessoas que são de outras religiões, muitos convém e outros não, né? então se cria assim uma certa diferença, que eu acredito que não seja nada bom para o cristão. Cristão tem que ser unido, até porque quando se fala de projeto, quando se fala de evoluir, evolução dentro de uma comunidade, para a gente alcançar, a gente tem que está unido. Se nós não estivermos unidos, nós não vamos chegar

muito longe, o máximo que pode dar é uns dois passos e já estar caindo lá na frente. Eu tenho essa visão assim, olhar sempre para aqueles que tem menos, apesar de a gente não ter muita coisa, mas uma palestra, um curso que a gente participe é muito viável. Então tudo isso é aprendido que a gente tem na vida da gente. Vai se qualificando dentro da sociedade (JOÃO RODRIGUES PINHO, 08/08/2019).

O representante da Ilha Murutucu, Nazimil Corrêa, entrou em contato com o Fórum a partir dos projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, como segue em seu relato:

Eu fui tomar conhecimento do Fórum na época que surgiu o projeto do INCRA, das casas, a nossa ilha foi beneficiada com 64 casas pelo INCRA, era PAE (Projeto Agroextrativista) o nome do projeto, aí eu fui o vice-presidente da Associação aqui da ilha. Aí quando foi no dia que saiu o recurso das casas daqui, o presidente que era o seu Elias, não pôde abrir a conta no banco porque tava com problema no SPC, aí eu acabei virando presidente porque tinha que assinar. E quando a gente foi para a primeira reunião no Banco do Brasil o padre tava lá representando o Fórum das Ilhas, lá nesse Banco do Brasil, na agência Ver-O-Peso, tinha uma reunião por mês e era discutido os problemas das ilhas todinhas né, entre o Banco do Brasil e o Fórum das Ilhas que era o padre, ele orientava o pessoal. Lá era discutido várias necessidades das ilhas, ilha Murutucu, Ilha Grande, Maracujá, Mosqueiro, Outeiro, Cotijuba, todas as ilhas tinham representante (NAZIMIL CORRÊA, 25/07/2018).

Dona Edna Nascimento, moradora e liderança na comunidade da ilha Maracujá, é atualmente presidente da Colônia de Pescadores Z80 e da Associação de Pescadores, ambas do Município do Acará. Também se declara evangélica e faz uma boa avaliação sobre a atuação do Fórum das Ilhas e de seu principal representante:

Me falaram assim, alguém me falou: “olha, tem um padre que está fazendo umas reuniões nas ilhas e ele foca muito nas questões dos projetos de tratamento de água”. Então quando alguém falava sobre tratamento de água eu procurava ir, correr atrás, ouvir, eu queria saber e dessa forma eu conheci o padre Jonas que estava no Fórum, né? Foi dessa forma que eu conheci o Fórum, que eu entrei já pela primeira vez, eu fui a uma reunião na primeira vez aqui para a banda do Cotijuba. Inclusive, eu fui sozinha em uma barquinha que quase eu afundo no meio dessa Baía lá, mas eu consegui chegar lá e essa reunião foi assim para mim [...] foi ótima, porque nesse dia eu conheci o padre Jonas e daí a gente não se separou mais, e em todas as reuniões que ele avisava eu ia e quando não dava para eu ir, pedia para alguém ir. E daí a gente começou, se uniu e até hoje a gente está junto com o Fórum. E a nossa ponta, digamos assim, recebe as informações que vêm sobre tudo que vai acontecer, o Padre Jonas comunica a gente [...] É muito difícil. Eu creio assim, que o Fórum veio para somar conosco, com as comunidades. Agora tem muitas comunidades que não dão valor (EDNA NASCIMENTO, 29/07/2019).

Neste caso, também se observa uma relação de continuidade na confiança e atuação do Fórum das Ilhas.

Uma Arena Pública não é homogênea, a percepção sobre o processo de organização e a participação estão relacionadas a vários fatores como: a trajetória de formação política, a posição ocupada na trama de relações, ao tempo de envolvimento em associações, o engajamento, o interesse, o atendimento de demandas solicitadas, condições financeiras, disponibilidades de transporte aos locais de reuniões, entre outros.

#### 4.2.2 Engajamento, interesses e justificação dos atores

Os argumentos e as razões que justificam o engajamento do reverendo giram em torno dos aspectos social e religioso, como se pode observar no trecho a seguir:

Trabalhar somente o aspecto religioso para mim é muito pobre, ficaria preso a uma dimensão que não me completaria, o meu estar na igreja é estar em função de, na promoção da vida plena divina, como colaborador, como um elemento provocador, como alguém que pudesse estar envolvido nesse novo olhar: que tipo de sociedade nós planejamos? Que tipo de sociedade nós imaginamos? Que tipo de sociedade nós ajudamos a construir? Quando nós apenas criticamos, gritamos e não nos envolvemos, acho que aí ficamos devendo ainda a nossa total participação no projeto de construção de uma nova sociedade (PADRE JONAS, em 05/08/2016).

Os argumentos para justificar o engajamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente na ação estão associados à invisibilidade das populações insulares e à ausência de políticas públicas relacionadas à questão ambiental, mas percebe-se que o ambiental é concebido na perspectiva da complexidade, pois não se trata apenas dos aspectos físicos e de resíduos sólidos, como é muito comum:

Então, a partir de 2009 nós começamos a pensar nessa parte da cidade que estava excluída do planejamento urbano. Belém tem 39 ilhas que são da sua administração e não existem políticas públicas específicas para essas áreas, principalmente, pensadas para essas questões ambientais. No início da nossa reflexão nós dizíamos que a cidade está de costa para as ilhas, ela deveria estar de frente para as ilhas, olhando para a sua baía, olhando para essas populações ribeirinhas que estão excluídas dessas políticas. Então surgia a necessidade de manter um diálogo mais próximo com essas populações para fazer com que elas ganhassem visibilidade, não só diante das políticas ambientais, mas também das outras políticas sociais, a saúde, a educação, o meio ambiente. As questões ambientais não estão restritas só à natureza, estão relacionadas com um conjunto de

outras políticas que tem impacto também nas naturais (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

Os argumentos utilizados para justificar a participação da Bolsa Amazônia na ação foi que se tratava de uma política indutora e estavam a serviço da SEMMA, com o objetivo de realizar um Diagnóstico Socioambiental, elaborar um Plano de Desenvolvimento Sustentável e Instalar o Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, atividades orçadas em R\$ 79.012,15; parte desse valor foi utilizada para custear as *despesas com serviço técnico especializado*.

Como já foi referido anteriormente, as pessoas que se implicaram no Fórum das Ilhas já possuíam inserção em atividades comunitárias, associativas... Então o engajamento é concebido como uma oportunidade de maior visibilidade, união de esforços e ampliação das ações que já vinham sendo realizadas. Como foi o caso da representante da Ilha Urubuoca:

O que eu queria, e já vinha lutando, era melhorar a vida nas ilhas. Aí vi no Fórum uma ajuda. Quando o padre Jonas começou era muito bonito, teve muitas reuniões, a gente discutia as necessidades das ilhas e por onde a gente ia todos falavam a mesma língua: água, sanitário, segurança, energia, saúde, educação e turismo [...] Eu organizei O Grito das Mulheres das Ilhas, aí falei que o padre fazia mais que o governo, que nem era trabalho dele. Aí o pessoal do governo me chamou no cantinho e disse que não era para falar do governo, mas eu falei (KÁTIA CARDOSO DA SILVA, 30/07/2019).

A representante da Ilha do Jutuba enfatiza o processo de aprendizagem, de sensibilização e solidariedade com os demais moradores das ilhas:

É que através do Fórum a gente aprende muita coisa. Eu gosto das reuniões, porque a gente aprende com o pessoal da reunião, falando um para o outro, como a gente aprende, a gente vai saber em cada fala dos nossos vizinhos a nossa prioridade, como eles passam. Às vezes a nossa situação é tão difícil, mas aqui adiante tem uma mais difícil que a nossa. Então, através da reunião eu aprendi a me importar também com os outros (ROSA RODRIGUES, 18/12/2019).

A representante da Ilha de Paquetá chama atenção para a situação de invisibilidade, isolamento e necessidade mediação externa como possibilidade de superação:

Agora está ótimo, tu chegas e todo mundo de casa, pelo menos, confortável para estar dentro com a família. Mas quando eu cheguei aqui, eu lembro muito bem que as casas eram todas cobertas de palha, e a maioria só era cercada a frente, com plástico. Você passava ali para Cotijuba, você tinha uma ideia, né? Então, aquilo me chamou muito

atenção, só que sozinha eu não podia fazer nada, aí foi que a gente fez essa comissão, começou a correr atrás dos projetos, começou a andar e bater nas portas. Só que para nós, foi difícil, muito difícil, enquanto comunidade a gente chegar. Aí que a gente conheceu o padre Jonas e o Fórum (JOELMA MORAES DA COSTA, 28/11/2019).

A motivação do representante da Ilha Nova está relacionada à doação e seriedade da equipe do Fórum das Ilhas no trabalho com o coletivo:

Porque eles brigavam (lutavam) por uma coisa que é muito raro hoje em dia, eles queriam ajudar a comunidade, ajudar o seu próximo. Eles sempre lutaram por isso, ir em busca e não ajudar só a mim ou seu Ronaldo (morador da ilha de Paquetá que estava presente) e sim os que moram nas ilhas, então isso daí, sempre nas reuniões que eu ia isso me marcava, de ver eles fazerem isso, porque hoje é muito difícil alguém chegar e querer ajudar sem interesse, é muito difícil em qualquer lugar. Eles faziam isso, eu conhecia a maioria do pessoal que era de frente, eu nunca ouvi e nem soube de dizerem por trás, então era uma coisa muito positiva isso. Hoje tem muita gente só pra meter o pau, só quer seu benefício próprio e eles não (JOSÉ CARLOS MORAES CARDOSO, 05/08/2018).

A representante da Ilha Longa ressalta como justificativa para seu engajamento a discussão sobre os projetos que iriam melhorar a vida nas ilhas, gerando expectativas:

É porque nas reuniões eram discutidos muitos projetos que viriam para as ilhas para melhorar. Então, a gente criou realmente essas expectativas da melhora, mas o que aconteceu? Para ser mais sensata, eu não sei o que aconteceu depois, porque a gente não teve mais essa resposta (DONA CLARICE, 24/12/2019).

O representante da Ilha Murutucu, que não tinha muita inserção em atividades dessa natureza, se engaja no movimento de maneira despretensiosa, e aos poucos foi alimentando a necessidade e vontade de contribuir para melhorar a situação, segundo seu relato:

É, porque assim, a gente acaba se envolvendo com as coisas da ilha né? Então se cria uma, como é que se diz, uma vontade de querer que melhore, porque, por exemplo, quando eu fui falar sobre a primeira reunião aqui na ilha, que foi na Assembleia de Deus ali, eu não queria cargo nenhum na nossa comunidade, eu fui pra lá mesmo como morador. Quando eu cheguei lá, "não pra completar aqui o quadro, pra fazer o documento do PAE, o projeto do INCRA, não pode ser só de uma família, tu vai ser vice, o vice não faz nada, tu só vai pra fazer ata" o cara disse pra mim. Eu aceitei ser vice e acabei virando presidente por causa do problema do banco, aí eu comecei a me interessar, achar que eu podia ajudar as pessoas, fui pra reunião, a gente vai conhecendo mais pessoas, as pessoas vão explicando pra gente se inteirar, aí eu achei que eu podia fazer. Eu acho que a gente pode fazer, contanto que tenha união, apesar de que aqui na nossa ilha a gente não tem nada, assim, por exemplo, no

Combú tem três colégios e um posto médico, colégio bom pela SEMEC, tudo pela prefeitura de Belém, na Ilha Grande tem dois colégios, aqui na nossa ilha não tem nenhum, quer dizer os nossos alunos daqui vão pra Ilha Grande ou pro Combú, aí quando termina aqui vai pra Belém (NAZIMIL CORRÊA, 25/07/2018).

Um dos representantes da Ilha Grande ressalta como justificativa de seu engajamento a iniciativa do Fórum das Ilhas de promover o debate sobre questões referentes às realidades insulares:

Era por causa disso, por causa que o Fórum vinha para discussão, por exemplo, assim: "ah, melhoria de uma escola". A gente discutia tudo, né? Por exemplo, como se fosse aqui, no caso, como está a escola, "ah, saiu a escola daí", "melhoria da escola". Vinha, discutia tudo, como tinha o Roberto Pinheiro, o pessoal lá, aí ele ia conversar com o prefeito, com o governo mesmo para tentar melhorar alguma coisa. Só que eles iam, mas nunca voltava a resposta concreta, assim: "vai melhorar nisso aqui e vamos fazer isso", não. Sempre na outra reunião, voltávamos a debater o mesmo assunto, no mesmo assunto... (NONATO MACHADO TRINDADE, 28/07/2019).

Outro morador da Ilha Grande elenca várias razões que motivaram sua participação no Fórum das Ilhas como: proporcionar maior visibilidade, mediar a relação com o poder público, a confiança na pessoa do padre enquanto liderança, o olhar diferenciado sobre a situação dos ribeirinhos, a vontade de mudar... Mas ressalta que já vinham trabalhando e o Fórum se constituiu numa ajuda importante:

E eu acho assim, esse lado que eles criaram a visão de trazer benefícios para as ilhas, sempre trazer, fazer os gestores, os governantes, essa gente assim ter um olhar mais diferente para as ilhas e aí eu participava quando dava, fez eu participar. E outra pela parte do padre Jonas que é muito legal, um homem que olha, que visa está dentro da comunidade, está na igreja, está no serviço. São esses olhares assim, na verdade, é um bom pastor, um pastor que cuida das ovelhas. [...] Na verdade eu participei de algumas reuniões, mas com pouco tempo eu me afastei. Estava com problemas de saúde [...] Eu acho legal da maneira que o padre estava conduzindo, assim, ele olha muito esse lado social, né? O projeto ajuda muito as pessoas. O padre Jonas tem esse lado dele, né? Um gesto dele de um amor pelo próximo. Eu acho importante as intenções que eles vêm trabalhando em cima de buscar projetos que venham favorecer os ribeirinhos, porque todos nós somos ribeirinhos. O ribeirinho passou uma temporada aí que não era visto. De um tempo para cá que a gente começou a se organizar, começamos a conhecer pessoas também que procuram ajudar a gente, informando como a gente deveria chegar, e houve umas conquistas boas, como a gente vê por aí pelas ilhas. Graças a Deus, a gente fez parte desse movimento. Então eu estou um tempo afastado, mas no início, os projetos que o Fórum tinha, eram projetos bons mesmo. Um olhar diferente de muita coisa assim que vinha acontecendo. O que eu consegui ver, é que eles tinham uma vontade de mudança para os ribeirinhos, incentivo, [...] que nós pudéssemos ter uma infraestrutura dentro das nossas comunidades, que pudéssemos ter a água, que pudéssemos ter uma inclusão de renda, tanto de comprar, como de vender

nossos produtos, que nossos produtos pudessem ser valorizados. Então a gente vinha já trabalhando em cima disso, né? Aí o Fórum também deu uma ajuda bacana (JOÃO RODRIGUES PINHO, 08/08/2019).

O que entusiasmou uma das lideranças da Ilha do Combu foi ver o Fórum como um grupo formado por pessoas das ilhas e do continente comungando os mesmos interesses, como oportunidade de diminuição dos custos da participação dos ribeirinhos insulares, devido ao tempo que investem em suas atividades para garantir a sobrevivência:

Mudança, que foi proposto lá. A ideia de nós termos um grupo formado por pessoas daqui e pessoas de lá com o mesmo interesse de preservar a ilha, de conservar a tradição [...] Então, quando surgiu a questão do Fórum, sabíamos que iam ter pessoas lá para nos ajudar nas discussões, porque a gente está aqui e para nós sairmos daqui é mais difícil, a gente tem que está trabalhando nos nossos terrenos, colhendo as nossas frutas e está vendendo. Lá não, as pessoas estão dentro das secretarias "Olha, isso aqui é interessante, vamos chamar o pessoal do Combu, vamos chamar o pessoal, a associação para discutir isso aqui" foi isso que a gente viu [...] E aí o que nos entusiasmou dentro do Fórum foi justamente essa questão de nós termos essas pessoas lá que nos ajudassem, que tivessem uma visão mais ou menos assim como eu estou te falando. Era interessante para nós por causa de ajuda mesmo, estávamos caminhando (EDINEI NASCIMENTO SILVA, 30/12/2019).

A representante da Ilha Maracujá menciona a necessidade de sistemas de abastecimento de água tratada como justificativa de seu engajamento no Fórum, depois de várias tentativas sem muito sucesso:

Depois que eu adoeci da febre tifóide, eu queria lutar para ter um abastecimento de água tratada, então sempre eu ia em várias reuniões e nunca consegui nada, inclusive fui até Brasília, fui até vários outros lugares fora daqui do Estado. E assim nós começamos a lutar, viajar, fazer os debates, né? a gente fazia aquelas discussões sobre tentar adquirir um projeto de abastecimento de água pra cá para as comunidades. E nós não tivemos nenhum êxito na questão do projeto né? Depois eu parei e depois eu conheci o Padre Jonas com o Fórum das Ilhas, trabalhando com a questão da água e isso me motivou a participar (EDNA NASCIMENTO, 29/07/2019).

A implicação dos atores foi ocorrendo ao longo do processo de constituição do Fórum, considerando a questão geográfica, no sentido de seu local de origem, as ilhas da orla Norte. As justificativas de engajamento são diversas, mas têm em comum a necessidade de superar a situação de abandono e invisibilidade quanto aos direitos sociais relacionados à saúde, educação, segurança, saneamento básico, apoio à produção e comercialização, entre outros.

#### 4.2.3 Processo de Institucionalização

O que estamos considerando como institucionalização, inicialmente neste estudo, é a dinâmica que acompanha o processo de construção do projeto, desde as mobilizações iniciais mais ou menos espontâneas, tendo como marco importante a celebração do Convênio nº 002/2010, firmado entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Bolsa Amazônia para o período de maio a outubro de 2010 (RELATÓRIO TÉCNICO, 2010).

Temos que ter cuidado para não confundir instituições com institucionalização. Estamos chamando atenção para o fato de a iniciativa de organização do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém ter iniciado por duas instituições: Igreja e Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O primeiro passo da Metodologia utilizada, que foi a Instalação da Equipe de Articulação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, dá indícios de externalidade em relação ao território, pela necessidade de “ser capacitada para o processo de indução do desenvolvimento local.” (Proposta Técnica, 2010).

Podemos questionar a concepção de desenvolvimento local, que precisa de indução, com pouca atenção às formas endógenas de realizar as práticas produtivas, os arranjos materiais e simbólicas, de utilizar os recursos da sociodiversidade e da biodiversidade, assim como os saberes, as relações de parentesco...

O segundo passo, que é instituir o Fórum, reforça a ideia de participação passiva ou coadjuvante:

Trata-se de um trabalho de identificação das principais lideranças da sociedade civil e, depois, de sedução dessas lideranças, para que venham a participar do Fórum, a qual deverá ser continuamente animada e informada do andamento do processo, assim como, ser capacitada e chamada à participar das ações que serão realizadas. (PROPOSTA TÉCNICA, 2010, p. 11).

E a proposta de metodologia continua com os passos seguintes: Terceiro Passo – Seminário Visão de Futuro; Quarto Passo – Pesquisa Diagnóstica; Quinto Passo – Elaboração do Plano de Ações e Metas; Sexto Passo – Agenda de Trabalho; Sétimo Passo – Pacto Local em Torno da Agenda; Oitavo Passo – Realização da Agenda (Começando por um Projeto Demonstrativo).

De fato, a instalação do Fórum em 11 de maio de 2010, evento realizado no auditório da Escola Bosque, com a participação de 78 pessoas, marca outro ponto importante do processo de institucionalização. Em seguida é realizado um diagnóstico do território; estava prevista a organização de um banco de dados, mas não encontramos nenhuma referência de sua efetivação; e por fim, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, com a participação tanto das lideranças representantes das organizações como dos próprios *ribeirinhos insulares* moradores comuns.

A composição do coletivo de 78 pessoas participante do evento de instalação do Fórum era formada por representantes de entidades do poder público municipal, estadual e federal; representantes de organizações religiosas, comunitárias, populares, sindicatos, colônia de pescadores, representantes de instituições de ensino, entre outros.

Posteriormente a esse evento, o território foi dividido em 5 (cinco) pólos para a realização do diagnóstico: Mosqueiro, Caratateua, Cotijuba, Ilhas Norte (Urubuoca) e Ilhas Sul (Maracujá). No projeto inicial não havia a previsão dos locais das oficinas, mas depois entendeu-se a necessidade de descentralização, para facilitar a organização, mobilização e participação dos atores locais.

A primeira Oficina do Diagnóstico Rápido Participativo-DRP foi planejada para o dia 30/06/2010, no pólo de Caratateua, Auditório da Escola Bosque. No entanto, não pode ser concretizada por falta de representatividade dos moradores das comunidades. Só foi realizada no dia 09/09/2010, com a participação de 40 pessoas e duração de quatro horas.

A segunda Oficina do Diagnóstico Rápido Participativo-DRP foi programada para o dia 04/08/2010 e executada sem problemas, no pólo Ilhas Sul (Maracujá). Contou com a participação de 75 pessoas, como se observa na Fotografia - 01, com grande representatividade dos *ribeirinhos insulares* do referido pólo, durante quatro horas de atividades.

### Fotografia 1: Oficina do diagnóstico Rápido Participativo das ilhas Sul



Fonte: Acervo do Fórum das Ilhas, 04/08/2010.

Durante a realização do **diagnóstico** houve vários debates relacionados aos temas em questão e à diversidade de perspectivas dos atores. Houve também conflitos sobre os limites/territorialidades diferentes das referências político-administrativas. Inicialmente a área de abrangência era o município de Belém, mas a lógica dos ribeirinhos insulares é diferente, são as relações estabelecidas entre as ilhas e entre elas e o continente que determinam sua visão.

A terceira Oficina do Diagnóstico Rápido Participativo-DRP foi programada para o dia 11/08/2010 e executada sem problemas, no pólo Ilhas Norte (Urubuoca), como se vê na Fotografia 2. Com um total de 62 participantes entre equipe técnica e moradores das diversas ilhas do pólo e de outras que não pertencem ao município de Belém, como ilha de Arapiranga e Mucura pertencentes ao município de Barcarena. Assim, a organização começa a extrapolar a delimitação inicial, circunscrita ao município de Belém.

## Fotografia 2: Oficina do diagnóstico Rápido Participativo das ilhas Norte



Fonte: Acervo do Fórum das Ilhas, 11/08/2010.

A quarta Oficina do Diagnóstico Rápido Participativo-DRP foi programada para o dia 25/08/2010 e executada no dia previsto, no pólo Ilha de Cotijuba, no Salão Paroquial da Igreja São Francisco de Assis, com a participação de 62 pessoas entre equipe técnica, funcionários públicos da saúde/educação e moradores da ilha, como se observa na Fotografia 3.

### Fotografia 3: Oficina do diagnóstico Rápido Participativo da ilha de



Fonte: Acervo do Fórum das Ilhas, 25/08/2010.

A quinta Oficina do Diagnóstico Rápido Participativo-DRP foi programada para o dia 28/08/2010 e executada sem problemas, no pólo Ilha de Mosqueiro, com a participação de 64 pessoas, em sua grande maioria, moradores da área urbana, e pouca representatividade dos ribeirinhos insulares de Mari-Marie e Caruaru.

O Plano tinha como objetivo promover o desenvolvimento das ilhas de Belém através de sistemas de produção sustentável e serviços de turismo de base comunitária, protegendo e conservando as florestas e recursos hídricos remanescentes, que são base econômica e ecológica para a sobrevivência e manutenção da identidade cultural de suas populações tradicionais (Proposta Técnica, 2010).

Em relação às prioridades, se elegeram 5 (cinco) linhas estratégicas: 1) criação e regularização de unidades de conservação nas ilhas; 2) sistemas sustentáveis de produção; 3) realização do Turismo de Base Comunitária; 4) articulação de políticas públicas locais; 5) fortalecimento das organizações e gestão comunitária (Oficina do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, 2011).

As ilhas de Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba constituem o ambiente mais ameaçado de alteração pelos impactos do processo de urbanização. A ocupação desordenada do território vem comprometendo os recursos naturais que são a base para o desenvolvimento da atividade turística, da agricultura e do extrativismo, responsáveis pelo sustento de parte da população.

Conforme prevê Sales (2005), se mantidos o atual modelo de desenvolvimento e o ritmo de devastação, em 2027 todas as florestas da ilha de Mosqueiro estariam devastadas, provocando impactos sobre a qualidade de vida dos moradores da ilha e da área continental, assim como sobre a economia local, principalmente sobre a atividade turística, com prejuízos mais graves para as populações tradicionais.

Além disso, as Bacias dos Rios Pratiçara e Mari-Marie e a Floresta da Baía de Santo Antônio são hoje as áreas mais ameaçadas pelo avanço da urbanização. Depois do anúncio da construção de uma ponte, ligando a ilha de Caratateua à ilha de Mosqueiro, feito pela Prefeitura Municipal de Belém, a área tem sido alvo da cobiça do setor imobiliário, movimentos de ocupação e assentamentos rurais.

O processo de institucionalização do Fórum das Ilhas constituiu um procedimento delicado pelos desafios enfrentados diante de práticas tradicionais de dominação, a organização para acessar recursos e as possibilidades de inovações que proporcionassem a participação de forma horizontal, com encaminhamentos e decisões tomados coletivamente.

### **4.3 Fórum de desenvolvimento sustentável das ilhas paraenses**

A territorialidade dos atores insulares é diferente das lógicas políticas administrativas. Pois, desde o início das atividades do Fórum das Ilhas de Belém já participavam atores de ilhas pertencentes a outros municípios, como é o caso de Dona Fátima da ilha Maracujá, que argumenta sobre a inclusão e atendimento das demandas: “mesmo que mora em ilhas de outros municípios está ligado diretamente com Belém, seu foco é sempre Belém, pois é aí que acontecem suas transações” (RELATÓRIO TÉCNICO, 07/10/2010).

O Sr. Fernando Gomes da Ilha das Onças, também “desabafa, dizendo que a situação dos moradores da Ilha das Onças é crítica, pois não têm água potável,

energia, médicos e trabalho ... E fala mais uma vez que espera receber ações do Projeto Ilhas de Belém” (RELATÓRIO TÉCNICO, 07/10/2010). E fazendo um recuo na história, constatamos que as referidas ilhas pertenciam ao município de Belém.

Então com a saída da SEMMA e o fim do projeto financiado por ela para a realização do Diagnóstico e elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, se ampliou sem ressalvas a área de atuação.

Em seu processo de constituição, o Fórum das Ilhas inicia no município de Belém e aos poucos vai ampliando seu raio de atuação abrangendo e reconhecendo em sua primeira conferência em 2013 o total de sete municípios.

Em 2011, foram organizados vários eventos onde ocorreram debates importantes, com destaque para o I Grito das Ilhas realizado em 07 de abril e o II Grito das Ilhas realizado em 06 de maio, na Casa de Show Palácio dos Bares, Bairro Condor-Belém. Nesses eventos, organizados e mediados pelo Fórum das Ilhas, foram abordados os principais problemas que afetavam a vida das comunidades ribeirinhas insulares como: saúde, educação, segurança pública, água potável, energia, regularização fundiária etc., em diálogo com autoridades públicas na busca de soluções.

Também em 2011 o Governo do Estado encampou o Natal das Ilhas que vinha sendo realizado desde 2007, rebatizando a ação como Natal D'água. Assim, a parceria possibilitou o atendimento de um número maior de comunidades.

Em 22 de março de 2012 foi realizado, na Estação das Docas, o I Grito das Mulheres das Ilhas, com o objetivo de buscar alternativas que contribuíssem para o fortalecimento e aprimoramento dos serviços de Atenção Primária à saúde da mulher.

O ano de 2013 é marcado pela organização e realização da Primeira Conferência do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas Paraenses, com o tema: Movimento das Águas – Políticas Públicas para as Populações das Ilhas Paraenses. De janeiro a maio ocorreram as pré-conferências realizadas por ilha ou grupo de ilhas, garantindo a representação de todas, por meio da eleição de delegados. Nos dias 24 e 25 de junho ocorreu a Conferência, com a participação de 139 delegados, como se vê na Fotografia 4, representando as ilhas dos sete municípios (Belém, Ananindeua, Acará, Barcarena, Abaetetuba, Bujaru e Santa Bárbara), público que, somado aos convidados e voluntários, chegou a um total de

216 participantes, que discutiram e aprovaram documentos como: Estatuto, Regimento Interno e Carta de Princípios, assim como elegeram as Bandeiras de Luta, a Coordenação Executiva, o Conselho Fiscal e as Coordenações Municipais do Fórum das Ilhas (RELATÓRIO DA I CONFERÊNCIA DO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ILHAS PARAENSES, 2013).

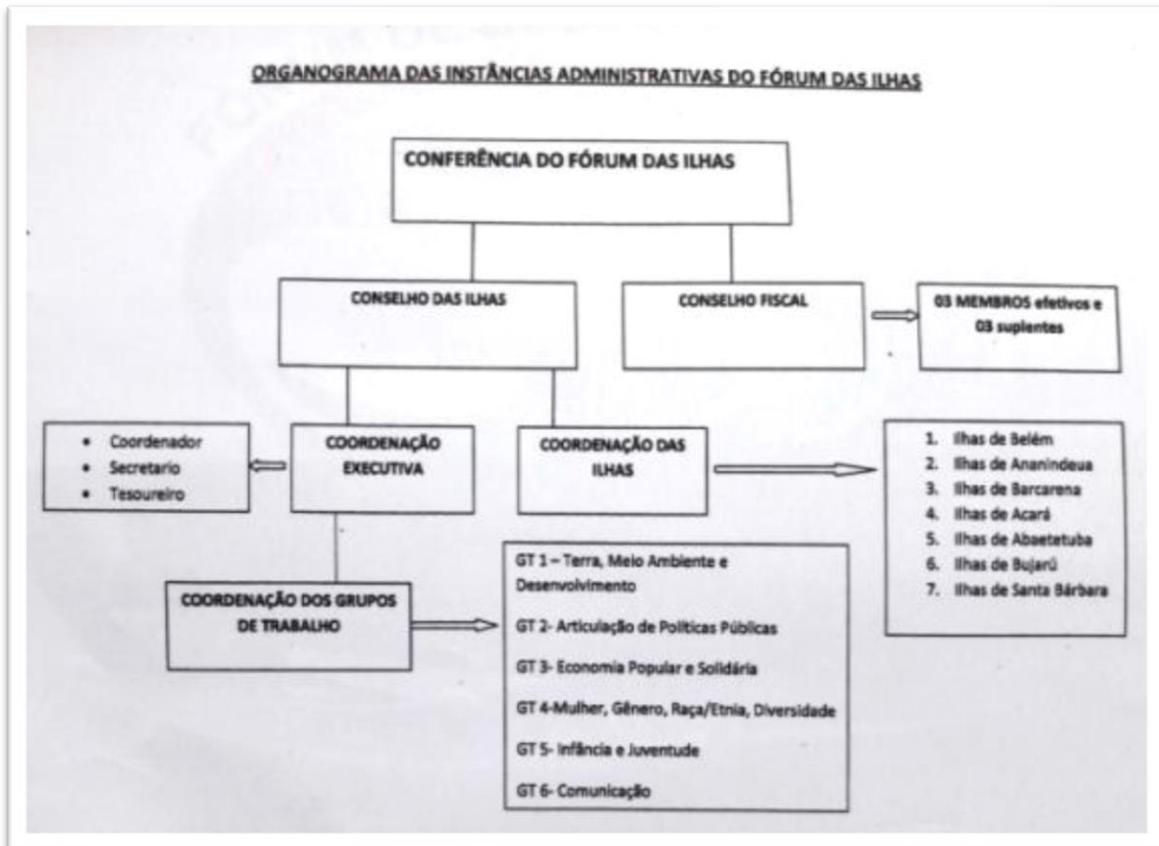
**Fotografia 4: Delegados da I Conferência do Fórum das Ilhas, Parque dos Igarapés-Belém**



Fonte: Acervo do Fórum das Ilhas, 25/06/2013.

A composição da estrutura organizacional, aprovada na I Conferência do Fórum das Ilhas, pode ser visualizada no organograma a seguir, Figura 02.

**Figura 2: Organograma da Associação Fórum das Ilhas**



FONTE: Acervo do Fórum das Ilhas.

Durante a organização da I Conferência, os moradores insulares já sentiram certo descaso por parte do poder público, explicitamente do Governo do Estado, da Prefeitura de Belém e da Prefeitura de Ananindeua, que se recusaram em contribuir com o apoio financeiro e em participar do evento – o que motivou a emissão de uma carta de repúdio a essa atitude.

No período de 23 a 25 de outubro de 2013, a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI realizou o I Fórum Paraense de Tecnologias Sociais, no Hangar-Centro de Convenções, em Belém, no qual o Fórum das Ilhas teve importante participação.

Também em 2013 ocorreu a transferência do Padre Jonas Teixeira da Paróquia Nossa Senhora da Conceição das Ilhas, sediada na Ilha de Caratateua, para a Paróquia Santa Teresinha, em Águas Lindas, fato que impossibilitou a associação do trabalho pastoral com o trabalho social e político do Fórum. Essa

transferência foi interpretada por alguns membros como perseguição ao reverendo por parte do bispo Dom Alberto:

[...] a igreja por ter essa questão também de dinamismo, ter que estar mudando e tal, essa história que chegou aqui para a gente, um belo dia chegou a ideia de o padre Jonas ser transferido da paróquia das ilhas para vir para cá para Águas Lindas. Quando surgiu isso aí, começou um movimento, não só dos paroquianos, como também de líderes de outras religiões, o pessoal da Adventista, o pessoal da Assembléia de Deus, o pessoal da Quadrangular, que participavam conosco nesse movimento nas ilhas, e foram interceder junto ao Bispo para que o padre permanecesse na Ilha como o padre da Paróquia em Caratateua, aí o bispo com a história: "não, porque não é assim. É o dinamismo da igreja, tem que mudar e tal, tal, tal". E eu me lembro que nós formamos uma comissão e fomos conversar com o bispo e o bispo disse: "olha, não é que eu vá acabar o trabalho do padre nas ilhas, ele pode continuar o trabalho nas ilhas sem problema nenhum, só não enquanto padre mais, o padre dentro da igreja" e ele foi impedido de trabalhar nas ilhas, inclusive falou que dentro da igreja tinha um grupo que era o pessoal da Cáritas que fazia esse trabalho nas ilhas [...] e quando o bispo deu essa brecha que nós poderíamos continuar, foi quando surgiu essa ideia de que nós poderíamos trabalhar não mais como Pastoral das Ilhas, passou a ser Fórum das Ilhas, que era Fórum para discutir as demandas das ilhas (LUIZ DA SILVA, 10/08/2016).

A perseguição ao padre Jonas contribuiu para acabar com o Fórum. Porque quando o Fórum estava bem forte, a igreja mudou ele de lugar, aí ficou mais difícil (KÁTIA CARDOSO DA SILVA, 30/07/2019).

O padre Jonas, coitado, é um padre que se importa muito com as ilhas, mas ele também tem o trabalho dele da igreja. Ele não pode se envolver muito, porque agora, depois que tiraram ele do Outeiro, ele tem dois trabalhos, do Fórum e da igreja dele, e aí ninguém foi mais para reunião, ou eles chamam e o pessoal não vai, enfim (ROSA RODRIGUES, 18/12/2019).

A transferência de uma das principais lideranças envolvidas no Fórum das Ilhas acarretou várias dificuldades porque o padre, como fundador e principal articulador do Fórum, teve sua atuação dividida em duas partes: o religioso e o social, tornando impossível a conciliação de tempo e recursos materiais e financeiros para realizar as duas atividades.

Em 05 de junho de 2014 foi efetivada a formalização, do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas, enquanto Pessoa Jurídica, com data de fundação em 06/05/2009, como Associação de Direito Privado:

Associação de Direito Privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, sendo de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, recreativo e educacional, sem cunho político partidário, com a finalidade de ser um Fórum de debate, mobilização e fortalecimento do movimento social das populações das ilhas e áreas ribeirinhas paraenses (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO FÓRUM DAS ILHAS, 2013).

É importante chamar a atenção para três elementos sobre a denominação do Fórum: 1) o primeiro é a finalidade de ser um Fórum de debate, mobilização e fortalecimento do movimento social, ficando mais ou menos clara a polêmica em torno da formalização e a possível desmobilização, sendo que a redação procura suavizar tal conflito; 2) a distinção entre populações das ilhas e populações de áreas ribeirinhas, ou seja, apesar de ser denominado Fórum das Ilhas atenderá moradores das margens dos rios; 3) a ampliação de Fórum das Ilhas de Belém para Ilhas Paraenses, para contemplar o que já vinha acontecendo na prática.

No Artigo 2º do Estatuto do Fórum das Ilhas são especificadas as finalidades da Associação:

I. Promover a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; II. Produzir e executar instrumentos de controle social das políticas públicas implementadas na região das ilhas e ribeirinhas; III. Fortalecer, promover e integrar as populações residentes nas áreas insulares para a promoção da cidadania; IV. Servir como canal de comunicação, reflexão, produção de conhecimento, debate, articulação de ideias e propostas, facilitando a integração entre o poder público e a sociedade, colaborando na proposição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da região das ilhas e ribeirinhas; V. Defender a garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais da população local, na perspectiva da sustentabilidade da Amazônia; VI. Viabilizar convênios e recursos para desenvolver trabalhos que venham beneficiar as populações das ilhas e ribeirinhas, sem qualquer distinção, nas áreas das políticas públicas; VII. Qualificar a intervenção de suas organizações membro, as fortalecendo através de atuação em rede; VIII. Defender os interesses coletivos dos moradores das regiões das ilhas e ribeirinhas, combatendo todas as formas de discriminações e violências, garantindo a promoção dos direitos humanos e das condições de vida das famílias, especialmente na defesa de grupo vulneráveis como mulheres, crianças, jovens e idosos (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO FÓRUM DAS ILHAS, 2013).

Nesse momento gostaríamos de chamar a atenção para os parágrafos IV e VII: de servir como canal de comunicação, facilitando a integração entre o poder público e a sociedade, propondo políticas públicas mais adequadas para o contexto; assim como defender e promover os interesses coletivos dos moradores das ilhas. Em nossa avaliação essas finalidades estiveram bem contempladas na atuação do Fórum das Ilhas.

Embora o reconhecimento em cartório tenha ocorrido somente em junho de 2014, na prática, uma nova dinâmica já havia sido legitimada na I Conferência

em junho de 2013, com a aprovação do Estatuto e Eleição da Coordenação da Associação Fórum das Ilhas.

É possível perceber que havia certo desconforto com a horizontalidade do movimento, com as incertezas dos encaminhamentos e decisões, a falta de “controle”. Principalmente da parte do setor religioso, era perceptível a necessidade de manutenção de uma hierarquia que pudesse dar uma sensação de segurança, de referência, o que podemos analisar sociologicamente como uma atualização da colonialidade. Mas não sem resistências, como se observa no discurso de um dos idealizadores do Fórum durante a Primeira Conferência em junho de 2013:

A partir do crescimento do Fórum sentimos a necessidade de criar uma personalidade jurídica [...] e aí a gente veio resistindo em criar essa personalidade jurídica, por quê? Porque nós nascemos como movimento em rede, isso significa que cada morador da ilha representa um nó da rede, é um movimento flexível, nós não temos eleição, as pessoas entram e saem de acordo com seu tempo e disponibilidade, uma estrutura flexível e horizontal [...] Nós precisamos entender que a entidade que será criada nesse encontro, nasce para atender esse movimento, para atender essa rede, para atender os ribeirinhos e o dia que não servir nós acabamos com ela. Porque se de repente a gente cria uma entidade que começa a ser dirigida por um grupinho que exclui o restante das pessoas, ela não serve mais a esse movimento, porque o movimento é maior que esta entidade que vai ser criada. Então nós estamos aqui para fazer coisas diferentes, porque o que nós temos sentido em cada área, em cada região que temos passado, nós tínhamos uma ilusão que dizia: “os ribeirinhos já têm representação, já tem entidades que representam eles”. Não é o que temos visto por aí, as pessoas estão desacreditadas naquelas entidades que viraram um bocado de papel numa pasta debaixo do braço de uma liderança e nós não queremos mais isso. [...] Então o Fórum das Ilhas continua enquanto movimento, mas vai criar uma entidade jurídica para lhe representar junto aos governos, se os governos não exigissem isso, nós não estávamos criando uma entidade (EVANDRO LADISLAU, 24/06/2013).

Esse discurso pode ser considerado uma previsão das consequências que deveriam ser evitadas, porque a formalização da já era percebida como estratégia de parte do coletivo, enquanto possibilidade de sobrevivência, tendo em vista que as bases de sustentação e articulação do movimento tiveram algumas baixas, como a saída da SEMMA no final de 2010, a saída da Bolsa Amazônia/POEMA e a transferência do padre Jonas para outra paróquia.

O fato é que esse procedimento organizacional e as condições materiais dos sujeitos envolvidos exerceram um impacto direto na desmobilização. E aconteceu a burocratização, concentração de poder, certo atrelamento ao poder público municipal e a desmobilização das bases. Sem mobilização não há pressão

para negociar as reivindicações diante de um poder alicerçado na colonialidade, ou seja, na reprodução de práticas tradicionais do clientelismo e das relações personalizadas.

No segundo semestre de 2014, durante a campanha eleitoral para o Governo Estadual, houve um incidente envolvendo um suposto apoio do Coordenador Geral do Fórum ao candidato Helder Barbalho, o que comprometeu a parceria entre o Fórum das Ilhas e o Governo do Estado, que já estava abalada por causa da falta de apoio à Primeira Conferência do Fórum das Ilhas em 2013. Na prática, deixou de existir, como relatam os representantes da Ilha Nova e da Ilha Murutucu:

Uma coisa que eles fizeram junto com o padre uns dois anos, depois eles abandonaram e fizeram sós, que eles falam que é o Natal das Águas, aí já tiraram a logomarca do Fórum das Ilhas, foi no caso o governo. Aí já vieram por conta deles mesmo, eles traziam cesta básica, brinquedo e tal, mas quem foi em busca e conseguiu foi o Padre Jonas. Aí ficaram eles mesmos vindo, uns três ou quatro anos, aí a desculpa que eles falaram foi que não tinha mais recurso pra fazer, aí ano passado eles não vieram mais (JOSÉ CARLOS MORAES CARDOSO, 05/08/2018).

Quando chegava final de ano o padre ia com o Governo do Estado, aí o Governo do Estado liberava o natal das ilhas, era o Natal D'água que tinha nas ilhas. A gente ia pra lá pro Ideflor pegar cesta básica pra cada ilha, cada morador ganhava uma cesta básica, já uns 3 anos que isso não existiu mais e é isso (NAZIMIL CORRÊA, 25/07/2018).

Nessas condições em relação ao principal parceiro, no sentido do planejamento e execução de políticas públicas, a situação do Fórum das Ilhas ficou mais difícil.

#### **4.4 Formalização e fim das parcerias com estado e prefeitura**

A ideia de formalização do Fórum foi motivada e justificada pela necessidade de uma personalidade jurídica, exigida por órgãos e entidades públicas e privadas, para a celebração de parcerias e convênios que proporcionassem a realização de ações, no sentido de atender a demandas das populações ribeirinhas e insulares.

Em 2016 ainda havia toda uma expectativa com as possibilidades que a nova forma de organização da Associação poderia proporcionar, como é possível perceber na fala de um membro da Coordenação Executiva e integrante da Equipe Técnica:

Então o Fórum tem hoje um grupo técnico, nós temos sociólogo, nós temos assistente social, tem veterinário, pedagogo e nós formamos uma equipe técnica, são as cabeças pensantes, que ajudam o padre Jonas a direcionar, para elaborar projeto (LUIZ DA SILVA, 10/08/2016).

Mas essa expectativa positiva não é compartilhada pelos demais atores que participaram do Fórum. Em realidade, há uma diversidade de percepções sobre a trajetória e a situação mais atual da organização, que podemos dividir em três blocos. O **primeiro bloco** é dos que perderam o contato e não sabem como se encontra a organização na atualidade, mas ainda guardam certa esperança de retomada. O último evento citado é a I Conferência realizada no Parque dos Igarapés, em 2013, momento em que se aprova e encaminha a formalização enquanto Associação e boa parte da comunicação com a base diminui devido a não circulação de informações e ações, por meio dos moradores das ilhas que participavam.

No momento eu acho que está parado, eu não procurei saber, não repassaram nada no momento. Eu não posso te dizer nada, nem comentar nada, eu mesmo estou por fora, eu mesmo parei porque eu não fui procurar pra saber. Toda vez que eles me convidavam, eu sempre ia porque sabia que ia trazer benefício pra minha comunidade (JOSÉ CARLOS MORAES CARDOSO, 05/08/2018).

[...] Eu não participei mais, desde esse dia que terminou lá no Parque dos Igarapés, eu não participei mais, eu acho que nem a minha cunhada participou mais (MARIA ROSA QUARESMA, 05/08/2018).

No depoimento seguinte a representante da ilha Jutuba levanta vários elementos em sua avaliação sobre o Fórum das Ilhas: a saída do padre da Paróquia das Ilhas dividiu e dificultou o trabalho que realizava; o Fórum ampliou muito sua área de abrangência, sobrecarregando a coordenação e perdendo o foco inicial; a prioridade para as organizações legalizadas com CNPJ; a ausência de reuniões causou confusões na identificação dos posicionamentos políticos, pois apoiaram um candidato a vereador em 2016 indicado por uma liderança da Ilha de Cotijuba e depois foram abandonados; agora está tudo parado na ilha, mas espera que possa melhorar; a transformação do Fórum em ONG (Associação) e a suspeição sobre parte de membros da equipe quanto a supostos benefícios financeiros.

[...] hoje eu não sei como é que está o Fórum, porque eu não participei mais de reunião, mas o padre Jonas, como padre e presidente do Fórum, que trabalha nas igrejas também, eu creio que ele não tem tempo para

vim para as ilhas. [...] Então, o Fórum das ilhas foi criado para as ilhas, para as lideranças, para melhorar a situação de vida das famílias, de renda, moradia, energia, segurança, água, sabe? Mas, eu acho que foram colocadas muitas ilhas, muito peso e o padre Jonas, coitado, ficou meio sobrecarregado, aí foi colocado gente demais, porque eu acho que fazer um Fórum das Ilhas, tem que ser só com as ilhas. Aí ir até lá para o Aurá, aí cooperativa, associação, quer dizer que quem tem cooperativa, quem tem associação, se deu bem, aí eu vou lá, tenho o meu CNPJ, é legalizado, vou lá, chamo e pego o meu benefício [...] Então nós fazíamos reunião, mas agora não sei como é que está, está um Deus nos acuda, não sabemos quem é quem [...] eu sei que a gente está parado, por enquanto a ilha está esperando que um dia, se Deus quiser, vai melhorar, vai chegar, não sei né? [...] Eu aprendi muita coisa, serviu, só que não sei como é que está agora. Foi feito uma ONG e foram colocadas muitas pessoas boas, mas quando entra àquela parte do dinheiro, o olho cresce e entra os roubos, aí fica desfocado. A pessoa que está precisando não tem; e a que não precisa está levando. Então, nosso mundo de hoje está assim, de quem é mais esperto. Eu peguei e fiquei na minha (ROSA RODRIGUES, 18/12/2019).

A representante da Ilha Longa reconhece que não participou ativamente da continuidade, mas questiona a expectativa criada com as promessas dos projetos apresentados, se ainda vão acontecer e desconhece a situação atual do Fórum:

O que aconteceu com os projetos que tinham? Não era um, eram vários projetos [...] Tinha sobre a escola técnica, falavam sobre uma escola melhor, uma escola que viesse realmente abranger as comunidades, tinha várias outras coisas que eles falavam: casas, melhorias de muitas coisas, mas eu não sei em qual pé que ficou a situação. Eu não posso dizer realmente, porque eu não sei o que aconteceu, se isso ainda vai acontecer, o que aconteceu até com o Fórum, porque eu não participei mais, chegou um período que eu não participei, então eu não posso dizer nada mais sobre isso (DONA CLARICE, 24/12/2019).

O **segundo bloco** é dos que expressam uma avaliação mais crítica sobre a atuação, que perdeu o foco, a força e acabou. Os dois primeiros depoimentos, dos atores da ilha do Combu, se referem ao momento de influência da SEMMA e do POEMA, em pleno contexto de visibilidade e ampliação do Fórum, e os encaminhamentos posteriores:

O foco dele mudou, mudaram os interesses dele [...] Então é essa a questão, o Fórum das ilhas perdeu completamente a sua força, até porque o presidente que era o padre Jonas, tentou fazer várias reuniões aqui no Combu, mas foi decepcionante (CLAUDIO MIRANDA CARDOSO, 30/12/2019).

Eu nem sei se ainda existe esse Fórum, existe esse Fórum? O Fórum para nós foi uma perspectiva e uma realidade. Houve uma perspectiva e na verdade era outra realidade. A perspectiva era de que fosse nos ajudar e desenvolver as nossas comunidades de forma sustentável e a realidade foi que entrou uma pessoa que acabou com tudo (EDINEI NASCIMENTO SILVA, 30/12/2019).

Na avaliação da representante da ilha Urubuoca, o Fórum das Ilhas acabou porque não reuniu mais a base, não houve ações concretas, só discussão. Ressalta a diferença de interesses entre o Fórum e seus parceiros, assim como a situação de vulnerabilidade do padre como Coordenador geral no jogo de relações de poder com os parceiros, situação que levou ao fracasso das parcerias, das comunidades e do Fórum também, com a formalização:

Para mim o Fórum acabou. Não chamaram mais a gente para nada. O pessoal dizia que tinha muito projeto, muito dinheiro, mas não saiu nada, só discussão. Depois percebi que os interesses dos parceiros do Fórum eram diferentes e aos poucos vi que o padre era como uma “marionete” na mão deles, não tinha muito poder. Sem nós eles não conseguiram nada, eu acho. Se fosse tudo certo, eles ganhavam e nós também. Aí formaram uma diretoria e não deu mais certo pra nós (KÁTIA CARDOSO DA SILVA, 30/07/2019).

O **terceiro bloco** é dos que avaliam as dificuldades enfrentadas, mas creem que o Fórum continua existindo e com papel importante nas ilhas. Esse bloco está relacionado a um redirecionamento do Fórum, um retorno às bases como estratégia de retomada das ações de forma mais pontual, devido à falta de parcerias que garantam recursos para a realização das atividades. Para este grupo, a nova estratégia consiste em trabalhar a partir da organização em Pólos, com a intenção de desenvolver projetos-piloto como demonstração de que é possível e aos poucos ir ampliando para outros moradores do entorno. Esses Pólos estão assim localizados: na Ilha Murutucu, residência do senhor Nazimil Corrêa; na Ilha Grande, residência do senhor João Rodrigues Pinho; na Ilha de Paquetá, residência da senhora Joelma Moraes da Costa; havendo possibilidade de ampliar essa capilaridade para outros locais, como esclarece o Coordenador Geral durante a segunda entrevista:

Faríamos assim, nós íamos pulverizando, setorizando esse trabalho, esse pode ser o caminho. [...] Ali na Joelma, Paquetá, poderia ser um pólo, porque as ilhas Oeste que estão ali próximo como Jutuba1, Jutuba 2, Jamaci, Ilha Nova, Urubuoca, Ilha Longa, elas teriam um pólo que seria o pólo ali na Joelma. E ali nós teríamos quantas pessoas ali para discutir o pólo? Já tínhamos a Joelma, mas precisava de mais pessoas, para isso era preciso fazer uma formação, porque se não, vamos cair em outro erro, a gente leva e não há comprometimento, a gente sai e o projeto acaba (JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

As ações dos Projetos estão relacionadas à criação de peixe com assistência técnica da EMATER, assim como cursos de curta duração para

produção de sabão, detergentes, embalagens para presentes, entre outros. Podemos observar uma referência à questão da formação de lideranças, uma linha estratégica do Plano de Desenvolvimento que não foi trabalhada anteriormente. No pólo da ilha Paquetá, há certa expectativa quanto a essa nova possibilidade de se organizar com as demais lideranças das outras ilhas e poderem dialogar sobre os problemas e as possíveis soluções, como relata a liderança anfitriã do pólo:

O Fórum é o que a gente pensou junto com o padre Jonas, colocar um Pólo aqui, para poder atender aqui, para poder escutar as pessoas, porque como são várias ilhas e o Fórum representa todas elas. Então cada ilha tem uma necessidade, algumas são iguais, mas as outras às vezes são diferentes. Às vezes um projeto que vai servir na ilha Paquetá, já não vai servir na Ilha Nova, ou em Urubuoca, ou em Arapiranga, mas aí tendo o pólo na ilha, onde eles possam ter alguém ali para buscar essas informações, atualizar a quantidade de povo que tem na ilha, as novas famílias que estão entrando, quais são as maiores necessidades, as prioridades, isso já ajuda bastante. Tanto para informação deles, quanto para nossa organização, já vai ajudar (JOELMA MORAES DA COSTA, 28/11/2019).

Mas há resistência por parte de algumas lideranças, como é o caso do representante da comunidade Jutuba II, que alega a questão de idade, saúde e principalmente a dificuldade de transporte, por isso acredita que “o certo é fazer reunião em cada ilha, porque o certo é esse mesmo, né?” (ROSA RODRIGUES, 18/12/2019).

O representante do Pólo na Ilha Murutucu avalia que a falta de apoio do Governo do Estado, o desinteresse dos atores, a não realização das reuniões com as pessoas das ilhas para discutir seus problemas e a criação de várias Cooperativas podem ser os motivos para a desmobilização do Fórum que, entretanto, continua existindo:

Eu sinto assim um pouco que o pessoal perdeu, não sei nem explicar por que, não sei se por falta de apoio do Governo, ou se o pessoal se desinteressou. Não tem mais as reuniões no Banco do Brasil, se tem eu não sei, porque não fui mais, não se discute mais nada das ilhas e a comunidade pra cá, com esse negócio de cooperativa, eu acho que isso distanciou um pouco, porque agora cada local tem uma cooperativa de lancha, tem ilha que tem duas, três. Por exemplo, aqui tem uma cooperativa do pessoal das lanchas, tem uma cooperativa do pessoal do barco, o seu Elias já está fazendo outra cooperativa pro negócio do açaí pra ali, quer dizer, isso aí tirou um pouco o poder, o domínio do Fórum das Ilhas. Quando era o Fórum das ilhas, eram discutidas as situações e tem pessoas aí, em certas cooperativas, que nem sabem se existe Fórum das ilhas, porque nunca participou (NAZIMIL CORRÊA, 25/07/2018).

O representante do Pólo na Ilha Grande avalia que no início havia projetos muito bons, assim como um olhar diferente no sentido positivo, de atenção específica. Mas acredita que atualmente o Fórum não está funcionando 100%, é apenas uma entidade que provoca os governantes para atenderem as demandas das comunidades:

Então, eu estou um tempo afastado, mas no início, os projetos que o Fórum tinha eram projetos bons mesmo. Um olhar diferente, né? Então, a agricultura familiar, ela vem para enriquecer essa falta, essa parte da entressafra do açai. Por exemplo, a criação de galinhas, criação de peixes, criação de camarão, criação de porco e também vem a parte do artesanato, pessoas que fazem as suas artes; só que está parado, praticamente, isso, eu acho no meu ponto de vista, que deu um salto, mas logo parou. Eu não tenho essa certeza. Pelo andar da carruagem, eu acho que não está 100%, não sei se está funcionando, até que eu ia perguntar para o padre como é que está, se continuou ou não. Teve uns momentos em que o povo participou muito, enchia os locais de reunião e depois foi fracassando [...] Hoje a gente sabe que o Fórum é apenas uma entidade que corre atrás dos governantes, dos responsáveis pelo desenvolvimento do município, por exemplo, da comunidade (JOÃO RODRIGUES PINHO, 08/08/2019).

A representante do Pólo na Ilha de Paquetá enfatiza a presença e importância do Fórum das Ilhas, principalmente por ser uma entidade legalizada, além de avaliar que a relação com o Fórum proporciona os bons acontecimentos e no momento que se distanciam não vem nada de ações/atividades/projetos para a ilha:

Então, o Fórum das Ilhas é muito presente para nós, é muito importante para nós, muito presente mesmo na ilha. A nossa porta de entrada é o Fórum das ilhas. A nossa associação não é legalizada, então tudo que a gente precisa passa pelo Fórum das Ilhas, ele é a nossa associação legalizada, é a nossa entidade legalizada, então tudo é de lá mesmo. Então, o Fórum das Ilhas é muito importante para as ilhas e quando ficamos distante dele, não vem nada (JOELMA MORAES DA COSTA, 28/11/2019).

Dona Edna Nascimento da Ilha Maracujá é muito grata ao Fórum das Ilhas, porque através dele conseguiu o sistema de tratamento de água para sua comunidade. Além disso, é membro do Conselho Fiscal eleita na I Conferência em 2013. Reconhece que o Fórum já esteve em melhor situação, pois como o governo abandonou a parceria, deixou a entidade fragilizada. Em sua avaliação o Fórum continua e vai se fortalecer, porque foi e continua sendo muito importante:

Até porque antes o Fórum estava bem mais forte quando a gente começou junto com eles e estava em uma situação ótima. [...] só que o governo não conhece todas as pessoas, os trabalhos das pessoas. E aí aconteceu o que eu digo, o padre não gosta que eu fale dessa forma, mas puxaram nosso tapete e nós ficamos assim com as pernas quebradas, mas nunca é tarde para a gente levantar. E eu creio que o Fórum continua e vai se fortalecer cada vez mais, porque é o único que veio para as ilhas, arregaçou as mangas e veio dizer o que veio fazer, trazer uma coisa boa para as comunidades. Então para nós, o Fórum foi e continua sendo muito importante, porque foi quem nos procurou, viu a nossa situação. Não foi só aqui em Maracujá, mas também em outras Ilhas que tem aí para cima. Viu a necessidade, só não faz mais porque não tem parceiro o suficiente. E o Fórum nos trouxe tudo isso, então tudo que ele consegue ver que é bom, ele traz pra gente e isso é importante, coisas que outras pessoas, ninguém, nem mesmo a prefeita, os governantes do Acará nunca fizeram para nós, nunca fizeram! O Fórum é como se fosse um pai para a gente (EDNA NASCIMENTO, 29/07/2019).

Após a avaliação de atores não presentes nas relações cotidianas do Fórum, passamos à apresentação de uma integrante mais orgânica, atuando na coordenação das ilhas de Belém, preocupada com a situação atual e com o destino da organização. Sua primeira preocupação decorre do fato de que o Estatuto prevê que o mandato da Coordenação é de três anos; a primeira eleição ocorreu em 2013 e até hoje permanece essa gestão, porque além da dificuldade em realizar outra conferência, segundo sua avaliação, não tem quem assuma:

Então nós fomos eleitos por uma multidão de gente, aí ficamos e agora já pensou? Muda diretoria, já tentamos eleição, ninguém consegue, todo mundo parece que foge, porque é uma responsabilidade muito grande. [...] E hoje nós temos uma preocupação muito grande, se houver uma eleição e o padre Jonas disser: "Eu não quero", eu faço essa pergunta no ar, sem resposta, quem vai assumir? Quem está preparado para assumir o Fórum? Quem tem condições? Eu olho o perfil de cada um dentro do Fórum e não vejo ninguém (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

A segunda preocupação de Dona Eronildes dos Santos é a falta de integração para a divisão das tarefas e a responsabilidade/dedicação quanto à sua realização. Como se trata de um trabalho voluntário, não se pode exigir muito dos participantes, e talvez esse seja uma das principais dificuldades das associações filantrópicas e sem fins econômicos, como é o caso do Fórum das Ilhas:

[...] se todo mundo da diretoria fizesse uma parte, o Fórum estava muito bem, porque o que esbarra é que nós não temos gente para trabalhar. É um trabalho voluntário. E o senhor sabe que quando se trata de trabalho voluntário as pessoas fogem e a maioria eu vejo, eu digo para o padre Jonas assim: eu não vou me preocupar se o técnico vai se ofender ou não, eu não estudei muito, mas eu digo logo é na cara, o grande problema é que os técnicos só estão no Fórum pensando em si, que vão se dá bem

[...] a nossa dificuldade é muito grande. Tem hora que eu coloco a cabeça no travesseiro, meu Deus, o que é que a gente vai fazer? Eu olho para cada um e eu não vejo aquela preocupação que eu tenho, que o padre tem de dar jeito. A gente fica naquela agonia querendo resolver as necessidades [...] Hoje, nós não temos praticamente nem pessoas para fazer um ofício (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

A terceira preocupação é com a saída dos técnicos, que constituíam os recursos humanos mais qualificados do Fórum das Ilhas. Avaliando que a expectativa criada com a formalização e a composição de uma equipe técnica não se efetivaram na prática, talvez se deva retornar para a formação original como Pastoral das Ilhas:

[...] Hoje em dia o Fórum tem um estatuto, o Fórum tem CNPJ, mas ainda faltam algumas legalizações. Aí os técnicos saíram e não aconteceu isso. E eu falei na última reunião: “O Fórum começou sem técnico e está terminando sem técnico de novo”. O Fórum está sem técnico. Nós estamos assim, só nós que começamos como pastoral.[...] Então professor, o que nós precisamos mesmo, na minha visão, é que o Fórum venha ter parceiros, parceiros honestos com boa vontade, que cheguem para somar, que seja mais dois ou três padre Jonas na vida, porque no dia em que nós tivermos pessoas iguais ao padre Jonas, nós vamos estar muito bem (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

Ao final de sua avaliação, Dona Eronildes dos Santos enaltece a dedicação e participação do padre Jonas. De fato, o padre tem uma situação que é bem peculiar: por ser o principal articulador e fundador, por ter uma atividade mais flexível, por ser solteiro e considerar o Fórum como um filho.

Vimos neste capítulo que há uma diversidade de percepções e avaliações sobre o Fórum das Ilhas, que estão diretamente relacionadas ao fator temporal e à posição que cada ator ocupa no jogo das relações. Mas podemos concluir, a partir das avaliações do conjunto de atores, que o Fórum das Ilhas teve sua origem na Paróquia das Ilhas, um apogeu que gerou muitas expectativas no momento da parceria com a SEMMA e o Governo Estadual, e atualmente se encontra numa situação delicada, com muitas dificuldades em sua continuidade.

O Fórum tem como características a heterogeneidade e a assimetria de saber e de acesso ao poder como limites a serem superados. A formação técnica e política dos atores aparece como desafio para melhorar a capacidade de argumentação, de proposição, de diálogo, de negociação e de construção de alianças. Nessa perspectiva, precisamos considerar as assimetrias de poder, de competência, herdeiras de um sistema de dominação colonial, que impõem limites

e dificultam a operacionalização dos mecanismos de participação. Essa discussão será retomada no sexto e último capítulo.

Agora passaremos, no próximo capítulo, à questão da atuação do Fórum das Ilhas em relação ao processo de urbanização e os desafios ambientais em um território múltiplo, marcado pelo não reconhecimento dos interesses das comunidades locais, que conflitam com o avanço da lógica de mercado, em alguns momentos incentivada pelos poderes públicos.

## 5 Capítulo 4 – URBANIZAÇÃO E AMBIENTALIZAÇÃO EM UM TERRITÓRIO MÚLTIPLO

A gente acredita que o Fórum tenha conseguido mais no desenvolvimento do que na sustentabilidade. Porque se o Fórum tivesse o reconhecimento do poder público, hoje nós teríamos avançado na sustentabilidade (Liderança da ONG Rosa dos Ventos, FRANCISCA GÓES, 31/07/2018).

Então, a discussão passa pela construção da proposta de desenvolvimento sustentável (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

As dicotomias forjadas pela modernidade ocidental, que servem de base à produção de bens e conhecimentos e nas quais se estruturam as relações de poder, se constituem na principal causa da crise ambiental. Embora essa ideologia tenha assumido um caráter hegemônico ao longo de sua existência, contemporaneamente já se observa uma nova tendência que, diferentemente, não nega as consequências ambientais.

A questão ambiental vem se impondo como uma exigência para a continuidade da vida no planeta. O crescimento populacional e o modo de vida hegemônico implicam fortes impactos, principalmente em relação aos processos de urbanização e produção de alimentos. Este cenário cria e intensifica desafios ambientais, socioeconômicos e de planejamento, principalmente urbano. Tendo em vista que a base da vida humana, que são os ecossistemas naturais enquanto *habitat* da flora e da fauna estão sendo destruídos numa velocidade assustadora.

Gudynas (2010) enfatiza que a saída da crise atual não é somente uma questão de mudanças nos aspectos econômicos, deve ser mais profunda, abarcando outras dimensões, como a cultural e a política. A tarefa é romper com o antropocentrismo e a dualidade entre sociedade e natureza. Por isso é necessário abrir-se a outras perspectivas éticas, nas quais a natureza passa a ser sujeito de direitos, com valores próprios.

Assim constatamos que a globalização é o espaço onde as sinergias negativas tornam manifestos os limites do crescimento e o local é o espaço onde emergem as sinergias positivas da racionalidade ambiental, onde se precipitam tempos e momentos, é o lugar onde se articulam identidades culturais e potencialidades ecológicas (LEFF, 2001).

Nesse contexto, um dos grandes desafios é a construção de redes de ligações entre as experiências locais, para travar as batalhas no âmbito global.

Como alerta Castro (2000), isso exige um esforço de operar com a complexidade, com as contradições e os interesses presentes nas pautas de negociações que se articulam nas esferas internacionais, pois os efeitos das decisões tomadas nesses fóruns, assim como os interesses de grupos econômicos pela biodiversidade, refletem diretamente nas estratégias e modos de vida no plano local.

Nessa mesma linha de compreensão, Teisserenc e Teisserenc (2016) se referem a um *território mundializado* devido a certos efeitos de fatores externos, cada vez mais presentes, que afetam seu futuro e requerem a compreensão da importância de se considerar fatores que *justificam a emergência da questão local*. Por isso, levando em consideração os saberes produtivos e ecológicos das populações tradicionais, podemos argumentar na direção do conhecimento, do reconhecimento e da defesa desses saberes, como nos sugere Enrique Leff:

A racionalidade ambiental, os princípios da governabilidade democrática e da gestão ambiental de desenvolvimento abrem, assim, possibilidades promissoras aos povos da América Latina na construção de uma nova racionalidade social e produtiva, um projeto histórico diverso como suas etnias e seus ecossistemas, fundado no seu potencial cultural e ecológico, solidário com as necessidades atuais de justiça social, erradicação da pobreza e melhoramento da qualidade de vida das maiorias e dos destinos das gerações futuras (LEFF, 2009, p. 408).

Sabemos que a articulação do modo de produção vivenciado pelas comunidades tradicionais e seu sistema social é invisibilizado pelo processo de globalização capitalista, cujas narrativas são recorrentemente elaboradas e reelaboradas de maneira a suprimir qualquer espaço ou possibilidade de contrafluxo, criando uma atmosfera de fatalidade a qual não se pode escapar. Escobar nos ajuda a descortinar esse cenário:

La noción de prácticas basadas-en-lugar - aunque, nuevamente, no limitadas - al-lugar-de identidad, naturaleza y economía nos permiten ir más allá de una visión de lugares subalternos como simplemente subsumidos en una lógica global o como un sitio en la red global, incapaz de fundamentar ninguna resistencia significativa, dejando únicamente una alternativa. En el plano de la economía, uno puede entender que los lugares no son nunca totalmente capitalistas, sino que son habitados por la diferencia económica, con el potencial de devenir en algo otro, una economía otra. Esto es repensar la diferencia desde la perspectiva de la economía y la economía desde la perspectiva de la diferencia (ESCOBAR, 2003, p.80).

Embora devamos reconhecer a validade, não apenas teórica, mas também empírica, deste argumento, pois, de fato, nenhuma realidade histórica é absoluta,

não podemos esquecer, como Gudynas (2010) adverte, que apesar da crise global mudar o balanço e a intensidade da pressão ambiental nos ecossistemas da América do Sul, persistem as estratégias de desenvolvimento sob intensa apropriação dos recursos naturais e a dimensão ambiental é assumida apenas como um ajuste instrumental de efeito cosmético, gerando a ilusão de um capitalismo benevolente, defendido inclusive pelos governos progressistas.

Inclusive, parte desse arranjo para fazer o capitalismo parecer sensível à questão ambiental levou países subalternizados, como o Brasil, a assumirem alguns compromissos dessa agenda ecológica internacional, especialmente por meio da formalização de uma legislação ambiental. Assim, foi promulgada a Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990).

Nos últimos trinta anos houve vários avanços no campo ambiental brasileiro com a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – Ibama, Lei no 7.735, de 22 de fevereiro de 1989; do Ministério do Meio Ambiente em 1992; da Lei de Crimes Ambientais, Lei 9.605/1998, assim o Brasil passou a ser um dos poucos países a possuir um direito penal ambiental; do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei 9.985, de 18 de junho de 2000, o qual contribuiu para organizar as categorias de UCs e os instrumentos de proteção, anteriormente dispersos em diversas leis; da Agência Nacional de Águas - ANA em 2000, autarquia federal vinculada ao MMA, com o objetivo de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos; do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, desmembramento do Ibama e separação de funções (o primeiro passou a responder pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC, e o segundo pela atuação no licenciamento e fiscalização).

Se por um lado precisarmos reconhecer os avanços, por outro, não podemos negar as limitações causadas por uma visão antropocêntrica e de fé no progresso material. Pois nesse mesmo período, houve a concepção e implementação do Programa de Aceleração do Crescimento I e II - PAC, a

construção de Usinas Hidrelétricas, convivência com o Agronegócio, com os projetos de mineração, indústria pesqueira, entre outros.

Aquino (2003) analisa o processo de institucionalização de ONGs ambientalistas na Amazônia e suas estratégias para o desenvolvimento sustentável, referindo-se ao termo *verdejar*. Em 2014 a referida autora retoma a discussão das ONGs como parte de um debate mais amplo, que vai no mesmo sentido do *verdejar* ou da *ambientalização*. Este fenômeno é concebido como um processo em que a questão ambiental passa a integrar e/ou a ser integrada pelas questões sociais, indicando a complexidade de um desafio multidimensional, produzido pela e em reação à dominação da racionalidade econômica dirigida pela lógica de mercado.

A discussão acadêmica sobre ambientalização passa a ganhar proporção teórica com a publicização da produção de Lopes Leite (2004; 2006), onde este termo é utilizado para caracterizar a interiorização das diferentes faces da questão ambiental, relacionadas à participação e ao controle público da poluição industrial.

Achselrad (2010) discute o processo de ressignificação das arenas onde se dão os embates sociais pela construção dos futuros possíveis. E nessas arenas, a questão ambiental se mostra cada vez mais central, passando a ser vista entrelaçada às tradicionais questões sociais. Então se percebe que os riscos ambientais são diferenciados e desigualmente distribuídos, dada a diferente capacidade dos grupos sociais escaparem aos efeitos das fontes de tais riscos. Ao evidenciar tal situação, abre-se espaço para a denúncia de ambientes desiguais dando origem ao termo “conflitos ambientais”.

Para Teisserenc (2010a), a ambientalização dos conflitos é concebida como um fenômeno que afeta mais o contexto Amazônico devido à integração formal progressiva das exigências de um desenvolvimento sustentável nas políticas públicas, sendo que os conflitos, anteriormente considerados de caráter econômico e social, tendem a ser problematizados numa perspectiva ambiental.

Em relação ao contexto territorial de Belém, podemos referir a Lei Ordinária N.º 8233, de 31 de janeiro de 2003, que altera a estrutura da Administração Pública Municipal, extinguindo a Fundação Parques e Áreas Verdes de Belém – FUNVERDE e criando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, órgão da Administração Pública direta com a finalidade de definir e gerir a política

municipal de meio ambiente, tendo em vista não comprometer as funções socioambientais do Município e proteger os ecossistemas no espaço territorial municipal, buscando sua conservação e, quando degradados, sua recuperação.

### **5.1 O lugar do ambiente no processo de urbanização**

Se por um lado a urbanização pode ser pensada como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida dos ribeirinhos insulares, com o atendimento de suas reivindicações históricas como educação, saúde, saneamento, energia elétrica, financiamentos para seus projetos de produção e comercialização; por outro, ela traz o risco de piorar suas condições de vida, com o aumento do contingente populacional, a pressão sobre os recursos naturais, a degradação ambiental inviabilizando suas bases produtivas e transformando o local numa grande “favela”, como nas ilhas de Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba.

No caso de Belém, houve investimento na urbanização, pelo menos em parte, da área continental e certa invisibilização da área insular, nos mais variados aspectos. E quando há alguma iniciativa em atender as reivindicações da população local, as ações são marcadas por equívocos que decorrem principalmente de desconhecimento e incompreensão desse território, que guarda muitas especificidades em relação à área continental.

Vejamos. Quando o poder público realiza ações, como a implantação da linha fluvial Icoaraci/Cotijuba, sem um devido planejamento, acompanhado de medidas regulatórias, de prevenção e monitoramento dos efeitos a curto, médio e longo prazos, essa iniciativa, que por um lado facilitou a ida e vinda de moradores e visitantes diariamente, por outro gerou reflexo sobre o contingente populacional, provocando o atual cenário de “favelização” da ilha.

Outro exemplo desse descompasso são as escolas nas ilhas menores, cujo contingente geralmente não atende ao critério numérico das secretarias de educação, que estabelecem (inclusive ao arrepio da legislação nacional que não determina isso) um número mínimo de estudantes por turma, tendo por base a situação das escolas urbanas de salas lotadas; pelo fato de as ilhas serem menos povoadas, suas escolas vivem ameaçadas de fechamento, mas precisam ser garantidas por causa das crianças pequenas que sofrem com os deslocamentos diários, enfrentando longos percursos em barcos desconfortáveis e inseguros. No

início de 2019 a SEMEC interditou o anexo São José na Ilha Grande e os alunos passaram a frequentar outra escola na Ilha do Combu. A merendeira (pessoa que prepara a merenda escolar) do referido anexo relatou que uma criança de 5 anos passou a apanhar o barco às 6 (seis) horas da manhã e ia chorando no percurso para apanhar os outros alunos, até chegar na nova escola. Não teria sido mais prático realizar os pequenos reparos no piso do prédio?

Nessa questão das contradições entre as promessas do processo de urbanização, Simonian e Silva (2010) nos lembram que a ilha de Mosqueiro recebeu certa atenção nos tempos áureos da borracha na Amazônia, porque era um espaço de lazer para a elite, naquele momento, mas apenas nas áreas centrais frequentadas por ela; as áreas mais afastadas onde moravam os ribeirinhos ficaram excluídas das melhorias (SIMONIAN; SILVA, 2010).

O processo de ocupação, mais recente, das demais ilhas se intensificou em consequência da urbanização da cidade de Belém que, segundo Mitschein, Miranda e Paraense (1989), assumiu a forma de uma nivelção 'para baixo', concretizando-se através da potencialização de problemas sócio-ecológicos, como desemprego e subemprego em massa, favelização dos bairros periféricos, poluição do ambiente pela falta de serviços básicos, entre outras mazelas.

Como relata Abelém (1992), a população mais carente é expulsa das áreas centrais, através de programas de remoção e renovação urbana ou são expulsas indiretamente pelos elevados valores de impostos, aluguéis e especulação imobiliária. As próprias baixadas vão sendo urbanizadas e sua população passa a migrar internamente nessas áreas, em busca de casa própria, que lhe dê abrigo e garanta sua reprodução.

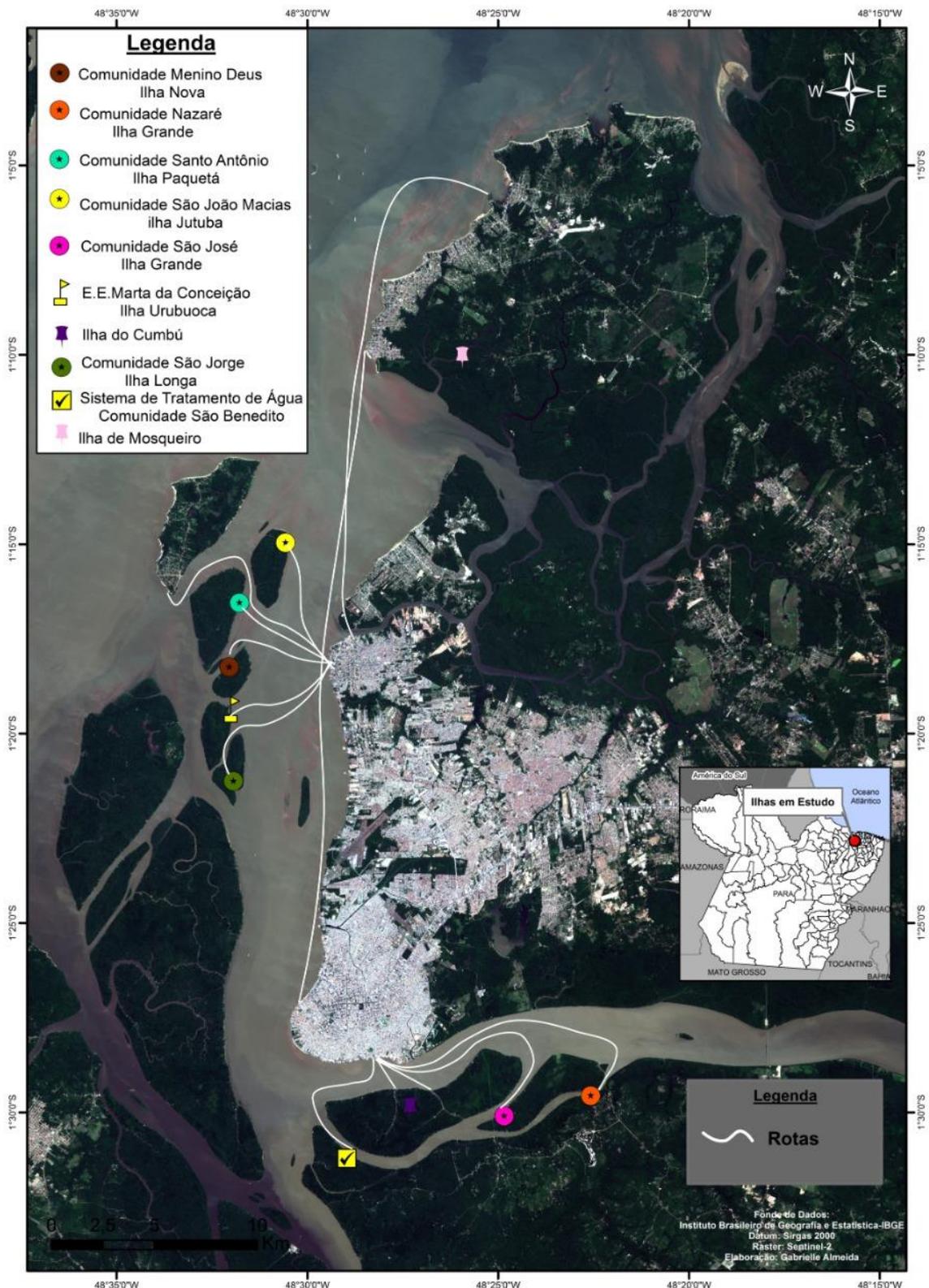
Com a intensificação do processo de urbanização da cidade de Belém, na intenção de integrar ilhas ao continente e atender demandas turísticas/veranistas, foram construídas as pontes de Mosqueiro, Sebastião Oliveira, em 1976, e a de Caratateua, Enéas Pinheiro, em 1986. Posteriormente, por volta de 1990, ocorre a implantação de transporte fluvial regular para a ilha de Cotijuba, como é possível observar na Figura 3. Atualmente, o alvo é a Ilha do Combu, cujo transporte é operacionalizado por duas cooperativas de barcos e lanchas. Essas ações facilitaram o fluxo de visitantes e de famílias de baixa renda sem moradia que vão

sendo empurradas do centro da cidade para as periferias/área insular do município de Belém, assim como de empreendedores (comércio, restaurantes, serviços...).

Esta área vem sofrendo os impactos de vários problemas socioambientais, resultantes da intensa ocupação espontânea. De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará-IDESP (1990), o resultado da ocupação desordenada é uma cidade cada vez mais desigual, pois o mau uso dos recursos naturais e do meio físico causa transformações na sua topografia, na qualidade dos solos, dos recursos hídricos, na cobertura vegetal, nas condições microclimáticas e, finalmente, na qualidade de vida da população mais empobrecida.

Rodrigues (1996) mostra que as pessoas se apropriam do espaço-ambiente de forma diferenciada, num processo de segregação que exprime a exclusão social, ou seja, as condições de vida na cidade estão condicionadas à correlação de forças entre as classes sociais.

**Figura 3: Conexões entre a Área Insular e Continental de Belém**



Fonte: Próprio autor, (Elaboração Gabrielle Almeida e Fernando Monteiro, 2020).

Como consequência desse processo de ocupação espontâneo, ocorre um aprofundamento da ação antrópica como: maior pressão sobre os recursos naturais, desmatamento, erosão, assoreamento e poluição dos cursos de água, poluição do solo e outros, como constata Braz (2006), a respeito da deterioração da qualidade das águas e a consequente redução da balneabilidade das praias devido à intensificação do transporte fluvial e de atividades econômicas.

Agravam-se também os problemas socioambientais como tráfico de drogas, violência, prostituição infanto-juvenil, trabalho infantil, dentre outros. A ausência ou inadequação de políticas públicas para atender as demandas relacionadas a saúde, educação, segurança pública, saneamento básico, transporte (interno, entre ilhas e entre ilhas e o continente), programas de geração de emprego e renda, é outro forte agravante. Em resumo, a ocupação “desordenada” e a apropriação e uso do território (recursos naturais) insular, de maneira indiscriminada causam vários problemas ambientais e modificam a paisagem, deteriorando a qualidade de vida da população ribeirinha, como revelam Faure, Prost e Castro (2006).

Vale notar que, mesmo nas três maiores ilhas do município de Belém (Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba) mais impactadas pela urbanização, ainda há áreas relativamente conservadas ou com menor impacto, que abrigam pequenos produtores familiares desenvolvendo atividades na agricultura, pesca, extrativismo e criação de pequenos animais. Nesses locais, há uma precária rede de serviços para atender a demanda turística, formada por barqueiros, barraqueiros (bar e restaurante), proprietários de pousadas, transporte alternativo (van, moto taxi, charrete, pequenos comerciantes e outros).

As ilhas de Jutuba, Paquetá, Urubuoca, Ilha Nova, Ilha Longa e outras, são menos impactadas, por não possuírem atrativos turísticos, com monumentos históricos e praias como a ilha de Cotijuba, estudada por Lana Silva (2003); ou como a ilha Trambioca, estudada por Ligia Simonian (2004). Esses estudos demonstram que em boa parte as mudanças são ocasionadas ou aceleradas, em certos aspectos, pela criação/construção de infraestrutura para atender as demandas de visitantes e turistas.

Pode-se considerar que no contexto territorial em questão há uma mesclagem entre o modo de vida caboclo/ribeirinho com sua forma específica de

uso e manejo dos recursos, suas representações simbólicas sobre o ambiente em que vivem e o modo de vida urbano, mais impactado pela lógica de mercado da sociedade capitalista, como menciona Furtado (2011), ao analisar a dinâmica territorial na Zona Costeira do Pará, situação similar à área insular do Município de Belém:

[...] A baixa densidade demográfica em relação ao presente, a abundância de terras, o isolamento da região e a [fraca] pressão comercial deveriam contribuir para baixos impactos em relação ao presente. Hoje, o turismo, a especulação imobiliária, pressão comercial ilegal sobre produtos do mar através de atravessadores, afluência turística crescente e a ocupação desordenada por contingentes urbanos sem terra alteram o modo de viver destas populações (FURTADO, 2011, p.410).

Quaresma e Pinto (2006), assim como Silva (2007), alertam sobre a necessidade de um planejamento adequado e integrado, visando ao aproveitamento do potencial turístico das áreas insulares, respeitando a diversidade natural, cultural, social e econômica, de modo a proporcionar visibilidade e participação dos múltiplos atores sociais envolvidos, em todas as etapas do processo, pois com o passar dos anos os problemas tendem a se agravar, por falta de iniciativas estruturais, com ações integradas e com a participação efetiva dos atores locais. Além disso, temos a presença de um fenômeno para o qual Bibas e Cardoso (2016) chamam a atenção, que precisa ser considerado: as trajetórias de urbanização das Ilhas do Mosqueiro e Outeiro evidenciam que a lógica de mercado tem pautado o crescimento da cidade, das propostas e projetos de valorização imobiliária que pressionam as ilhas com maior potencial de conexão.

Nobrega (2006), ao analisar a implementação do Proecotur enquanto política pública de turismo no distrito de Mosqueiro, em sua dissertação de mestrado, questiona a legitimidade do modelo de desenvolvimento ecoturístico se os atores mais importantes (população local) desconhecem o significado dessa atividade como uma possível ferramenta de desenvolvimento socioeconômico. E conclui refletindo sobre a incoerência da iniciativa de desenvolvimento local sem a participação dos moradores.

Simonian e Silva (2010), também em Mosqueiro, relatam que mesmo diante da participação comunitária na implementação de políticas públicas pouco se tem avançado em relação às questões estruturais próprias da Baía do Sol, pois

os resultados são esparsos, rarefeitos e não rompem com modelos de reprodução social e de trabalho baseados na exploração da população local.

Quaresma e Pinto (2006), ao analisarem o turismo na ilha de Caratateua, relatam que as práticas existentes (públicas e privadas) caracterizam-se pela ausência de um planejamento adequado e integrado, assim como por políticas pautadas em modelos externos e excludentes, distanciadas da realidade local.

De acordo com Bibas e Cardoso (2016), Outeiro já faz parte do circuito imobiliário de alto padrão, pois a franquia Alphaville adquiriu terrenos em Icoaraci e na Ilha de Outeiro com acessos ao rio (marinas e clubes), sinalizando as tendências de ocupação privatizada e de comercialização do rio.

O turismo de massa tem impulsionado a transformação da ilha de Cotijuba, por meio da atração populacional e da criação de redes de infra-estrutura precárias buscando atender às recentes demandas.

De acordo com o atual Plano Diretor do Município de Belém (2008) no Art. 87, relativo ao Macrozoneamento do território belenense, a ilha de Cotijuba ficou dividida em área urbana (ZAU 1- Zona de Ambiente Urbano) e área natural (ZAN 1 e 2 -Zona de Ambiente Natural). Este documento traz entre suas diretrizes da Macrozona de Ambiente Natural, que engloba as áreas naturais de Cotijuba, o Art.83, parágrafo VII que tem como princípio *incentivar o turismo nas ilhas, por meio de programas que evidenciem o meio ambiente, a diversidade cultural, a paisagem e as características locais típicas das ilhas fluviais do Município de Belém.*

Esta diretriz implicaria a implementação de ações de organização, sensibilização e planejamento do turismo em Cotijuba e demais ilhas, algo até então distante da realidade local, pois a carência de infra-estrutura, de planejamento urbano e a ausência de monitoramento continuam a potencializar o avanço dos impactos socioambientais, causados não somente pela forte pressão ambiental dos visitantes, mas também pelos que já residem na ilha, que se apropriam do espaço de forma espontânea.

Hüffner (2011) em dissertação de mestrado, constata que a inserção do turismo na organização econômica e social de Cotijuba provoca diversas transformações espaciais, visivelmente impactantes no desenvolvimento urbano, com forte influência na degradação ambiental da ilha, principalmente com relação aos danos à vegetação, a que se somam a produção de lixo e seu descarte

inadequado, a utilização de fossas e sanitários impróprios e potencialmente contaminadores do solo e da água. E tudo isso acontece à revelia do poder público, que não presta apoio e recursos para um direcionamento sustentável da atividade.

Mas a porção insular está fadada a esse processo de urbanização selvagem e absoluto, guiado pela lógica de mercado? Ou é possível organizar a construção de alternativas?

Para ensaiar respostas possíveis a esta questão, podemos partir da experiência da ilha do Combu que, embora esteja mais próxima da área central do continente, tem se mostrado mais ou menos eficiente no controle de sua trajetória diante do processo de urbanização. Segundo Bibas e Cardoso (2016), as formas tradicionais de apropriação do espaço no Combu mostram o caráter da construção coletiva desses processos, possibilitam a segurança dos moradores, proporcionam maior interação e a criação de laços próximos ao familiar, beneficiam e organizam as diversas dimensões da vida (econômico, político, social e ambiental) fortalecendo a comunidade. Onde se observa o respeito ao rio e à floresta assumidos como suporte da reprodução desse modo de vida, ilustrando assim possibilidades concretas para a preservação ambiental e formação de uma economia solidária, como o Sistema de Espaços Livres que as ilhas constituem no espaço metropolitano, aumentam as chances de reconhecer e potencializar alternativas que ofereçam novos parâmetros de urbanização para as cidades da região, de base endógena e com maior capacidade de atender aos processos locais.

É verdade que a situação atual da ilha do Combu apresenta algumas especificidades que precisam ser esclarecidas. Seu território é gerido como Área de Preservação Ambiental (APA do Combu), uma unidade de conservação de uso sustentável, e nessa condição dispõe de um aparato normativo que favorece a constituição de um espaço público para a discussão e deliberação sobre a política de gestão e manejo dos recursos naturais, que potencializa e serve de guarida para o processo de organização e mobilização dos moradores, embora Cirilo (2013) assinala que essa unidade de conservação tenha sido criada sem o conhecimento e participação da maioria dos moradores. Além disso, sua extensão territorial é menor em relação às outras ilhas como Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba, não dispõe de praias de areia, monumentos históricos, entre outros atrativos.

Mas essa interpretação de que a ilha do Combu constitui uma experiência de resistência ao processo desenfreado de mercantilização que não respeita as outras dimensões da vida urbana, que até o momento tem sabido transitar entre a oportunidade e o risco desse encontro entre a lógica urbana a lógica tradicional, é controversa. Embora haja certa descontinuidade em relação à porção continental, as comunidades insulares dessa ilha não estão livres do sistema de dominação econômico e político.

Já há evidências de conflitos entre lógicas diferentes de apropriação e uso dos espaços e recursos do território, que se agravam com o avanço de um cenário desfavorável ao modo de vida ribeirinho insular: proliferação de restaurantes; regularização de transporte através da criação de cooperativas de barcos e lanchas; instalação de Marinas na orla continental mais próxima; incentivo do poder público através das ações relacionadas ao reconhecimento de Belém em 2015, pela *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)*, como uma das Cidades Criativas da Gastronomia mundial, entre outros fatores, que abordaremos na última parte deste capítulo.

## **5.2 A referência ambiental nos debates, reivindicações e demandas**

Já vimos no capítulo 2 que o processo de urbanização das três maiores ilhas (Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba) foi acompanhado pelo desencadeamento de várias *organizações ambientalistas* (CASTRO, 2010) que protestam, reivindicam e propõem alternativas para o enfrentamento dos problemas causados pelas transformações, visando a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Trabalharemos aqui, como evidência de processo de ambientalização, a experiência da ilha de Caratateua, em cuja trajetória de luta as organizações se articularam, formando uma organização maior chamada de CONSILHA/Conselho de Representantes da Ilha.

Dentre as várias reivindicações dessa organização, destacou-se a construção de um projeto que fosse mais eficaz no enfrentamento do crescente processo de degradação socioambiental. Assim, entre vários encontros e desencontros discutindo o projeto de uma instituição que atendesse as necessidades e anseios da população da Ilha, no sentido educacional, ambiental,

econômico e de participação política, chegou-se à conclusão de que este projeto seria uma Escola.

Após a formulação do projeto, apresentou-se o problema do financiamento, que levou os sujeitos a recorrerem ao poder público estadual, na gestão do então governador Jader Barbalho (1991-1994) que, por sua vez, responde negativamente e não aceita a parceria. Recorre-se, então, ao poder público municipal para apresentar a proposta de investimento, iniciando-se uma série de repactuações em relação aos ajustes necessários para a concretização da iniciativa.

O projeto foi encampado pelo poder público municipal, na gestão do prefeito Hélio da Mota Gueiros (1993-1996), que mesmo sendo eleito pelo PFL, tinha em sua Secretaria Municipal de Educação a Professora de Filosofia da Universidade Federal do Pará, Terezinha Gueiros. Uma profissional mais sensível às questões ambientais e educacionais. Assim, em 1996 é inaugurada a Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental, Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira.

Mas o que havia sido pensado como autogestão pelo CONSILHA passou a ser de gestão compartilhada com o poder público e aos poucos a institucionalização, com seus meandros formais e burocráticos, foi excluindo os idealizadores do projeto e a participação da comunidade nas decisões sobre os rumos da instituição. Como relata Castro (2010), essas organizações idealizadoras reconhecem a Escola Bosque como um território legítimo de educação, mas mantêm sérias críticas sobre a abrangência das suas ações.

Em sua trajetória a Escola Bosque enfrentou várias dificuldades, pois desde sua implantação o projeto já trazia algumas limitações, como o alto custo de funcionamento e manutenção; o atendimento de apenas 750 alunos, diante de um intenso processo de ocupação desordenado; interferências político-partidárias, devido a sua vinculação ao Gabinete do Prefeito, favorecendo relações clientelistas e personalizadas por meio da distribuição de determinado número de Cargos de Confiança e contratos; problemas de formação e fixação de seus recursos humanos, devido à grande rotatividade do corpo docente e operacional, pela falta de concurso. Todas essas variáveis acabaram gerando práticas descontextualizadas e ingênuas; conflitos nas relações de poder entre atividades

pedagógicas e administrativas, por se tratar de uma escola no interior de uma fundação (LOPES, MARINHO & SANTOS, 2014).

Uma interlocutora da ilha de Caratateua, remanescente do movimento popular que concebeu a Escola Bosque, ao comparar suas expectativas em relação ao sucesso e reconhecimento do Fórum das Ilhas, se refere à experiência anterior da seguinte forma: “Veja a história da nossa Escola Bosque, que no início recebia visitantes de vários países e atualmente não recebe visita nem de morador de rua” (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

Em relação ao Fórum de maneira mais específica, a ideia de ambientalização é incorporada, sobretudo a partir do ingresso e atuação dos agentes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente/SEMMA, que no ano de 2009 encontrava-se sob a responsabilidade do Partido Verde/PV, enquanto base de apoio à gestão do então prefeito Duciomar Costa. Nesse período havia uma preocupação voltada ao contexto insular, como podemos observar no depoimento a seguir, de um integrante desta secretaria durante a realização do Diagnóstico Rápido Participativo na Ilha de Cotijuba:

Ao chegar à SEMMA percebemos que havia um excelente trabalho da mesma, porém focado para as praças e jardins. Então sentimos a necessidade de realizar um trabalho mais eficaz e consistente focando as ilhas de Belém, para trazer desenvolvimento sustentável nas mesmas (Ronaldo Pinheiro, Relatório Técnico, 2010).

O próprio nome da organização, “Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém”, já é indicativo explícito do grau de importância da questão ambiental, como dimensão que engloba as demais reivindicações. Vejamos a seguir a justificativa do engajamento dos agentes da SEMMA, especialmente de Evandro Ladislau, durante oficina de realização do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP nas Ilhas Sul e Mosqueiro:

As ilhas são maiores que a Belém continental e prestam grande serviço ambiental e econômico ao município com o fornecimento de açaí, o peixe, o camarão, com o turismo, sobretudo nas ilhas de Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba. [...] E normalmente as políticas públicas que existem estão de costas para a região insular. Ao tomar conhecimento desse fato a SEMMA tratou esse assunto de forma especial, e por não dispor de muito recurso, pensou-se em uma grande parceria através da mobilização das instituições que já atuam nas ilhas com a criação do Fórum e buscar uma sinergia com a população e oficializar isso objetivando, não substituir nenhum trabalho já existente, mas aprimorar o processo de desenvolvimentos das ilhas (Evandro Ladislau, Relatório Técnico, 2010).

O Plano inicial, apresentado na Proposta Técnica (2010) pela SEMMA em Parceria com a Bolsa Amazônia, tinha como objetivo promover o desenvolvimento das ilhas de Belém através de sistemas de produção sustentável, serviços de turismo de base comunitária, protegendo e conservando as florestas e recursos hídricos remanescentes, que são base econômica e ecológica para a manutenção da identidade cultural de suas populações tradicionais – objetivo que continha uma intencionalidade explícita de enfrentar os desafios ambientais, diante da intensa degradação que a natureza vinha enfrentando com o processo de urbanização da cidade de Belém.

Ainda em 2010, paralelamente às oficinas do DRP, ocorriam as reuniões mensais do Fórum das Ilhas, para a constituição e fortalecimento das parcerias entre as várias instituições como: Secretaria Estadual de Agricultura – SAGRI; Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA; PARATUR; EMATER; EMBRAPA; IDEFLOR; UEPA; UFPA; ECOMUSEU DA AMAZÔNIA. Ou seja, a intenção do Fórum era ir ao encontro das instituições para aproximar as entidades envolvidas.

Nessas reuniões eram realizados os debates sobre as principais temáticas demandadas pelos moradores das ilhas como: água, produção de alimentos básicos, segurança, transporte, saúde, educação, coleta e descarte de lixo, entre outros. O desafio era articular as demandas sociais e as atividades potencialmente prestadas pelas instituições (empresas, secretarias, órgãos...).

Havia certo consenso de que o desenvolvimento das ilhas deveria ser sustentável, mas eram nítidos os conflitos em relação aos encaminhamentos metodológicos das atividades. A proposta da SEMMA era um planejamento estratégico com um horizonte de 10 anos, a que um representante da SEMA (estadual) se contrapõe dizendo:

O que precisa ser feito é algo de concreto, ou seja, o financiamento de um projeto e sua realização de fato. Pois de pesquisa as academias já têm o bastante e o Fórum das Ilhas tem a oportunidade excelente de fazer acontecer o desenrolar dos projetos, pois está munido de pessoas inteligentes e capacitadas para fazer a diferença para a população insular de Belém (Manoel Cristino do Rêgo, Relatório Técnico, 16/06/2010).

Nessa mesma linha de interpretação sucede o representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Belém:

Com essa falta de eficácia na realização dos projetos, quem se penaliza são as lideranças, pois perdem a credibilidade, a população apenas tem interesses em projetos de assentamento porque veem de fato acontecer as coisas. Nem os cursos preparados para eles são acreditados, porque só se faz diagnóstico e o povo já está cansado e frustrado de não ver nada acontecer. É necessário que se faça acontecer (Pedro Ferreira, Relatório Técnico, 16/06/2010).

E um representante da SEMMA (municipal) argumenta:

A falha não é do diagnóstico, pois o foco para se levar a um resultado esperado é variado, não se faz prática sem um bom diagnóstico. Nas reuniões é que vamos saber qual é a realidade que vai se trabalhar, através das trocas de experiências, pois as coletas de dados já estão sendo feitas. Enquanto se levanta os dados, não precisa ficar parado, é o que está acontecendo. Alguns parceiros estão sendo solicitados e soluções emergenciais estão sendo tomadas, essa sinergia está acontecendo. Todos sabemos da urgência de algumas atitudes a serem realizadas, porém é necessário o diagnóstico, o foco (Evandro Ladislau, Relatório Técnico, 16/06/2010).

Havia certa tensão entre a perspectiva estratégica e as questões emergentes, que reaparecem em uma reunião seguinte levantada pelas pessoas que vivem esse cotidiano das ilhas. E novamente Evandro Ladislau, técnico da SEMMA, procura explicitar a convergência entre o planejamento estratégico e as soluções emergenciais. Então Padre Jonas Teixeira, da Paróquia das Ilhas, pondera que, apesar do horizonte de dez anos, é preciso que os primeiros passos sejam dados agora, o emergencial pode ser solucionado agora (Relatório Técnico, 24/06/2010).

Outra preocupação que começa a ser pautada nessas reuniões é o problema do financiamento do projeto de desenvolvimento das ilhas. O técnico da Bolsa Amazônia diz que até agora se falou apenas das estratégias, mas questiona que setores institucionais disponibilizariam valores significativos de financiamento para que o Fórum pudesse caminhar bem, depois que terminar o convênio entre Bolsa Amazônia e SEMMA. Em outra reunião, solicita a um técnico da SEMMA para verificar se há financiamento dessa secretaria para financiar a continuidade e legitimação do Fórum (Claudionor Dias, Relatório Técnico, 16/06/2010 e 05/08/2010).

Em maio de 2010, como parte da VII Semana Municipal de Meio Ambiente, foi realizado, no Auditório do Campus de Ciência Biológicas e da Saúde/UEPA, o primeiro Seminário com o tema Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável na

Amazônia, no qual o palestrante, Prof. Thomas Mitschein do Programa Pobreza e Meio Ambiente da UFPA, tomou como referência as Ilhas de Belém. Refletindo sobre a riqueza e o futuro de sua biodiversidade, relacionando o debate ao processo de urbanização, à participação do poder público no desenvolvimento como forma de diminuir a exclusão social e os problemas urbanos. Defende que o atual modelo de desenvolvimento da Amazônia precisa ser revisto devido ao desequilíbrio causado, que deve ser observado e solucionado por um novo modelo com mais políticas públicas para atender principalmente as classes pobres presentes na região insular amazônica. Ressaltou também que muitos problemas presentes na área continental se estendem para a área insular como: a especulação imobiliária, ocupação irregular do espaço, o lixo, a falta de consciência política e social, a ausência do poder público gerando descompassos socioeconômicos e ambientais (Relatório Técnico, 31/05/2010). A atividade contou com a participação de 45 pessoas e ao final da exposição o debate foi aberto para perguntas e considerações, com apenas duas intervenções.

O início de 2011 é marcado pela realização do Primeiro e Segundo Gritos das Ilhas, em abril e maio respectivamente, na Casa de Show Palácio dos Bares, à margem do Rio Guamá-Belém, tendo como público alvo as lideranças e comunidades das ilhas, organizações e movimentos sociais, com o objetivo de debater alternativas e soluções para a construção de um projeto estratégico que contribua para a realização de um verdadeiro desenvolvimento sustentável, que conseqüentemente proporcione a melhoria da qualidade de vida das famílias residentes nas ilhas. Entre outros objetivos específicos havia dois relacionados à ambientalização: despertar na população uma atitude mais proativa e responsável com o desenvolvimento sustentável das ilhas; e impulsionar uma gestão participativa e descentralizada, em constante diálogo entre o poder público e moradores das ilhas, buscando a sustentabilidade. (Projeto Grito das Ilhas, 2011).

Nos Gritos estiveram presentes representantes de várias instituições, a maioria relacionada à Segurança Pública: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Ambiental; do poder público municipal havia uma representante da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC; do poder público estadual, estava a Assessoria Técnica da Subchefia da Casa Civil; do poder legislativo estadual estava a assessoria do deputado Chico da Pesca; estavam ainda representantes

de Associações Classistas, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PA (Comissão da Mulher Advogada) e Associação Brasileira das Mulheres da Carreira Jurídica – Ação PA; representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA; do Instituto de Desenvolvimento Humano Integral IDHI; e do ECOMUSEU da Amazônia; além dos moradores das ilhas e suas organizações (Memória do Grito das Ilhas, 2011).

A dinâmica metodológica foi organizada com alternância das intervenções entre os integrantes da mesa (representantes das instituições) e os moradores das ilhas, que reclamaram de problemas diversos, como transporte escolar, violência e roubo cometido pelos “piratas” ou “ratos d’água” (bandidos que agem nas águas em embarcações mais velozes e fortemente armados), drogas, necessidade de atendimento médico, energia elétrica, escola de ensino fundamental e água potável.

Dos temas levantados pelos moradores das ilhas apenas os relacionados à segurança pública e educação de Belém tiveram eco nas considerações dos representantes das instituições. No que se refere à segurança, uma representante da Polícia Civil (Assessoria de Relações Interinstitucionais-ARIN) informou que estava sendo articulada a instalação de uma Base Policial Flutuante para atender as ilhas. E a diretora da Polícia Civil Metropolitana lamentou a ausência dos políticos, dizendo que se fosse ano eleitoral estariam no evento, reconhece a urgência das ações em geral, mas disse que só podia fazer aquilo que lhe compete - a segurança – e se dispôs a trabalhar dentro das possibilidades. Argumentou ainda que para melhorar a situação são necessários projetos sociais, só a atuação da segurança pública não vai sanar a violência, há a necessidade de se trabalhar de forma integrada.

No tocante à educação do município de Belém, a representante da SEMEC informou que as situações já estavam sendo encaminhadas, que haverá uma reunião na Escola Bosque para resolver as questões das ilhas norte; informou que havia previsão de mais Unidades Pedagógicas nas ilhas e se dispôs a contribuir com as demandas da educação de acordo com as possibilidades da Secretaria.

É importante lembrar que o Fórum da Ilhas já agregava participantes insulares de outros municípios, como Acará e Barcarena, sendo que não havia representantes dessas administrações, assim como do poder público estadual. Por

isso houve uma limitação no tratamento das demandas, ou seja, questões muito importantes como água potável, saúde e energia não foram debatidas.

A sede do Programa Pobreza e Meio Ambiente-Poema continuou sendo local de várias reuniões e encontros em 2011, inclusive para planejar e articular uma sessão especial na Assembleia Legislativa que seria no dia 27 de 05 de 2011, para debater a situação das ilhas. Mas não houve a tal sessão e não conseguimos informações sobre os motivos de sua não realização.

Os debates se estenderam para outros municípios como Acará, Barcarena, Bujaru, entre outros, com a mesma metodologia utilizada nos primeiros Gritos das Ilhas realizados em Belém.

Após esse período, outros encontros e reuniões foram promovidas em ilhas de outros municípios, propiciando a participação de várias comunidades ribeirinhas em Gritos, Seminários, Audiências Públicas e outros espaços sociais. Eventos que possibilitaram o fortalecimento e a politização dessas comunidades.

#### 5.2.1 Demandas do Fórum das Ilhas de Belém

Após o diagnóstico, durante o processamento dos dados e realização das oficinas para discussão e elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, o conjunto das reivindicações e demandas foram sistematizadas inicialmente como prioridades 5 (cinco) linhas estratégicas: 1) criação e regularização de unidades de conservação nas ilhas; 2) implementação de sistemas sustentáveis de produção; 3) realização do Turismo de Base Comunitária; 4) articulação de políticas públicas locais; 5) fortalecimento das organizações e gestão comunitária (Oficina do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, 2011).

Faz-se necessário um esclarecimento sobre uma pequena diferença nos encaminhamentos das atividades: o Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém se refere à continuidade do projeto inicial da SEMMA, portanto mais restrito. O processo mais amplo envolvendo as ilhas paraenses dos sete municípios segue outro rito, encaminhado via Grupos de Trabalho que foram legitimados na 1ª. Conferência do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas Paraenses.

Assim, após o diagnóstico, processamento e análise dos dados, a realização das oficinas para discussão, finalmente em 2013 é publicada a versão

final (em 2012 teve uma versão preliminar) do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, do qual foi suprimida a terceira Linha Estratégica “Realização do Turismo de Base Comunitária” que aparecia na Oficina do Plano em 2011. Isso se deveu ao fato de a atividade não ser consenso entre os moradores das ilhas.

Então as reivindicações e demandas passaram a ser sistematizadas prioritariamente em 4 (quatro) linhas estratégicas: 1) criação e regularização de unidades de conservação nas ilhas; 2) implementação de sistemas sustentáveis de produção; 3) fortalecimento das organizações e gestão comunitária; 4) articulação de políticas públicas locais (Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, 2013).

O Plano procurou detalhar cada uma das linhas estratégicas em Objetivos, Programas e Projetos, como veremos a seguir.

Em relação à primeira linha estratégica, **criação e regularização de unidades de conservação nas ilhas**, foi elaborado o seguinte objetivo: Proteger as florestas remanescentes nas ilhas de Belém. **Com o Programa 1-** Unidades de Conservação Previstas no Plano Diretor e os Projetos de criação de UC: 1- Ilhas a oeste do município de Belém em Resex Ecológica, exceto Cotijuba; 2- Arquipélago do Furo das Marinhas em Estação Ecológica; 3- Área do Furo do Pirajuçara e Igarapé Pindauateua (Ilha de Mosqueiro) em Área de Proteção Ambiental-APA; 4- Área do Igarapé do Santana e Furo da Bacabeira, em Área de Relevante Interesse Ecológico-ARIE; 5- Áreas entre os rios Pratiçara e Mari-Mari, em Reserva Extrativista-RESEX. **Com o Programa 2-** Unidades de Conservação **não** Previstas no Plano Diretor. E os Projetos de criação das UC: 1- Floresta do Redentor, em Área de Relevante Interesse Ecológico-ARIE; 2- Floresta da Baía de Santo Antonio, em Área de Relevante Interesse Ecológico-ARIE; 3- Região dos Lagos de Cotijuba, em Área de Relevante Interesse Ecológico-ARIE; 4- Baía do Sol Mosqueiro, em Área de Proteção Ambiental-APA (Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, 2013).

É possível observar que o Plano do Fórum avança em relação ao Plano Diretor, ampliando o número de áreas e diversificando as finalidades e interesses das Unidades de Conservação, de acordo com a sua localização.

Em relação à segunda linha estratégica, **Sistemas Sustentáveis de Produção**, foram elaborados objetivos de acordo com a atividade produtiva. Para AGRICULTURA E EXTRATIVISMO o objetivo foi “Promover alternativas de convivência com o ambiente de várzea e terra firme das ilhas, melhoria da renda e condição de vida dos agricultores familiares com maior oferta dos produtos no mercado”, com o Programa - Organização de empreendimentos e de sistemas produtivos nas ilhas. **Projeto 1-** Modernização da produção extrativista e Subprojetos: Manejo e enriquecimento de açazais nativos (açai, cacau, cupuaçu, seringueira, andiroba, castanha do Pará); Aproveitamento dos produtos das florestas (ex. sementes, cascas, raízes, folhas, cipó, óleos e etc.; Aproveitamentos dos subprodutos na alimentação alternativa; Implantação e melhoramento de hortas e plantas medicinais em áreas de várzea. **Projeto 2-** Instalação de viveiros comunitários em terra firme e Subprojetos: Aproveitamento da alimentação alternativa; Implantação e melhoramento de hortas e plantas medicinais. **Projeto 3-** Geração de renda através de apoio a organização do processo de produção e comercialização, e Subprojetos: Implantação de casas de farinha comunitária para beneficiamento da mandioca; Implantação de mini usinas para produção de polpa de açai e cupuaçu (Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, 2013).

Chamamos a atenção para o fato de que a mandioca é produzida apenas nas três maiores ilhas – Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba. Já a banana, o milho e o arroz, que são básicos para a produção familiar, é possível produzir tanto nos ecossistemas de terra firme como nos de várzea.

Para as atividades de AVICULTURA e SUINOCULTURA o objetivo foi Implantar e incrementar a criação racional de aves e suínos nas comunidades, contribuindo para a melhoria do nível de vida das famílias envolvidas. Com o Programa, Organização de empreendimentos produtivos nas ilhas e com o Projeto, Fortalecimento da cadeia produtiva. Subprojeto: Implantação e melhoramento da avicultura e suinocultura nas ilhas de várzea e de terra firme (Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, 2013).

Nas ilhas de várzea há potencial para a criação de patos e o gargalo se encontra na comercialização. Mas a criação de suínos no modo extensivo é

altamente prejudicial ao meio ambiente, e no modo intensivo o custo com a alimentação é bastante oneroso.

Para a atividade de MELIPONICULTURA o objetivo foi implantar criatório de abelhas sem ferrão para produção de mel, visando o aumento na produtividade das culturas e conseqüentemente da renda, proporcionando melhoria na alimentação e na qualidade de vida das famílias envolvidas. Com o Programa, Organização de empreendimentos produtivos nas ilhas e com o Projeto Fortalecimento da cadeia produtiva. Subprojeto: Implantação e melhoramento da meliponicultura nas ilhas de várzea e de terra firme (Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, 2013).

Criação de abelhas é uma atividade que exige dedicação devido aos detalhes e condições necessárias para a reprodução, além de seus resultados não serem imediatos.

No que diz respeito às atividades de PESCA E AQUICULTURA o objetivo 1 foi Desenvolver a melhoria de renda e a qualidade de vida, além de promover a gestão de recursos naturais para os pescadores artesanais das ilhas do município de Belém. Como Programa 1, Desenvolvimento sustentável da pesca. E como Projeto 1 – Manejo comunitário do peixe e camarão: Defesa da preservação dos ecossistemas, do seu uso sustentável e das formas de manejo da pesca artesanal; Projeto 2 – Captura, manipulação, beneficiamento e processamento do pescado, agregando valor em espécies de baixo valor comercial. O objetivo 2 foi Implantar infraestrutura aquícola para a criação racional de peixe e camarão em viveiros e tanques-redes, visando proporcionar ocupação e geração de renda para moradores das ilhas do município de Belém. Como Programa 2, Desenvolvimento sustentável da aquicultura. E como Projeto 1 – Águas produtivas: Piscicultura e carcinicultura para geração de ocupação e renda às comunidades das ilhas de Belém (Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, 2013).

São atividades com grande potencial, até mesmo pelo fato de os ribeirinhos insulares já trabalharem com esses recursos, mas existe uma grande distância entre o extrativismo e a criação em cativeiro. Temos observado grande resistência entre os mesmos, apesar das condições favoráveis de aproveitamento dos cursos de água. E os que se dispõem a implementar esta atividade enfrentam várias

dificuldades, desde o recurso inicial para investimento, passando pelos riscos de perder tudo com as grandes águas até problemas com assistência técnica.

Na terceira linha estratégica **fortalecimento das organizações e gestão comunitária** o objetivo 1 foi Fortalecer a capacidade de gerenciamento das atividades comunitárias. O Programa 1, Formação de lideranças comunitárias. E Projeto 1- Capacitação em gerenciamento administrativo, contábil e financeiro; Projeto 2- Capacitação em associativismo e cooperativismo; Projeto 3- Capacitação em planejamento de organizações comunitárias; Projeto 4- Elaboração de projetos sociais e captação de recursos. O objetivo 2 foi Fortalecer a organização em rede das associações de produtores e cooperativas e das organizações comunitárias. O Programa 1, Formação de lideranças para atuação em redes sociais. E Projeto 1- Capacitação em organizações em rede; Projeto 2- Oficinas de fortalecimento da comunicação entre atores sociais; Projeto 3- Oficinas de utilização de redes sociais na internet para a articulação e mobilização social. O objetivo 3 foi apoiar a formalização das organizações comunitárias. O Programa 1, Suporte à formalização de organizações comunitárias. Projeto 1- Assessoria à formalização de organizações comunitárias; Projeto 2- Criação do Centro Popular de Educação para a Sustentabilidade das Ilhas (Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, 2013).

Todas essas ações são de extrema necessidade para consolidar o desenvolvimento territorial, mas é preciso considerar a organização familiar, ou seja, as relações de parentesco como base fundamental nesse contexto. Outra questão é de onde sairiam os recursos financeiros para a realização desse conjunto de objetivos, programas e projetos.

Na quarta linha estratégica **articulação de políticas públicas locais** o **Objetivo 1:** Articular, junto ao poder público, a ampliação e melhoria da infraestrutura e qualidade do ensino/aprendizagem nas ilhas. O Programa 1, Melhoria da infraestrutura de educação e da qualidade do ensino. Projeto 1- Capacitação profissional de jovens e adultos ribeirinhos; Projeto 2- Melhoria do sistema de transporte escolar. **Objetivo 2:** Garantir acesso às condições básicas de melhoria da saúde. Programa 1, Pólo de atenção à saúde. Projeto 1- Qualificação de parteiras; Projeto 2- Ampliação da cobertura do programa saúde da família nas ilhas; Projeto 3- Implantação do serviço de atendimento móvel de

urgência e emergência (ambulância); Projeto 4- Ampliação do acompanhamento do pré-natal e assistência aos recém nascidos e a criança. Programa 2, Melhoria da infraestrutura de apoio à saúde. Projeto 1- Abastecimento de água nas ilhas através de captação de águas da chuva nas ilhas de várzea e perfuração de poços artesianos nas ilhas de terra firme; Projeto 2- Utilização de barcos para a coleta de lixo nas ilhas isoladas; Projeto 3- Implantação de fossas ecológicas nas ilhas. **Objetivo 3:** Combater as causas da violência nas ilhas de Belém. Programa 1, Família cidadã e combate à violência. Projeto 1- Combate a prostituição infantil e ao abuso contra crianças e adolescentes; Projeto 2- Combate a violência contra a mulher e ao idoso; Projeto 3- Criação de pólos de cultura, esporte e lazer para a juventude nas ilhas de Caratateua (Cefap), Cotijuba e Mosqueiro; Projeto 4- Implantação de bases fluviais de policiamento (Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, 2013).

Esse era um grande potencial do Fórum das Ilhas, enquanto Arena Pública, com a capacidade de reunir várias secretarias, órgãos e instituições públicas no mesmo espaço, superando assim a tradicional fragmentação existente, a partir de demandas concretas.

#### 5.2.2 Demandas do Fórum das ilhas Paraenses

Passemos agora a trabalhar com as demandas e reivindicações do movimento que se ampliou como Fórum das ilhas Paraenses, ou seja, não mais restrito ao município de Belém.

Como já visto, as demandas foram sendo discutidas durante reuniões, seminários, Gritos etc., e na Primeira Conferência do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas Paraenses, em junho de 2013, foram formados os Grupos de Trabalho, onde os participantes debateram os problemas/dificuldades e elaboraram as reivindicações. Os Grupos de Trabalho foram os seguintes: 1 – Terra, Meio Ambiente e Desenvolvimento; 2 – Articulação de Políticas Públicas; 3 – Economia Popular e Solidária; 4 – Mulher, Gênero, Raça/Etnia e Diversidade; 5 – Infância e Juventude; 6 – Comunicação (Relatório da I Conferência do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas Paraenses, 2013).

Depois das atividades nos grupos de trabalho, as propostas foram apresentadas na plenária do evento e , após sistematização, ficaram da seguinte

maneira: Criação de um banco de dados sobre as experiências, técnicas, projetos e trabalhos com a finalidade de difusão científica, gerando publicação periódica para ser comercializada e proporcionar suporte financeiro à instituição; Implantação e implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos; Desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o financiamento da agricultura familiar; Controle ambiental para a proteção dos rios e garantia da reprodução de peixes e mariscos; Promover a regularização fundiária nas ilhas; Garantir o saneamento básico: com a criação de micro sistema de abastecimento de água tratada nas comunidades e sanitários ecológicos; Realização de coleta seletiva de resíduos sólidos e encaminhamento para o aterro sanitário via barco ou balsa coletores; Articular com a Rede Celpa e Ministério de Minas e Energia para apresentar projetos estratégicos de energia às ilhas; Ampliação do patrulhamento do Grupamento Fluvial-GFLU, com a realização de rondas frequentes e disponibilidade de rádio amador nas comunidades; Reforma das escolas e investimento na infraestrutura; Construção de Escolas Pólos de Ensino Fundamental e Médio nas ilhas e melhoria do transporte escolar; Educação Ambiental em parceria com moradores e comerciantes das vilas e praias; Realização de Cursos Técnicos e oficinas de reciclagem nas comunidades ribeirinhas; Posto de Saúde de urgência e Emergência 24 horas; Vigilantes 24 horas nos Postos Médicos, com rádio amador para contatarem a ambulância em casos de urgência e emergência; Hospital Regional na Beira Mar; Ampliação do Programa Saúde da Família-PSF; Criação de CEP/Código de Endereçamento Postal para facilitar a comprovação de residência (Relatório da I Conferência do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas Paraenses, 2013).

Como é possível observar, são propostas bem concretas, algumas bem pontuais e outras mais de longo prazo. Destacamos que as questões ambientais já diminuem sua presença e radicalidade, dissolvidas de certo modo na realização da educação ambiental. As questões ambientais mais amplas foram se diluindo e se acomodando a outras atividades.

Ao final da I Conferência do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas Paraenses a plenária definiu as seguintes bandeiras de luta: 1- Universalização da Água; 2- Universalização da Energia; 3- Regularização Fundiária; 4- Implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos.

O detalhamento dessas quatro bandeiras de luta foi abordado em uma reunião de planejamento no dia 15 de fevereiro de 2014, no Salão Paroquial da Igreja São Judas Tadeu, no bairro Condor/Belém, envolvendo a Coordenação executiva (titulares e suplentes), Equipe de sócios fundadores e técnicos, Coordenadores municipais das ilhas (titulares e suplentes) e Conselho fiscal (titulares e suplentes).

O encontro contou pela parte da manhã com uma breve formação sobre planejamento estratégico, apresentação das linhas de ação do Fórum, planejamento das atividades. Pela parte da tarde, continuou o planejamento das atividades, ao final, apresentação e aprovação das atividades e encaminhamentos.

No documento apresentado no encontro, como Matriz do Plano Estratégico do Fórum das Ilhas, aparecem três Ações: 1- Promoção e defesa da garantia dos Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das populações ribeirinhas do Estado do Pará, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, facilitando o diálogo e parcerias entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada. 2- Garantir a contemplação das quatro bandeiras de luta, através de ações e projetos para acessar a água, energia, regularização fundiária e recursos hídricos, com a finalidade de defender os interesses das populações ribeirinhas. 3- Contribuir para a organização social das comunidades, visando o exercício do controle social das políticas públicas.

Em outro documento intitulado “Resultado do Planejamento das Ações do Fórum das Ilhas - Ano 2014”, já aparecem apenas duas Ações Estratégicas com seus respectivos objetivos: Ação 1- Avançar na organização política, técnica e administrativa do Fórum das Ilhas nos municípios. Objetivo: Aumentar o poder do Fórum das Ilhas para o alcance de seus objetivos; Ação 2- Qualificar a ação do Fórum das Ilhas no nível das Políticas Públicas. Objetivo: Maior domínio político e técnico para viabilizar o acesso às políticas públicas.

Aparece o indicativo de continuidade, como Próximos Passos: definir as atividades a serem executadas, com base no diagnóstico e nas ações estratégicas, a partir das quatro bandeiras de luta.

Paulatinamente o Fórum das Ilhas vai perdendo sua capacidade de mobilização e articulação com o poder público, devido a disputas eleitorais, pois

tratava-se de um ano de eleições estaduais e federal. E com isso também se dissolve o foco ambiental, apesar do nome da organização.

### **5.3 Os desafios ambientais sociotécnicos**

Ultimamente com a intensificação do fluxo de visitantes aos restaurantes localizados, principalmente nas ilhas de Combu e Murutucu, começam a se evidenciar alguns conflitos nos usos dos rios e furos, que recortam essas ilhas e são ambientes de pesca de peixe e camarão para muitos moradores. O barulho e as ondas provocadas pelas embarcações, principalmente as lanchas mais modernas, dificultam ou impossibilitam a atividade porque afugentam os animais e deixam os matapis (instrumento de captura do camarão) em permanente estado de movimento na água, ocorrendo muitas vezes o rompimento do fio que o prende e/ou sua danificação.

Outra reclamação bastante recorrente por parte dos moradores das ilhas é a qualidade da água para captação, seja manual ou por motor bomba, devido ao movimento das embarcações, que provocam muitas ondas e deixam as águas mais barrentas, como informa um morador e liderança do Furo da Paciência, entre as ilhas de Combu e Murutucu:

Porque quem sofre mais somos nós que moramos aqui, porque olha aí, agora ela está limpa, mas quando seca (baixa a maré) isso aí é seco e não para de passar barco e o pessoal também joga muito lixo na água, morre um gato aí jogam na água, não tem coleta e pouca gente queima lixo aqui, de manhã a gente vê passar sacola de lixo no rio aí, a água não presta mesmo, quando ela está de lance nem pra tomar banho ela presta aí no rio, quanto mais pra consumo. Eu acho que se não houver uma discussão agora... A gente ainda está levando, mas nossos netos vão ter sérios problemas futuramente, porque se não se discutir agora, mais tarde vai ser mais difícil contornar a situação, porque cada vez vão poluindo mais, os rios vão secando, entendeu? (Nazimil Corrêa, 47 anos, 25/07/2018).

O morador levanta questões sérias em relação aos usos da água e suas possíveis consequências para o futuro do território. Percepção esta, construída em sua participação no Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas, onde a água, principalmente a potável foi se impondo como um dos principais desafios ambientais no território e ganhou destaque enquanto demanda dos ribeirinhos insulares. Questão que também fica evidenciada no depoimento do então

coordenador do Fórum das Ilhas, ao relacionar as demandas, as conquistas e as perspectivas dessa organização:

Como são muitos assuntos: segurança pública, sustentabilidade, meio ambiente, água, energia, saneamento básico e tantas outras coisas, a gente precisava focar. Então nós começamos a direcionar para a segurança pública, para a questão da água potável e para a sustentabilidade. Nós não trabalhamos com todas as vertentes surgidas das necessidades dos ribeirinhos [...] Temos vários sonhos: a cobertura de água potável e de sanitário seco em todas as ilhas, já tem em Jutuba, Urubuoca e Paquetá, mas ainda faltam as outras; que o governo assuma, na sua política pública, a água como um elemento central (PADRE JONAS TEIXEIRA, 05/08/2016).

No decorrer do texto será possível perceber que essa cobertura de água potável e o sanitário seco têm avaliações variadas na perspectiva dos ribeirinhos insulares beneficiados.

Diferentemente da área continental e das três maiores ilhas, em que o poder público assume parcialmente o abastecimento de água, seja por meio do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém – SAAEB, mantido pela Prefeitura Municipal, seja pela Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, mantida pelo governo do Estado, as ilhas menores precisam recorrer a experiências alternativas e dependem de iniciativas mais ou menos voluntárias.

#### 5.3.1 Soluções existem, políticas públicas, não: cisternas e sanitários

Uma das primeiras experiências sobre o aproveitamento de água da chuva foi na Ilha Grande (orla Sul) no ano de 2004, a partir de uma iniciativa conjunta entre a Sociedade Bíblica do Brasil – SBB, o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e o projeto Dom Helder; mas logo fracassou porque a cisterna era muito grande, mal construída e favorecia a contaminação da água, como se vê na foto 5.

### Fotografia 5: Tamanho e condições da cisterna



Fonte: João Lopes, 2018.

Em 2006, outra experiência promovida pela Caritas Metropolitana de Belém – CAMEBE, cujo “objetivo principal é implantar sistemas de coleta e tratamento de água da chuva para as famílias das ilhas de Belém que vivem com falta de disponibilidade de água potável.” O projeto consistia na captação da água da chuva através de calhas e tubos instalados nas casas, sem descarte inicial, direcionada aos reservatórios e utilizada pelas famílias. A tecnologia utilizada para a desinfecção da água é o SODIS (Sistema de Desinfecção Solar), que consiste na utilização de radiação solar como mecanismo de tratamento para desinfetar a água (CAMEBE, 2007). O projeto inicialmente atendeu parte das ilhas de Jutuba e Urubuoca e posteriormente foi expandido para Ilha Nova, todas na orla norte de Belém.

Na avaliação de uma liderança da ilha Urubuoca, que na época atuava como professora na localidade, o projeto de captação da água da chuva representou uma mudança qualitativa na vida dos moradores:

A água da chuva melhorou muito, o pessoal bebia a água do rio e vivia doente. Eu falo porque vivia lá. As crianças na escola com verme e diarreia o tempo todo. Depois não teve mais. E alguns nem tratavam no sol, na garrafa pintada, só coavam (KATIA CARDOSO DA SILVA, 30/07/2019).

Em alguns casos os projetos de aproveitamento da água da chuva foram abandonados por problemas de viabilidade, como é relatado por um morador da Ilha Nova: “Teve através do arcebispo a água da chuva, eles trouxeram, foi bom pra gente. Aí depois começou dá uma epidemia (proliferação) de rato, aí a gente não usou mais e abandonou, porque não tava dando, devido o rato” (José Carlos, 05/08/2018).

Em 2011 o Grupo de Pesquisas “Aproveitamento de Água da Chuva na Amazônia” do Núcleo de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará, implantou dois sistemas alternativos de captação de água pluvial, de modo experimental, um na ilha Grande e outro na ilha Murutucu (VELOSO; MENDES, 2014)

Veloso et al (2012) relatam que o monitoramento sobre a qualidade da água nos projetos implantados pelo grupo de pesquisa da UFPA indica que os padrões físicoquímicos estão dentro das exigências de potabilidade. Mas as características biológicas ainda não atendem aos padrões biológicos, por isso o consumo da água dos sistemas implantados está sendo realizado somente com a adição de hipoclorito de sódio.

Ao sair da SEMMA em 2010, um dos técnicos que articulou a criação e encaminhamentos do Fórum das Ilhas assumiu o posto de diretor de Tecnologias Sociais da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado e facilitou o estabelecimento de parceria com a UFPA e a FUNASA, no sentido da resolução do problema específico da água:

Então, com a Universidade Federal eles começaram a trabalhar na perspectiva da captação da água de chuva para as famílias isoladas nas ilhas, porque tu sabes que eles vão se organizando na margem do rio. Ou seja, você tem uma família aqui a cem metros, outra, a trezentos, outra acima. Então, a água da chuva em alguns pontos, se tornava a solução para as famílias isoladas (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

Assim, Veloso e Mendes (2014, p. 237), escrevendo sobre essa experiência, enumeram alguns fatores que evidenciam a potencialidade do sistema de aproveitamento de água da chuva: “ausência de serviço público de

abastecimento, disposição geográfica, os altos índices pluviométricos, pré-disposição dos moradores em buscar soluções, simplicidade de operação e manutenção do sistema, acessibilidade, entre outros.”

Na verdade, se tratava de uma solução parcial, porque além do problema de não atender aos padrões biológicos de potabilidade, existem outras questões que dificultam o sucesso operacional desta iniciativa. Uma moradora da ilha de Jutuba questiona uma das principais potencialidades elencadas pelos pesquisadores (os altos índices pluviométricos) ao relatar que possuía o sistema de abastecimento de água da chuva, mas abandonou porque “no verão a água da chuva falha e a caixa fica dois, três meses vazia” (Denize S. dos Anjos, 05/08/2018); ela afirma que atualmente apanha água para a família beber na ilha de Cotijuba no município de Belém, ou ilha Arapiranga, no município de Barcarena. Se pensarmos esse fator pluviométrico no período do chamado inverno amazônico, este potencial é coerente, mas se considerarmos o período chamado de verão, a informação precisa ser testada empiricamente.

Em relação à “pré-disposição dos moradores” em aceitarem esse sistema, também há controvérsias, como descreve uma liderança da ilha Grande:

Só que eu achei que pela quantidade não funciona muito bem. É igual essa daí que o menino estava perguntando se funciona, eu disse: “olha se tiver numa caixa maior, fazer um tratamento melhor, funciona, para uma casa grande, como a nossa aqui, quebra o galho, mas não funciona muito”; e para funcionar direito você tem que ter o cuidado de está lavando as telhas, como a telha está suja aí eu não uso (Nonato Trindade, 28/07/2019).

A liderança da ilha Maracujá também apresenta algumas objeções ao projeto que capta água da chuva:

Eu moro aqui mais de 30 anos e sempre lutei para ter um abastecimento de água, tiveram em outras comunidades, mas até hoje não permaneceram; como a captação de água da chuva. Eu não sou a favor aqui na nossa comunidade, mas quem gosta fique a vontade, mas eu não sou a favor, porque a captação da água da chuva, para mim é muito impura porque ela já tem uma acidez tremenda. Sabe-se que tem produtos que podem tirar a acidez, mas aí tem a titica de pássaro que passa e faz a titica em cima da telha, a gente tem aquele trabalho de tirar todas as telhas para lavar e depois colocar. Eu achei que não seria viável para nós aqui. Porque antes eu tomava água do rio, quando não, eu pegava água do poço e esse poço era de boca aberta, é uma água bonita, cristalina, mas não é uma água saudável. E desde lá eu comecei a ficar doente (EDNA NASCIMENTO, 29/07/2019).

É uma situação difícil de solucionar. Depois, houve a parceria com a FUNASA, mediada pela Diretoria de Tecnologia Social da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado. Então foram implantados alguns Microsistemas de abastecimento de água captada do rio e tratada. Mas segundo relato de um morador da ilha Murutucu, a questão da água nas ilhas é um problema que está longe de se resolver:

Aqui a nossa situação da água é um problema essa questão, a gente tem que está comprando, não foi mais discutido, ainda começaram uns projetos de uns poços aí pela universidade, mas a água não deu certo, depois captaram uma água lá no Furo do Benedito (Ilha do Maracujá-Acará), do rio mesmo pra fazer um tratamento [...] fizeram um lá e outro no Genipaúba/comunidade Nossa Senhora de Nazaré-Acará, mas não vingou (não tem continuidade), aí parou a discussão, eu não sei se alguém está discutindo, porque eu não fui mais [...] Ele, o padre ainda chegou deixar uns tubos aí, que iam fazer um projeto desse aqui, igual esse lá da ilha Maracujá, que era para atender esse pessoal daqui. (Nazimil Corrêa, 47 anos, 25/07/2018).

Boa parte das dificuldades está relacionada ao fato de que as iniciativas são voluntárias, não fazem parte de um conjunto de ações marcadas por algum marco regulatório de obrigatoriedade nem de continuidade. Enquanto o poder público não assumir essa atribuição com dotação de recursos financeiros e humanos, a área insular ficará à mercê de experiências que padecem de descontinuidade por falta de recursos para aquisição, instalação e manutenção. Vejamos um pouco dessa saga a partir do relato de um morador da Ilha Nova:

Agora, através da CARITAS de novo, veio o projeto da água da maré. Primeiro foi a CARITAS que foi buscar o projeto, aí chegou e me falou: a gente tem um projeto muito bom. Porque no tempo do padre Jonas já tinha, ele já tinha ido em busca de vários projetos da água, aí já tinha esse um da maré. Aí ela disse: o que eu posso ajudar é nisso e trazer o pessoal da FUNASA, doar as coisas miúdas, aí o resto tem que entrar com a comunidade, o que tu arrumar de parceria, ainda é melhor pra ti. Aí eu falei: eu quero sim, porque pra mim é muito bom, por mais que o pessoal não venha buscar água aqui, mas só aqui pra nossa vila vai ajudar muito. Aí eu falei: pode trazer que eu quero, vou correr atrás. Aí eu comprei a caixa d'água, porque corri atrás tanto com o prefeito como com o vereador e nada, aí eu disse: não vou ficar esperando, não posso deixar passar né? Tem essa oportunidade, eu vou correr atrás. Comprei material todinho, a estrutura de madeira, aí como ela tinha dado a parte da instalação todinha, faltou o motor bomba, a caixa d'água e a estrutura de madeira. Aí fui comprei a madeira todinha, comprei a caixa d'água no cartão, aí preparamos tudinho aí [...] depois que já estava tudo instalado aí, primeiro foi o vereador que deu o motor bomba, depois foi o prefeito que deu a caixa d'água (José Carlos, 05/08/2018).

Nesse caso a aquisição e instalação envolveram cinco integrantes numa parceria baseada na informalidade: moradores locais, CARITAS, Prefeito, vereador e FUNASA. A mobilização da comunidade local é de fundamental importância para a materialização do projeto. Mas a operação da experiência esbarrou em fenômenos naturais que dificultam o alcance dos objetivos esperados:

O único problema que nós esbarramos quando eles implantaram foi da água salgada, quando eles implantaram foi em setembro, outubro. E eles falaram que eles ainda não têm essa química para tirar o sal da água, aí eles tão fazendo estudo que é pra ver se conseguem. Aí esbarrou nessa dificuldade, depois que passou a água salgada aí começamos normal (José Carlos, 05/08/2018).

A salinidade da água é um fenômeno sazonal que ocorre no estuário amazônico devido à diminuição da vazão do Rio Amazonas, no período do verão, e o conseqüente avanço da água do mar. Mas as ilhas mais atingidas são as das orlas Oeste e Norte de Belém.

Muitos moradores usam mais de uma fonte de água e justificam essa diferenciação de acordo com a utilidade. Geralmente usam a água captada da maré para lavar roupa, louça, casa e para tomar banho. E da outra forma, que pode ser comprada ou adquirida em local público, para tomar e preparar os alimentos, incluindo o açaí, como informa um morador da ilha Murutucu:

A gente compra esses carotes (recipiente de plástico com capacidade de 20 litros) aí, que o menino (vendedor de água) passa aí vendendo, por três reais. Lá já é Santa Maria-Acará, que tem poço artesiano lá, tem dois vendendo aí. É pra fazer comida, até lavar roupa. Porque tem roupa clara que não dá pra lavar aí, porque minha esposa tem um remédio que ela compra aí, que ela joga na água pra limpar, mas não presta pra tomar, aí ela lava roupa, mas as vezes não tem esse remédio, aí ela tem que lavar a roupa clara com essa água comprada. Antes a gente pegava lá nos poços em terra firme ou então a gente comprava mesmo lá em Belém, às vezes a gente pegava nas torneiras lá em Belém, levava os baldes e pegava. Porque é assim, nem todo mundo tem condições de comprar água. Agora todo mundo está bem aqui, todo mundo tem seu dinheiro, tem açaí na ilha está todo mundo bem. Pode está barato em Belém, mas o cara vai e ele vende, mas quando acaba o açaí, o cara não tem condições de comprar água. Aí acaba usando do rio, aí com isso vem as doenças (Nazimil Corrêa, 47 anos, 25/07/2018).

A representante da ilha Jutuba no Fórum das Ilhas, que foi contemplada com o Projeto Aproveitamento da Água da chuva, da Caritas Belém, faz a seguinte avaliação sobre o desafio da água potável, apresenta proposta e reconhece que o desafio continua sem solução:

O nosso maior problema aqui é a água, a água é um problema muito grande, uma barreira muito grande. A água da chuva é que tinha que colocar na garrafa, um suporte de dez garrafas pintadas. Mas muitos não quiseram fazer. [...] Poço não dá, porque a Ilha é de várzea, é cheia de lama. Cavaram dois poços aí, foi muito dinheiro que dava para pagar uma pessoa, um barco, dois barcos. [...] Nós fizemos uma reunião e fizemos a nossa proposta da comunidade. Como era que ia resolver o problema da água? Um barco pipa, pegava um morador daqui e ia distribuindo. Um plástico desse de 20 litros que nós pegamos ali no Cotijuba, ir entregando nas casas, não é uma solução? [...] A comunidade e o poder público sentando, a gente vai resolver o problema, porque ninguém tem água nessas ilhas. Então para resolver, para ter água potável, a minha proposta é essa: pegar a água e que sejam pessoas daqui. Nós geramos emprego para o pessoal da ilha, porque emprego não tem. [...] Mas água, a gente não conseguiu ainda. Água é muito importante, não adianta eu ter uma saúde boa se eu não tenho uma água potável, porque vai adoecer (ROSA RODRIGUES, 14/12/2019).

Como resultado das reivindicações e lutas dos ribeirinhos insulares, através do Fórum das Ilhas, foi aprovado um projeto de 200 (duzentas) cisternas, pela Prefeitura de Belém, mas não foi implementado, segundo relatos do Coordenador do Fórum das Ilhas:

Havia o projeto para 200 cisternas. Saiu o dinheiro, iniciou o projeto e não foi concretizado, por incrível que pareça o Zenaldo Coutinho tem esse débito com as ilhas, ele fez uma unidade só. Parece que foi na várzea. Foi só um sinal, mas foi feito todo o estudo socioeconômico do projeto, o professor Ronaldo Mendes (NUMA/UFPA) ficou responsável junto com o Professor Josaphat. Então, nós temos informações, temos dados, temos materiais produzidos, só que não se concretizou o projeto. [...] Porque tinha uma pessoa nossa, o professor Josaphat, ele não estava somente pela Universidade, ele estava pelo Fórum também. Então nós levantamos expectativas, anunciamos, publicamos e quando não aconteceu, nós também pecamos, nós não tínhamos pessoas do grau técnico para brigar com o prefeito. [...] Precisaria que a gente abraçasse, tivesse um advogado que pudesse ir à luta juridicamente e defender as ilhas, mas a gente não teve condições. [...] Até porque é uma culpa nossa também, que nós vamos rever, esses problemas de estarmos também auxiliando o prefeito, em parceria com a prefeitura em troca de algumas cadeiras, então de certa forma nós estávamos com as mãos atadas, porque na hora que nós fôssemos contra o prefeito, essas cadeiras seriam retiradas (PADRE JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

Na avaliação do próprio interlocutor é possível identificar o reconhecimento de meia culpa por questões de atrelamento ao poder público em troca de três empregos.

Segundo Neu et al (2016), cada unidade de captação de água da chuva, com sistema automático de desvio da primeira água que lava o telhado, custava em média R\$ 1529,13, valor estimado em junho de 2015. No caso da ilha das Onças, as cisternas trouxeram vários benefícios diretos como mais saúde, redução

de custos com medicamentos e combustíveis, além de garantir felicidade, dignidade, maior conforto e esperança por um futuro melhor.

Esse valor de R\$ 1529,13 é bastante alto para uma família que tem o açaí, durante cinco meses por ano, como a base de sustentação de todas as necessidades, inclusive durante a entressafra, que é o período de maior dificuldade.

Onde foram instalados projetos de captação de água da maré, ainda há o problema de tratamento da água e de manutenção dos equipamentos. Como é relatado por uma liderança comunitária da Ilha Nova:

Foi uma coisa muito boa, boa mesmo. Mas só que passou uns três meses e não sei o que foi que houve que a água não limpou mais. A gente estava indo bem, aí deu um problema, que ela não clareou mais, aí a gente não está bebendo. Agora estamos pegando água lá no Cotijuba (Ilha com sistema de abastecimento de água). Aí eles estão vindo para ver se vai ter que colocar mais química. Aí a gente está utilizando só para lavar louça e tal (José Carlos, 05/08/2018).

Há uma demanda de mão de obra e custos financeiros que não está prevista no projeto, fator que é sentido com muita preocupação pela representante das ilhas de Belém:

Foi instalado esse sistema que transforma a água do rio em água potável, na ilha Maracujá, na comunidade São Pedro, no igarapé Jenipaua, no Paquetá lá na Joelma, não sei se da Ilha Longa se perdeu, aí agora na Ilha Nova. Mas isso tudo é uma coisa que tem que ter manutenção, porque o senhor prepara, implanta e inaugura, mas se não tiver para dar manutenção ele se acaba. Então a gente fica muito preocupada com a situação (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

Essa situação de falta de manutenção, na estrutura ou suporte da caixa d'água, foi observada durante uma visita do Coordenador do Fórum no dia 26/08/2019, no Sistema de Abastecimento instalado na Comunidade São Pedro, Baixo Acará, conforme o registro fotográfico 06.

### Fotografia 6: Estrutura do Sistema de Água danificado



Fonte: João Lopes, 2019.

Além disso, o proprietário do local onde foi instalado o Sistema de Abastecimento informou que os dois integrantes da comunidade que receberam formação para operar o Sistema foram embora da localidade. Outra observação foi que o Motor Bomba apresentou problemas, mas a comunidade providenciou os reparos. O morador também mencionou o aumento da demanda por água, impossível de atender com o atual sistema que pode ficar comprometido em sua capacidade, e sugeriu a aquisição de mais uma caixa d'água.

O coordenador do Fórum das Ilhas combinou a reforma da estrutura com madeira do local, serrada de motosserra. Foi cogitada a rearticulação com a Prefeitura de Acará, mas logo se descartou essa possibilidade porque era pouco investimento e aquela gestão não poderia se valer disso para possível propaganda. O fato é que nem o Fórum e nem a prefeitura providenciou a manutenção.

Para que haja continuidade na oferta desse serviço é necessário que o empreendimento tenha uma retaguarda, assim como os sistemas de abastecimento mantidos pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém-

SAAEB e da Companhia de Saneamento do Pará-COSANPA. Isto é, que seja assumido como uma política pública para todo o território insular.

Apesar da complexidade da questão e das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos moradores quanto às iniciativas já implementadas, identificamos um caso de sucesso com o cuidado coletivo de um Sistema instalado, que foi potencializado pelos próprios moradores com a inclusão de mais duas caixas d'água, para ampliar a capacidade de distribuição, como informado pela liderança da Ilha Maracujá, pertencente ao município de Acará:

Eu fico falando: o único abastecimento que eu já vi dar certo é esse que trouxeram pra cá através do Fórum. As pessoas que vem aqui pegar água falam: “ah, mas essa água é boa”, eu digo “eu garanto que ela é 100%”. Eu garanto porque quando o biólogo vem, ele faz a coleta, ele leva e faz o teste, e eu acredito que eles não iriam mentir para nós. E até hoje a gente se sente bem, as pessoas que tomam também se sentem bem. Então são 40 famílias que usam essa água daqui. [...] Essas 18 casas aqui próximas têm água encanada. Cada um comprou o seu material, a vara de tubo e fez a sua ligação. E quem não tem, digamos, depois dessas 18, vem buscar aqui no porto. Aí tem outra torneira que vai lá para a beira do rio e eles vêm buscar. Encosta lá começa a encher e já abastece dentro do barco. Às vezes tem a borracha (mangueira), aí põe na torneira e já enche o carote (recipiente plástico) dentro do barco (EDNA NASCIMENTO, 29/07/2019).

Embora se reconheça o sucesso na operação, houve um incidente com um dos beneficiados, que segundo a senhora Edna Nascimento, proprietária da área onde foi instalado o Sistema de Abastecimento, se tratava de um jovem usuário de drogas. E numa das vezes que foi apanhar água, sob efeito de entorpecentes, proferiu muitos palavrões, quebrou torneira, mexeu em tubulações e conexões do sistema sem autorização. Como consequência, as torneiras que ficavam dispostas na margem do rio e serviam para abastecer os que vinham apanhar água de barco foram desativadas, diminuindo assim o número de possíveis beneficiados.

Resumindo, ainda há muitos moradores não beneficiados pelos projetos instalados, que não possuem condições de comprar e utilizam a água do rio sem tratamento. Além disso, importa salientar que mesmo as iniciativas experimentais e alternativas têm a continuidade ameaçada pelos custos altos dos equipamentos, de manutenção, pelas exigências sanitárias não atendidas plenamente, pelo risco de contaminação dos reservatórios por agentes causadores de zoonoses presentes nas coberturas das casas que recebem a água da chuva, baixa pluviosidade durante o chamado verão amazônico (julho a novembro), associada ao aumento

da presença de sais trazidos pela água do mar às fontes superficiais de abastecimento das populações. Muitas dessas fontes, por se tornarem ineficientes, são abandonadas.

Passemos, agora, a outro desafio ambiental, que apesar de toda a luta ainda não havia alcançado o reconhecimento público, no sentido da inclusão das ilhas no Plano de Saneamento do Município de Belém<sup>5</sup>, como relata um dos técnicos articuladores do Fórum das Ilhas de Belém:

Nessa discussão ainda quando eu estava na Diretoria de Tecnologias Sociais a gente conseguiu sensibilizar a prefeitura para a inclusão deles no plano de saneamento. Você tinha um plano de saneamento anterior que previa só a área continental, não previa a área insular. Então a partir dessa discussão foi feito um plano de saneamento para as áreas rurais de Belém, porque até esse conceito de rural para Belém não é considerado, isso não passa na cabeça das pessoas, parece assim que não existem áreas rurais em Belém. É tudo urbano na cabeça deles. Você não pensa que existam áreas, que existam, inclusive produtores, porque você tem extrativistas, produtores rurais, você tem pescadores, um monte de categorias e de pessoas que sobrevivem desses recursos naturais existentes nas ilhas (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

Nessa questão do saneamento básico, o desafio ambiental é o esgotamento sanitário, pois as condições são precárias, como se constatou em pesquisa na Ilha das Onças, município de Barcarena, as fezes humanas ficam acessíveis aos animais domésticos (cães, suínos e aves) acarretando a contaminação dos animais e a proliferação de zoonoses. Os banheiros/sanitários tradicionais, conforme fotografias 7 e 8, estão relacionados a graves problemas de saúde, pelo alto risco de contaminação da água e pela proliferação de vetores que transmitem várias doenças (NEU, MEYER E SANTOS, 2016).

Essa situação se agrava ainda mais quando se trata de áreas de várzea, porque no período das marés “lançantes” e do inverno amazônico a água cobre toda a superfície e fica contaminada com as fezes depositadas nas fossas permeáveis ou a céu aberto.

---

<sup>5</sup> Embora saibamos que Saneamento inclui vários elementos como abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, limpeza e drenagem de lixo e águas pluviais urbanos, para efeitos desta apresentação trataremos de forma específica e separadamente, apenas os dois aspectos como desafios ambientais.

**Fotografia 7: Tipo de sanitário muito comum nas ilhas**



Fonte: Acervo do Fórum das Ilhas, 2013.

**Fotografia 8: Tipo de sanitário muito comum nas ilhas**



Fonte: Acervo do Fórum das Ilhas, 2013.

Em 2007 teve início uma iniciativa de implantação de Sanitários Ecológicos Secos nas ilhas, por parte da Caritas Belém em parceria com o Banco da Amazônia e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por meio do Juizado Estadual Criminal do Meio Ambiente.

De acordo com o Jornal Voz de Nazaré (18 a 24/03/2016), o Projeto Sanitário Ecológico Seco é uma invenção da engenharia sanitária ambiental que consiste no processo de compostagem misturando as fezes humanas, serragem e cal para fazer adubo orgânico. Teve uso em alguns países da Europa por falta de água e foi adaptado para as ilhas. Desde 2007 a iniciativa já atendeu 1150 famílias nas ilhas Longa, Nova, Jutuba, Urubuoca e Paquetá.

Na avaliação de uma liderança da ilha de Paquetá, a iniciativa foi importante, mas não resolveu o problema:

O sanitário precisava ser continuado, porque parou e acabou não atendendo toda a comunidade. A água a gente conseguiu para toda a comunidade, o sanitário ainda é uma carência. Só que também eu acho que precisa de outra possibilidade. O tipo de sanitário que veio é muito bom, funciona muito no seco, na terra firme, mas na várzea não. O projeto não era bem adequado, não foi o ideal para a ilha. Aqui tem que ser pensado uma coisa que realmente vá resolver. Se não dá no mesmo, porque como a maré enche muito, a água vai invadir, vai espalhar, então dá no mesmo, foi isso que aconteceu (JOELMA DA COSTA, 28/11/2019).

Essa é uma das principais preocupações da representante das ilhas de Belém no Fórum:

No meu ver tem duas coisas importantes na situação do ribeirão, aliás, são três coisas: uma é água potável que em algumas ilhas tem, mas a maioria não tem; a outra que eu questiono muito é o banheiro ecológico, eu tenho uma preocupação muito grande porque o fluxo de moradores está aumentando em todas as ilhas, e a minha preocupação é que no futuro os nossos rios estejam todos contaminados, porque você já pensou todo mundo fazendo as necessidades na água? Do banheiro vai para dentro da várzea, de qualquer maneira a maré enche, leva tudo e vai poluindo os nossos rios [...] nós precisamos urgente de banheiros ecológicos para as ilhas. Mais tarde nós vamos querer tomar um banho na praia e não vamos poder mais; E terceiro, eu pergunto como é o nome do nosso Fórum? É Fórum do Desenvolvimento Sustentável das Ilhas, e eu cobro: "Gente cadê o movimento sustentável?". O que é que tem que levar? Nós temos criação de peixe, criação de camarão, até aquela horta suspensa pode ter para os ribeirinhos sobreviver, porque os ribeirinhos vivem da pesca e do açaí, mas o açaí quando chega a entressafra, ele desaparece (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

Outra integrante do Fórum das Ilhas avalia a questão do Desenvolvimento Sustentável, relacionada à atuação da entidade, da seguinte forma: "A gente acredita que o Fórum tenha conseguido mais no desenvolvimento do que na sustentabilidade. Se o Fórum tivesse o reconhecimento do poder público, hoje nós teríamos avançado na sustentabilidade" (FRANCISCA GÓES, 31/07/2018).

Essa fala traduz perfeitamente as contradições da ideologia do desenvolvimento sustentável, em que o desenvolvimento é mais importante que a sustentabilidade. Some-se a isso a quase completa ausência do poder público no que se refere a legislação, regulação, fiscalização... Ausência que favorece a lógica de mercado no processo de apropriação dos bens de uso comum. Outras vezes o poder público faz parceria com a iniciativa privada, para articular e implementar a política de desenvolvimento à revelia das comunidades.

### 5.3.2 Expansão das atividades turísticas

A partir dos anos 2000 vem se intensificando uma frente de expansão turística, desbravando os últimos recantos naturais no entorno da capital paraense. A situação da ilha do Combu é bem ilustrativa desse contexto, com a proliferação de restaurantes, bares e espaços para banho, principalmente em feriados, férias e finais de semana.

Os restaurantes ficam localizados na parte da ilha que faz frente para a área continental e estão em maior concentração dentro do Igarapé do Combu, como se observa na Figura 04. A grande maioria é propriedade de pessoas que não são da ilha, ou seja, que já compraram esses locais para empreenderem. Se há compra é porque tem alguém vendendo, ou seja, está em ação a especulação imobiliária.

**Figura 4: Restaurantes localizados na Ilha do Combu**



Fonte: Imagens ©2020 CNES / Airbus, Landsat / Copernicus, Maxar Technologies, U.S. Geological Survey, Dados do mapa ©2020.

A especulação imobiliária é identificada pelo Gerente e Presidente do Conselho Gestor da APA como um dos problemas graves que vêm ocorrendo na ilha:

A APA foi criada antes do SNUC, não se tinha a visão de sistema de unidade de conservação, na verdade sua criação foi uma conveniência do momento, como a especulação imobiliária e outros motivos da época. Segundo o SNUC, a categoria APA permite propriedade privada e hoje um dos problemas graves é justamente a especulação imobiliária, sendo que o morador é quem vende sua própria terra (Júlio César Meyer, ATA da 32ª Reunião do CG, dia 14/11/2018).

Problema esse que é ratificado por um representante da comunidade local no Conselho Gestor da APA, que não é morador da ilha; trata-se de um Pastor da Assembleia de Deus e presidente da Associação de Moradores Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu-AMEPI:

Está tendo a venda acelerada de terrenos na ilha e as pessoas estão vendendo suas terras por um simples recibo de gaveta, sem nenhum valor que garanta a segurança de que o terreno pertença a pessoa que compra, e também está havendo um índice de erosão muito rápido, porque as pessoas estão construindo casas nas margens, desmatando um grande número de vegetação que faz a cobertura da área, os principais culpados são os próprios moradores. E uma forma de frear parte dessa realidade é

que o morador recebesse uma punição dos órgãos competentes que são responsáveis pela fiscalização na área. Hoje, já não se consegue conhecer o morador da ilha, pois estão vindo pessoas de todas as partes, como do estado do Maranhão, do Rio de Janeiro e outros estados (Claudio Miranda, ATA da 32ª Reunião do CG, dia 14/11/2018).

Além da especulação imobiliária, tem a erosão, desmatamento, falta de fiscalização e a chegada de pessoas que não comungam com os saberes locais e o modo de viver em comunidade. São pessoas com outros modos de vida, outros comportamentos, como descrito no depoimento que segue:

Trouxe o desenvolvimento, mas trouxe muitos problemas também. Eu mesmo tive um vizinho aqui, o cara chegava fora de hora, botava música altas horas, não queria saber se tu estavas dormindo, se tu estavas deitado. Era aquela barulheira desgraçada, a gente está acostumado aqui assim, 8 horas todo mundo está caindo de sono ou dormindo aqui dentro. Isso não foi só aqui, fora a questão de droga que tem, por exemplo, vieram pessoas para cá que vendem aqui dentro, entendeu? E a gente lutou com muito esforço para trazer a polícia fluvial para que ela passe uma vez ou outra pra diminuir o fluxo. Aí estão vendendo droga aqui, as nossas crianças estão em festas fora de hora. Olha, dia primeiro aqui, 2 horas da manhã, chega treme tudo para cá, coisa que não era da nossa realidade e acabou trazendo. O meu compadre que mora atrás de um restaurante chamado Ilha Bela, que é onde, às vezes, fazem as festas, quando tem festa lá ele pega a família dele e vai para a casa da sogra, na ilha do Papagaio, porque não tem como dormir. Porque o irmão dele vendeu a frente do terreno para o cara. Então foi muito negativo, aí hoje a ilha tem muita visita, muita coisa, mas ninguém conhece a atual realidade, eles vêm num restaurante na frente e vão embora (EDINEI NASCIMENTO, 30/12/2019).

Com a facilidade de acesso devido à proximidade da área continental de Belém, por causa da instalação de energia elétrica e criação da APA, a ilha do Combu passou a ser cobiçada por diversos agentes no processo de urbanização, como avalia um morador e liderança dessa ilha:

Perdeu tudo aqui, não tem mais nada. Antigamente tu vinha na casa do meu pai, da minha mãe lá em cima e ia lá na casa da minha vó por terra pelo caminho, agora não tem mais. Porque há uns dez anos atrás eu previ isso aqui que está acontecendo agora, eu sabia o que ia acontecer. Não que eu seja um mago, e sim pelo que estava arquitetado para acontecer aqui. Energia, criação de uma Área de Proteção Ambiental que ia chamar a atenção das Universidades, dos grupos. Aí o cara vem tomar uma cerveja aqui e já quer comprar um pedaço, aí tu chegas aqui e o cara está chutando (passando necessidade), o que é que ele vai fazer? Ele vai vender [...] Aí cresceu a ilha do Combu, cresceu a frente aqui, cresceu desordenadamente. A maioria dos donos dos terrenos vendeu e a SEMAS não fez nada. A SEMAS tinha várias denúncias, não vou nem usar a expressão denúncia, vários documentos informativos que fizemos, mas não surtiu nenhum efeito (EDINEI NASCIMENTO, 30/12/2019).

Percebemos que vêm se repetindo as estratégias típicas da especulação imobiliária, no processo de urbanização: aos poucos os moradores menos capacitados para enfrentar a concorrência pelas áreas mais nobres vão sendo expulsos do local.

Pensávamos que o fato de a ilha ser uma Área de Proteção Ambiental - APA ajudaria no enfrentamento de vários problemas, mas surgiram outras dificuldades de operacionalização, devido à diversidade de lógicas e interesses, como é possível constatar no desabafo do Gerente e presidente do Conselho Gestor da APA/Combu:

Em relação a APA da ilha do Combu, houve um avanço muito pequeno, somente a participação de alguns moradores no Projeto Agrovarzea e o mapeamento de bares e restaurantes, nota-se uma baixa participação da APA em relação a outras Unidades de Conservação. Na última reunião realizada pelo Conselho Gestor foi chamado o representante da Marinha dos Portos para falar sobre a segurança nos rios, assunto de interesse da comunidade e compareceu apenas um (1) representante da comunidade Piriquitaquara, um (1) SPU, dois (2) do Incra e dois (2) do Ideflor-Bio, sendo constrangedor para a gerência, pois houve uma mobilização e não teve interesse por parte dos conselheiros, que em sua maioria são moradores da ilha e que sofrem com a violência das embarcações que trafegam nos rios. [...] o que se observa é um desinteresse, principalmente da comunidade [...] a impressão que se tem é que está tudo bem e sabemos que não está (Júlio César Meyer, ATA da 32ª Reunião do CG, dia 14/11/2018).

Na avaliação do gerente da APA, há uma ausência e falta de interesse dos conselheiros, principalmente dos representantes da comunidade local, mas conseguimos coletar informações referentes ao ponto de vista da comunidade apontando outras possibilidades de entendimento da questão, como se pode observar no próximo depoimento:

Porque assim, quando foi para criar o Conselho Gestor, tinha que fazer o plano de manejo da ilha, que não foi feito. Era necessário criar uma associação, aí começou a briga com a SEMA também. Eu comecei a ter problemas com relação a isso [...] porque entra gestão, o mandato lá é de dois anos, sai um mandato e começa o outro. Aí entra outro presidente. Aí começa o planejamento, termina o mandato com ele fazendo planejamento e não tem nenhuma ação. Desde que foi fundado o conselho é a mesma coisa, é a mesma história. Sai um gerente, e entra outro gerente. O Claudio Miranda que está dentro do Conselho. Eu saí, aí saiu o Pedro, saiu o Baia. Não tem força. Começamos com 300 e poucos mil para fazer uma sede, conseguimos o terreno e até hoje não aconteceu nada. [...] E sumiu o dinheiro, ninguém sabe o que aconteceu, se voltou para o Governo, fizeram uma prestação de conta aí que não passou, e depois disso ficaram aborrecidos comigo. Aí eu fui em uma reunião lá e falei que não queria mais fazer parte. Saí do Conselho e ficou para eu

indicar uma pessoa, indiquei o Claudio na época, e ele está até hoje lá perdendo o tempo dele (EDINEI NASCIMENTO, 30/12/2019).

É possível perceber a existência de uma sensível diferença entre a visão dos técnicos e a visão da comunidade, na organização e funcionamento do Conselho Gestor, com indícios de difícil entendimento entre as partes. Outro morador das ilhas, representante indicado para substituir o autor do depoimento acima no Conselho Gestor, também reclama da falta de debates e participação nas deliberações:

Hoje os assuntos dentro do conselho com vários órgãos, tanto da sociedade civil como representantes dos órgãos públicos daqui do Estado, já vem tudo só para você ouvir. A sociedade civil só ouve, já está tudo certo os planejamentos, o que eles pretendem, mas você não tem ideia que seja levada em consideração. Já participa hoje só para ouvir, para querer levar informações, aí os planos que são postos em pauta não vingam, é uma decepção (CLAUDIO MIRANDA, 30/12/2019).

Uma situação diferente da analisada por Teisserenc (2014), relacionada à participação nos debates e deliberações nos Conselhos Deliberativos de Resex no estado do Pará, inclusive com a implicação de políticos do poder local. Talvez essa falta de legitimidade política do Conselho seja um dos grandes entraves na APA do Combu, como indica o ex-representante da comunidade:

Outra coisa que aconteceu aqui, o desempoderamento da SPU. A política acabou com um órgão muito bom que era para nós aqui, a política, literalmente, acabou com isso. Soube que essa semana agora antes do Natal sentou um novo superintendente na SPU, mas era um órgão que tinha tudo para nos ajudar aqui, porque é uma área dela, da marinha. Outra, o INCRA foi outro órgão que com a entrada do Governo acabou com tudo. O outro, por último, mas não menos importante, a SEMAS, que ainda tem condições, tem voz, tem uma secretaria, mas não faz nada. Tem uns seis anos de planejamento e nenhuma ação. E quando há alguma ação precária da SEMAS, as comunidades não ficam sabendo. Só os conselheiros, que lá dentro para eles são as lideranças, mas aqui fora para nós são um bando de “zé ruela”. Não representam ninguém aqui (EDINEI NASCIMENTO, 30/12/2019).

Entre os problemas e/ou dificuldades do Conselho Gestor, além da ausência de legitimidade por parte da política de modo mais geral, há a falta de legitimidade da representação dos comunitários. Há aí uma série de elementos a serem considerados e cuja análise exploratória nos ajuda a compreender de forma mais ampla a situação de impasse que se criou em torno desse dispositivo que deveria ser um espaço de tomada de decisão coletivo, como exercício de

participação, particularmente no que diz respeito ao descompasso epistemológico entre os atores (tema discutido no capítulo 2 deste trabalho).

Outra questão problemática decorrente da implementação do turismo na ilha do Combu é o aumento das demandas por transporte, pois para se chegar aos restaurantes, as pessoas necessitam de transporte e aí os problemas vão se encadeando, porque além dos proprietários de lanchas individuais que vão se multiplicando, também existem as duas cooperativas. Os rendimentos desses trabalhadores aumentam à medida que cresce a quantidade de passageiros.

A grande quantidade de restaurantes vai sendo acompanhada pelo aumento da demanda por transporte, cujo atendimento exerce forte pressão sobre o ecossistema local e não se ouve questionamentos, nem da parte do poder público que incentiva o lazer e o turismo na área, nem tampouco dos empreendedores que usufruem desse comércio, sobre a capacidade da natureza em suportar tal ação. Então, como dizer para os moradores, que ganham seu sustento transportando pessoas para a ilha e de volta para o continente, que isso é prejudicial ao meio ambiente?

Essa situação é denunciada por uma moradora da ilha e representante comunitária no Conselho Gestor da APA Combu:

O sossego na ilha está acabando, o fluxo de pessoas e embarcações tem aumentado muito, e como consequência vem o aumento da erosão nos barrancos do rio, que não estão suportando a carga do fluxo das embarcações, sem falar também no aumento da violência, pois hoje não sabemos mais quem é o morador da ilha [...] o desrespeito das embarcações quando trafegam no Combu, em especial no furo chamado Paciência no interior da ilha, por meio do qual embarcações procedentes de diferentes lugares dirigem-se para o centro de Belém, dificultando o tráfego dos moradores locais e de pequenas embarcações devido a velocidade usada por aqueles veículos, que representam grande risco de acidentes [...] ultimamente muitas lanchas saem das marinas para passear no Combu e essas embarcações não respeitam a velocidade permitida, a preocupação é se essas embarcações são regularizadas (Ivanete dos Santos Nascimento, ATA da 31ª Reunião do CG, dia 30/10/2017).

Esse depoimento revela três questões relacionadas ao tráfego de embarcações: a dos próprios moradores individuais e Cooperativas, de que já tratamos; das embarcações que usam o Furo da Paciência como atalho para chegar à área continental de Belém; e as lanchas de passeio que saem das marinas

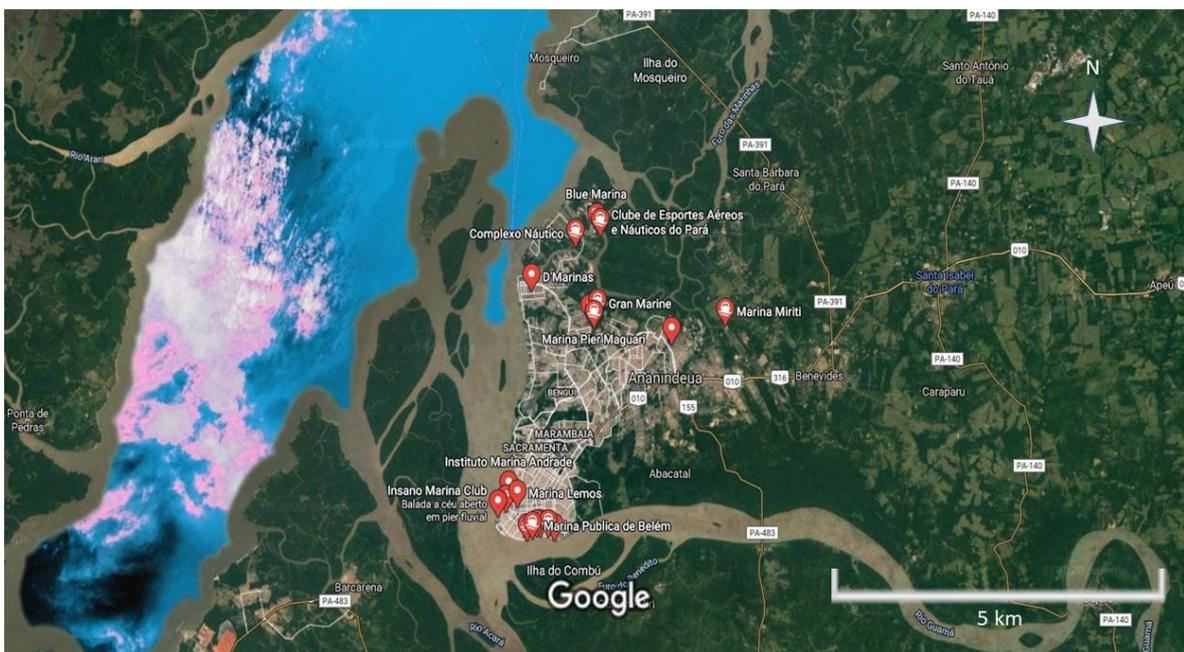
localizadas na Orla Continental da capital. Talvez o maior problema seja as lanchas de passeio.

Durante o VI Congresso Internacional de Transportes na Amazônia, realizado em Belém no período de 1 a 3 de setembro de 2015, o gerente de Turismo Náutico da Secretaria de Estado de Turismo - Setur, Daniel Bastos, apresentou resultado do levantamento feito pela secretaria entre 2013 e 2015, revelando que durante esses dois anos, a frota náutica de recreação no Pará aumentou de 300 para 1.600 jet skis e de 30 para 350 lanchas de passeio. E declarou que algumas marinas em Belém estão lotadas, sem vagas para novos veículos (Secretaria de Estado de Turismo, 2015).

Possivelmente esse novo número já tenha duplicado nesses quatro anos só em Belém; se associarmos ao fenômeno crescente de Marinas que vem sendo construídas nas proximidades das ilhas, a situação fica muito mais complexa. Já tem marinas em vários lugares, inclusive acompanhando uma nova tendência de mercado, associadas a residenciais de luxo, como a Blue Marina no Alphaville (ilha de Caratateua), Marina Reserva Jardins e Marina Miriti, no município de Marituba, Marina Residence Club Tenoné, no bairro Tenoné/Belém, Residencial Porto Marina no município de Ananindeua. Mas uma grande concentração delas está na Avenida Bernardo Sayão, Espaço Náutico, Marine Park, Marina B&B, Marina Pública de Belém, bem em frente à ilha do Combu, como se observa na Figura 05.

A Marina Pública de Belém é um projeto que faz parte do Desenvolve Belém (definido pela prefeitura como um programa constituído de oportunidades de negócios e investimentos, em forma de parcerias que serão firmadas entre o poder público e a iniciativa privada), trata-se do antigo late Clube, com uma área de 71.840m<sup>2</sup>, que atualmente se encontra sub-utilizada. A ideia é criar a MARINA BELÉM, construída e administrada pela iniciativa privada com diversos espaços para atividades de uso público como: píeres e marinas públicas, estacionamentos, quadras poliesportivas e futebol society, praças de alimentação divididas entre containers e food trucks, academia ao ar livre, skate park, playground, concha acústica com arquibancadas, calçadão e centro comercial (DESENVOLVE BELÉM, 2018).

**Figura 5: Marinas localizadas nas proximidades das ilhas**



Fonte: Imagens ©2020 TerraMetrics, Dados do mapa ©2020

Além das marinas, a Orla Sul de Belém também conta com a revitalização da praça e porto Princesa Isabel, no bairro da Condor. O projeto foi apresentado pelo diretor de planejamento da Secretaria Municipal de Urbanismo/Seurb, Edinaldo Mácola, na reunião do Conselho Municipal de Turismo/Comtur – Composto por entidades ligadas ao poder público e iniciativa privada – no dia 03 de setembro de 2019. O empreendimento conta com terminal hidroviário, baía para ônibus e vans de turismo, flutuante para receber embarcações, além de estacionamento, playground, anfiteatro para atividades culturais, banheiro público, dois quiosques e abrigo da Guarda Municipal (Fecomércio-PA, 2019).

Está ocorrendo uma articulação entre o Poder Público e a iniciativa privada para alavancar o turismo no Estado do Pará, e a capital e seu entorno já são alvo atingido por essa política. Estrategicamente, essa força vai afastando ou se desviando das resistências locais, chamando para participar justamente os atores interessados e alinhados com a lógica de mercado, como denuncia uma das lideranças da ilha do Combu:

Surgiu agora uma história aí da iniciativa privada vir explorar, a palavra literal mesmo, explorar a ilha do Combu. E aí? Nós temos associação, nós temos sindicato, nós temos cooperativa, nós temos tudo isso, inclusive a merda do Conselho Gestor, e até agora eu fui chamado para uma reunião,

com a Prazeres, o Andrinho, o Mizael e uma filha do Laércio. Fora a Prazeres, um monte de “pomba lesa”, para definir o que é a ilha do Combu, como é que vai ser feito. E nós temos a associação legalizada. A nossa associação é legalizada, não é de dizer "Ah tem um projeto aqui que o cara vem e não tem representação", temos sim, temos documento dizendo que é legalizada. Aí é chamado um grupinho de donos de restaurante (EDINEI NASCIMENTO, 30/12/2019).

Parece que o barco já está no canal, em velocidade e já não é mais possível parar, porque inclusive a correnteza da maré e as ondas conspiram a favor dessa viagem sem volta.

Em entrevista à reportagem publicada no Diário Online, o empresário Joy Colares (ex-secretário adjunto de turismo do Estado do Pará, ex-diretor do Sebrae/PA por 12 anos, responsável pela criação da Feira Internacional de Turismo da Amazônia/Fita, atual presidente do Conselho Municipal de Turismo de Belém/Comtur e do Conselho Empresarial de Turismo da Federação do Comércio, a Fecomércio) pontuou detalhes sobre as potencialidades para o crescimento do turismo na região de Belém citando como exemplos as marinas, bares, restaurantes, a culinária que é muito conhecida, a arquitetura com acervo colonial, as danças, as músicas, além da geografia.

Podemos considerar que o maior desafio ambiental, parafraseando Gudynas (2010), seja a fé no desenvolvimento e a crença no progresso material, alimentadas pela lógica do mercado que considera o lucro mais importante que os bens sociais e naturais, inclusive se beneficiando da estrutura do Estado, apesar de defender ideologicamente sua não intervenção nos investimentos da iniciativa privada, como se observa no trecho seguinte:

O Estado tem que ser o principal investidor porque é muito caro para o empresariado sozinho fazer isso [...] a revista de outubro da TAP, que está circulando em 88 países, com 32 páginas sobre Belém, isso é muito importante. Quem tem que ir na frente é o governo e o empresariado vai atrás. Duas são as principais funções do governo, criar divulgação e criar infraestrutura. Esse é o papel principal do Estado: divulgação e acessibilidade. O Estado não faz negócio, o Estado promove (Joy Colares, Diário Online, 2019).

Seguindo essa lógica, o Estado tem que criar as condições necessárias para a iniciativa privada e assumir todas as mazelas socioambientais decorrentes desse processo. Ou seja, em vez de se ter um poder público atuante na condução das políticas públicas direcionadas às populações mais carentes e ao meio

ambiente, tem-se um aparato que hora é omissor, hora é fornecedor de infraestrutura para a iniciativa privada, excluindo a comunidade local do jogo nas decisões e deliberações, como segue na avaliação e proposição de uma liderança insular:

Que o Plano de Uso/PU existente aqui dentro fosse levado à risca, e que a ideia que a SPU (Superintendência do Patrimônio da União) colocou lá atrás fosse executado. Sai da ilha quem vendeu e quem comprou. Se tu vendeu é porque tu não tens interesse e tu compraste uma coisa que não era para vender. Foi estipulado há muito tempo pela SPU. Essa seria a política. Se colocasse em prática isso aí, seria uma maravilha. Sai o vagabundo que vendeu e o que comprou, realocava o terreno para a família do lado. Outra coisa que se tornou vulnerável foi a questão da documentação. Antes de entrar uma pessoa na ilha, que fosse discutido com a associação, chegou lá na SPU para tirar um documento aqui da terra, que a Associação fosse chamada lá, de acordo com o Plano de Uso, que eles têm lá por que participaram. “Nós vamos te dar o título, mas primeiro vamos chamar o pessoal da representação da ilha do Combu: Vocês conhecem esse caboclo? Como foi que ele chegou lá? Ah! Não conhecem. Você não pode entrar lá, a Associação de Moradores conhece todo mundo lá e não lhe conhece”. E isso existe, mas nunca foi feito. Nenhuma das entidades que era para nos ajudar fez acontecer. Isso seria o ideal, mas é um sonho totalmente fora da realidade (EDINEI NASCIMENTO, 30/12/2019).

*É um sonho totalmente fora da realidade* porque há toda uma articulação a nível mais macro, que extrapola a iniciativa de resistência no plano local, principalmente quando as organizações comunitárias não estão conectadas a redes de apoio externo. Atualmente no Brasil o cenário é de incentivo à desregulamentação ambiental e social, favorecendo o agravamento da crise socioambiental.

Em suma, diferentemente da situação dos “Vazanteiros em movimento” analisada por Anaya (2014), a linguagem técnica-ambiental, trazida pela SEMMA no caso do Fórum das Ilhas, não aparece incorporada de forma explícita e consciente ao vocabulário dos ribeirinhos insulares, apesar do esforço inicial empreendido na construção das reivindicações no campo ambiental, compreendido como o espaço social e político da teoria e da prática, lugar institucionalizado do debate ambiental, com regras e legislação próprias.

Podemos arriscar aqui algumas possíveis causas da dificuldade, por parte dos ribeirinhos insulares, em incorporar a questão ambiental às suas demandas: O curto período de tempo que a Semma atuou no Fórum congregando várias instituições, promovendo e conduzindo os debates e encaminhamentos,

praticamente o ano de 2010; a mudança de estratégia metodológica de Fórum permanente aberto para uma estrutura hierárquica fechada (Associação legalmente constituída), proporcionando a gradativa evasão dos órgãos públicos, instituições de ensino, pesquisa e extensão, assim como das organizações comunitárias e associativas dos próprios ribeirinhos insulares que compunham o movimento e; como consequência, o esvaziamento nos debates e perda da oportunidade de aprendizagens coletivas.

Experiência diferente da estudada por Faulhaber (2011) em que o aprendizado no processo de articulação entre os movimentos indígenas e ambientais evidenciou que a afirmação étnica implica a necessidade da construção de alianças entre indivíduos pertencentes a segmentos em posição simétrica na estrutura social, para fazer valer seus interesses diante dos interesses de grupos poderosos que orquestram a exploração socioambiental.

A possibilidade de interiorização da conservação ambiental e seus mecanismos institucionais de proteção da natureza, enquanto uma nova questão social e pública, para obter sucesso enfrenta vários desafios, como reconhece Teisserenc (2009); entre estes, talvez o principal esteja relacionado à capacidade de assumir o caráter experimental de certas ações e dos percursos para realizá-las e criar condições favoráveis à condução de aprendizagens coletivas que necessitam do sucesso de tais ações.

Teisserenc e Teisserenc (2014) relatam que os estudos sobre territórios em recomposição mostram que sua legitimidade é frágil, apesar das inovações institucionais encontradas. E por isso eles devem provar sua eficiência desenvolvendo uma capacidade de resposta original aos desafios da globalização e do desenvolvimento sustentável.

Neste capítulo abordamos os desafios ambientais no processo de urbanização, cujo enfrentamento guarda estreita relação com a maneira que o movimento social se organiza, se mobiliza para reivindicar e realizar as ações, na interação com os jogos de poder e suas estruturas de integração, assimilação, cooptação etc., o que passamos a analisar no próximo capítulo.

## 6 Capítulo 5 – MOBILIZAÇÃO, AÇÕES E RELAÇÕES POLÍTICAS E SOCIOTÉCNICAS

Chega tempo das eleições e todo mundo se espalha, todo mundo quer ganhar uma ponta pra cá, uma ponta pra lá, ficou aquela visão das políticas antigas. Que o cara chegava, pagava e pronto. Só que o cara que está pagando, comprando o voto, ele não volta mais lá. Nunca que ele vem voltar para ver a parte social depois que ele ganha (Liderança da Ilha Grande, NONATO TRINDADE, 28/07/2019).

Neste capítulo trataremos da terceira e última etapa referente à constituição de uma *arena pública*, na perspectiva de Cefaï, Veiga e Mota (2011), onde se impõe uma *análise das formas de sociabilidade e das redes de mobilização, em relação a seu encaixe nos jogos de poder*. Nesse contexto ocorre:

Uma dinâmica de densificação dos laços sociais e de integração ao processo político permite aos cidadãos ultrapassar suas divisões e formar alianças, fazer emergir um interesse partilhado sobre certos dossiês, constituir uma força consequente em termos de visibilidade e, talvez, ganhar um reconhecimento legal e político. Ela permite aos governantes ter interlocutores, dispor de retransmissão de informação de cima para baixo e de baixo para cima, melhor controlar e, às vezes, domesticar ou teleguiar as atividades coletivas, ou ainda abrir canais de representação oficial, de transação clientelista ou de conciliação corporativista (CEFAÏ, VEIGA E MOTA, 2011, p. 49).

Todo esse processo vai sendo acompanhado pela participação dos atores nos debates, suas experiências de participação nas ações que, por sua vez, vão configurando uma politização da vida associativa, como veremos a seguir.

No caso investigado nessa pesquisa, a manutenção temporária da mobilização se nutriu das trocas entre os membros das comunidades insulares ribeirinhas e o conjunto dos seus parceiros (os representantes do poder público das esferas municipal, estadual e federal, os especialistas e técnicos de todas as partes, ONGs, assim como os políticos), desenvolvidas no interior de uma arena pública e de engajamentos comunitários, que permitiram aos ribeirinhos insulares a passagem para a ação coletiva.

### 6.1 A experiência de participação nos debates

O processo de aproximação entre os moradores, ou melhor, entre algumas lideranças, inicialmente das cinco ilhas (Jutuba, Paquetá, Nova, Urubuoca e Longa), começa a partir da atividade religiosa. Apesar de haver certa proximidade física e afetiva devido às relações de parentesco, não se discutia sobre os

problemas, as dificuldades e as possíveis soluções. Além disso, chamamos a atenção do leitor para o fato de que aproximação física é diferente de aproximação ideológica.

Segundo Padre Jonas Teixeira, o trabalho de mobilização popular inicia como atividade da Pastoral Social das Ilhas, criada em 2006 na ilha de Caratateua com o objetivo de levar caridade para as ilhas, iniciativa que se deparou depois com diversas situações de fragilidade. Então começam a organizar as demandas e trazer ao continente para serem discutidas com autoridades, mobilizando as lideranças para participar de espaços de discussão, como os encontros da Pastoral Social das Ilhas em 2008 no Jamaci, uma reunião com várias autoridades que era uma forma de “trazer o grito das ilhas para a mesa onde estavam as autoridades, como polícia e várias outras entidades representadas, ouvindo o grito para encontrar também possibilidades de fazer o feedback com as ilhas”. Em 2009, no Salão da Paróquia das Ilhas em Caratateua, como pode se observar nas fotografias 9 e 10, foi realizado outro encontro para “organizar a questão dos cursos profissionalizantes, para a confecção de produtos de limpeza, de artesanatos, bijuterias, também aproveitando aquilo que a igreja tinha de trabalho social e levar esse trabalho para ser executado nas ilhas, fizemos no Urubuoca, fizemos no Paquetá, Ilha Nova” (Em entrevista concedida no dia 10/03/2020).

**Fotografia 10: Momento do Encontro para organizar os Cursos Profissionalizantes nas ilhas**



Fonte: Acervo do Fórum, 2009.

**Fotografia 9: Momento de escuta para organizar os Cursos Profissionalizantes nas ilhas**



Foto: Acervo do Fórum, 2009.

O trabalho inicial de levar a caridade, entendido basicamente como a entrega de cestas de alimentos para suprir as necessidades do período da entressafra do açaí, que denominam localmente de inverno, com as marés altas que inviabilizam a pesca de camarão e peixe, período em que o ribeirinho insular fica em situação bastante difícil, porque essa condição afeta diretamente as atividades básicas que garantem a sua reprodução.

Aos poucos foi crescendo a necessidade de ampliar o escopo do trabalho desenvolvido pela Pastoral Social das Ilhas. Como essas lideranças se referem às passagens bíblicas: “Já não era suficiente dar o peixe, mas proporcionar as condições para que possam pescar”, ou seja, era necessário avançar e ultrapassar o trabalho de caridade.

Foi a partir da sociabilidade proporcionada pela experiência religiosa que se iniciou o engajamento no movimento social, tendo como referência a Comunidade Eclesial de Base. Os encontros aconteciam de forma participativa, onde as lideranças comunitárias apresentavam os principais problemas vivenciados pelas comunidades para as pessoas que poderiam contribuir para a solução deles.

É assim que inicia a participação nos debates. Sem deixar de considerar que também já havia a experiência do Orçamento Participativo (1997-2000) e Congresso da Cidade (2001-2004), organizados durante as duas gestões da prefeitura de Belém, sob o comando do Partido dos Trabalhadores, já referido no capítulo anterior.

#### 6.1.1 Tripolaridade de relações Sócio-técnico-políticas

Ainda em 2009, a partir da parceria entre a SEMMA e a Paróquia das Ilhas, se amplia o espaço de atuação tanto no sentido espacial por abranger todas as ilhas de Belém, como na questão temática, com a inclusão da problemática ambiental e, conseqüentemente, a política, diversificando-se também as experiências e qualificações dos atores.

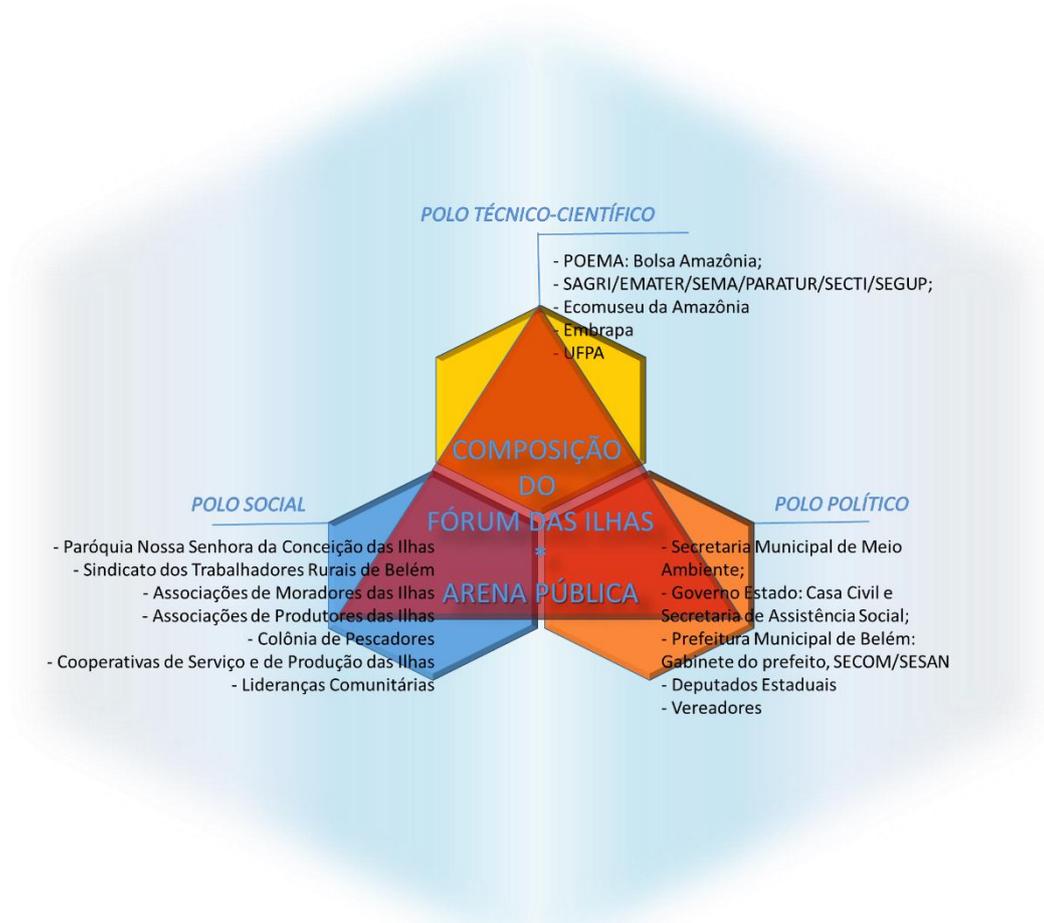
Várias reuniões foram realizadas no Programa Pobreza e Meio Ambiente-POEMA, para articular e organizar o Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém. Foi um momento de muita euforia e expectativa por parte dos atores em geral.

Como continuidade das reuniões de articulação, discussão de encaminhamentos, estabelecimento de parcerias e mobilização dos ribeirinhos insulares com suas organizações, há uma expressiva participação na instalação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, em 11 de maio de 2010, no Auditório da Escola Bosque na Ilha de Caratateua.

O evento iniciou às 9 horas e 20 minutos com a apresentação dos representantes das instituições e entidades presentes. Com destaque para a Secretaria Municipal de Saneamento-SESAN, Secretaria Estadual de Meio Ambiente-SEMA, ECOMUSEU DA AMAZÔNIA, Paróquia das Ilhas, Associação de Produtores Apicultores e Agro-Florestais da Ilha de Caratateua-APAAFIC, Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA, BOLSA AMAZÔNIA, Programa Pobreza e Meio Ambiente-POEMA, Núcleo de Meio Ambiente-NUMA da Universidade Federal do Pará, Rede Voluntária de Educação Ambiental-REDE, Instituto Vitória Régia para o Desenvolvimento da Amazônia, Secretaria Estadual de Agricultura-SAGRI, Fundação Escola Bosque-FUNBOSQUE, Fundação Cultural do Município de Belém-FUMBEL, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belém-STRB, Secretaria Municipal de Urbanismo-SEURB. Além dos moradores de diversas ilhas de Belém.

Depois foi apresentado o Projeto do Fórum com seus objetivos, metodologias, financiamento e resultados esperados, que já tratamos no segundo capítulo. Agora passamos a descrever a organização do Fórum das Ilhas, em sua perspectiva tripolar, como ilustrado na Figura 6:

**Figura 6: Relação entre os pólos social, técnico/científico e político**



Fonte: Próprio autor (ilustração/Jefferson Siade), 2020.

Em relação ao **Pólo Sociedade Civil**, houve algumas dificuldades no que respeita à participação dos atores individuais e coletivos devido a uma série de fatores, como a cultura individualista disseminada pela lógica colonial e capitalista; o assistencialismo e o clientelismo inscritos na cultura política e encarados como natural; o descrédito com as políticas públicas, por serem eleitoreiras, inadequadas e sofrerem descontinuidade com as mudanças de gestão; a cultura da democracia representativa que leva à omissão na participação e transferência de responsabilidade para os dirigentes/representantes; dificuldades de deslocamento e de recursos financeiros para acessar os locais dos encontros/reuniões; e barreiras na comunicação relacionadas à mobilização.

De fato, a participação foi aumentando à medida que as ações se intensificavam e alguns dos entraves acima iam sendo enfrentados. Mas é importante registrar que um maior protagonismo do trabalho de mediação (assumido geralmente por atores externos), de certa forma, veio a dificultar a participação efetiva da base e o surgimento de novas lideranças entre os atores tradicionais, que estamos chamando de *ribeirinho insular*. Não se pode negar que a presença de diversos atores ligados a organizações representativas proporciona certa legitimidade ao Fórum. Mas precisamos refletir sobre a qualidade da participação.

Dada a diversidade de formação entre os atores participantes, encontramos lideranças mais amadurecidas oriundas de experiências políticas anteriores, que se impõem no debate de forma mais qualificada, como esse representante da ilha do Combu:

A gente não vai para a reunião para assistir, a gente vai para conversar, para discutir, para falar mesmo. Eu nunca me inscrevi em reunião para falar onde a fala da comunidade, da pessoa que representa a comunidade é 2 minutos. Nunca. Eu participava da reunião, quando chegava na hora de fazer a explanação do que a comunidade precisa, do que é interessante para nós, de como fazer, o cara me dizer que é 2 minutos, eu levanto e venho embora, eu fiz isso muitas vezes. Por ser uma pessoa notável, o pessoal sabe, "Por que tu saiu?". Depois vinha aquela questão, "Pô, tu saiu no meio da reunião", "Saí. Eu ia expor para quem? Como é que eu vou colocar, se dentro de 1 hora eu não consigo falar metade do que o Combu precisa, do que a gente precisa, do que a comunidade precisa, do que o povo precisa, dos problemas, as formas que eu acho que seriam interessante de acontecer" [...] como é que eu vou falar um negócio desse dentro de dois minutos? (EDINEI NASCIMENTO, 30/12/2019).

Encontramos também lideranças mais resignadas que participam de forma menos ativa do processo, outras em processo de aprendizagem relacionado à passagem do campo religioso e social para o campo mais propriamente político, como é o caso de uma representante da ilha do Jutuba:

A gente se reunia como comunidade na igreja, hoje a gente nem reúne mais porque o padre não tem nem barco, o padre que está agora em Cotijuba. [...] Então, eu não sei, não sei. Eu sei que tem muitas coisas para resolver, mas a gente não sabe como lidar, como fazer. Aí troca de governo, troca de presidente e a comunidade vai esperando sentada e eu envelhecendo. Aí daqui a pouco eu vou morrer e não tem quem faça, porque a pessoa que fala mais aqui sou eu (ROSA RODRIGUES, 18/12/2019).

A interlocutora se refere às eleições municipais de 2016, em que apoiou um candidato a vereador apresentado por outra liderança, e depois de várias promessas, nada foi cumprido.

Após a instalação do Fórum no primeiro semestre de 2010, a participação mais efetiva dos atores do *território ribeirinho insular* se deu na realização do diagnóstico, com o fornecimento de informações sobre conhecimento, apropriação e usos dos recursos do território.

A descentralização e forma de rodízio dos lugares onde ocorriam os encontros, como demonstração de inovação, também contribuíram para o sucesso do empreendimento organizacional. Além da descentralização física, a utilização de metodologias “participativas” cumpriu papel fundamental na realização do diagnóstico, na seleção de demandas bem concretas e na elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém.

Por falta de exercício de falar em público, por dificuldades de formação política e por ser sistematicamente não ouvido, este segmento é silenciado ou se dá ao direito de não se expor. Isso não quer dizer que não faça suas leituras, análises e avaliações dos acontecimentos; mas, por razões compreensíveis, este segmento cultiva certa desconfiança em relação a iniciativas que envolvem seu futuro.

Mesmo reconhecendo, como ressalta Miguel (2017, p. 90) “que o participacionismo *não* contesta o fato de que a maior parte das pessoas, na maior parte do tempo, é apática, desinformada e desinteressada”.

A dificuldade na efetiva participação, por parte de alguns atores do *território insular*, se amplia nos encontros maiores, momento em que os conflitos começam a se tornar mais evidentes. Os posicionamentos são mais enérgicos, necessitam de maior exposição e melhor argumentação para defender as ideias e o contexto exige uma visão mais ampliada para deliberar sobre os encaminhamentos.

As estruturas de poder são organizadas de forma vertical e centralizadora, para facilitar a dominação autoritária e excludente, dificultando e fragilizando as iniciativas de participação. Essas estruturas impõem um imaginário social e político que dificultam, algumas vezes impedem, os moradores locais de se perceberem como atores.

Diante dos relatos em documentos do Fórum, parece que os moradores não se sentiam parte integrante dessa organização, suas falas indicam um comportamento de espectadores, aguardando os atores que vão promover as ações de melhoria do local.

Durante reunião na Ilha de Cotijuba para coletar informações referentes ao diagnóstico, após a fala dos representantes das instituições promotoras, Bolsa Amazônia e SEMMA, a palavra foi franqueada aos moradores. Vejamos alguns excertos, aqui transcritos de acordo com o se encontra no Relatório de Execução (ata ou memória das atividades realizadas por ocasião do Diagnóstico Rápido Participativo-DRP/Polo Ilha de Cotijuba):

A Sra. Dionélia Lourido diz ter ficado acometida de bons sentimentos com a fala do Prof. Thomas Mitsehein, contudo em respeito a oficina fala que o povo já não aguenta atualizar dados, e faz um pedido as autoridades, que sejam mais competentes e responsáveis, já que a primeira reunião do projeto na ilha foi em julho de 2009 e só agora retornaram, a ilha necessita de medidas urgentes (RELATÓRIO TÉCNICO, 25/08/ 2010).

Já Adriana Lima fala que espera que as pessoas que estão envolvidas no Projeto das Ilhas não façam como as pessoas que estavam a frente de outros projetos, ela cita o Plano Diretor, que foram na ilha tomaram o tempo dos moradores com as pesquisas e nem se quer retornaram para informar o resultado das mesmas e principalmente sem nenhuma ação eficaz para eles (RELATÓRIO TÉCNICO, 25/08/ 2010).

É possível perceber certa cumplicidade entre os mediadores, os parceiros proponentes ou idealizadores do Fórum e os moradores/atores do território insular. Os primeiros já propõem um projeto mais ou menos montado e solicitam a adesão, colaboração, participação dos segundos que, geralmente, são excluídos da discussão e concepção iniciais e por sua vez se recusam em participar de forma efetiva como atores, mas exigem as mudanças necessárias.

Das participações em debates mais expressivas, destacamos o Primeiro Grito das Ilhas, pois nesse momento o Fórum já agregava participantes insulares de outros municípios como Acará e Barcarena, e essa mobilização atingiu aproximadamente 600 pessoas, como relatou o coordenador geral do Fórum:

Então nós realizamos lá no Palácio dos Bares o Primeiro Grito das Ilhas, nós colocamos 600 pessoas, foi outra explosão. Quando o governo viu a nossa organização de liderança e de agregar as lideranças das ilhas, eles começaram a abrir as portas para a gente, e começamos a firmar algumas parcerias até nós chegarmos ao que nós somos hoje, não mais um

movimento apenas, mas uma entidade (PADRE JONAS TEIXEIRA, 05/08/2016).

O evento foi realizado em 7 de abril de 2011, na Casa de Show Palácio dos Bares à margem do Rio Guamá-Belém. Com o objetivo de debater alternativas e soluções para a construção de um projeto estratégico que contribuísse para a realização de um verdadeiro desenvolvimento sustentável e que, conseqüentemente, proporcionasse a melhoria da qualidade de vida das famílias residentes nas ilhas. Entre outros objetivos específicos do evento, citamos o de “sensibilizar as autoridades quanto à necessidade de realizar ações concretas e específicas ao contexto das ilhas, considerando a situação de marginalização da mulher, dos trabalhadores rurais e dos pescadores”. (Projeto Grito das Ilhas, 2011).

No Grito estiveram presentes representantes de várias instituições: da Segurança Pública (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Ambiental); do poder público municipal havia representante da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC; do poder público estadual Assessoria Técnica da Subchefia da Casa Civil; do poder legislativo estadual estava a assessoria do deputado Chico da Pesca; Associações Classistas, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PA (Comissão da Mulher Advogada) e Associação Brasileira das Mulheres da Carreira Jurídica - Ação PA; representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA; do Instituto de Desenvolvimento Humano Integral - IDHI; e do ECOMUSEU da Amazônia; e os moradores das ilhas e suas organizações (Memória do Grito das Ilhas, 2011).

A dinâmica metodológica foi organizada com alternância das intervenções entre os integrantes da mesa (representantes das instituições) e os moradores das ilhas. Vários temas e problemas foram reclamados pelos moradores das ilhas como: transporte escolar, violência e roubo cometido pelos “piratas” ou “ratos d’água” (bandidos que agem nas águas em embarcações mais velozes e fortemente armados), drogas, necessidade de atendimento médico, energia elétrica, escola de ensino fundamental e água potável. Na última parte do evento, cada representante ficava em uma mesa e os demais participantes, de acordo com cada situação, iam dialogar sobre os encaminhamentos, como se observa nas fotografias 11 e 12.

**Fotografia 12: Momento da fala das instituições no Segundo Grito das Ilhas**



Fonte: Acervo do Fórum, 2011.

**Fotografia 11: Momento dos encaminhamentos no Segundo Grito das Ilhas**



Fonte: Acervo do Fórum, 2011.

Esse evento, de fato, marcou a participação de vários atores, como podemos observar no relato do representante da ilha Nova:

Teve uma lá no Combu que foi muito grande, uma na Ilha das Onças também, teve em Barcarena, teve lá na Praça Princesa Isabel, foi uma das que deu mais gente, tinha muita gente grande envolvida, tinha tudo para ter dado certo [...] para trazer melhorias para os ribeirinhos e moradores das ilhas, era sobre a água, energia, o manejo do açaí, os projetos, o que estava precisando mais nas comunidades, a segurança, em todos esses eventos participava a polícia, Fluvial, até a Federal esteve também (JOSÉ CARLOS MORAES CARDOSO, 05/08/2018).

Depois da Primeira e única Conferência do Fórum das Ilhas Paraenses em 2013, as grandes mobilizações e participações chegaram ao fim, abrindo espaço para outras estratégias, como por exemplo, os Seminários Temáticos, com maior destaque para as questões técnicas de operacionalização das ações. Na verdade, a Conferência não prevê a participação de Técnicos externos à Associação que é aprovada ao final do evento.

Nesse momento a Organização já contava com uma equipe técnica própria, composta por Assistentes Sociais, Sociólogos, Advogado, Biólogo, Pedagogo, Professores, Engenheiro de Pesca, Engenheiro Florestal, Geógrafo e Contador. Talvez por isso se pensasse de forma otimista em relação à possibilidade de realizar as atividades propostas. Mas esses profissionais encontravam-se na condição de apoiadores voluntários e não dispunham de uma estrutura nem apoio financeiro de uma instituição pública, não gozavam de legitimidade e nem de reconhecimento político.

Desde o início já é possível se perceber uma divergência em relação aos encaminhamentos do Fórum, quanto à atuação como instrumento de mobilização e produção de demandas, para negociar com o poder público e passar a ser ele mesmo o executor de ações, ou como solucionador dos problemas, como avalia um dos participantes inicialmente vinculado à SEMMA:

Antes você tinha um fórum que era um conselho que estava todo mundo junto, eram as instituições e a sociedade civil, a partir do momento que esse direcionamento, esse assessoramento da SEMMA sai, a sociedade assumiu e passou a fazer outro tipo de articulação, ou seja, uma articulação focada na resolução dos problemas. [...] a ideia era que a sociedade pudesse gerar a partir dali uma plataforma, um palco de lutas, onde eles pudessem reivindicar seus direitos em relação às políticas públicas e incluir as suas demandas nas políticas públicas (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

A divergência se amplia a partir do momento em que se decide pelo processo de formalização, de transformação do Fórum em pessoa jurídica:

Antes era mais movimento, a porta era mais larga, tinha os atores que se identificavam com a causa a partir de um pensamento, a partir de uma ideia ou instituição, se agregavam a nós e eles entravam e saíam a partir de sua ideologia. Como nós fomos percebendo que era preciso ter um cartão de identificação, para pedir patrocínio era necessário apresentar uma identidade, cartão de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), identificação de local com endereço fixo e nós não tínhamos. Então a partir dessa necessidade, nós fomos trabalhando na questão jurídica da instituição (PADRE JONAS TEIXEIRA, 05/08/2016).

No geral, a participação na I Conferência foi o último momento que a base dos ribeirinhos insulares esteve presente debatendo e deliberando sobre as reivindicações e os rumos do movimento, como relata um dos organizadores:

Nós chegamos a fazer o primeiro Fórum num outro formato, nós fizemos um grande encontro no Parque dos Igarapés, quinhentas lideranças ribeirinhas lá e onde foi planejado um modelo de organização que seria da base local até o Fórum. Então, foram colocadas lideranças por ilhas e coordenações por regiões. Mas como essa perspectiva imediatista de resolução de problemas acabou os levando e aí também com meu afastamento, a não perceber que o papel do Fórum era organizativo, ou seja, não é que a direção do fórum que fica em Belém precisa resolver o problema da ilha do Acará, é que o pessoal do Acará precisa ser organizado e capacitado para resolver seus próprios problemas (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

No que diz respeito ao **Pólo dos Técnicos e Experts**, se inicia com a participação da SEMMA (municipal) e SEMA (estadual), EMATER, POEMA/NUMA-UFPA, BOLSA AMAZÔNIA e FUNBOSQUE. Vamos aproveitar para registrar uma dificuldade de partida do Fórum das Ilhas de Belém, na adesão das demais Secretarias e Fundações municipais, apesar dos convites, como avalia um dos técnicos articuladores:

O primeiro passo é que as iniciativas acabam sendo pontuais dentro de uma secretaria, porque não tem uma compreensão da gestão pública como um todo. Então, nessa relação com o conjunto das próprias instituições do governo municipal foi sempre muito difícil, você conseguia ter sensibilidade de alguns setores como a Escola Bosque, mas nenhum esforço sistemático por parte da prefeitura. [...] Tanto que quando a gente sai da secretaria isso não é assumido como um programa que estava em andamento, que precisava de continuidade, imediatamente cessa o processo de articulação. Então, para mim o principal problema é essa articulação com os outros órgãos de governo e assumir isso como uma ação sistemática (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

Diferentemente das experiências das Resex com os Conselhos Deliberativos e dos demais Conselhos Municipais Setoriais, o Fórum das Ilhas era mais aberto e não contava com uma estrutura de representações no formato de

colegiado com regulamento. Então havia uma rotatividade relativamente grande de pessoas, de acordo com o engajamento e interesse, ou disponibilidade de tempo e condições mais imediatas de participação.

Os impasses e/ou limites da participação requerem uma análise mais complexa sobre os processos que envolvem mobilização, institucionalização, participação e deliberação.

Vamos analisar de maneira breve uma situação bem ilustrativa que aconteceu por ocasião da realização do diagnóstico: a primeira oficina do Diagnóstico Rápido Participativo a ser realizada era na Ilha de Caratateua, no dia 30/06/2010, no Auditório da Escola Bosque, com horário previsto de início às 9h. Às 10:40h compõem-se a mesa com representantes da SEMA, Bolsa Amazônia, Paróquia das Ilhas e Ecomuseu da Amazônia. Nenhum representante da ilha ou comunidades. O então representante da SEMMA, na condição de presidente da reunião, ressalta o fato de haver poucas instituições presentes e menos de 50% das comunidades representadas, motivo pelo qual sugere a deliberação de uma nova data. Alguns moradores propõem que a oficina seja realizada em final de semana e se cria certa polêmica, então se resolve levar à votação dos participantes. A proposta de realizar em final de semana é vencedora, mas o representante da SEMMA argumenta que no final de semana é complicado para se ter a representação das instituições, lamenta a decisão e informa que será remarcada em dia de semana (RELATÓRIO TÉCNICO, 2010).

Qual das participações era mais importante para o DRP, dos moradores que detinham as informações ou das instituições? De outro modo, no desenvolvimento do DRP, quem iria fornecer as informações, os moradores do território ou as instituições e seus técnicos?

O que está implicado nessa decisão é o que estamos chamando de *desigualdades das condições de participação*. Os moradores trabalham de segunda a sábado até o meio dia, assim deixar de trabalhar para participar de eventos custa muito caro para sua reprodução, mas se dispõem a sacrificar seu tempo de descanso, que é o fim de semana. Por outro lado, a participação dos representantes das instituições constitui seu próprio trabalho, mas estes não estão disponíveis a sacrificar o descanso do final de semana ou negociar a troca ou compensação.

A parceria com os técnicos acompanha toda a trajetória do empreendimento, inclusive com a participação das três esferas de poder: municipal, estadual e federal. Já nos referimos à participação dos técnicos das instituições e órgãos municipais.

Os técnicos das instituições estaduais talvez tenham constituído as parcerias mais duradouras na área da segurança pública com a Polícia Militar, Civil, Fluvial, Ambiental, Bombeiros; a SEMA, a SAGRI, a EMATER, PARATUR, PARÁ RURAL, a SECTI e principalmente com a Secretaria de Assistência Social que em 2011 assumiu os custos com o Natal d'Água.

No nível federal houve a participação da EMBRAPA e da Polícia Federal, mas a contribuição de maior destaque foi da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA, na parte de abastecimento de água com tecnologia bem simples, a partir de uma articulação com a Diretoria de Tecnologia Social da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia.

Essa parceria constituía parte da Rede Paraense de Tecnologias Sociais (RTS/PA), criada em 2012 pela Diretoria de Tecnologias Sociais da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (DTS/Secti), e teve como iniciativa, em outubro de 2013, a organização do Primeiro Fórum Paraense de Tecnologias Sociais, realizado no Hangar-Convenções e Feiras da Amazônia, com o objetivo de apresentar e discutir propostas de produtos, técnicas e metodologias para soluções de transformação social, desenvolvidas a partir da interação com a comunidade.

O abastecimento de água tratada foi um dos principais desafios abordados no seminário “Aproveitamento de água de chuva na Amazônia como Tecnologia Social”, no qual diversas experiências de uso de água pluvial na Amazônia foram compartilhadas e teve como objetivo formar, dentro da RTS, um grupo de trabalho para articulação de uma Rede Estadual de Aproveitamento de Água da Chuva para reaplicação dessa tecnologia social no Pará. Segundo explicação do titular da DTS, Evandro Ladislau:

Reconhecemos que os atores do governo, da área acadêmica, da iniciativa privada e da sociedade civil devem se juntar para promover a interação entre conhecimento científico e saber popular, no intuito de incorporar as demandas sociais na pauta da Ciência e Tecnologia do Estado. Essa é a grande missão da RTS, e o Fórum será uma grande reunião para definir as estratégias de atuação da Rede (SECTI realiza I Fórum Paraense de Tecnologias Sociais, 2013).

Outro Seminário temático muito importante que contou com a contribuição dos técnicos e experts foi sobre o abastecimento de água e esgotamento sanitário da área rural do município de Belém, realizado no Auditório da Escola Bosque na ilha de Caratateua, no dia 21 de fevereiro de 2014, organizado pela parceria entre a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação-SECTI, Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém-AMAE, Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, Grupo de Pesquisa Aproveitamento de Água de Chuva na Amazônia, Saneamento e Meio Ambiente – GPAC Amazônia/UFGA, com os objetivos de promover discussão preparatória para a segunda audiência pública e consulta pública do Plano de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Belém; discutir e coletar subsídios para a elaboração do Plano de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Belém; sensibilizar a sociedade para a importância de sua participação na elaboração de políticas e de planos setoriais.

A metodologia utilizada foi a exposição dos temas, seguida de debate. O público alvo eram os servidores da prefeitura, profissionais e estudantes da área de saneamento, comunidades das áreas rurais e Agentes Distritais das ilhas de Belém. O evento contou com a participação do prefeito Zenaldo Coutinho na mesa de abertura e uma boa presença na plateia, como se observa nas fotografias 13 e 14.

**Fotografia 13: Participantes da mesa de abertura do seminário sobre Saneamento nas Ilhas**



Foto: Acervo Fórum das Ilhas, 2014.

**Fotografia 14: Participantes do seminário sobre Saneamento nas Ilhas**



Fonte: Acervo Fórum das Ilhas, 2014.

Os temas abordados foram: Política municipal de saneamento básico (SESAN), a adoção de tecnologias sociais como políticas públicas (SECTI),

ampliação do sistemas de abastecimento de água das ilhas de Cotijuba e Caratateua (SAAEB), a sustentabilidade do sistema de abastecimento de água de Belém (COSANPA), papel das agências reguladoras (AMAE/BELÉM), programa água social (NUMA/UFGA), tecnologias sociais para o saneamento em áreas rurais (GPAC Amazônia/UFGA) e Mobilização e Participação Social na Construção de Políticas Públicas (FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ILHAS). Esse seminário teve desdobramentos importantes para o Fórum das Ilhas, como veremos na próxima parte sobre as ações.

A participação dos técnicos e experts teve maior importância nas trocas e aprendizagens durante os debates, quando a SEMMA estava conduzindo os encaminhamentos do Fórum, de forma mais estratégica. Depois de 2010 já começa a haver mais dificuldades de financiamento das ações. A saída do Partido Verde do comando da SEMMA e, com isso, a perda da instituição pública articuladora acarretou certa descontinuidade. Mas o Fórum das Ilhas continuou e as contribuições desse pólo passaram a ser mais pontuais, de acordo com a ação a ser realizada, como avalia um dos técnicos responsáveis pela criação do Fórum:

Dispersou o caráter de fórum interinstitucional na relação direta com a sociedade civil. [...] aquele fórum permanente, onde todo mundo se encontrava, onde as relações eram mais horizontais, onde todo mundo estava no mesmo nível e respeitando o saber popular, as organizações populares, a organização comunitária, a organização local, ele perde esse caráter para se tornar uma organização de modelo da década de oitenta, volta a ser uma organização de personalidade jurídica. Mas é o que dá para ser né? (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

Quando questionado sobre a mobilização e participação, o atual coordenador geral justifica a diminuição do alcance do Fórum, exaltando sua importância técnica em detrimento da política:

Diminuiu de como era antes. Hoje a gente trabalha mais tecnicamente, hoje é muito mais pensado a partir de orientações técnicas: o que é que nós vamos fazer? Como nós vamos fazer? Então se coloca no nível das discussões técnicas. Quando fomos fazendo o trabalho de produção de demandas técnicas, colocava numa sala 30, 40 pessoas, 200 pessoas a gente viu que as demandas fluíam com muita facilidade e o nosso papel era ver onde estava a necessidade e fazer encaminhamentos, então se pulverizava muito mais rapidamente. Agora a gente reúne fora e traz para a diretoria, a gente perde tempo, mas no meu ponto de vista, ganha qualidade. A gente ouve, traz para a diretoria, faz a seleção, faz sua orientação e envia para a secretaria para fazer os encaminhamentos (PADRE JONAS, em 05/08/2016).

Havia também outra argumentação muito sedutora sobre a necessidade de formalização, que abria possibilidades de sanar algumas dificuldades da organização, como podemos constatar no depoimento de um técnico e membro da Coordenação Executiva da Associação Fórum das Ilhas:

No decorrer desses anos enquanto Fórum, nós encontrávamos muitas dificuldades para conseguir incentivos, projetos, que viessem ajudar a levar melhores condições para os ribeirinhos. Hoje, a partir do momento que nós adquirimos essa personalidade jurídica, nós temos condições [...] para participar de projetos, para captação de recursos que possam mobilizar melhorias, porque nós não temos de onde tirar, temos bastantes pessoas voluntárias do Fórum das ilhas, e a gente vive de doação, de estar pedindo para um e para outro, a partir desse momento a gente tem a possibilidade de elaborar projetos que possam captar recursos para serem investidos nesse trabalho, [...] o Fórum das ilhas hoje como uma instituição, eu acho que ele pode adquirir esse reconhecimento, o respeito que merecemos e esse investimento financeiro através da técnica de emendas parlamentares, como alguns deputados já tentaram, mas como o Fórum das ilhas só existia enquanto Fórum, não era uma associação legalizada não foi possível, hoje não, o Fórum das ilhas existe (LUÍS JUNIOR, 10/08/2016).

No **Pólo Político** a situação é mais difícil ainda, pois diferentemente das Resex, no Fórum das Ilhas não havia uma regulamentação e nem instrumentos prescritos como o Conselho Deliberativo. Mas não podemos negar que a própria criação do Fórum das Ilhas foi um ato político, pois ao assumir a SEMMA o Partido Verde-PV identifica uma situação de marginalização da área insular de Belém e passa a articular a organização do Fórum como um instrumento de aglutinação entre os pólos, para construir coletivamente as demandas e as políticas públicas.

No início o interesse e a participação dos políticos eram praticamente nulos, apesar dos convites, como relata o representante da Ilha Nova:

[...] Em todos os eventos eram enviados os ofícios para eles participarem (políticos: prefeitos e governador), mas eles só mandavam representantes, o único que foi participar foi o prefeito do Acará, os outros todos mandavam representantes (JOSÉ CARLOS MORAES CARDOSO, 05/08/2018).

Aos poucos o Fórum das Ilhas foi conquistando maior visibilidade a partir de suas mobilizações nos chamados Gritos das Ilhas. O Primeiro Grito em 2011, que contou com a participação de aproximadamente seiscentos ribeirinhos insulares, despertou o interesse do Pólo Político, como relata um integrante da Coordenação da Associação Fórum das Ilhas:

O Fórum foi crescendo, foram aumentando as demandas de outros municípios, vários encontros foram realizados [...] o padre Jonas conseguiu mobilizar para fazer o Grito das Ilhas (2011), o Grito das Mulheres (2012) e mexeu com algumas pessoas, até politicamente falando, alguns políticos se sentiram incomodados, infelizmente a gente não consegue agradar a todos [...] o Fórum das Ilhas passou a ser um objeto de assédio, tanto das instituições quanto do próprio governo estadual, municipal, federal (LUÍS JUNIOR, 10/08/2016).

O governo estadual encampou o evento Natal das Ilhas, rebatizando-o com o nome de Natal D'água, que consistia na distribuição de cestas básicas e brinquedos para os moradores das ilhas, um evento de solidariedade/caridade muito importante que iniciou com a Pastoral das Ilhas e passou para o Fórum das Ilhas, como é relatado pelo atual Coordenador Geral da organização:

Nós temos um projeto que a gente alimenta desde o começo que é o Natal das Ilhas. O governador Jatene chegou (2011), bancou o projeto com outro nome e a gente continuou auxiliando, continuou assessorando, depois saímos da assessoria, saímos do apoio e continuamos sozinhos (2014), até hoje nós temos o Natal das Ilhas (PADRE JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

Nessa mesma direção, acontece a aproximação com a prefeitura de Belém e, durante a campanha eleitoral de 2012, firma-se compromisso com o candidato Zenaldo Coutinho, segundo relato do representante da ilha Nova: “Nós apoiamos o Zenaldo (2012) através do Fórum, aí ele ganhou, só que chegou na hora do padre falar com ele, não conseguiu. Não quis nem receber o padre (JOSÉ CARLOS MORAES CARDOSO, 05/08/2018).” Essa não recepção do padre por parte do prefeito, a que este interlocutor se refere, talvez esteja relacionada à solicitação de apoio para a organização da Primeira Conferência do Fórum das Ilhas, como veremos mais a frente.

Nessas eleições de 2012 o Fórum lança um candidato a vereador como forma de participar, apresentar uma opção para os ribeirinhos insulares e ter um possível representante no poder legislativo, como relata o próprio ator que foi candidato:

Eu acho que é uma maneira de doação, uma maneira de ajudar, porque essas pessoas não entendem o mínimo de política, então como eu te disse, na época de eleição aparecem mil e um dizendo que é do Fórum, que é representante das ilhas, que vai se eleger e some. [...] Diante disso, o padre Jonas muito preocupado com essa questão política, essa questão social dos ribeirinhos, quando foi na eleição passada, reunimos um grupo de pessoas, de referência da própria Ilha de Caratateua que faziam parte do Fórum, para nós escolhermos um nome que o Fórum iria indicar para

vir como candidato a vereador de Belém, representando essa bandeira das ilhas, foi o meu nome, do Romildo, do Paulo e do Orlando, e aí me indicaram para vim e nós viemos na eleição passada em nome do Fórum. Aí eu tive que me afastar da Polícia, tem que ser licenciado, aí o que aconteceu: nós não conseguimos (LUÍS JUNIOR, 10/08/2016).

A candidatura foi pelo Partido Verde, que fazia parte de uma coligação, juntamente com o DEM e o PPS, este último era o partido do candidato a prefeito Arnaldo Jordy. No segundo turno, disputado entre Zenaldo Coutinho do PSDB e Edmilson Rodrigues do PSOL, o Partido Verde decidiu apoiar o primeiro candidato, talvez na esperança de barganhar novamente a SEMMA, mas não foi o que aconteceu. E nas eleições de 2016 o PV já foi fazer parte da coligação com o PSOL.

Em 20 de fevereiro de 2013 ocorreu uma reunião entre o Fórum e a primeira dama do estado, Sra. Ana Jatene, na Casa Civil para tratar da organização e realização do Natal D'água, como se observa na fotografia 15.

#### **Fotografia 15: Reunião com Ana Jatene e o Fórum das Ilhas**



Fonte: Acervo Fórum das Ilhas, 2013

Em 2013, por ocasião da Primeira Conferência do Fórum das Ilhas, foi solicitado apoio financeiro e a participação do Governador do Estado, Simão Jatene, do prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, e do prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro, todos do PSDB. A negativa na ajuda financeira e a ausência no

evento geraram uma revolta nos participantes e motivaram a aprovação de uma Carta de Repúdio na plenária final.

A Conferência teve apoio e participação de alguns políticos como se observa na fotografia 16: da esquerda para a direita, a segunda pessoa é Vereadora Maria Auxiliadora Trindade, representante do município de Acará; a terceira pessoa é Vereadora Nilse Pinheiro, representante do município de Ananindeua; a quarta pessoa é o ex Deputado Estadual José Carlos Lima, representante da OAB/PA; a quinta pessoa é o Deputado Estadual Francisco Melo (Chicão); e a sétima pessoa é o Deputado Federal Arnaldo Jordy (AUDIOVISUAL DA CONFERÊNCIA, 2013).

**Fotografia 16: Políticos na Cerimônia de abertura da I Conferência do Fórum das Ilhas, Parque dos Igarapés- Belém**



Fonte: Acervo do Fórum das Ilhas, 24/06/2013.

Em 11 de dezembro de 2013, houve uma reunião do Fórum das Ilhas com o prefeito Zenaldo Coutinho, no Palácio Antônio Lemos, para tratar da situação da água na comunidade Nossa Senhora dos Navegantes no Aurá, apoio para a implantação de sistemas de abastecimento de água nas ilhas e vagas de emprego para integrantes do Fórum das Ilhas, como se observa na fotografia 12.

### Fotografia 17: Reunião entre o prefeito e o Fórum das Ilhas



Fonte: Acervo Fórum das Ilhas, 2013

Em 2014 houve um incidente durante a campanha eleitoral para o Governo do Estado que comprometeu a parceria entre o Fórum das Ilhas e a esfera estadual, como se pode observar pelo relato de um integrante da Coordenação Executiva da Associação Fórum das Ilhas, a seguir:

[...] a gente sempre teve um apoio do governo do estado, na época do governador Simão Jatene, a primeira dama, Doutora Ana Jatene, tinha uma relação muito boa com o Fórum das Ilhas, quando chegou a campanha política na eleição para o governo do estado, cada um foi para um lado e tem um deputado que estava com uma emenda parlamentar nessa época para ajudar os ribeirinhos, que era o deputado Chicão, e o padre Jonas participou de uma visita do Chicão nas ilhas, por coincidência o Helder Barbalho que era candidato foi, fez foto ao lado do padre Jonas e divulgaram. Saiu lá que o Fórum das Ilhas estava apoiando o Helder Barbalho e não estava apoiando mais o governo, desde aí criou uma ciúmeira que o governo do estado não quer nem olhar mais o padre Jonas (LUIZ DA SILVA, 10/08/2016).

A relação já estava estremecida, por causa da falta de apoio à Primeira Conferência do Fórum das Ilhas em 2013 e com esse incidente a parceria com o Governo do Estado terminou. Esse episódio da campanha gerou várias interpretações. Um interlocutor, após a gravação da entrevista e a solicitação de anonimato, afirmou que o padre Jonas declarou apoio ao candidato Helder

Barbalho, não enquanto entidade, mas que havia muita dificuldade de separar a pessoa da organização, tendo em vista que se tratava do Coordenador Geral, ou seja, uma figura pública.

Como o Governo já estava assumindo o evento do Natal, que gera bastante visibilidade, continuou a realizar essa ação sem a participação do Fórum das Ilhas, o que gerou interpretações de traição, como vê no relato da coordenadora das ilhas de Belém:

Depois que nós criamos o Fórum, nós levamos o governador, toda a equipe do governador, foi tanta cesta básica, tanto brinquedo, meu Deus do céu. Foi assim uma coisa de louco, mas também nós não sabíamos que nós estávamos só ensinando o caminho das pedras. Passou dois anos, depois de dois anos deram a rasteira, o Fórum ficou de lado, eles trabalharam sozinhos e nós ficamos só olhando (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

Outra interpretação foi que se tratava de ano eleitoral e o governo queria que o Fórum fizesse campanha, como segue no depoimento de uma liderança da Ilha Grande:

A única coisa que o Fórum conseguiu pra cá foi o Natal das Águas, foi uma parceria dele com o governo. No primeiro e no segundo ano, eles vieram, deram cesta para o pessoal no tempo do Natal, para todo mundo aí, tudo bem, quando foi no terceiro ano parece que tiraram o padre Jonas, tiraram o Fórum, porque começou o ano político e eles queriam que ele fizesse campanha política, uma coisa assim, nisso daí eu não me envolvi muito (NONATO TRINDADE, 28/07/2019).

Em 2016, apesar de o Estatuto da Associação Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas frisar que a organização não tem cunho político partidário, a mesma lança candidato a vereador e declara apoio a um candidato a prefeito, como vemos no depoimento do Coordenador Geral:

Em Belém nós temos um candidato a vereador que é o Luís Junior da ARIN que é do PPS, mas para prefeito a gente vai dar apoio para o Zenaldo devido à parceria que ele tem conosco. Como é que você vai receber um benefício, vem trabalhando a ideia e lá na frente você vai trair a amizade e o compromisso que nós assinamos lá atrás? Ou seja, trabalhar com um candidato e alimentar a ideia do candidato dentro do espaço de discussão, em função de uma parceria que vem caminhando ao longo do tempo (PADRE JONAS TEIXEIRA, 05/08/2016).

Como o Partido Verde-PV foi para outro campo, se coligou com o PSOL, o candidato migrou para o Partido Popular Socialista-PPS, que no primeiro turno

estava coligado com a Rede Sustentabilidade e no segundo turno apoiou a candidatura de Zenaldo Coutinho à reeleição, sendo a última tentativa como declara o próprio candidato:

Eu não queria mais me envolver na questão política, eu disse que onde eu estava, estava muito bem na ARIM, mas hoje estou licenciado como candidato, passou em convenção, eu venho de novo, eu já disse para o padre Jonas que essa é a última vez, que passou por indicação do Fórum para a gente vim, porque o padre Jonas é assim, ele acredita que nós temos que ter alguém nosso no meio, a gente tem que ter alguém nosso que possa agregar e levar a bandeira do Fórum, então é um desafio, mas eu disse que é a última tentativa que eu faço (LUÍS JUNIOR, 10/08/2016).

Embora haja o esforço da Coordenação Executiva do Fórum das Ilhas para apresentar novamente um candidato a vereador para representar as bandeiras de luta dos ribeirinhos insulares, essa iniciativa não corresponde aos seus anseios e nem tem sua adesão, como é possível perceber no relato do representante da Ilha Nova:

Aí no outro mandato (2016) que já veio o candidato (a vereador Mauro Freitas) que nós apoiamos. Aí já tivemos que apoiar o Zenaldo também, mas aí já não foi mais através do Fórum (JOSÉ CARLOS MORAES CARDOSO, 05/08/2018).

Aqui é interessante analisar o fato que marca a desarticulação política do Fórum das Ilhas, pois ao mesmo tempo em que apresenta um candidato a vereador, não consegue captar o apoio dos moradores das ilhas que participavam do movimento. O que pode ser interpretado como um reflexo do processo de formalização como Associação e o conseqüente distanciamento das bases, além de ser uma evidência da perversidade do clientelismo no campo político.

As estruturas de poder e dominação tradicional são, ao mesmo tempo, centralizadoras e fragmentadas. Incentivam a concepção da esfera política como algo separado do mundo social, como atividade destinada para pessoas privilegiadas, proporcionando a desarticulação política das iniciativas que podem questionar, possibilitando assim, a continuidade da hegemonia de um sistema de poder homóloga à colonialidade.

A construção de uma contra hegemonia vai se realizando pelo aprendizado, em resistências, os quais ainda não apontam para a superação do *status quo*. Dada a produção de políticas pública como instrumentos propostos e executados de

acordo com uma divisão de trabalho entre órgãos públicos, de acordo com uma distribuição, apropriação de ações definidas pelos interesses e conflitos de grupos no poder. Quadro difícil para ser regulado pela sociedade civil.

Durante a segunda entrevista após as experiências com as eleições municipais e estaduais, o Coordenador Geral faz uma avaliação sobre essas questões do mundo político eleitoral:

Nós fizemos um trabalho, no meu entendimento, duas coisas faltaram, o recurso financeiro para poder mobilizar mais, atingir maior número de pessoas e o retorno das nossas ilhas. As ilhas deveriam dar o retorno para o projeto e a gente encontrou resistência, ou seja, eu sou para aquele que me ajuda agora, e nós não estávamos prometendo isso, nós estávamos prometendo abraçar o projeto para que no futuro a gente pudesse então usufruir junto daquilo que nós tínhamos conquistado. [...] E a outra coisa também que eu coloco para você, é do próprio candidato, ou seja, o candidato estava no continente, ele se lançou como candidato nosso para as ilhas, mas ele não saiu do continente para visitar as ilhas, está entendendo? Ou seja, se eu estou voltado para as ilhas, eu vou pedir licença do meu trabalho para ficar disponível e vou estar diretamente para as ilhas várias vezes durante o período, mas não aconteceu. Acreditamos muito nas lideranças que estavam conosco, esse foi o nosso erro (PADRE JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

O período eleitoral é muito concorrido, as lideranças são assediadas o tempo todo por vários candidatos e representantes de candidatos. São várias propostas e promessas que vão desde a compra de voto até um benefício para a comunidade como uma caixa d'água.

Em termos de deliberação houve uma experiência referida por uma interlocutora que se intitulava representante do Fórum na área conhecida como Igarapé do Aurá ou ilha da Várzea (mas geograficamente não se trata de uma ilha). A comunidade Nossa Senhora dos Navegantes, formada pelos moradores que vivem às margens do igarapé do Aurá, vivia e ainda vive com o problema da água, principalmente a potável, porque o igarapé encontra-se contaminado pelo lixão do Aurá. Então essa situação foi denunciada ao Ministério Público, que convocou uma Audiência Pública para resolver o problema, como segue no relato:

A prefeitura com todo o secretariado dele, e isso marcou muito porque o prefeito foi. Ele tomou decisões lá, ouviu a comunidade e tomou decisões dentro daquele simpósio; eu achei assim muito bom, deveríamos fazer vários simpósios e seminários. Mas é aquilo que eu te falo: "falta perna!" (FRANCISCA GÓES, 31/07/2018).

Não podemos negar que foi um expediente importante, mas não deixou de ser pontual, além de ser mediada pelo ministério público, se tratou de decisões emergenciais, como a distribuição de água mineral para as famílias. Sem resolver o problema estrutural, a ação foi insuficiente, tinha semana que não distribuía a água mineral, usada para beber; e para as outras atividades os moradores acabavam usando a água poluída do igarapé. A solução definitiva ficou só na promessa.

É necessário reconhecer que, ao mesmo tempo em que se observa um crescimento na importância que o poder público atribui à participação dos grupos ou cidadãos locais nos debates em torno da questão ambiental, constatam-se dificuldades de se implantar uma participação efetiva da população nas diferentes instâncias de tomada de decisão (LOPES LEITE et al., 2004).

No caso do Fórum das Ilhas, a proposta inicial era outra, de transformar as ações em ação política e isso se perdeu com a descaracterização da ideia de Fórum permanente, como relata um de seus principais articuladores:

E o Fórum era o espaço político que dava força a essas vozes que estavam sem ser ouvidas. Mas a necessidade da urgência, da resolução dos problemas acabou levando eles a [mudarem]. Ou seja, não existe ainda um amadurecimento nesse sentido. Que é um amadurecimento político, no sentido de tornar a luta mais política, no sentido de cobrança das políticas públicas. Então, esse sentido acabou se perdendo em torno da busca de resolução de problemas concretos emergenciais. Eles estão caminhando no sentido deles. Eu fico feliz porque eles estão tocando, ou seja, não é uma coisa que parou, ou seja, mudou de direcionamento, mas não parou (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

Vemos que, por uma série de fatores, as oportunidades de debates para aprofundar o conhecimento sobre o território e elaborar as demandas foram escassas, o que dificultou a aprendizagem com as trocas entre os técnicos, os nativos e os políticos, assim como o surgimento de novos atores como interpretes ou tradutores entre a linguagem técnica e o saber tradicional, e também não contribuiu para o alcance da legitimidade política, pois o que proporciona a construção de conhecimentos é a necessidade de argumentação para justificar as ações no território.

## **6.2 A experiência de participação nas ações**

Enquanto Pastoral Social das Ilhas, várias ações foram realizadas no sentido de apresentar respostas aos problemas diagnosticados. Ações essas que foram desde a caridade com a distribuição de alimento nos momentos de entressafra do açaí, passando por cursos para confecção de bijuterias, artesanatos, materiais de limpeza (detergente, sabão, água sanitária...), preparação de hortas; até a instalação de sistemas de aproveitamento da água da chuva e construção de Sanitários Ecológicos Secos, passando pela realização do Natal D'água em parceria com a Casa Civil da Governadoria, por meio do Programa Articulação e Cidadania, que ampliou e fortaleceu essa importante ação de solidariedade junto às famílias ribeirinhas insulares.

Do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, em relação à Linha Estratégica 1: Criação e regulamentação de unidades de Conservação, em abril de 2013, o Fórum elaborou um Manifesto pela proteção imediata das florestas remanescentes nas ilhas de Belém, propondo a adoção de medidas urgentes para preservação das florestas que ainda existem, como possibilidade de manutenção da biodiversidade. Solicitou ajuda da população e das autoridades, sugerindo que a Secretaria Estadual e a Municipal de Meio Ambiente juntassem esforços para desenvolver os procedimentos necessários à criação das Unidades de Conservação previstas no Plano Diretor de Belém e a inclusão de novas áreas atualmente ameaçadas. Por fim, solicitaram apoio dos vereadores para promover uma sessão especial da Câmara Municipal de Belém, a ser realizada na Ilha de Mosqueiro, abordando o assunto e assim sensibilizar o poder público municipal e estadual para encamparem essa luta em defesa da vida (Manifesto em defesa das florestas das ilhas de Belém, 2013).

Em relação à Linha Estratégica 2: Sistemas Sustentáveis de Produção, foram realizados vários cursos sobre manejo do açaí, produção de hortaliças; a criação de peixe em cativeiro iniciou, mas não teve continuidade por falta de recursos financeiros.

No que se refere à Linha Estratégica 3: Fortalecimento da organização e gestão comunitária, não houve ações. Foi uma lacuna que se aprofundou com a

mudança de estratégia metodológica do Fórum das Ilhas, com o processo de formalização. Além disso, não havia recursos financeiros para tal ação.

No que diz respeito à Linha Estratégica 4: Articulação de Políticas Públicas Locais, foram realizadas várias ações nas diversas áreas como: segurança pública, saúde, educação, saneamento básico e economia, como veremos a seguir.

Na área da **segurança pública** havia grande demanda, devido às constantes ações dos chamados “piratas” ou “ratos da água”, que aterrorizavam os ribeirinhos insulares. Através de uma parceria com o Grupamento Fluvial/GFLU, se garantiu o policiamento, com rondas mais regulares, integração com a comunidade através do Projeto Ribeirinho da Paz, assim como a instalação de uma base móvel fluvial da polícia (temporária) na comunidade São João/Ilha das Onças/Barcarena.

Nessa mesma direção foi criado o Conselho de Segurança das Ilhas Oeste – CONSEG, abrangendo as ilhas de Urubuoca, Nova, Paquetá, Jutuba e Arapiranga, que depois foi desativado por falta de quem assumisse, pois uma das pessoas que estava à frente do conselho foi ameaçada e se retirou da organização. Mas no geral houve uma melhora significativa, como relata a Coordenadora das Ilhas de Belém e Presidente do Conselho de Segurança da Ilha de Caratateua:

Agora que deu uma melhorada, mas eles ligavam três horas da manhã “Dona Eró, a gente está sendo assaltado, os caras estão vindo para cima da gente. Vamos ser assaltados!” aí eu ligava para a base da fluvial para a lancha ir socorrer eles. [...] Hoje eles tiveram uma melhora, mas eles tinham muitos problemas com assalto, nós levamos lá na ilha Urubuoca pelo Fórum das ilhas o delegado Epifane da Polícia Federal, e uma mãe fez um relato, que o delegado saiu de lá enlouquecido: “os ratos d’água que pararam aqui e usaram as crianças, usaram as esposas e os homens ficaram amarrados nos esteios da casa olhando”. Então, era muita violência que tinha nas ilhas e a gente se integrou e começou a levar a polícia. Quase todo mês tinha reunião numa ilha. Chegamos ao ponto de criar um Conselho das ilhas, mas a Kátia teve medo, ela foi ameaçada (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

Para se ter ideia da centralidade dessa questão da segurança, praticamente todos os interlocutores residentes nas ilhas se referiram aos problemas da violência e às ações de combate, principalmente à atuação da Polícia Fluvial. Outro indicativo dessa demanda foi a presença desse segmento em todos os eventos realizados pelo Fórum das Ilhas.

Depois as ações foram diminuindo, mas em 2020 em plena pandemia, os “piratas” voltaram a atacar nas ilhas. E após várias situações de violência, os

moradores das ilhas contactaram o Fórum das Ilhas para auxiliar na mediação com o poder público. Então o coordenador geral articulou uma reunião com o Grupamento Fluvial, que é o órgão responsável pela segurança pública nas ilhas, para o dia 7 de julho de 2020. A reunião contou com a participação de várias lideranças das ilhas e vítimas dos ataques de violência dos “piratas”, como se observa na fotografia 18.

### **Fotografia 18: Reunião no Grupamento Fluvial sobre segurança nas ilhas**



Fonte: João Lopes, 08/07/2020.

É importante salientar que a iniciativa de organização do Grupamento Fluvial, na tentativa de integração das forças de segurança pública (Polícia Militar, Civil, Bombeiro), já constitui um avanço. Porém, existem problemas de infraestrutura, por exemplo, a disponibilidade e manutenção das embarcações.

A reunião foi coordenada pelo Diretor do GFlu, o delegado Arthur Braga, que apresentou o órgão e as competências específicas de cada uma das instituições componentes. Ao franquear a palavra aos ribeirinhos insulares, uma das vítimas relatou a situação ocorrida e foi questionada pelo Diretor: “Por que não ligou para o GFlu?” A vítima disse que havia ligado. O diretor perguntou: “O que aconteceu?”. A vítima respondeu: “Disseram que não tinha embarcação”. Foi meio constrangedor, mas a reunião seguiu com outros relatos.

Os moradores das ilhas reivindicaram o retorno das rondas da lancha, que havia antes, mas foi alegado falta de recursos e a reunião terminou com o encaminhamento de formação de um grupo de WhatsApp, para facilitar a comunicação.

Na área da **saúde** houve várias ações em parceria com a Casa Civil da Governadoria, através do Programa Articulação e Cidadania, Pró Paz e Secretaria de Estado de Saúde Pública. Vale ressaltar que essas ações eram básicas como: orientações para hipertensos e diabéticos, verificação de pressão arterial, controle de glicemia, orientações de prevenção e combate à dengue.

Na esfera municipal houve uma pequena conquista, como declara uma liderança da ilha Urubuoca: “conseguimos um dia para atendimento dos moradores de Urubuoca na Unidade de Saúde de Cotijuba” (Kátia Cardoso, 30/07/2019). Mas essa conquista não resolve outros problemas e dificuldades relacionadas ao atendimento dos moradores das ilhas, como relata outra interlocutora:

Ah, nossa saúde aqui é Cotijuba, quando alguém adoecer vai pra Cotijuba. A gente vai pra lá, às vezes consulta e têm vezes que não consulta, remédio que é o principal não tem, a gente que tem que comprar. Em termo de saúde aqui pra nós está precária também. Tem vezes que a gente vai, quando tem médico, ainda tem sorte de consultar, vem tarde de lá, mas ainda tem sorte de consultar, e tem vezes que a gente chega lá e não pega mais ficha, é esse sacrifício (ROSA QUARESMA, 05/08/2018).

Outra liderança da ilha Nova reclama da demora na construção de um Posto Médico, que foi iniciada há tempos, mas não foi concluída a obra, o que colabora para uma avaliação negativa sobre as condições de saúde no local:

Eu acho que na saúde a situação também não está muito boa, a gente precisa de mais saúde. Mas nesse caso não parte só da gente, é dos nossos governantes, olha o nosso posto há quantos anos está nessa obra aí, já não era pra está pronto? (JOSÉ CARLOS MORAES CARDOSO, 05/08/2018).

Na área da **educação** foram realizados vários cursos para as comunidades ribeirinhas insulares como: de eletricista, panificação, manipulação de alimentos, bijuterias, artesanato, arranjos ornamentais, entre outros.

No âmbito da educação formal houve a reativação do transporte escolar para as ilhas de Barcarena. Em relação à prefeitura de Belém, houve uma parceria do Fórum das Ilhas com o Ministério Público para realizarem um diagnóstico sobre

a situação dos serviços prestados pelo município, com entrevistas envolvendo toda a comunidade escolar (Coordenadores, professores, agentes administrativos e operacionais, pais de alunos e alunos).

Em relação à esfera estadual, foi realizado em 21 de março de 2013, mais um Grito das Ilhas com a presença do Secretário Adjunto de Educação da SEDUC, Sr. José Coelho, no Auditório da Escola Bosque/Ilha de Caratateua, para prestar esclarecimentos sobre a situação da educação na região das ilhas, principalmente pelo fato de não ter sido feita reforma da escola antiga e nem sinalizada a construção de uma nova na ilha Urubuoca, questão que já foi pauta de várias Audiências Públicas e nada se resolveu. Então quase ao final de sua exposição, o secretário disse:

Eu quero falar da escola de Urubuoca [...] essa construção já tem recurso no orçamento, mas nós não temos o correspondente financeiro, mas eu entendo que a comunidade precisa de prazos, de datas. Eu me certifiquei ontem em que pé estava essa questão de Urubuoca, a Rede Física (Departamento da Secretaria) me garantiu, com toda certeza, que esta obra inicia ainda nesse primeiro semestre [...] nós vamos construir uma escola nova em Urubuoca, inclusive com um espaço para biblioteca (ACERVO DO FÓFUM, AUDIOVISUAL, 2013).

Em agosto de 2018, durante trabalho de campo, uma interlocutora que morava bem próximo da escola relatou que o problema permanecia:

Para nós parou tudo, até a escola, bem dizer, está acabando. Porque assim, a escola está caindo, aí a professora foi embora, que era a Kátia, tiraram ela porque não era concursada. Agora os professores que vem não ficam. Veio um aí que era para passar dois anos, nem chegou os dois anos, saiu foi embora, disseram que era problema de doença, mas era para voltar, não voltou. Agora, veio outro que ainda está. Mas aí vocês podem ver em que situação está a escola, se a escola cair não vai ter mais nada, olha aí tem projeto para a escola, já vieram examinar, já vieram para fazer projeto, para diz-que fazer de alvenaria. Está com seis ou quatro meses que passou um pessoal aí uns três dias, furaram, furaram, furaram, mediram tudo e foram embora, levaram que era para vir a alvenaria, cadê? Acabou, parou, não veio mais ninguém, acabou. Aí nós ficamos nessa situação, é assim. [...] Quando o professor não vem, não tem aula, as crianças ficam todas paradas, tem vez que levam as crianças para Cotijuba pra estudar, aí é muito sacrifício, os barqueiros vão super lotados, é muita criança que são dois turnos, de manhã e à tarde, aí tem umas mães que nem deixam mais os filhos irem porque é muito arriscado (ROSA QUARESMA, 05/08/2018).

Como o movimento perdeu força com a desmobilização, as ações se tornaram mais pontuais, como a distribuição de Kits de material escolar nas ilhas de Jutuba, Paquetá e Longa, como pode ser observado nas fotografias 19, 20 e 21.

**Fotografia 19: Distribuição de Kit de material escolar na ilha Jutuba**



Fonte: Elisiane Santos, 01/02/2020.

**Fotografia 20: Distribuição de Kit de material escolar na ilha de Paquetá**



Fonte: João Lopes, 01/02/2020.

**Fotografia 21: Distribuição de Kit de material escolar, entrega de livros e jogos educativos para a Biblioteca na ilha de Longa**



Fonte: João Lopes, 08/02/2020.

No tocante ao **Saneamento** vamos nos restringir ao abastecimento de água potável, que desde o início foi um dos principais desafios do Fórum das Ilhas. De acordo com o ritmo de aprimoramento da tecnologia o desafio da universalização de atendimento com água potável vai aumentando. Iniciou-se com o projeto da CARITAS, que consistia na captação da água da chuva (como se observa na fotografia 22) através de calhas e tubos instalados nas casas, sem descarte inicial, com a utilização da tecnologia SODIS (Sistema de Desinfecção Solar) para a desinfecção da água.

## Fotografia 22: Captação de água da chuva na ilha Jutuba



Fonte: João Lopes, 2019.

Depois vieram os projetos implantados pelos grupos de pesquisa da UFPA, com descarte automático do primeiro milímetro e filtro. Mesmo assim, as pesquisas constataram no monitoramento sobre a qualidade da água que os padrões físicoquímicos estivessem dentro das exigências de potabilidade, as características biológicas não atendem a essas exigências, fato que requereu o uso de hipoclorito de sódio para possibilitar o consumo. Poucos sistemas desse modelo foram instalados nas ilhas de forma experimental.

Observa-se que a questão do Saneamento, como uma demanda gritante dos moradores das ilhas, consegue imprimir maior poder de mobilização.

A participação no Seminário Plano de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Belém, em 2014, provocou o reconhecimento da necessidade de planejamento específico para a área rural do município, que evidenciou a existência das ilhas e atenção diferenciada no Plano. A discussão empreendida pelo Fórum das Ilhas demandou a presença de técnicos com formação e sensibilidade para a realidade insular no interior da Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém/AMAE. Assim como conseguiu incluir um representante na referida agência.

Outra ação do Fórum das Ilhas em parceria com o GPAC/NUMA/ UFPA e a Prefeitura de Belém foi a articulação e aprovação de um Projeto de

Aproveitamento da Água da Chuva, que contemplaria 200 (duzentas) unidades familiares. Segundo o Coordenador Geral do Fórum das Ilhas, “saiu o dinheiro, iniciou o projeto e não foi concretizado, foi feito todo o estudo socioeconômico na área. Então, nós temos informações, temos dados, temos materiais produzidos, só que não se concretizou o projeto.” (JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020). O estudo foi sobre a aceitação dos sistemas de abastecimento alternativos de água. Mas infelizmente o projeto não foi implementado.

Por fim, o sistema de abastecimento de água denominado SALTA-z idealizado pela Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Pará (Funasa/ Suest-PA), com capacidade de atender maior número de famílias. Consiste na coleta da água do rio ou igarapé, que é conduzida por meio de canos a um reservatório elevado, onde ocorre um processo de floculação para concentrar as impurezas primárias da água e viabilizar o respectivo descarte. Em seguida, adiciona-se um percentual de cloro na água captada, que passa por um processo de filtração de excelência, feito por minerais com estrutura porosa, denominados zeólitos. E, finalmente, a água potável está pronta para o consumo humano.

Alguns exemplares desse sistema foram implantados na área insular por meio de parceria entre a prefeitura do município do Acará, o Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas, a FUNASA e a Rede Paraense de Tecnologias Sociais (RTS-PA), da Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação (Secti). Houve a instalação dessa tecnologia na comunidade São Pedro, no igarapé Genipauba e na ilha Maracujá, como se vê na fotografia 23, cada um atendendo em média 30 (trinta) famílias.

### Fotografia 23: Sistema de abastecimento de água na ilha Maracujá



Fonte: João Lopes, 2019.

Depois disso foram replicados mais dois sistemas com essa tecnologia, um na ilha de Paquetá, como relata a proprietária da casa onde foi instalado: “[...] o padre Jonas conseguiu um projeto para cá que era de uns filtros para tratar a água do rio, só que caiu um açaizeiro em cima e quebrou o filtro que ficava ali na outra casa” (JOELMA MORAES DA COSTA, 28/11/2019). Atualmente, só realiza a captação da água do rio, mas não faz o tratamento, como se vê na fotografia 24. E a água para tomar e preparar os alimentos é apanhada na ilha de Cotijuba.

**Fotografia 24: Sistema de captação de água do rio na ilha Paquetá**



Fonte: João Lopes, 28/11/2019.

O outro sistema foi instalado na ilha Nova em 2017, (como se observa na fotografia 25) como já descrevemos anteriormente, a partir de uma união de esforços envolvendo a comunidade, a CARITAS, a FUNASA, um vereador e o prefeito de Belém.

**Fotografia 25: Sistema de abastecimento de água na comunidade Menino Deus, ilha Nova**



Fonte: João Lopes, 2018.

Mas esses empreendimentos, apesar de disporem de uma tecnologia relativamente simples, necessitam de reparos, como adverte a Coordenadora das Ilhas de Belém no Fórum:

Tem em São Pedro, no Genipaúba e no Maracujá. Mas lá no Paquetá foi instalado, lá na Joelma. Aí agora através de um político já foi lá para a Ilha Nova. Mas isso tudo é uma coisa que tem que ter uma manutenção, porque se o senhor prepara, implanta e inaugura, mas se não tiver alguém para dar manutenção ele se acaba. Então assim, a gente fica muito preocupada com a situação (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

Para compreender a situação em que se encontram os moradores das ilhas em relação à água potável é necessário considerar as disputas de estratégias no interior do Fórum, como avalia o Coordenador Geral da Associação:

Alguém no grupo era a favor que a gente procurasse trabalhar a questão macro, eu sempre valorizei muito mais a questão micro, a pulverização de pequenas ações com a presença da própria comunidade, isso rende muito, fazer com que a base seja fortalecida e ali na base encontrar saídas. Porque você faz grandes projetos e a gente não chega a concluir por falta de uma série de fatores. Por exemplo, quando nós pensamos na universalização da água, que é uma realidade gritante da vida ribeirinha, nós iniciamos com a prefeitura e a FUNASA, mas e aí? Quem é que vai assumir essa universalização? Eu até falei para alguém, é preciso que a universalização da água seja um projeto que esteja em lei, quando termina o governo A e vem o governo B que continue o projeto até que ele se concretize, mas não, virou bandeira de luta para o partido X e quando o partido Y chega acabou-se o projeto (PADRE JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

Ou seja, o abastecimento de água potável não se transformou em política pública e as iniciativas voluntárias experimentadas servem como uma pequena amostra da viabilidade da proposta. Mas para isso, a questão precisa ser encarada como política pública, o que, em nosso entendimento, necessita de mobilização social e política como pressão.

Passemos à bandeira da universalização da **Energia**, que também permanece como reivindicação para várias ilhas. Começamos por uma experiência exitosa para o Fórum das Ilhas, como relata uma interlocutora que acompanhou o processo na “ilha” da Várzea/Comunidade Nossa Senhora dos Navegantes:

Faz quatro anos que tramitava na SEMA que hoje é SEMAS, uma documentação da comunidade Nossa Senhora dos Navegantes, que tramitava ou estava arquivado o pedido da energia através do Programa do Governo Federal “Luz Para Todos”, e foi o Fórum que foi lá retirar esse documento e conseguir junto ao governador do Estado o licenciamento através da SEMAS para que hoje o povo pudesse ter energia. Então a gente considera um grande desenvolvimento, porque hoje os moradores da Ilha da Várzea têm a comunicação, sabem do que está acontecendo, hoje eles têm a educação, cidadania, isso para nós é muito importante (FRANCISCA GÓES, 31/07/2018).

No caso da ilha Maracujá, o Fórum das Ilhas também teve uma participação importante, na articulação de parceiros para a comunidade conseguir o material necessário, como relata a representante da ilha e integrante do Conselho Fiscal da Associação Fórum das Ilhas:

A questão da energia no período em que nós não tínhamos. O Fórum também teve uma boa participação, porque como eu sempre falava que era uma vergonha para nós, para nós não, uma vergonha para o poder público, a nossa Ilha está entre Belém e Barcarena, todos com energia e nós aqui no escuro. E o Fórum sempre fazia esse debate, essa discussão da energia, da “Luz Para Todos”, era para todos, mas nós bem próximos aqui não tínhamos, estávamos fora. Até que um dia, através do Fórum, nós conseguimos uns parceiros. Uns parceiros para a gente comprar o material para poder puxar a energia pra cá. Só que nós não falamos para eles que a energia que a gente ia puxar era clandestina. Nós falamos que a gente precisava desse material para a rede Celpa vim fazer o trabalho aqui na Ilha. E o Fórum deu essa força para a gente [...] nós mesmos fizemos, compramos os transformadores, chamamos um eletricitista profissional de Belém e ele fez. Antes de um ano a Celpa veio e regularizou, mas tudo foi luta do Fórum, porque se o Fórum não nos dá essa força na época, nós não íamos conseguir fazer clandestino e até hoje nós não teríamos, porque a Celpa só quer vim quando já estão usando, porque ela não vai querer perder. E graças a Deus hoje nós temos energia, já estamos legalizados, porque as pessoas do contra viram que nós já estávamos com energia e sabiam que era clandestina, cuidaram de ir à Rede Celpa para legalizarem a gente, porque eles achavam que não era justo eles pagarem energia e nós não, mas não foi para o nosso mal, foi para o nosso bem, porque pelo menos nós ficamos legalizados, [...] hoje a nossa Ilha está com energia, já estamos legalizados e já temos um comprovante de residência (EDNA NASCIMENTO, 29/07/2019).

As outras ilhas da orla Sul (Combu, Murutucu e Grande) já tinham conseguido a energia, mas das ilhas da orla Norte (Jutuba, Paquetá, Nova, Urubuoca, Longa e Arapiranga) apenas Cotijuba já possui, mas com motor que funciona a base de óleo diesel. Essas ilhas ficam localizadas em uma posição mais distante da área continental e das demais ilhas que já possuem energia elétrica, o que dificulta o atendimento da reivindicação. Algumas residências possuem a chamada energia solar, que talvez seja a opção mais viável.

A bandeira da **Regularização Fundiária** que foi aprovada em 2013, apesar de ser importante não constituía um problema, pois não havia conflitos e ameaça de perda do território, com exceção da Ilha Grande como relatado no primeiro capítulo.

Além disso, como analisa Maia (2011) em sua dissertação de mestrado, a política de regularização fundiária e reforma agrária nas ilhas do Pará foram introduzidas a partir de 2004, quando o governo federal precisava tirar do papel as metas traçadas pelo II PNRA. E a partir de um termo de cooperação entre a SPU e o INCRA criou-se uma força tarefa para regularizar as terras da União presentes em Várzea e Ilhas sob jurisdição federal.

Outras ações foram acontecendo, algumas abandonadas por falta de apoio e articulação, mas geralmente se tenta realizar algo que dei vida à organização. Em 13 de junho de 2019 ocorreu uma reunião com lideranças das ilhas Sul, na ilha Murutucu, para discutir a realização de Cursos de extensão em parceria com o Instituto Federal de Educação do Pará-IFPA, como se vê na fotografia 26. Mas houve um desencontro de informações, pois o contato do IFPA era da área de saúde e os cursos escolhidos pela comunidade eram de outras áreas, como Mecânica de motor, por exemplo. E não aconteceu nenhuma ação.

**Fotografia 26: Reunião de lideranças das ilhas Sul sobre cursos de extensão**



Fonte: João Lopes, 13/06/2019.

No dia 25 de julho de 2019, realizou-se a visita de um técnico da EMATER para avaliar a viabilidade da atividade de piscicultura, na propriedade do senhor João Pinho e família, na ilha Grande. Constatando-se a viabilidade da atividade, foi articulada uma oficina sobre a temática para o dia 1 de agosto do corrente ano, sendo ministrada pelos técnicos Ryan Carneiro e Leonardo Silva. Foi abordado entre outros assuntos o destino da produção: subsistência ou comercial, tipos de tanques, alimentação, cuidados etc. A metodologia utilizada foi a exposição dialogada, com o auxílio de áudio visual, como se observa na fotografia 27. Participaram da atividade, moradores das ilhas Grande, Combu e Murutucu.

## Fotografia 27: Oficina de piscicultura na Ilha Grande



Fonte: Ronaldo Pinho, 01/08/2019.

No sábado seguinte, dia 08 de agosto de 2019, foi realizado um mutirão com a participação de 8 pessoas, para a limpeza e revitalização de um açude que foi parcialmente destruído por uma grande enchente ocorrida no mês de março e provocou o desmoronamento da proteção lateral e a fuga dos peixes ali existentes. A atividade foi finalizada ao meio dia com o almoço, mas ficou faltando concluir a limpeza, preparar a proteção das bordas e a barragem de contenção.

Essa atividade foi retomada praticamente um ano depois, com a realização de outro mutirão, no dia 13 de julho de 2020, como se vê na fotografia 28, para concluir a limpeza e iniciar a barragem de contenção. A atividade contou com a participação de 8 pessoas e foi finalizada com almoço por volta das 12 horas. O proprietário ficou de concluir o trabalho de contenção e a proteção lateral.

### Fotografia 28: Revitalização do açude de piscicultura na Ilha Grande



Fonte: Jonas Teixeira, 13/07/2020.

Na ilha de Paquetá também houve uma reunião, no dia 29 de agosto de 2029, com um casal de técnicos da EMATER, para conversa e planejamento de Cursos e criação de peixe em açude. Contou com a participação de aproximadamente 15 pessoas, como se observa na fotografia 29. A reunião iniciou com todos os presentes e depois foi dividido em dois grupos: das mulheres que conversaram com a técnica e dos homens que conversaram com o técnico.

No grupo das mulheres se decidiu pelos cursos de confecção de embalagens e produção de materiais de limpeza (sabão, detergente, desinfetante). Combinaram de se reunirem de 15 em 15 dias. A técnica cogitou a possibilidade de o curso ser realizado na sede da EMATER, mas logo foi descartada a ideia, devido as dificuldades de deslocamento das participantes.

No grupo dos homens a ideia era a criação de peixe e camarão em cativeiro, assim a conversa se deu em torno da construção do tanque ou açude. O técnico explicou e demonstrou em forma de desenho, como deve ser a construção, os materiais necessários, a mão de obra etc. Como encaminhamento foi combinado a realização de um mutirão, para escavar o tanque na propriedade onde fica localizado o pólo, como uma “unidade de demonstração” ou projeto piloto. O

proprietário da casa ficou responsável por conseguir os materiais e articular com os participantes locais.

### Fotografia 29: Reunião com Técnicos da Emater na ilha Paquetá



Fonte: João Lopes, 29/08/2019.

Depois da reunião, conversando com alguns participantes, confirmei a informação que havia surgido durante entrevista com uma moradora da referida ilha, de que alguns moradores já possuem tanques que foram iniciados em outra experiência “fracassada”, inclusive por intermédio do Fórum das Ilhas. Não sei se por descrédito, falta de estrutura, problemas de metodologia, de encaminhamento etc. o fato é que as ações não tiveram continuidade. Em outro momento conversei com o morador da casa onde houve a reunião e perguntei como estava o projeto de criação de peixe. Ele disse que não tinha continuado porque achava que não ia dar certo, argumentando que nas grandes enchentes, quando a água inunda a terra e ao voltar na vazante, vem com muita força, trazendo troncos de madeira e derrubando tudo.

A atividade de **solidariedade**, que geralmente ocorre todo ano, é a distribuição de brinquedos para crianças das ilhas. Assim, foi realizada na ilha Grande, em 7 de dezembro de 2019, como se observa na Fotografia 30. Na ilha de Caratateua no dia 21, como se vê na fotografia 31 e na ilha de Paquetá no dia 24, como se vê na fotografia 32.

**Fotografia 30: Entrega de brinquedos na ilha Grande**



Fonte: Arimar, 07/12/ 2019.

**Fotografia 31: Entrega de brinquedos na ilha Caratateua**



Fonte: Arimar, 07/12/ 2019.

### Fotografia 32: Entrega de brinquedos na ilha Paquetá



Fonte: João Lopes, 24/12/2019.

Outra ação de solidariedade é a entrega de cestas de Natal, que em 2019 por falta de patrocinadores, não se conseguiu uma boa doação. Assim, poucas famílias foram contempladas, a maioria na ilha Grande, que nesse ano foi sendo entregue de casa em casa, como se observa na fotografia 33.

### Fotografia 33: Entrega de cestas de alimento na ilha Grande



Fonte: Arimar, 23/12/ 2019.

Observando a trajetória do Fórum das Ilhas percebe-se uma diminuição do escopo das atividades, tanto na intensidade, quantidade, profundidade, como na área de abrangência. Mas, é importante ressaltar, que apesar das dificuldades, a entidade resiste e insiste realizando atividades, para dar sentido a sua existência.

### 6.3 Participação formal e participação direta ou efetiva

Entendemos como necessário aqui, realizar uma reflexão sobre as bases que orientam as concepções de participação na sociedade contemporânea e mais especificamente no interior do Fórum das Ilhas, para tentar compreender as decisões, encaminhamentos e os caminhos trilhados no decorrer de sua trajetória.

Carole Pateman (1992), abordou a compreensão sobre participação e seu papel numa teoria de democracia moderna, iniciando a discussão com os contemporâneos: Schumpeter, Dahl, Sartori, Eckstein e Berelson, os quais agrupa em torno do que chama “Teoria Contemporânea da Democracia”. E levanta alguns pontos que caracterizam a base de uma teoria da democracia comum a esses autores, “a ‘democracia’ vincula-se a um método político ou uma série de arranjos institucionais a nível nacional” (p.25), ou seja, o que determina esse método como democrático é a competição pelos votos e as eleições livres e periódicas. Pois, é

através do voto que as pessoas adquirem força para controlar os líderes e influenciar suas decisões, sendo o “sufrágio universal” a única garantia de igualdade de oportunidade e acesso aos mecanismos de controle sobre os líderes; a participação representa a possibilidade de escolha daqueles que tomam as decisões, a função da participação é apenas de proteção; a proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias e de interesses privados dos líderes eleitos, não deve ir além do mínimo necessário para manter a “máquina eleitoral” ou “método democrático” estabilizado, porque o excesso de participação pode gerar certa confusão no sistema.

Essa é a teoria mais difundida e implementada pela superficialidade dos procedimentos e por não questionar a estrutura da sociedade e os interesses dos governos de plantão.

Pateman (1992) também retoma autores clássicos para tratar da “Teoria da Democracia Participativa”, segundo a qual a participação é ilimitada, todos devem e podem participar, interagindo com o grupo. Mas, a simples existência de instituições representativas não é suficiente para garantir a democracia, porque a “socialização ou treinamento social” se dá também em outras esferas, nas quais existe a possibilidade de desenvolvimento de atitudes e qualidades psicológicas intrínsecas a participação. A principal função dessa participação “é educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de práticas de habilidades e procedimentos democráticos” (p.61). Assim, para existir um governo democrático a sociedade deve ser participativa. A participação pode iniciar no local de trabalho como aprendizagem e evoluir para participações no contexto social mais amplo.

Segundo Lavallo (2012), há um forte descompasso entre a riqueza das experiências participativas e o nosso conhecimento sobre elas. O autor sugere que a participação pode ser considerada como um valor em si ou em função dos seus efeitos. No primeiro caso, aparece como encarnação de dois valores fundamentais da democracia: autodeterminação e inclusão, entendida tanto como autonomia individual na esfera privada, quanto como autodeterminação do corpo político na esfera pública, nos termos da tradição liberal e republicana, respectivamente. No ideário participativo, a aposta na agência das *camadas populares* aproxima-se do valor da *autodeterminação*, a despeito do seu caráter de classe. O valor da

participação como *organização dos grupos dominados* aparece como meio a serviço de uma determinada visão da *emancipação* daqueles que participam.

No segundo caso, continua o autor, a participação em seus usos práticos e teóricos remete às suas consequências ou efeitos, que são variados, entretanto, passíveis de organização em três grupos. No primeiro grupo, supõem-se efeitos de socialização e psicológicos diversos sobre os participantes: a participação como escola da cidadania, capaz de cultivar o civismo e de elevar o egoísmo à compreensão do bem público; incrementos na autoconfiança ou na autopercepção do senso de eficácia do cidadão, a participação gera mais participação; o engajamento participativo incrementa o senso de pertencimento do cidadão à sua sociedade. Segundo grupo, atribuem-se à participação efeitos agregados em maior ou menor medida intencionais. A participação geraria efeitos distributivos quando realizada no marco de instituições incumbidas de orientar as políticas e as prioridades do gasto público; também costuma ser associada à racionalização e à eficiência das próprias políticas sujeitas ao controle social. Terceiro grupo, argumenta-se que a participação traz consigo efeitos agregados indiretos ou não intencionais, como externalidades positivas capazes de gerar um bem público, diferentes dos efeitos de socialização e psicológicos de índole individual: incrementaria os estoques de confiança disponíveis em uma determinada coletividade, viabilizando a cooperação e a criação de respostas coletivas a problemas comuns; fortaleceria as associações ou a sociedade civil e estimularia o bom governo.

Na experiência do Fórum das Ilhas estão presentes todas essas perspectivas entre os diferentes participantes e ao longo dos anos. Em sua concepção original, talvez a ideia mais trabalhada pelos idealizadores da iniciativa estivesse relacionada ao terceiro grupo – os efeitos indiretos ou externalidades positivas.

Lüchmann (2011) analisa as práticas de representação a partir do debate sobre formas alternativas de representação política e as contribuições das associações à democracia, concluindo que, para cumprir com a sua vocação democrática, a representação requer a construção de equivalentes de responsividade, que em boa medida dizem respeito à sua capacidade de estabelecer relações com as práticas participativas, promovendo, por exemplo,

encontros e fóruns de debates e discussão que permitam uma ativação dos setores que ocupam o outro lado do processo de representação, especialmente nas situações em que estes representados mais excluídos encontram-se desorganizados ou desarticulados.

Para Demo (2009), participação é um processo de conquista, um constante vir a ser, não existindo, assim, participação suficiente, acabada ou completa e sim um eterno desafio, um processo contínuo em desenvolvimento. Dessa forma, essa não pode ser entendida como uma dádiva, concessão ou algo preexistente. Conceber a participação como um processo significa perceber a teia de relações e interações construída entre os diversos atores, as relações de poder entre esses. Relações complexas e contraditórias que durante o processo podem inibir a participação de alguns.

Em se tratando de um contexto territorial historicamente marcado por relações sociopolíticas clientelistas, é razoável considerar a experiência de participação a partir das *representações e produção de significados* (CAMPOS, 2011) para os atores locais. Mesmo que a efetividade dessa participação não tenha alcançado seus objetivos explicitamente predeterminados. Além disso, precisamos compreender a participação como educação política, com aprendizagens significativas em direção à inclusão desse segmento subalternizado no processo de tomada de decisões referentes às políticas públicas.

Em entrevista concedida a Adrian Gurza Lavalle e José Szwako, Pedro Pontual (2014), expos a história da elaboração da Política Nacional de Participação Social (PNPS), descrevendo as circunstâncias e as dificuldades envolvidas na implementação de um sistema de participação, a partir de um balanço a respeito da qualidade dos processos participativos que vieram sendo construídos com base na trajetória de redemocratização da sociedade brasileira, em especial após a Constituição de 1988. Contexto em que o campo democrático popular seguia movido pela ideia de que participação popular cidadã deveria caminhar no sentido do compartilhamento do poder de decidir. Mais à frente, por volta de 2005, já havia um ingrediente novo que era o primeiro balanço das possibilidades e limites de participação no âmbito do governo Lula, coincidindo também com aquele momento de crise política ligada ao chamado “mensalão”, obrigando esse campo democrático e popular a repensar muitas questões.

O Fórum de Desenvolvimentos Sustentável das Ilhas surge nesse contexto de euforia dos processos participativos, aliado aos desafios da ambientalização em um território impregnado pelos efeitos da urbanização, que vai atropelando os modos de vida locais das comunidades insulares. Mas não encontra apoio no seio de um governo comprometido com a reprodução das estruturas de dominação do poder local.

Segundo Pedro Pontual (2014), o grande desafio era transformar a participação em uma diretriz transversal às políticas, considerando a complexidade e diversidade de atores, diante da necessidade de ser um sistema não hierarquizado, aberto, flexível, capaz de incorporar inovações no campo da participação etc. A proposta encontrava resistência dentro do próprio governo de Dilma, devido sua heterogeneidade.

Luís Felipe Miguel (2017), discute o esvaziamento do ideal de democracia participativa nas últimas décadas, que a crítica às instituições representativas foi deixada de lado, promovendo certa passividade política, em favor de uma percepção em que a diferença entre participação e representação é praticamente anulada. Com isso, a radicalidade da crítica participacionista às democracias liberais é perdida. Há um descompasso entre o entusiasmo com os espaços participativos por aqueles que desejam uma democracia aprofundada e o quão pouco essa participação ressemantizada de fato foi capaz de desafiar a reprodução dos padrões de dominação entranhados nas estruturas políticas vigentes.

Inicialmente o Fórum das Ilhas apostou na participação direta com a realização do diagnóstico e principalmente, com os Gritos das Ilhas. Em realidade já era uma combinação da participação e representação, mas com o processo de formalização jurídica, passou-se a considerar apenas a representação da representação ou representação autoinstituída.

Para os teóricos da representação autoinstituída, os espaços de interlocução entre sociedade civil e Estado, a participação popular direta não é mais exigida. É como se a “descoberta” da representação impugnasse a demanda por participação direta, que passa a ser descartada, de forma implícita ou expressa, como ilusória, ingênua ou mesmo potencialmente nociva (MIGUEL, 2017).

Aos poucos a perspectiva de representação foi se instalando e ganhando espaço no Fórum das Ilhas, ao ponto de dispensarem a importância da participação

dos ribeirinhos insulares. Passando-se a valorizar a melhoria de situações individuais em detrimento dos interesses coletivos, além de se abandonar as demandas por transformações mais estruturais:

Uma parte da euforia com novas arenas participativas, do OP em diante, tem também caráter compensatório, porque perdemos o horizonte de transformação radical do mundo da produção. No entanto, nada disso anula o fato de que o capitalismo permanece sendo um grande obstáculo à expansão da participação política e da democracia. As desigualdades materiais se manifestam em capacidade assimétrica de influência política e, ao mesmo tempo, a manutenção do padrão hierárquico, antiparticipativo, nos locais de trabalho é decorrência obrigatória da propriedade privada (MIGUEL, 2017, p. 112).

Após as mobilizações o Fórum das Ilhas passou a trabalhar com pequenas ações, perdendo o caráter questionador da estrutura hierárquica, centralizadora e reprodutora da colonialidade.

Por fim, Miguel (2017) adverte que, além da necessidade de promover, de maneira ativa e permanente, a ampliação da capacidade de interlocução entre representantes e representados, qualquer alternativa de aprimoramento democrático parece passar pela ampliação das possibilidades de participação popular direta. Ao abandonar esses princípios, caminha-se para um entendimento *paternalista*, segundo o qual a incapacidade política dessas pessoas é um dado de uma realidade que não vale a pena enfrentar.

Essa foi a tônica assumida pelos integrantes do Fórum das Ilhas, horas aparecendo de forma mais sutil e, horas sendo verbalizadas de forma mais explícita “eles não entende nada de política”, “são desorganizados”, “são individualistas”, entre outras. Mas, não se pode negar que houve aprendizagens em um processo de politização, que passamos a abordar no próximo capítulo.

## **7 Capítulo 6 – POLITIZAÇÃO, APRENDIZAGENS E RESISTÊNCIAS EM UMA EXPERIÊNCIA DE ARENA PÚBLICA INCOMPLETA (?)**

Agora a gente vai votar para uma pessoa que tem responsabilidade, mas se o candidato não tem responsabilidade com ele, como é que vai ter com o público? Engana, engana, engana, a mentira tem perna curta, como diz o ditado, um dia cai (Liderança da Ilha Jutuba, ROSA RODRIGUES, 18/12/2019).

Nessa experiência observamos certa politização dos desafios locais, como resultado do trabalho realizado ao longo do processo, mas também, mais pontualmente, nos vários eventos como reuniões, gritos, audiências públicas, conferências e seminários, nos quais a mobilização das comunidades ribeirinhas insulares e o engajamento de suas lideranças possibilitaram debates sobre o desenvolvimento sustentável de seu território. Trata-se de uma dinâmica significativa gerada com a constituição do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas como uma instância política.

### **7.1 Politização e aprendizagens na prática experimentada**

Peço licença ao leitor para falar um pouco de minhas expectativas em torno das experiências de arenas públicas, muitas vezes alimentadas pelo otimismo dos analistas/autores das interpretações, como uma iniciativa revolucionária e protagonista de uma ação emancipadora. Mas na realidade esses horizontes não são compartilhados com muitos mediadores e atores. São muitos desafios enfrentados no cotidiano e para muitos atores, a pretensão é simplesmente a garantia de demandas básicas para a reprodução da vida.

Em determinados momentos cheguei a pensar que o Fórum das Ilhas não tinha muita importância, pelo simples fato de não ter proporcionado uma participação ativa ou substancial dos ribeirinhos insulares e nem alcançado seus objetivos. Aos poucos fui percebendo outras nuances menos visíveis e comecei a considerar outras perspectivas de interpretação, pois muitas coisas que nos escapam por nossa incapacidade de percepção ou, como diz Rivera Cusicanque (2015), há conhecimentos e leituras da situação social que configuram caminhos de articulação que nem sempre são verbalizados.

Essa dificuldade de compreensão das lógicas específicas é vista, em parte, no depoimento de uma liderança da ilha Maracujá:

Nós fomos a um evento do Fórum lá no Hangar, nós não conhecíamos o Hangar, foi um grupo bastante grande daqui e de outras Ilhas. Para nós foi um grande evento, lá foi tratado da questão de saúde, de projetos, depois vieram pessoas que trouxeram o curso de detergentes, para alguém pode parecer uma pequena coisa, mas para nós da comunidade foi uma grande coisa. Para nós foi muito bom, porque antes nós éramos muito esquecidos. [...] Então a gente se sente muito gratificada pelo Fórum ter reconhecido que nós também somos pessoas, somos gente e precisamos de ajuda. Foi dessa forma que a gente conseguiu passar para o Fórum e o Fórum foi furando os bloqueios e nós conseguimos: o poder público conseguiu nos ver. Hoje a gente sabe que alguns deles já sabem que nós existimos (EDNA NASCIMENTO, 29/07/2019).

Como ressalta Miguel (2017), os grupos em posição subalterna têm menos acesso aos espaços de difusão das representações do mundo social. Seus interesses e perspectivas tendem a ser silenciados, para os outros, mas também para si mesmos. Por isso, para eles é importante encontrar brechas que permitam que suas vozes sejam ouvidas, entre si e também por quem exerce o poder. E suas Associações permitem que se engajem de outra forma em suas trajetórias biográficas, elas possibilitam ampliar a construção de laços e relações de qualidade diferente com outras pessoas, coletivos e com as instituições públicas (CEFAÏ, VEIGA E MOTA, 2011), proporcionando aprendizagens no processo de passagem de liderança religiosa para liderança social e política, como declara a representante do Fórum das Ilhas na comunidade do Jutuba:

Cada cabeça é uma cabeça, cada pessoa é uma pessoa. A diferença das pessoas, diferença de padre, de professor, de técnico, de tudo. Então na reunião eu aprendi muitas coisas boas. Como lidar com as pessoas, porque às vezes tem muitas pessoas que são bravas, que não entendem, quando querem, querem, não sabem como funciona. [...] porque dentro de uma comunidade tem aquele grupinho, tem aqueles que apoiam e tem aqueles que estão só para detonar. A pessoa tem que ter jogo de cintura para conversar com um povo desses. Tem que ter paciência mesmo. [...] Eu gosto das reuniões, porque a gente aprende com o pessoal falando um para o outro, a gente vai sabendo em cada fala dos nossos vizinhos como eles passam e organizando as nossas prioridades (ROSA RODRIGUES, 18/12/2019).

Engajamento pessoal e mobilização coletiva contribuem para a formação da experiência do mundo, de si e do outro, e para a emergência de normas éticas, jurídicas e políticas de um bem-viver coletivamente. (CEFAÏ, VEIGA E MOTA, 2011). Como vimos pelo depoimento acima, a interlocutora relata que aprendeu a conhecer a realidade das outras comunidades vizinhas e a lidar com os desafios

de relacionamentos no interior de sua própria comunidade, evidenciando uma consequência positiva do processo de politização.

O Diagnóstico, os Gritos, as Audiências Públicas, a própria Conferência e os Seminários Temáticos foram debates que deram origem a uma politização dos atores locais, foram espaços de aprendizagem, de exercício da participação e da deliberação como oportunidades de politização.

Como sugere Aquino Teisserenc (2016), a politização aparece como um dos efeitos dos debates que se produzem a partir de uma agenda política onde se propõe o tratamento das questões, um espaço público no qual se desenrolam os confrontos com base em uma retórica inspirada pelas exigências do bem comum, que requer uma disposição para transgredir as regras tradicionais do funcionamento da ordem local. Mas, em última instância, o que legitima o trabalho de politização é o engajamento dos atores locais em ações de desenvolvimento do seu território.

A atuação inicial do Fórum demandava novas relações entre as instituições do poder local, como a Prefeitura, o Governo do estado, as secretarias municipais e estaduais, a Câmara e a Assembleia Legislativa, que colocavam em causa uma requalificação dos compromissos dos líderes locais implicados no Projeto de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas, uma requalificação que estamos abordando em termos de politização.

Precisamos recordar que diferentemente das experiências de participação no Orçamento Participativo, nos Conselhos Municipais, nas Reservas Extrativistas e nos Territórios Quilombolas, o Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas não dispunha de um aparato jurídico instituído que garantisse a formalização de seu funcionamento e muito menos a prerrogativa para questionar o sistema de dominação presente no poder local.

Ao analisar as relações e confrontos entre as formas tradicionais de exercício do poder, mobilização e inovações institucionais nas estratégias de participação e tomadas de decisão vinculadas a processos de ação pública territorial na Amazônia, Teisserenc (2016a) estabelece comparação entre as experiências de Resex e de Territórios Quilombolas mostrando que a assimetria entre a mobilização social das comunidades quilombolas e seu engajamento político se explica, em parte, pelo fato de que o quadro jurídico instituído pela

Constituição para tratar essa questão desconsidera o poder local, isto é, reconhece sua especificidade e encoraja a mobilização coletiva em prol da defesa de seus novos direitos, mas sem interferir no sistema de dominação a que essas comunidades estão submetidas. Diferentemente das Resex, cuja criação garante às comunidades tradicionais o direito de denunciar o sistema de dominação e contribuir para transformações no poder local, principalmente através do Conselho Deliberativo.

É verdade que isso não resolve tudo, pois a ilha do Combu é uma Área de Proteção Ambiental-APA e, embora oficialmente disponha dessa proteção garantida pela legislação ambiental (mesmo considerando as diferenças entre APA e RESEX enquanto categorias do Sistema Nacional de Unidade de Conservação-SNUC), enfrenta problemas muito graves que seus moradores não têm condições de enfrentar no plano local.

Nesse trabalho de politização, como indica Aquino Teisserenc (2016), é necessário considerar as dificuldades encontradas pelos representantes das comunidades para serem reconhecidos na arena e alcançarem seus objetivos. Há desigualdades de acesso às informações, bem como dificuldades de serem compreendidos na agenda dos problemas encontrados, de formalizarem e enunciarem suas demandas e reivindicações nos termos de um interesse geral. No caso do Fórum das Ilhas, os problemas da água e da segurança pública não constavam inicialmente como prioridades nas reivindicações.

Como o Fórum das Ilhas não dispunha de um quadro jurídico de institucionalização, alguns acontecimentos influenciaram negativamente sua trajetória. As articulações para organização do Fórum das Ilhas iniciam em 2009, ao final do ano seguinte o Partido Verde sai da SEMMA e a mesma, em sua nova gestão, não assume o projeto, que fica sem uma guarida institucional vinculada ao poder público, mesmo que algumas pessoas (técnicos) da SEMMA permaneçam participando.

Pois bem, como a organização já tinha um reconhecido embrião na Paróquia das Ilhas, esta vai aos poucos assumindo o projeto em termos de estrutura, principalmente material. Sendo que o ex técnico da SEMMA mais envolvido com a criação do Fórum continua participando ativamente através de seu ingresso na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação-SECTI, de

onde contribui com a articulação de parcerias e encaminhamentos estratégicos para o andamento da organização.

Como os integrantes do Fórum das Ilhas apoiaram a candidatura de Zenaldo Coutinho nas eleições municipais de 2012, em janeiro de 2013 uma comissão elabora um documento com as reivindicações para encaminhar ao prefeito eleito. Entre as várias demandas solicitavam, em termos de gestão, a criação de uma Secretaria Executiva das Ilhas ou um Programa de Gestão das Ilhas vinculado ao Gabinete do Prefeito, assim como um Fundo de Gestão das Ilhas. Mas, não há indícios de que as mesmas tenham sido levadas em conta (ACERVO DO FÓRUM DAS ILHAS, 2013).

Em março de 2013 o padre Jonas Teixeira é transferido da Paróquia das Ilhas localizada na ilha de Caratateua para a Paróquia Nossa Senhora Teresinha no bairro de Águas Lindas, bem distante da área insular, fato que dificultou bastante sua atuação e comprometeu a realização de suas atividades no Fórum, que antes eram compatibilizadas com o trabalho pastoral, utilizando a estrutura da instituição eclesiástica, situação que facilitava o contato e mobilização dos ribeirinhos insulares.

Em junho de 2013, por causa das pressões ou alegações de órgãos e instituições sobre a necessidade de CNPJ para firmar parcerias e conseguir financiamentos, a Primeira Conferência do Fórum das Ilhas tem como principal objetivo a formalização da iniciativa como Associação. Esse encaminhamento é conflituoso, mas acontece com a perspectiva de não se perder a ideia inicial de mobilização e participação, ou seja, de Fórum permanente.

Nesse contexto ocorre a ampliação do Fórum das Ilhas para sete municípios, o que aumenta o trabalho e as responsabilidades. Além disso, em 2014 a parceria com o governo do estado termina, devido a disputas da campanha eleitoral. Essa ruptura com a parceria acarretou mais dificuldades, tendo em vista que algumas atividades como ações de saúde e cidadania, e eventos como o Natal D'água, que movimentavam e proporcionavam visibilidade para o Fórum, deixaram de acontecer, inclusive as ações sobre Saneamento e Abastecimentos de Água, fruto da parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação-SECTI.

Esse período coincide com o momento em que o técnico que se encontrava como Diretor de Tecnologia Social na SECTI e articulava as parcerias públicas e influenciava nos encaminhamentos estratégicos do Fórum das Ilhas adoece e se afasta das atividades para tratamento. Então ocorre uma mudança de direcionamento e metodologia.

No momento em que o Fórum começa a caminhar em direção a uma ação de politização, há uma mudança de perspectiva. Mas o Coordenador Geral reconhece que essa mudança não trouxe só vantagens, como segue:

Têm as vantagens e as desvantagens, quando nós éramos um movimento, nós discutíamos as coisas de forma muito mais aberta, já agora com uma diretoria, se discute as questões mais abertas, mas quem decide é a diretoria, você fica preso à questão administrativa, isso muitas vezes gera [demanda] tempo. E para quem estava acostumado participar conosco dos grandes eventos, hoje já fica pensando, será que eu posso ou não posso? Pode quando for convidado. A casa hoje tem uma porta, que a diretoria tem a chave nas mãos (PADRE JONAS, em 05/08/2016).

Houve um processo de burocratização, dispensando a participação aberta dos ribeirinhos insulares nas decisões e encaminhamentos. Interrompeu-se o processo de aprendizagem proporcionado pelas trocas entre os diversos atores dos três pólos. Essa postura é criticada por um ator que esteve na discussão e organização do Fórum:

A metodologia deles mudou, ou seja, eles já não trabalham com aquele fórum permanente, eles já trabalham na solução de problemas específicos [...] Eu fui contrário, quando eles me consultaram, à legalização do fórum como pessoa jurídica, porque para mim, ele perdeu o caráter, entendeu? Porque você gera uma luta de poderzinho ali em torno da personalidade jurídica. Quando eles criam a personalidade jurídica, aí imediatamente cria uma diretoria, com pessoas que dirigem [...] Do fulano que se acha excluído, do cicrano que acha que fulano está dirigindo sozinho, então começam as disputas internas e vão se fechando em si [...] E hoje a sociedade exige um processo mais amplo e mais aberto [...] (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

De fato, essa passagem de fórum para Associação gerou certa divisão de trabalho no interior da instituição que implica uma hierarquia das funções, como reclama a representante das ilhas de Belém no Fórum:

Então nós aqui da ilha, a gente é mais para o pesado. O nosso papel dentro do Fórum é mais para o pesado. Agora essa parte aí sempre foram os técnicos que o padre Jonas sempre levava eles. [...] “Dona Eró, a senhora vai lá para ilha tal e vai ficar responsável por isso, por isso e por isso”, eu vou lá e dou conta. “A senhora vai estar responsável pela

alimentação de todas as crianças lá”, pode ter certeza que a gente vai e faz isso. Mas se você disser: “Dona Eró, a senhora vai para dizer se naquela ilha tem terra firme ou só várzea, ou se é isso ou aquilo”, eu posso até ir, mas não vou saber fazer porque eu não sou técnica. Isso quem tem que fazer já são os técnicos e os nossos técnicos nunca se preocuparam com essa situação (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

É necessário considerar, além das dificuldades encontradas pelos representantes das comunidades referidas anteriormente por Aquino Teisserenc (2016), a contextualização política e socioeconômica abordada por Cunha et al (2011) que, ao analisarem os conselhos de políticas, elencam um conjunto de variáveis internas e externas que influenciam nos processos de participação, deliberação e politização. Entre as internas estão o desenho institucional, isto é, regras e normativas de funcionamento, bem como elementos relacionados ao processo de deliberação, como a abertura à participação, a publicidade das decisões, a capacidade de vocalização, as desigualdades em termos de conhecimento, dentre outras. Nas variáveis externas, as autoras chamam a atenção para elementos como projeto político de elites governantes, capacidade administrativa e financeira do governo local, contexto socioeconômico.

Vamos analisar os elementos externos referidos pelas autoras: a partir de 2010 na esfera estadual, e partir de 2013, na esfera municipal de Belém, temos governador e prefeito eleitos do PSDB, não muito afeiçoados à participação popular. No nível federal havia um ambiente favorável à participação popular que poderia ser acionado para a criação de Unidades de Conservação, mas com indícios de crise política, que eclode com o Golpe em 2016, deixando o cenário mais difícil.

As Reservas Extrativistas-Resex, como menciona Teisserenc (2016b) ao analisar as possibilidades de integração da mobilização social no campo político, com ferramentas como o Conselho Deliberativo, em determinadas circunstâncias, constituem espaços favoráveis a inovações no modo de vida, na produção econômica, no engajamento dos atores locais na ação coletiva, renovando-se assim a democracia local em um contexto de ambientalização. Mesmo se essas perspectivas não signifiquem o fim dos conflitos nem a substituição de um modelo de desenvolvimento por outro.

No contexto aqui considerado, talvez fosse mais prudente, em vez de uma Secretaria ou um Programa para as Ilhas, forçar a criação de um Conselho Municipal das Ilhas aos moldes do Conselho Deliberativo da Resex.

Como reconhecem Cefai, Veiga e Mota (2011), uma etnografia da vida associativa torna complexos os modelos de constituição de problemas públicos, configurados em simultaneidade ou sucessão sobre diferentes cenas públicas, mais ou menos institucionalizadas. A cada situação, uma dinâmica complexa de constituição de organizações associativas e de exposição de arenas públicas se desenvolve, ou seja, não há um modelo único de Arena Pública, são variadas as experiências.

As experiências são diversas, mas podem ser comparadas, sendo que a iniciativa do Fórum das Ilhas está mais próxima da situação das Comunidades Quilombolas de Salva Terra no Pará, analisada por Pierre Teisserenc e Maria José Aquino Teisserenc (2018), em que as estratégias utilizadas, visando reconhecimento diferenciado, contribuíram para uma politização dos desafios locais, embora o dispositivo constitucional acionado não possibilitasse meios para que a mobilização colocasse em causa o sistema de dominação tradicional no qual se assenta o poder local.

Precisamos compreender essas diversas situações como experimentações diferentes e não como mais ou menos importantes. Até mesmo porque não são eternas, são construções sociais ímpares que dependem de vários fatores. Por isso, suas trajetórias devem ser interpretadas como aprendizagens:

É uma aprendizagem, eu não vejo como um erro, eu pensava naquele momento com mais experiência política, que a ideia era de ampliar forças, ou seja, juntar esse conjunto de forças que estavam nessas ilhas, para ganhar força, mais poder e negociar com as políticas públicas, cobrar políticas públicas para essa população, mas na base da força política. Pensando o poder como relações e criando mais forças para fazer isso. (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

Mas por várias circunstâncias a organização não caminhou nessa direção. Algumas lideranças, como a da Ilha Grande, cobram a realização dos encontros de planejamento e avaliação como aconteciam no início: “O Padre devia voltar a fazer as reuniões lá no Poema como era antes” (Maria Machado Trindade, 25/07/2018).

Os aprendizados mencionados pelo Coordenador Geral do Fórum das Ilhas, após a experiência de quatorze anos, se considerarmos desde a Pastoral

Social das Ilhas, foram justamente sobre o instrumento/mecanismo (Fórum) e a realidade específica do território insular:

Durante esse período que nós estávamos à frente do Fórum, quando nós falamos de aprendizado, foi como lidar com esse mecanismo social. E outro dado também interessante de aprendizado, foi conhecer essa realidade específica, a realidade ribeirinha insular tem uma distinção, então em função disso é preciso que a gente tenha uma atenção voltada para essa população, para que a gente possa conhecer bem essa realidade, os seus elementos específicos e tudo mais (PADRE JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

Outros aprendizados mais políticos estão relacionados às empolgações voluntaristas e ao oportunismo durante os períodos eleitorais, como segue na avaliação do Coordenador Geral:

Nesse caminhar para ilhas e voltar para a cidade a gente aprendeu muito, aprendeu que muitas vezes as pessoas vão pela empolgação, ou seja, se dispor para ir trabalhar nas ilhas uma manhã, aparecem muitas pessoas, mas na volta, no retorno não havia o compromisso, então nós perdemos muito com isso. Quando estava próximo da campanha eleitoral apareciam pessoas disponíveis, quando passavam as eleições com a perda do candidato, a gente ficava sozinho. Então, essas coisas não podem se repetir, nós temos que trabalhar com um grupo definido, com pessoas que estejam dispostas a ir e voltar sempre, porque se nós queremos fazer a diferença tem que ser dessa forma, porque se não, nós seremos mais um que faziam também como nós e que deixaram de fazer, porque não continuaram, nós vamos cair no mesmo erro, parece um ciclo vicioso. (PADRE JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

Também se aprendeu com as consequências das eleições devido à falta de apoio ao candidato a vereador indicado pelo Fórum, tanto em 2012 como em 2016. Assim, houve certa exclusão de alguns integrantes em relação às ações do Natal das Ilhas em 2019, como as comunidades do Jutuba, Ilha Nova, Urubuoca, Ilha Longa. Ou seja, se ampliou o distanciamento iniciado com o processo de formalização. Tudo isso foi um aprendizado para a Coordenação do Fórum e para as lideranças locais, como podemos interpretar no relato a seguir:

Olha, eu falo assim quando o pessoal vem pela eleição e querem voto: “Mas vocês não têm nenhuma cicatriz. Primeiro façam uma cicatriz em cada ilha, aí você vai ter seu voto. Segundo, a gente vai votar para uma pessoa que tem responsabilidade, mas se o candidato não tem responsabilidade com ele, como é que vai ter com o público?”. Eles vêm logo aqui, “Dona Rosa é liderança”, eu não vou mais me meter em nada, eu não vou mais ficar a frente de nada, eu não vou mais me responsabilizar com nada. Sabe por quê? Porque eu pego esculhambação. A Lene veio aqui, trouxe o candidato Mauro Freitas, fizemos um babado, convidamos, deu muita gente que não coube aqui

dentro da igreja, aí foi feito para ali fora, muita gente. Eu perguntei “Lene, o que é que tu vai dar? A reunião custa a terminar” – “Não, Dona Rosa, um almoço, uma feijoada. Eu já venho trazer pronto.” Trouxe a feijoada que afinal de contas nem deu para todos, muita gente, muita criança e não deu. Fizeram um babado, ia entregar pão, prometeram água, até hoje! O ponto onde ficou para pegar pão foi aqui, - "quinta-feira vocês vêm aqui com a Dona Rosa. O barco vai encostar aqui e vocês vêm pegar. O pão vai ser distribuído aqui." Quando foi no dia, cadê o pão? O pão não chegou! Um monte de gente aí. Agora quem passa vergonha, eu disse "olha, eu não vou mais passar por isso", eu não quero mais isso para mim, o poder público vai, o povo passa por aqui, engana e eu fico aqui. Não, não quero mais não! Ou você faz ou não faz, então vai embora e não engana mais! É assim, assim que eu quero trabalhar, com uma pessoa que tem honestidade. A honestidade perante os homens, perante a Deus é muito importante, mas você vai enganar. Engana, engana, engana, a mentira tem perna curta como diz o ditado, um dia cai, e aí o que acontece? A Lene se queimou, comigo ela se queimou, poxa porque, "Lene tu moras para Cotijuba, tu vens enganar o povo aqui? O povo, coitado, precisa!" (ROSA RODRIGUES, 18/12/2019).

Para finalizar essa parte vamos inserir uma autoavaliação da organização, realizada no planejamento de 2014, incluindo um Diagnóstico Estratégico sobre potencialidades e fraquezas, o qual constitui excelente ilustração de aprendizagens:

**Análise interna/Fortalezas:** Coordenação do Fórum tem membros ativos e comprometidos; Equipe técnica voluntária e de qualidade; Reconhecimento e visibilidade do Fórum (legitimidade); Presença de membros do Fórum na gestão pública, em cargos de confiança. **Análise interna/Fraquezas:** Coordenadores municipais das ilhas ainda não conseguiram organizar e firmar suas bases para avançar nas ações do Fórum; Alguns membros da coordenação com concentração de atividades, devido a dispersão de certos membros; Não legalização do Fórum que implica em não formalização de parcerias e projetos; Fórum não tem conseguido se fazer representar em algumas ações ou situações, nos municípios, pelos coordenadores municipais (não apropriação da função, segundo o estatuto); Pouca participação das mulheres/falta de empoderamento; Questão política partidária tem afetado o Fórum, devido opção política declarada de alguns membros; Falta de clareza sobre a natureza do Fórum, isto é, o Fórum se caracteriza enquanto uma ONG ou um Movimento Social?; Falta de domínio sobre certas especificidades das políticas públicas, o que inviabiliza o acesso as mesmas (limitação técnica em certos assuntos); Pouca participação nos Conselhos das Políticas Públicas (controle social); Não empoderamento suficiente das lideranças das ilhas, o que fragiliza a organização, mobilização e acesso aos direitos. **Análise externa/Oportunidades:** Compensações ambientais e sociais dos grandes projetos; políticas públicas no âmbito dos governos federal e estadual específica para as populações das ilhas e ribeirinhos. **Análise externa/Ameaças:** Questões políticas partidárias; Existência de outras organizações oportunistas que acessam as políticas necessárias de forma inadequada, afetando e influenciando às populações das ilhas/ribeirinhas. **Leitura Geral do Diagnóstico:** O Fórum das Ilhas ainda não está preparado o suficiente para fazer enfrentamentos em suas lutas, diante das necessidades que se busca superar (RESULTADO DO

O diagnóstico evoca muitas coisas interessantes, mas já tratamos de várias delas, por isso vamos nos deter em apenas duas questões. A primeira é sobre a presença de membros do Fórum na gestão pública, em cargos de confiança, que se encontra como uma fortaleza interna. Na reunião de 11 de dezembro de 2013 entre uma comissão do Fórum das Ilhas e o prefeito Zenaldo Coutinho, uma das pautas era a negociação de cargos no governo municipal. Conseguiu-se duas vagas e depois mais uma. Mas são cargos no último escalão, sem autonomia e condições de contribuir de forma significativa com a Associação. Além do fator tempo e disponibilidade para conciliar as atividades, aí a prioridade é para a atividade que é remunerada e obrigatória.

Essa estratégia pode ser considerada arriscada se analisarmos do ponto de vista da coletividade, porque significa certo atrelamento e pode prejudicar o atendimento de reivindicações, como ocorreu em relação ao Projeto de Abastecimento de Água que atenderia duzentas famílias, como vemos na avaliação do Coordenador Geral:

Eram 200 cisternas. Saiu o dinheiro, iniciou o projeto e não foi concretizado. Precisaria que a gente abraçasse a causa e pudesse ir à luta juridicamente e defender as ilhas, é uma culpa nossa também [...] tem esses problemas de nós estarmos em parceria com a prefeitura em prol de algumas cadeiras [...] nós estávamos com as mãos atadas, porque na hora que nós íamos estar contra o prefeito, essas cadeiras iam ser retiradas. [...] O Paulão está empregado até hoje, que era nosso, o Fabrício está empregado até hoje, o Orlando está empregado até hoje. Então se nós batêssemos de frente com o prefeito, todas essas cadeiras estariam ameaçadas. Então não tínhamos o apoio da prefeitura. É uma faca de dois gumes, ou então a gente fica neutro em política partidária e trabalhe 100% em defesa dos ribeirinhos, assumindo as consequências que porventura possam vir (PADRE JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

Essa variável interna considerada fortaleza precisa ser relativizada. Mas ela também está relacionada a outra que aparece tanto nas fraquezas internas, como nas ameaças externas, que é a Questão político-partidária, pelas opções políticas declaradas de alguns membros do Fórum das Ilhas. Há uma contradição entre o que diz o Estatuto da Associação e a prática durante as eleições, como relata o Coordenador Geral na primeira entrevista realizada:

Nós não temos bandeiras partidárias isso é muito claro no nosso estatuto. Nós não levantamos uma bandeira partidária, nós levantamos ideias, defendemos pontos de vistas comuns. O que é que nós fazemos? Pessoas do Fórum se associam a outras para defender ideias. Nesse caso, a gente procura lideranças, ouve as lideranças. Mas, fazemos nossa crítica interna, o caminho vai ser esse aqui, vamos procurar essas pessoas para que a gente possa trabalhar com elas, nos associar a essa ideia que nesse momento é o melhor. Acontece com Barcarena, Ananindeua, Belém e Acará. É desassociar o político da bandeira. Então você muitas vezes vai ouvir: “eu vi o Padre com candidato x”, por quê? por causa da ideia. Eu não sou filiado a nenhum partido (PADRE JONAS TEIXEIRA, em 05/08/2016).

É uma situação delicada porque deixa seus participantes “livres” e ao mesmo tempo perdidos, pelo fato de articular e indicar um candidato a vereador. Além de que, nesse período de eleições, o assédio é muito grande, como relatam as lideranças. Então acabam se comprometendo com vários candidatos.

O atrelamento da entidade compromete a realização de projetos com o atendimento mais coletivo, contribui para a permanente ausência de políticas públicas e alimenta o jogo clientelista e as dependências históricas. Uma ilustração dessa situação ocorreu por ocasião das eleições municipais de 2016, em que o apoio ao candidato a prefeito Zenaldo Coutinho e a um candidato a vereador da mesma coligação foi firmado em troca da doação de caixa d’água e motor bomba para a montagem de um micro sistema de abastecimento de água, como descrito anteriormente.

A relação das organizações sociais com a política partidária geralmente é motivo de discórdias entre os participantes, porque sentem a necessidade de alianças para alcançar determinados objetivos. Por isso, se planeja uma mudança no estatuto da Associação Fórum das Ilhas, para comportar a prática política partidária de forma mais transparente, como sugere o Coordenador Geral durante a segunda entrevista:

Esse é um fator que é transversal, podemos falar isso, que vai permeando toda a nossa história [...] É uma situação complexa que a gente iniciou e depois a gente esfriou, seria ao mesmo tempo em que a gente é apartidário e partidário, porque deveríamos fazer parceria com candidato X, isso gerou até um conflito interno. Eu não posso falar de política partidária dentro do Fórum, mas posso como amigo de fulano e de cicrano, estar sugerindo que eles possam nos acompanhar para que algumas atividades sejam realizadas a partir de tal, por isso a mudança no estatuto. Tem que rever o estatuto a partir desse elemento. O Fórum deverá ter alguém, tem que ter alguém que entenda dessa linguagem política partidária, mas com esse olhar voltado para essa realidade insular que é diferente da realidade continental, porque se não, nós elegemos os

candidatos do continente e esses camaradas, mesmo sendo amigos, eles esquecem a região insular de Belém (PADRE JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

Parece ficar claro o aprendizado de que é impossível ser apolítico e que uma organização como o Fórum das Ilhas precisa saber se relacionar com o poder estabelecido, na luta pelo atendimento de suas reivindicações.

Como vemos, a existência do Fórum das Ilhas constitui interessante oportunidade de análise das relações entre práticas de democracia local com orientação de um desenvolvimento inicialmente inspirado na participação dos atores locais e as práticas clientelistas das velhas instituições do poder local. A experiência não terminou, mas há incertezas sobre a retomada da mobilização e participação dos atores locais.

## **7.2 “Mas uma coisa é certa, nós estamos vivos, não desistimos da luta”**

A experiência analisada teve início como atividade religiosa, depois houve alianças com o poder público, quando passou a ser identificada como Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém; por fim, se tornou uma Associação, legalmente constituída. Essa última parte do capítulo se destina a fazer uma análise sobre a situação atual desta organização e as projeções de continuidade ou de término, como já abordamos no capítulo dois, sobre a diversidade de percepções em relação ao Fórum das Ilhas.

Vamos iniciar por um balanço sobre a questão do reconhecimento social das comunidades ribeirinhas insulares, que foi uma das grandes motivações dos engajamentos no Fórum das Ilhas, começemos por uma liderança da ilha de Paquetá:

Mas já aconteceu muita coisa durante esses anos de Fórum das ilhas, já aconteceram muitas coisas aqui na ilha. A gente conseguiu ser visto, porque mesmo estando tão perto de Icoaraci, parece que somos invisíveis tipo para o poder público, nossos direitos e tudo mais. E o Fórum das Ilhas prega muito isso, fazer os governantes e a sociedade verem que nós temos direitos e que aqui do outro lado tem pessoas, que aqui na ilha tem pessoas, isso para nós é muito gratificante (JOELMA MORAES DA COSTA, 28/11/2019).

É possível interpretar que houve um avanço no reconhecimento, especialmente em termos da sua visibilidade, em conseguirem ser vistos e verem

que têm direitos e que na ilha tem pessoas. Observe que o tempo verbal usado no final da declaração é o presente, indicando continuidade na conquista dos direitos. Nessa mesma direção segue a avaliação da Coordenadora das ilhas de Belém, que além de declarar sua identidade ribeirinha insular, entende que houve avanços e assinala que a caminhada ainda é longa para resolver os problemas existentes:

Eu vou lhe dizer uma coisa que eu vejo muito, eu vejo como moradora, porque **eu também sou ribeirinha**, eu moro na ilha, **parece que as autoridades vivem de costas para as ilhas**. [...] Hoje nós **ainda temos muitos problemas nas ilhas**. Eu acho que as autoridades não sabem o que está acontecendo, muitos nem sabem que existem pessoas lá. O senhor viu aquele promotor lá na ilha de Paquetá falando: “Não sabia nem que tinha isso aqui.” Por aí o senhor vê o quanto **as nossas ilhas são esquecidas** (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

Segundo Cefaí, Veiga e Mota (2011), os associados podem engendrar identidades coletivas como: “eu também sou ribeirinha: eu moro na ilha”, tomando consciência de incompatibilidades de interesses entre grupos: “depois percebemos que os interesses dos parceiros do Fórum eram diferentes dos nossos”; redesenhar o mapa das obrigações em termos de conflito: “o governo não assume suas responsabilidades”: impor como legítimos direitos e deveres até ali desconhecidos e, no processo, fazer emergir coletivos que não existiam até o momento: “teve muitas reuniões, a gente discutia as necessidades das ilhas e por onde a gente ia todos falavam a mesma língua”.

Ainda existem muitas autoridades que desconhecem a realidade insular. Há uma voz que precisa ser amplificada, para ser ouvida, como avalia o Coordenador Geral do Fórum das Ilhas:

É uma voz que é gritante, que ainda não se solucionou, não se ouviu, a cidade precisa responder a esses apelos que vem das ilhas e das margens dos nossos rios [...] Hoje nós sobrevivemos. Nós temos um projeto que a gente alimenta desde o começo que é o Natal das Ilhas. Mas [...] Nós precisamos fazer ações fora de dezembro, também nos outros meses, precisamos ter um grupo de pessoas assistindo tecnicamente para que nós possamos visitar as ilhas e descobrir lá as demandas e levar soluções. A gente precisa voltar a fazer isso, encontrar parceiros que estejam dispostos a fazer isso para a vida dos ribeirinhos. (JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

Vamos aproveitar a auto-avaliação do interlocutor, “hoje nós sobrevivemos”, para interpretar, mais adiante, as dificuldades enfrentadas até o momento. Antes vamos tentar refletir sobre o projeto Natal das Ilhas, que desde o

início foi o carro chefe das ações, durante a atuação do Fórum ainda como Pastoral Social das Ilhas, tendo seu ápice em 2011 quando o Governo do Estado encampou o projeto que, atualmente, consegue atender um número bem pequeno de comunidades, inclusive deixando de fora algumas das que participaram desde o início, como reclama a liderança da comunidade Jutuba II:

Como liderança aqui da ilha, eu não sei como é que está, mas eu gostaria de falar com o padre Jonas para ter um esclarecimento dele, para saber como é que está, se vai continuar, se está continuando, como é que está o andamento para as ilhas, porque está cada vez mais difícil (ROSA RODRIGUES, 18/12/2019).

Para manter o Natal das Ilhas como antes está difícil, imaginemos outras ações durante o ano todo. Pois durante o período natalino há um ambiente de solidariedade que facilita a colaboração, a doação, a caridade. Esse trabalho que era feito, além do Natal das Ilhas, é reconhecido pela liderança da ilha de Paquetá, que critica a preocupação de alguns doadores apenas no natal:

O que mais me marca, o que mais me sensibiliza, é quando a gente consegue ajudar aquelas pessoas que estão realmente precisando, porque o Fórum busca ver isso, a necessidade de cada um. Uma vez chegamos a uma casa com uma cesta básica e a mulher disse: “olha, fazia dois dias que eu estava fervendo a mesma borra de café para tomar”. Então, o Fórum das Ilhas busca muito isso, ele não ficou só no Natal, sempre que a gente visualiza alguém, a gente liga e eles dão o maior jeito para atender aquela pessoa. Porque muitos vêm, mas passa o natal, o amor acaba e aí esquece que o irmão precisa (JOELMA MORAES DA COSTA, 28/11/2019).

Para outras lideranças, como é o caso do representante da ilha Urubuoca, o Fórum das Ilhas chegou ao fim:

Pra mim o Fórum acabou, não chamaram mais a gente para nada. [...] O que fez o Fórum acabar foram os interesses dos parceiros do Fórum e a perseguição da igreja ao padre Jonas. [...] Acho que faltou o governo assumir sua responsabilidade (KÁTIA CARDOSO DA SILVA, 30/07/2019).

A interlocutora se refere a várias questões. A primeira delas relacionada à mudança de estratégia metodológica que menosprezou a mobilização e a participação dos atores insulares. A segunda relacionada aos conflitos de interesses entre os participantes do Fórum das Ilhas. A terceira relacionada à transferência do padre Jonas Teixeira da paróquia das ilhas para a paróquia no

bairro de Águas Lindas. E, por último, a omissão do poder público em atender as reivindicações do movimento.

Analisando as entrevistas é possível interpretar que após a conferência em 2013, que elege os dirigentes para comandar a Associação, parece que a maioria dos moradores das ilhas menores deixa de participar e fica sem saber o que aconteceu, como ilustra o clamor da liderança da comunidade Jutuba II:

Eu queria que o Fórum continuasse, eu não sei se está continuando, porque quem sabe através dele viessem os recursos. Porque a gente nunca se importa, às vezes, muitas pessoas perdem a esperança, mas eu nunca perdi a esperança. Ele foi fundado já tem anos e anos, então através dele deve ter alguma coisa para vim para as ilhas, que foi feito em prol das ilhas, para melhorar a situação financeira, eu creio que através do Fórum a ilha ia melhorar, porque é das ilhas, era muita gente que participava (ROSA RODRIGUES, 18/12/2019).

A liderança da ilha Urubuoca reivindica que os mediadores ou atual Coordenação Executiva venham até as ilhas, para prestar esclarecimentos sobre a situação do Fórum:

Eles precisam reunir com a gente para dizer o que aconteceu, porque assim como vieram convidar para participar, nós temos o direito de saber e eles o dever de voltarem aqui para explicar o que aconteceu (KÁTIA CARDOSO DA SILVA, 30/07/2019).

O trabalho como liderança é difícil e muitas vezes não é reconhecido, mas apesar de todos os problemas e custos da participação, algumas pessoas continuam, como é o caso de dona Rosa Rodrigues, da comunidade Jutuba II:

Eu creio que vai melhorar, nessa idade que eu estou, eu ainda não perdi a esperança. Agora, uma coisa eu vou dizer, eu prometi para mim mesma que não ia me meter mais em coisa de reunião. Eu já estou cansada, com 61 anos! Aí eu vou para uma reunião e pego toda aquela conversa da reunião (eu estou trabalhando com 50 famílias aqui) venho e reúno aí 30 mulheres “e aí Rosa?” Pa, pa, pa, repasso as informações, aí espera, espera, espera... quer dizer que a solução nada, o tempo vai passando, vai mudando de gestão e a gente sem resposta [...] Eu disse que depois que me aposentasse não ia mais andar em reunião. Eu ia me importar com as pessoas? Sim! Mas não ia fazer tanto sacrifício como eu fazia antes, porque eu ainda era nova. Eu cansei de falar, de estar pedindo, cansei de ir para as reuniões. Eu tenho problema de pressão, eu estou envelhecendo (ROSA RODRIGUES, 18/12/2019).

O Fórum das Ilhas continua atuando, de forma mais discreta e reduzida, mas continua. Existe certo entendimento da necessidade de algumas ações no

campo econômico, para garantir a melhoria da qualidade de vida dos moradores das ilhas, como informa o Coordenador Geral:

Nós temos como um foco, que iniciamos e precisamos continuar, que é a política de subsistência das famílias. Isso está muito claro para nós, porque nas ilhas existem aqueles períodos, o período de safra e entressafra do açaí e quando falta o açaí, faltam outras coisas. Queremos criar uma política para que as famílias possam, na ausência do produto principal das ilhas, ter como se manter. Então, nós achamos por bem iniciar com a criação de peixes em cativeiro, mas tem um preço, tem um custo, como nós lidamos com recursos próprios, muitas vezes as nossas pernas tornam-se curtas para realizar mais de uma ao mesmo tempo. Então nós precisamos criar um projeto para que a gente possa recorrer a alguém que possa nos auxiliar (PADRE JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

Durante a primeira entrevista realizada em 2016, o Coordenador Geral relatou a existência dessa ação em parceria com a prefeitura de Belém e a Escola da Pesca. Mas as parcerias não continuaram e as atividades foram interrompidas por uma série de dificuldades já vivenciadas em 2016, como foi mencionado na citação anterior e continua na próxima:

São algumas resistências, resistências do Governo, de entidades governamentais, a falta de recursos, dos instrumentos para que a gente possa estar realizando aquilo que nós defendemos, falta de pessoal capacitado para trabalhar conosco, ainda temos deficiências no campo de recursos humanos, os instrumentos que nós temos são todos através de parcerias. Essa é a outra dificuldade, a falta de instrumentos para que possamos realizar os eventos de forma mais rápidos e ir a locais que precisamos estar presentes (JONAS TEIXEIRA, 05/08/2016). [...] Outra coisa, ao mesmo tempo em que nós aqui no Continente precisamos de recursos humanos, nas ilhas nós precisávamos do apoio das comunidades e nem sempre tínhamos, porque para chegar às ilhas nós temos que ter o barco, ter o combustível e isso tem um custo (PADRE JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

Essas dificuldades são compartilhadas com outras lideranças integrantes da organização, como a Coordenadora das ilhas de Belém, principalmente a questão do transporte, porque enquanto o padre estava na Paróquia das Ilhas, utilizavam o barco da igreja:

Os ribeirinhos cobram, “Por que vocês não vieram mais? Por que vocês não visitaram mais?”. O senhor viu naquele dia as cobranças, mas não sabem que para a gente se deslocar a gente vai gastar. Nada sai de graça. Se eles vêm buscar a gente, temos que dar o combustível. Se vamos passar o dia lá, tem que ter a alimentação. Então são essas coisas assim que eu fico muito triste por a gente não ter esse apoio. [...] Nós não temos um barco, se tivesse um barco eu ia estar nas ilhas. Mas eu não tenho recurso para me deslocar até uma ilha dessa e quando eu vou quem paga a passagem é o padre Jonas, tudo é ele. O Fórum era para ter um

transporte e nós nunca conseguimos (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

As dificuldades se ampliam com a transferência do padre para outra paróquia e com o fim das parcerias com o Governo do Estado e Prefeitura de Belém; esta última instituição concedeu três empregos para integrantes do Fórum e nada mais, esperando em troca um apoio incondicional, como lamenta o Coordenador Geral:

Pois é, professor, não foi fácil avançarmos. Se nós tivéssemos mais apoio... O que faltou para a gente foi que as autoridades acreditassem no Fórum. Isso que é muitas vezes, essa perda, como a gente trabalha com a questão da imparcialidade, e para as autoridades isso é uma ofensa, isso é prejuízo. Ser ajudado sem estar preso. Eu te ajudo, mas tu tens que se silenciar para não encontrar algum defeito em mim. Complicado. (JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

O Fórum das Ilhas foi crescendo e alimentando muitas expectativas ou sonhos, como declara a Coordenadora das ilhas de Belém:

A nossa vontade, se nós tivéssemos condições, se nós tivéssemos “pernas”, era que o Fórum fosse do Estado do Pará, em todo lugar que tivesse ilha o Fórum estivesse presente. Esse seria o nosso maior sonho, mas o pouquinho que o senhor já está acompanhando o senhor já está vendo que nós temos as nossas dificuldades, a nossa dificuldade é muito grande (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

Mas, apesar das dificuldades, acreditam que é possível continuar ou retomar a caminhada a partir da ideia de organização em Pólos, como declara a anfitriã do Pólo localizado na ilha de Paquetá:

O que eu posso falar é que o Fórum é nossas pernas para poder chegar ao poder público. Então, hoje eu estou feliz porque a gente está voltando de novo. Como eu te falei, estava tudo parado, aí quando a gente começa a voltar, as coisas começam a acontecer. Então creio que daqui a pouco a gente vai novamente buscar, a gente já começou a sair atrás de algumas coisas. Então creio que vamos melhorar de novo [...] O grupo que nós estamos agora gira em torno de vinte famílias, porque algumas pessoas desacreditaram, devido essas coisas que aconteceram, então a gente vai ter que começar a trabalhar de novo para eles poderem voltar, e é algo que eu não fico chateada com eles, porque realmente você espera, espera e uma hora você cansa, né? Mas assim, tudo que a gente conseguiu veio através do Fórum, então agora eles souberam que o Fórum está voltando aqui com a gente, aí todo mundo vem. Naquele dia eram dez famílias quando vocês vieram, aí estão voltando, e é assim, tem que começar a trabalhar para eles voltarem de novo (JOELMA MORAES DA COSTA, 28/11/2019).

O trabalho que vem sendo realizado pela interlocutora é de retomada, de recuperação da credibilidade e da confiança dos moradores locais. E isso leva tempo, não é algo que se resolve em uma reunião. Mas não é esse o entendimento do Coordenador Geral, como segue em seu depoimento:

Se você identifica essas pessoas que podem se tornar agentes dos **pólos**, nós precisamos alimentá-las com a presença, com atividades, com formação, e nós ainda não chegamos nessa segunda parte que é a formação desses agentes, [...] para mudar a mentalidade daquelas pessoas dentro de uma nova perspectiva e um novo olhar social, precisamos formá-las e **essa formação tem que ser urgente**. [...] porque a grande dificuldade que nós encontramos hoje nas áreas insulares é que existem várias ilhas e muitas lideranças, cada liderança “puxando a sardinha para a sua brasa”, ou seja, nós temos a pulverização de lideranças que trabalham para **fins pessoais** e as comunidades locais, as ilhas são prejudicadas [...] O que eu percebo como agente social, é que existe muita desinformação, e muitas vezes na própria comunidade existe brigas homéricas, lá temos uma colcha de retalhos, são muitas ideias, **muitos interesses** e pouco compromisso. A liderança vem para o continente com documentos em mãos em nome da comunidade, e muitas vezes esse benefício é para **ajudar a família dela**, não é a comunidade que é beneficiada. Então, desmitificar essa ideia e trabalhar uma formação da **consciência coletiva** deles, que não tem. Conhecem o social a partir do individualismo, coletivamente não, por que qual é o trabalho coletivo que tem nas comunidades das ilhas? [...] Por exemplo, nós fomos à ilha de Paquetá, tem a ideia da Joelma de agregar as mulheres, mas não sai do papel, está lá a ideia. [...] Precisam passar pela escola de formação de lideranças, **aqui está o segredo**, mas aqui seria nosso o documento registrado em cartório, um livro onde a gente diz: “A nossa liderança passa por essa formação aqui” (PADRE JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

A percepção do Coordenador Geral envolve muitas questões e uma delas é abordada por Cefai, Veiga e Mota (2011), sobre o importante papel que as Associações desempenham na definição do ponto do conflito e da causa a defender, em continuidade e em ruptura com o jogo dos interesses particulares e das opiniões particulares dos atores envolvidos. Ou seja, os interesses e opiniões particulares necessariamente estarão presentes num processo dialético de construção e reconstrução da causa coletiva a defender.

A questão de beneficiar a família das próprias lideranças remonta à situação que já discutimos anteriormente, sobre o fato de que a ocupação do território insular ocorre tomando como base as relações de parentesco. Assim, a organização social é influenciada por essa lógica, então cabe um processo de formação para ampliar esses horizontes.

A formação de lideranças é importante, mas é necessário compreender o modo de vida dessas comunidades, o que envolve certa complexidade. E hoje

ainda existe um rio/baía de desconhecimento entre o continente e as ilhas. Que tipo de formação? Quem vai trabalhar com a formação? Quem vai garantir os recursos financeiros? A formação de lideranças é apenas uma parte e, atualmente, pelo que temos observado e de acordo com o relato da Coordenadora das ilhas de Belém, a situação do Fórum das Ilhas não está muito favorável, devido às várias dificuldades que vem enfrentando:

E eu falei na última reunião: “O Fórum começou sem técnico e está terminando sem técnico de novo”. Nós estamos assim, só nós que começamos como pastoral. [...] Hoje, nós não temos praticamente nem pessoas para fazer um ofício, eu tenho que está ligando para o Orlando, “Orlando, dá para fazer um ofício?”. O padre Jonas liga de lá: “Orlando, dá para fazer um ofício?”. O cara é diretor de uma unidade de saúde, ele não tem aquele tempo [...] Nós estamos agora como Fórum, mas não somos técnicos, porque o técnico é aquele que vai estudar, como o Evandro, um técnico que sabia tudo das ilhas. Estudava tudo, era o nosso técnico que ia debater qualquer coisa das ilhas. Ele se integrou de corpo e alma. Infelizmente, a doença fez ele se afastar, mas a gente perdeu uma pessoa que também não cobrava nada e não estava lá para dizer: “Eu vou me dar bem” [...] Mas assim, o Fórum tem história, por onde o senhor chegar em qualquer ilha dessa, pode perguntar “Você conhece o Fórum das ilhas?” Só se a pessoa for novata (ERONILDES DOS SANTOS, 20/01/2020).

A interlocutora faz uma retrospectiva da trajetória do Fórum das Ilhas, que iniciou como pastoral, sem técnicos e está terminando como começou. Não tem parcerias com o poder público, não tem praticamente quem elabore ofício por falta de pessoal qualificado ou de tempo. No caso da pessoa a que ela se refere como diretor da Unidade de Saúde da ilha de Caratateua, trata-se do Vice Coordenador Geral do Fórum, que ocupa um dos “cargos de confiança” pleiteados pela organização junto ao prefeito Zenaldo Coutinho.

Depois a interlocutora descreve as características do técnico, como aquele que tem formação de nível superior e que vai fazer Pós-Graduação. E, por fim, destaca a participação e desempenho do técnico que mais se empenhou na criação e atuação do Fórum das Ilhas desde 2009, quando estava na SEMMA.

A comparação com o início dos trabalhos como Pastoral se sustenta em fatos; mas agora há uma diferença: o padre não se encontra na Paróquia das Ilhas, o que dificulta a realização de atividades pelo distanciamento, pela falta de estrutura e de autorização religiosa para atuar junto aos ribeirinhos insulares.

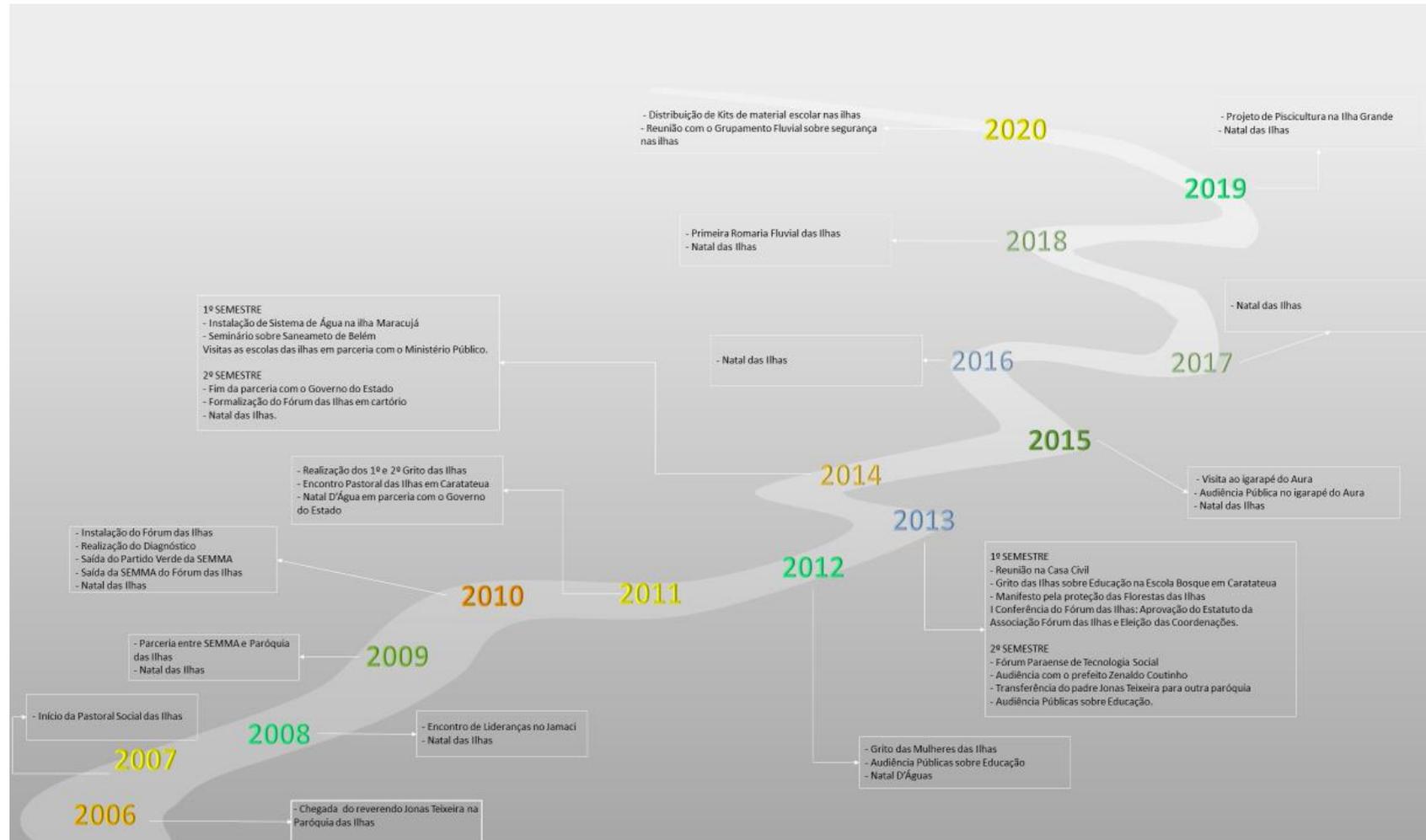
Ao final da citação, a interlocutora faz referência à história e/ou popularidade do Fórum entre os moradores das ilhas. É verdade que há o

conhecimento e o reconhecimento da existência da entidade, mas também é verdade que nem sempre as avaliações são positivas, por causa da grande expectativa que se criou em torno da atuação do Fórum na solução de vários problemas e, até o momento, as demandas ou não foram atendidas ou o foram apenas parcialmente.

Parece-nos que o cenário é cada vez mais desfavorável para atender as expectativas criadas. A iniciativa começou como uma experiência religiosa, alcançando uma passagem para a ação social, mas apresentou dificuldades em avançar ao plano da ação política (observe a trajetória da organização na Figura – 07), como avalia o Coordenador Geral da Associação Fórum das Ilhas:

Esse é um fator que é transversal, podemos falar isso, ele vai permeando toda a nossa história, **mas uma coisa é certa, nós estamos vivos, não desistimos da luta.** Então nós precisamos apenas arrumar a casa novamente, nós precisamos cuidar de alguns elementos, já tomamos algumas providências [...] Nós temos uma equipe, mas essa equipe encurtou, em função de uma série de fatores. Então, hoje nós temos gente aqui em Belém, temos gente em Outeiro, temos gente nas outras ilhas, mas precisamos agregar. **Fazer a reunião com essas pessoas é uma dificuldade** [...] Várias pessoas saíram e a gente vai ter que saber fazer esse jogo para não perder todo mundo, entendeu? [...] Eu preciso retomar novamente para que a gente possa avançar. O sonho continua, a vontade continua, mas a gente precisa trabalhar com o pé no chão, por mais que sejam poucos os voluntários. A gente precisa trabalhar com coesão, objetivos comuns onde todos vistam a camisa e partam para uma mesma direção, se não a gente não avança (PADRE JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

**Figura 7: Cronograma de ações realizadas durante a trajetória do Fórum das Ilhas**



Fonte: Próprio autor (ilustração/Jefferson Siade), 2020

Um dos principais fatores que ocasionou a saída de várias pessoas foi a questão da política partidária, por causa dos conflitos ideológicos. Uns saíram voluntariamente, mas teve pelo menos um integrante que foi convidado a se retirar, medida a que o interlocutor se refere ao dizer que algumas providências já foram tomadas.

### **7.3 Burocratização retrógrada**

A situação atual do Fórum das Ilhas nos faz pensar em um retorno ligado à experiência religiosa; após o fim das parcerias e a saída dos técnicos, as pessoas que permanecem associadas estão ligadas, de alguma forma, por laços religiosos, inclusive considerando o padre como autoridade deste campo.

Existem dificuldades para reunir com as pessoas que permanecem na organização devido à distância geográfica; mas, além disso, parece haver outra ordem de dificuldades, como o fato de não estarem dispostas a disponibilizar seu tempo para o engajamento nas atividades do Fórum, como reconhece o próprio Coordenador Geral:

Quando se fala da questão dos altos e baixos, é porque como nós lidamos com recursos próprios e com o voluntariado, algumas vezes a gente tem pessoas disponíveis e em outros momentos não. Porque todos estão correndo em busca da sua realização pessoal, da realização da sua família, dos estudos, então o tempo fica pouco para se dispor a trabalhar voluntariamente pelo Fórum. Muitas vezes nessa falta de tempo e de pessoas, a gente enfraqueceu (PADRE JONAS TEIXEIRA, 10/03/2020).

Por fim, consideramos preocupante a declaração de que precisam “trabalhar com coesão, objetivos comuns onde todos vistam a camisa e partam para uma mesma direção” porque essa visão denota uma valorização de homogeneização, de eliminação da diversidade e da pluralidade de ideias. Seria essa estratégia uma tentativa de fuga dos conflitos pela negação da complexidade, pensando-se, por exemplo, na possibilidade de acordos unânimes com determinados candidatos e ideologias?

Consideramos preocupante porque parece se distanciar do que seria esperado como postura de uma iniciativa preocupada com o reconhecimento de direitos de um segmento social marginalizado. Uma atitude que contraria os princípios da própria organização: Responsabilidade, Ética, Democracia

Participativa, Solidariedade, Respeito, Transparência, Impessoalidade e Autonomia.

É preocupante também, porque demonstra dificuldade em compreender e enfrentar o que Teisserenc e Teisserenc (2009) denominam como o *desafio de fazer o trabalho coletivo na perspectiva da busca de renovação da democracia local e de suas práticas, particularmente as participativas, e da deliberação sobre o que está em jogo*, no território de ação local do desenvolvimento sustentável, em um contexto marcado por desafios da globalização e por exigências ambientais.

A partir da inserção em um Grupo de WhatsApp, denominado Amigos do Fórum das Ilhas, com 21 participantes, tivemos a oportunidade de observar e perceber certo alinhamento com a perspectiva ideológica do atual governo federal. Essa constatação se materializa e pode ser evidenciada pela forma e conteúdos de postagens e compartilhamentos de mensagens e vídeos em apoio às ideias e atos do então presidente e seus ministros, secretários e aliados – um governo cuja política agrava cada vez mais a situação dos segmentos sociais desfavorecidos, como as ditas Populações Tradicionais, pois trata-se de uma política de desregulamentação e desaparecimento dos órgãos públicos, principalmente os órgãos de fiscalização; de atrelamento de instituições como Incra, SPU, Funai aos interesses das grandes corporações como mineradoras, agronegócio, madeireiros e grileiros de terras.

O que pode acontecer quando as experiências de desenvolvimento local não reconhecem os saberes nativos como parte da negação de *ontocosmoepistemologias* dominantes? Geralmente se desperdiça a oportunidade de construção de alternativa ao modo de produção dominante, procurando integrar os grupos “tradicionais” à lógica de mercado, como pequenos produtores, incentivando-os a abandonarem seus modos “tradicionais” de vida e a se converterem em “modernos”.

O Fórum surgiu em um contexto relativamente favorável à participação popular, depois teve que enfrentar um cenário conturbado com a perda da parceria com o Governo do Estado, com o atrelamento à Prefeitura de Belém e com a crise política na esfera federal em 2016, que resultou no golpe e deposição da presidenta Dilma Rousseff e empossou o vice Michel Temer como presidente – governo esse que aprovou um Projeto de Emenda Constitucional-PEC de congelamento dos

investimentos sociais por 20 anos, impactando diretamente o repasse de recursos para as políticas públicas que eram pleiteadas pelo Fórum das Ilhas.

Atualmente percebemos essa organização com uma estrutura burocratizada, com dificuldades de reconhecer e tratar dos conflitos internos, referentes à pluralidade de pontos de vista, provocando esvaziamento da entidade e certo alinhamento com questões ideológicas que caminham rumo ao pensamento único, com a prevalência de valores religiosos alienantes, de negacionismo etc. Um cenário bastante desafiador aos movimentos sociais e iniciativas de luta por emancipação.

Trata-se da necessidade de combater uma postura cínica, negacionista, contrária à ciência, que usa estratégias de disseminação de mentiras nas redes sociais para a produção da ignorância e consolidação da pós-verdade, principalmente no mundo político.

Com a popularização do universo digital e o acúmulo de internautas navegando diariamente as redes sociais, houve uma reorganização no modo de interação e socialização. Uma substituição na materialidade dos fatos, ou seja, do corpo físico para o corpo digital, antes da revolução cibernética, toda e qualquer informação ou comunicação, principalmente no campo político, acontecia corpo a corpo. Desse modo, as mídias podem ser pensadas como “co-produzindo” o que chamamos de populismo digital, em especial dos conservadores, do neoliberalismo e pós-verdade (CESARINO, 2019).

As cientistas Sociais Mirela Tobias e Elisa Corrêa (2019), recomendam que é necessário evitar a banalização da verdade e a recepção natural de notícias falsas, apenas porque reforçam suas opiniões e crenças particulares. E reconhecem que para amenizar o problema da desinformação e do fenômeno da pós-verdade, as pessoas devem estar conscientes sobre a importância da participação popular.

Em trabalho recente sobre populismo digital a antropóloga Leticia Cesarino (2020), demonstrou o uso sofisticado que os grupos bolsonaristas têm feito das mídias digitais para disseminar seu ideário por meio de diversas táticas que visam reduzir a complexidade de temas polêmicos para produzir ignorância. O que parece acontecer hoje é a abertura aparentemente caótica dos processos de produção de verdade e sua pulverização por uma paisagem digital cada vez mais ampla e pouco

regulada. Mas em meio ao caos há uma lógica em andamento. Estamos apenas começando a compreender as profundas mudanças que as mediações digitais vêm provocando não apenas na política e na produção do conhecimento, mas em todas as esferas da vida. Autores contemporâneos têm notado ressonâncias importantes entre fenômenos característicos do nosso tempo que tendemos a ver como separados, notadamente o aprofundamento do neoliberalismo no plano tanto epistêmico quanto material, a pós-verdade, a ascensão de populismos conservadores e a força política e social do cristianismo evangélico.

O antropólogo Jean Miguel (2020), em seu artigo Coronavírus, bolsonarismo e produção da ignorância, publicado no boletim nº 34 da ANPOCS, mostra que a ignorância muitas vezes é mais do que uma ausência de conhecimento, não se apresenta às pessoas meramente porque não conhecem algo, vai além disso, a ignorância tem raiz, histórico, possui traços, contornos e coerência inerentes a processos culturais. Demonstra que a falta de conhecimento do indivíduo não significa simplesmente um “espaço vazio” na mente das pessoas, ela traz consigo heranças culturais. E conclui que, a produção da ignorância agenciada por redes bolsonaristas, é operada através de meios digitais e práticas específicas de anulação da complexidade e da possibilidade de verificação dos fatos. Como um sistema que se alimenta de uma *cosmovisão compartilhada* na qual a ciência é vista como produtora de um conteúdo contaminado ou entendida como “ideologia” propagada pela esquerda.

Estamos diante de mais uma estratégia, que utiliza as mídias digitais, para a produção da ignorância e a reprodução de colonialidade do poder, do saber e do ser. Por isso, precisamos estar vigilantes aos modos pelos quais os discursos homogeneizantes, simplistas, negacionistas, alarmistas de distintos atores sociais – políticos, celebridades, chefes religiosos, lideranças comunitárias, youtubers, dentre muitos outros – circulam, influenciam e (des)estabilizam percepções e definições coletivas referentes às representações sociais.

A colonialidade está impregnada no seio das boas intenções. Propostas de emancipação são muito difíceis, porque o poder de representar, de falar em nome de um coletivo gera prestígio, status, reconhecimento, benefícios... Isso implica uma cegueira no *eu* e impede de enxergar os *outros*...

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas das democracias contemporâneas não terminam onde começa a participação. De fato, esta suscita uma série de novas problemáticas que só a prática, a experimentação e a colaboração poderão responder, exigindo não só uma reinvenção da democracia, mas também a revisão dos dispositivos e metodologias de participação (NUNES ET AL, 2018).

O reconhecimento das *comunidades ribeirinhas insulares* do entorno de Belém está associado a um processo de mobilização, que integrou o trabalho de organização das comunidades, contou com o auxílio da igreja católica a partir da Paróquia Nossa Senhora da Conceição das Ilhas e com a institucionalização por meio da parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA. Essa mobilização se concretizou pelas reivindicações em torno de políticas públicas de saneamento básico, em especial o abastecimento de água potável; de segurança pública; energia; saúde; educação e reconhecimento como cidadãos de direitos, ou seja, a superação da invisibilidade social.

Os Fóruns são formas de ação e de organização, mais leves e informais, que confrontam e desafiam os governos e abrem espaços para participarem da elaboração de políticas públicas mais voltadas ao interesse comum, ao mesmo tempo em que provocam mudanças na cultura política da sociedade.

Como reconhece Miguel (2017), é por meio da participação que segmentos marginalizados, como os ribeirinhos insulares, podem ampliar seus horizontes, construir o entendimento da lógica da política, tornando-se mais capazes de intervir de maneira consciente e estratégica na formulação de seus próprios interesses. Segundo Ventura (2016), esses processos evidenciam a necessidade de reconhecer na participação social um caminho para a elaboração de políticas públicas, potencializam a capacidade da sociedade de apresentar agendas, demandas e deliberar sobre as políticas.

Apesar das complexidades e dificuldades associadas aos procedimentos participativos, estes são, de acordo com Nunes *et al* (2018), uma forte alternativa aos sistemas contemporâneos de democracia representativa que promovem uma separação entre cidadãos, políticos e peritos, associada a diferenciais epistemológicos.

Quanto ao processo de ambientalização, a SEMMA desempenhou papel significativo na incorporação da questão ambiental nas reivindicações e demandas,

sistematizadas e apresentadas pelo Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém. Porém, com a saída do Partido Verde da gestão dessa secretaria e o seu conseqüente afastamento em relação ao Fórum, o viés ambiental foi praticamente abandonado – diferentemente da experiência dos “*vazanteiros em movimento*” na região Norte de Minas Gerais, ao longo da baixada média do rio São Francisco, que tiveram que enfrentar a restrição das práticas tradicionais vazanteiras e sua expropriação por parte do agronegócio e dos agentes ambientais do Instituto Estadual de Florestas (IEF), responsáveis pelo gerenciamento e fiscalização das unidades de conservação estaduais.

Anaya, (2014) mostra como as comunidades vazanteiras conseguiram encontrar apoios no Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas e na Comissão Especial de “Direitos Humanos e Alimentação Adequada”, composta por representantes de diversos órgãos públicos federais, dentre eles a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), que foi imprescindível para esclarecer que estas comunidades se encontravam em áreas da União e não do estado, passíveis de doação através de Termo de Autorização de Uso (TAU). Esse processo

se constituiu em espaço de interlocução e formação política desses grupos, apresentando críticas sobre o tipo de desenvolvimento implementado na região e associadas ao pensamento socioambientalista emergente. Assim, a conservação do ambiente se constituiu como referência fundamental na luta pelo território [...] o movimento trouxe uma complexidade de elementos identitários para o campo ambiental, [...] foram se construindo a partir de um processo de “ambientalização” que os permitiu apropriarem-se do discurso e dos instrumentos jurídicos próprios desse campo, em busca da reapropriação de seus territórios tradicionais (ANAYA, 2014, p. 4043, 4048).

No campo sociopolítico, as reivindicações pela superação da invisibilidade e dos direitos sociais enfrentaram certa resistência por parte de uma concepção baseada no senso comum, que concebe as comunidades ribeirinhas insulares como atrasadas e fadadas ao desaparecimento. Ao mesmo tempo, essa mobilização se beneficia do apoio essencial de técnicos de órgãos públicos, experts de universidades e políticos do campo progressista para encorajar o processo de denúncia das injustiças herdadas da colonização, mantidas e atualizadas pelo sistema de dominação, com efeitos perversos impregnados no conjunto das

relações com os atores do sistema de poder local – sistema a que chamamos de *colonialidade*.

Neste estudo procuramos mostrar, em um contexto de afirmação de direitos sociais, que a mobilização e a participação conseguiram superar vários desafios de isolamento e dispersão, aproveitando as oportunidades para denunciar as discriminações sociais e a invisibilidade das quais se consideram vítimas. A mobilização e a participação aconteciam através das estratégias coletivas com o objetivo de conquistar um *bem comum*, os direitos sociais e a visibilidade pública.

O contexto de surgimento e desenvolvimento da experiência do Fórum ocorre após 5 anos do término do Orçamento Participativo e do Congresso da Cidade, dispositivos de participação popular implementados pelo Partido dos Trabalhadores em nível local. Possivelmente o trabalho de base da Pastoral das Ilhas que inicia em 2006, possa ser considerado certa continuidade desse processo

Em nível estadual, a iniciativa coincide com o final da gestão do Partido dos Trabalhadores, que também experimentava iniciativas de descentralização e participação. Por fim, em nível nacional havia um ambiente de intensificação e ampliação das experiências participativas, com a institucionalização dos conselhos e a realização das Conferências Nacionais, no segundo mandato do presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores.

Aqui precisamos retornar ao **quadro teórico** que permitiu organizar a apresentação dos resultados em um processo de configuração de *arenas públicas* por etapas. Na **primeira** etapa, como mostramos, sobretudo no primeiro e segundo capítulos, podemos localizar os recursos disponíveis e mobilizados, como as relações de parentesco; os religiosos e de comunidade, os Gritos enquanto movimentos de denúncia e de reivindicação coletiva, os organizacionais com menos intensidade, e o Natal das Ilhas/Natal D'água enquanto atos solidários. Esse potencial de mobilização em escalas (Famílias, Comunidade, Ilha, Conjunto de Ilhas), como dinâmica própria de organização, ratifica sua apresentação como unidades de mobilização capazes de coproduzir ações locais de caráter público.

Parece bem oportuno esclarecer que não se trata de um contexto no qual o movimento social se justifica em base identitária, onde os direitos sociais perdem influência e a reivindicação dos direitos culturais ganha visibilidade, embora se identifiquem como ribeirinhos, como morador da ilha “X” para se diferenciar do

morador da ilha “Y” e como moradores das ilhas para se diferenciarem dos moradores do continente. Quando são moradores da mesma ilha utilizam o sentimento de pertencimento a uma comunidade para demarcar a identidade, por exemplo, na ilha Grande: “eu sou da comunidade São José” para diferenciar do outro que é da comunidade Nossa Senhora de Nazaré. Mas não se trata de uma reivindicação pelo reconhecimento de uma identidade étnica, nem de gênero, sexual ou de geração. Não se trata também de uma luta por reconhecimento de um território perdido ou ameaçado, mesmo que alguns ribeirinhos insulares já percebam a urbanização e a degradação ambiental como ameaças ao futuro do território.

Em relação à **segunda etapa**, os atores locais engajaram-se na realização do *diagnóstico dos problemas* que enfrentavam, assim como na elaboração de projetos comuns, considerando os estados das opiniões públicas sensibilizadas pelas exposições nos Gritos das Ilhas, nas Audiências Públicas, Conferência, Seminários etc., como vimos de forma mais destacada nos capítulos 3 e 4 – apesar de o diagnóstico ter sido meio apressado, com apenas uma oficina e sem os devidos retornos e aprofundamentos, por tentar cumprir prazos institucionais, não respeitando assim o ritmo dos ribeirinhos e a compreensão da complexidade do território insular.

A *identificação dos problemas* pode ser sintetizada no seguinte enunciado: “Por onde a gente ia, todos falavam a mesma linguagem”, ou seja, os problemas eram os mesmos, que depois foram sistematizados, como *Projetos Comuns*, nas linhas estratégicas do Plano de Desenvolvimento Sustentável das ilhas de Belém, nas prioridades debatidas nos Grupos de Trabalho e Bandeiras de luta aprovadas durante a Primeira Conferência, embora não se tenha abordado os saberes e as práticas tradicionais de forma específica, tratando-os sem muitas considerações sobre a sociodiversidade presente no território, as relações de parentesco, o simbólico, as crenças. Resumindo, não houve uma análise refinada da situação do território de maneira a dar conta da complexidade existente.

Na **terceira etapa**, apresentada no quinto e sexto capítulos, temos como resultado da mobilização desde a atuação da Pastoral das Ilhas, e depois com a realização do diagnóstico, “uma dinâmica de densificação dos laços sociais e de integração ao processo político que permitiu ultrapassar suas divisões e formar

alianças”. Esse adensamento das relações foi ampliando sua escala, até chegar à composição do Fórum, possibilitando as relações entre as comunidades ribeirinhas insulares e os parceiros integrantes dos pólos técnico e político, para produzirem as ações públicas: Gritos das Ilhas, Conferência, Seminários, Audiências etc. Toda essa teia de relações e eventos que permearam a trajetória do Fórum das Ilhas contribuiu para “constituir uma força conseqüente em termos de visibilidade e, talvez, ganhar um reconhecimento legal e político” (CEFAÏ, VEIGA E MOTA, 2011, 49).

O “reconhecimento legal” foi a inclusão das ilhas no Plano Municipal de Saneamento (abastecimento de água e esgotamento sanitário) e como “reconhecimento político” podemos considerar o resultado do processo de politização das reivindicações, da participação nos debates e ações, como demonstração da capacidade para denunciar e lutar contra a situação de abandono e invisibilidade pública vivida pelas comunidades ribeirinhas insulares.

A densificação segundo Cefai, Veiga e Mota, (2011, p. 49), “permite aos governantes ter interlocutores, dispor de retransmissão de informação de cima para baixo e de baixo para cima, melhor controlar e, às vezes, domesticar ou teleguiar as atividades coletivas”; no caso da relação com o governo do estado houve certa ruptura como resistência à instrumentalização, especialmente em relação à atividade Natal D’água. Em relação à prefeitura de Belém, houve a abertura de canal de representação oficial na Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém - AMAE. Não se pode negar que houve aprendizagem durante o processo de politização, mas o movimento não escapou “da transação clientelista” ao negociar empregos ou cargos comissionados em troca de apoio político/eleitoral.

Foram muitas dificuldades e armadilhas que colocaram em xeque a continuidade autônoma do movimento em relação aos jogos de poder e suas práticas de cooptação, atrelamento e silenciamento. Como no caso do Projeto de Aproveitamento de Água da Chuva, que foi aprovado, o recurso liberado, mas a Prefeitura não executou os serviços e o Fórum ficou imobilizado nas redes do próprio sistema de poder que, ao nível local, está na origem e na permanência de boa parte das injustiças, alimentando práticas coloniais como a doação de caixa d’água, motor bomba etc. em troca de votos durante as eleições. O clientelismo e o corporativismo não podem ser considerados traços de uma cultura política do

passado, pois eles se repõem e se atualizam nesses novos espaços de experimentações mais participativas.

O enredamento na burocratização com a formalização ampliou as dificuldades em manter a mobilização e a participação dos atores locais, os quais já são afetados com o que denominamos de desigualdade das condições de participação (disponibilidade de tempo, formação política, conhecimento técnico, recursos financeiros etc.). O cenário exigia lideranças mais pragmáticas, mais qualificadas para lidar com o conflito, com a prática da negociação e capacitadas para o “confronto propositivo”.

Algumas avaliações apontam a necessidade de metodologias mais adequadas e de um aparato jurídico com maior institucionalização, que proporcionasse a passagem da mobilização social para mobilização política, como garantia de continuidade e de consolidação das inovações democráticas, com possibilidades reais de mudanças nos sistemas políticos. Reconhecemos que são elementos relevantes, porém, mais do que apoio de um aparato jurídico inovador, consideramos que o sucesso das experiências de mobilizações e participações depende do reconhecimento da diversidade de ontologias dos sujeitos e de compreensão das suas diferentes cosmoepistemologias – essa interação mais equânime e plural deve permitir, segundo Nunes *et al*, (2018), uma copresença radical e simétrica entre cidadãos, políticos, peritos e moderadores, possibilitando a incorporação de formas mais espontâneas e “leigas” de participação, com um caráter vinculativo e não meramente simbólico e legitimador do *status quo*.

Os desdobramentos da situação analisada neste estudo apontam para a necessidade de pesquisas futuras sobre a questão religiosa e sobre as ontocosmoepistemologias nas ilhas, como possibilidade de melhor compreensão da diversidade existente no território insular.

Finalmente, pela perspectiva de uma sociologia da ação pública territorial, o estudo realizado confirmou uma diversidade importante, tanto social quanto territorial e, para compreendê-la, e assim acompanhar as potencialidades e desafios de uma concertação em torno de demandas comuns, elaboradas em arenas públicas, há de se considerar as práticas tradicionais de exercício do poder local. Práticas que se constituem em passivo de direitos sociais negados introjetados também pelos que ocupam posições subalternas, o que favorece o

individualismo em detrimento de uma percepção e valorização de bens comuns, como a água, em particular a potável, por exemplo. Ao mesmo tempo em que a ausência desses direitos interpela a ação, em determinados contextos, essa ausência pode, inclusive, recrudescer a imobilização e frear o avanço de ações públicas, coletivamente construídas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros, dissertações, teses e artigos

- ABRAMOWAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. IV, n. 2, p. 379-397, abril/jun. de 2000.
- ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais**: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.
- ALMEIDA, Adrielson Furtado; JARDIM, Mário Augusto Gonçalves. A utilização das espécies arbóreas da floresta de várzea da Ilha de Sororoca, Ananindeua, Pará, Brasil por moradores locais. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 23, março de 2012, p. 48-54.
- ALMEIDA, Adrielson Furtado; JARDIM, Mário Augusto Gonçalves. Florística e estrutura da comunidade arbórea de uma floresta de várzea na Ilha de Sororoca, Ananindeua, Pará, Brasil. **Scientia Forestalis**, Piracicaba, v. 39, n. 90, jun. 2011, p. 191-198.
- ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Mudanças e continuidades do aviamento na pesca artesanal. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 65-76, maio-ago. 2006.
- ANAYA, Felisa Cançado. “Vazanteiros em movimento”: o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19 (10): 4041-4050, 2014.
- ANDERSON, Scott Douglas. Engenhos de várzea: uma análise de declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: LENA, F. e OLIVEIRA, A. E. de (Orgs.). **Amazônia**: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991 (101-121).
- ANDUIZA, E.; MAYA, S. de. **La qualitat en la participaci3n**: una proposta d'indicadors. Barcelona: Fundaci3n Jaime Bofill, 2005.
- AQUINO, Maria Jos3 da Silva “**A Casa dos Nossos Gens**”: um estudo sobre ONGs ambientalistas na Amaz3nia Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS, PPGSA. 2003. (Tese)
- AQUINO TEISSERENC, Maria Jos3; TEISSERENC, Pierre. Dinâmicas territoriais e socioecon3micas na Amaz3nia brasileira. In: TEISSERENC, Maria Jos3 Aquino; SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes de; ESTERCI, Neide (Orgs.). **Territ3rios, mobilizaç3es e conservaç3o socioambiental**. S3o Lu3s: EDUFMA, 2016.
- AQUINO TEISSERENC, Maria Jos3 da S. Politizaç3o, ambientalizaç3o e desenvolvimento territorial em Reservas Extrativistas. **Caderno CRH, DOSSIÊ**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 229-242, Maio/Ago. 2016.

- AQUINO TEISSERENC, Maria José da Silva. Atores não governamentais, relações, representações e desafios do desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: ESTERCI, Neide; SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José Aquino (Orgs.). **Territórios socioambientais em construção na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. (Col. Sociologia & Antropologia)
- AVRITZER, L. (Org.) **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.
- BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- BARÃO DE MARAJÓ, José Coelho de Gama Abreu. As Regiões Amazônicas: estudos chorográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas. 2 ed. Belém, **SECULT**, 1992 (Lendo o Para, 12).
- BARBOSA, Estêvão José. *et all*. De Colônia Agrícola a Periferia de Belém: Um Ensaio de Geografia Histórica sobre a Ilha de Caratateua. In: SILVA, João Marcio Palheta da. *et all* (Orgs.) **Percursos Geográficos: pesquisa e extensão no Distrito de Outeiro, Belém-Pará (2008-2011)**. 1 ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2012.
- BARRETO FILHO, Henyo. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter (Orgs.) **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.
- BARROS, Antonio T. A Esquerda Verde: Partidos Políticos e Ambientalismo Radical no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 61, no 2, 2018.
- BIBAS, Luna; CARDOSO, Ana Claudia. Apropriação do espaço e práticas endógenas como estratégia para a criação de um sistema urbano articulado: o caso da ilha do Combú. In: **XI COLÓQUIO QUAPA SEL – Quadro do Paisagismo no Brasil, Salvador/ Bahia - UFBA**, 2016.
- BOFF, Leonardo. **Igreja, Carisma e Poder**. Petrópolis RJ: Vozes, 1986.
- BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. ed. 6. Petrópolis RJ: Vozes, 1993.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **As Estruturas Sociais da Economia**. Porto: Campo das Letras, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

- BRAZ, Vera. Belém: o estuário, o saneamento e a balneabilidade. In. CASTRO, Edna (org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.
- BRIGHENTI, Agenor. Documento de Aparecida: O texto original, o texto oficial e o Papa Francisco. **Rev. Pistis Prax.**, Teol. Pastor., Curitiba, v. 8, n. 3, 673-713, set./dez. 2016.
- CAMELY, Nazira Correia. Do aviamento às cooperativas de trabalhadores. **A Nova Democracia**, Ano III, nº 18, maio de 2004.
- CAMPOS, Geraldo Adriano de. Participação e representações não avaliativas: a produção de significados nas experiências participativas. In: PIRES, Roberto Rocha (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**, v. 7. Brasília: Ipea, 2011. (Diálogos para o desenvolvimento)
- CARDOSO, A. C.; GOMES, T.; MELO, A. C.; BIBAS, L. Quando o projeto disfarça o plano: o exemplo de construção de agenda de planejamento urbano e metropolitano em Belém (PA). In: **XVII Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina, 2016.
- CARDOSO, Maria da Paz. **Ilha do Mosqueiro**: cenário de lutas de amazônidas na trilha de sua sobrevivência. São Paulo, 1994. 115 f. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica.
- CARITAS inaugura unidades do Projeto Sanitário Ecológico. **Jornal Voz de Nazaré**. Belém, 18 a 24 mar. 2016.
- CASTRO, Edna. Tradição e Modernidade. A propósito de processos de trabalho na Amazônia. In: **Cadernos NAEA**, Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, Volume 2, número 1, junho de 1999.
- CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Trópicos**. São Paulo: USP/Nupaub; Hucitec, 2000.
- CASTRO, Edna. Introdução: uma incursão temática à Belém. In. CASTRO, Edna(org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.
- CASTRO, Edna. Território e Lugares de Identidade entre Quilombolas no Rio Bujaru. In. TEISSERENC, P.; ROCHA, G.; MAGALHÃES, S. *et all* (orgs.). **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.
- CASTRO, Edna. Dinâmicas Territoriais, Atores Locais e Políticas Públicas. In. MENDES, Amílcar; PROST, Maria T.; CASTRO, Edna (Orgs.). **Ecossistemas Amazônicos: dinâmicas, impactos e valorização dos recursos naturais**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.
- CASTRO, Geldes de Campos. **A Ponte, o Porto, a Floresta**: Organizações Ambientalistas e Aspectos de Ação Local em um Território de Belém. 180 f.

Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, IFCH, Belém, 2010. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

CARVALHO, Vânia de; GUERRA, Gutemberg. **Ruralidade na Capital do Estado do Pará**. Permanências e Mudanças na Ilha de Cotijuba. In **Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos**. In: ARAGON, Luis E. (org.). BELÉM. UFPA/NAEA, 2003.

CEFAÏ, Daniel; VEIGA, Felipe; MOTA, Fabio. (orgs.). **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 9, 63

CESARINO, Letícia. Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade: uma explicação cibernética. **Anais da VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**, 2019.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Revista Internetlab**, n. 1, v. 1, p. 91-120, fev. 2020.

CIRILO, Brenda Batista. **O processo de criação e implementação de unidades de conservação e sua influência na gestão local**: o estudo de caso da área de proteção ambiental da ilha do Combu, Belém, Pa. 197 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2013.

COLARES, Joy. Os caminhos para inserir o Pará na rota internacional do turismo. Entrevistador: Diário Online. Belém: **Diário Online**, 2019. 3 p.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro. Populações Tradicionais, Sociabilidade e Reordenação Social na Amazônia. In: Maria José Jackson (org.). **Sociologia na Amazônia**: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém, Pa: Universidade Federal do Pará, 2001.

COSTA, Gilson & COSTA, Francisco. Reprodução social da população camponesa e o paradigma do desenvolvimento rural sustentável na região das ilhas, em Cametá, Pará, Brasil. In. CASTRO, E.; HURTIENNE, T.; SIMONIAN, L. et al (orgs.). **Atores Sociais, Trabalho e Dinâmicas Territoriais**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ALMEIDA, Débora C. Rezende de; FARIA, Claudia Feres e RIBEIRO, Uriella Coelho. Uma estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas: dinâmica deliberativa, desenho institucional e fatores exógenos. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. v. 7, (Diálogos para o desenvolvimento)

CUSICANQUI RIVERA, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. 1a ed. - Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

CUSICANQUI RIVERA, Silvia. Lo Verdaderamente Indio está dentro de Nosotros. Entrevista a **La Jornada**, Suplemento Mensual Número 235, noviembre, 2016.

- CUSICANQUI RIVERA, Silvia; SANTOS, Boaventura. Conversas del mundo. In: SANTOS, Boaventura. **Revueltas**: de indignación y otras conversas. Bolívia: Stigma. 2015, p. 80-124
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social. 6 ed., São Paulo: Cortez, 2009.
- DERGAN, J. M. B. **História, memória e natureza**: as comunidades da ilha do Combu-Belém (PA) – 1980-2006. 2006. 217f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2006.
- DESCOLA, Philippe. A ontologia dos outros: entrevista com Philippe Descola. **Rev. Filos.**, Aurora, Curitiba, v. 28, n. 43, p. 251-276, jan./abr. 2016.
- DESCOLA, Philippe. Além de natureza e cultura. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 7-33, jan./jun. [2006] 2015.
- DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Trópicos. São Paulo: USP/Nupaub; Hucitec, 2000.
- DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a Revolução Popular da Amazônia. Belém: Edições CEJUP, 1990.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e Mares**: Simbolismo e Imaginário. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **A Imagem Das Águas**. São Paulo: HUCITEC/USP, 2000.
- DILTHEY, W. **Dos escritos sobre hermenêutica**. Madrid: Istmo, 2000.
- DURHAM, Eunice. Os Problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil. São Paulo: **Revista de Antropologia**, vol. 25, Departamento de C. Sociais (Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e C. Humanas - Universidade de São Paulo, 1982.
- DUSSEL, Henrique. **Caminhos de libertação Latino-americana**: reflexões para uma Teologia da Libertação. São Paulo: Paulinas, 1984.
- ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, Nº.1: 51-86, enero-diciembre de 2003.
- FAULHABER, Priscila. 'Ambientalização dos conflitos', indigenismo e lutas sociais no Médio Solimões: As terras indígenas e o projeto Mamirauá. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 15, vol.22(1): 97-117, 2011.
- FAURE, Jean-François; PROST, Tereza; CASTRO, Edna. Avaliação multitemporal da expansão urbana e de seus efeitos na Área Metropolitana de Belém e Região

- das Ilhas. In. CASTRO, Edna (org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.
- FERREIRA, Regina Célia Brabo; ARAGÓN VACA, Luis Eduardo. O Rio é a Minha Rua: a circulação e o agrupamento dos ribeirinhos na Amazônia Oriental. **e-metropolis**, nº 29, ano 8, junho de 2017, p. 6-14.
- FONSECA, Igor Ferraz da. Relações de poder e especificidades do contexto em fóruns participativos. In: PIRES, Roberto Rocha (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**, v. 7. Brasília: Ipea, 2011. (Diálogos para o desenvolvimento)
- FRANCO, José Luiz de Moraes. **Os movimentos sociais do bairro do Guamá (Belém): da Teologia da Libertação ao Coletivo Resistência Guamazônica e o Espaço Cultural Nossa Biblioteca**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- FROTA de turismo náutico cresce em ritmo acelerado no Pará. **Secretaria de Estado de Turismo**, Belém, 4 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://setur.pa.gov.br>>. Acesso em: 20 de mar. 2020.
- FULLER, Claudia Maria. **Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará**. Fascículo LH. Laboratório e Departamento de História CFCH, UFPA, Belém, nº. 01, 1999, p. 01-17.
- FURTADO, A. M. e SILVA JUNIOR, O. da C. Impactos ambientais do desmatamento e expansão urbana na ilha do Mosqueiro. Belém, pdf, s/d.
- FURTADO, Lourdes. Zona Costeira Amazônica: um espaço de reflexões teóricas e práticas sociais. In. MENDES, Amílcar; PROST, Maria T.; CASTRO, Edna (Orgs.). **Ecosistemas Amazônicos: dinâmicas, impactos e valorização dos recursos naturais**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.
- FURTADO, Lourdes. Experiências de Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Haliêuticas na Amazônia. In. TEISSERENC, P.; ROCHA, G.; MAGALHÃES, S. et AL (orgs.). **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.
- GABEIRA, Fernando. Vida Alternativa: Uma Revolução do Dia a Dia. Editora L&PM. e-book retirado do site **www.gabeira.com.br**
- GADAMER. H. **Verdade e Método: traços fundamentais de uma Hermenêutica filosófica**. 3 ed. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Vol. I.
- GADAMER. H. **Verdade e Método**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Vol. II.
- GADAMER. H. **O Problema da Consciência Histórica**. 2 ed. Tradução Paulo César Estrada. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Questões da nossa época, v. 32)
- GUEDES, Aureliano da Silva. As fontes de informação significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil). (Ph.D em Informação e Comunicação em Plataforma Digital). Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras; Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, 2011.
- GUDYNAS, Eduardo. La ecología política del progresismo sudamericano: los límites del progreso y la renovación verde de la izquierda. **Sin Permiso**, No 8: 147-167, diciembre 2010, Barcelona (España).
- GUDYNAS, Eduardo. La ecología política de la crisis global y los límites del capitalismo benévolo. **Íconos**, Revista de Ciencias Sociales. Num. 36, Quito, enero, 2010, pp. 53-67
- GUDYNAS, Eduardo. Sentir la Naturaleza. **Errata (revista de artes visuales)**, Bogotá, N° 18: 16-25, diciembre, 2017 (2018).
- GUERRA, G. **Ilhas estuarinas e ocupação humana**. Belém: NAEA/UFGPA, 2004.
- HAESBAERT, Rogerio. **Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.
- HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. **Geographia**, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter (Orgs.) **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.
- HÉBETTE, Jean. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002. p. 203-232.
- HIRAOKA, Mario; RODRIGUES, Débora. Porcos, palmeiras e ribeirinhos na várzea do estuário amazônico. In. FURTADO, Lourdes. (org). **Amazônia: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA/NUMA, 1997.
- HÜFFNER, João Gabriel Pinheiro. **Estudo sobre os impactos do turismo em áreas naturais em processo de urbanização: o caso da ilha de Cotijuba**,

Belém - Pa. 193 f. Dissertação (Mestrado) Universidade da Amazônia – UNAMA. Belém, 2011. Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano.

HURLEY, Jorge. **A Cabanagem**. Belém, Livraria Clássica, 1936.

KAHWAGE, Cláudia & HURTIENNE, Thomas. Clientelismo, corrupção e assistencialismo: reflexos nas instituições, (des)organismos e (dês)governança do município de Igarapé Açu. In. CASTRO, E.; HURTIENNE, T.; SIMONIAN, L. et al (orgs.). **Atores Sociais, Trabalho e Dinâmicas Territoriais**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

LACERDA, Paula Mendes. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 8, n. 1, p. 153-168, jan.-abr. 2013.

LAVALLE, Adrián Gurza. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, Roberto Rocha (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**, v. 7. Brasília: Ipea, 2011. (Diálogos para o desenvolvimento)

LAVALLE, Adrian Gurza. Após a participação: nota introdutória. **Lua Nova**, São Paulo, 84: 13-23, 2011.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 3 ed. Sao Paulo: Vozes, 2004.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

LESBAUPIN, Ivo; RIBEIRO, L.; FIORIN, N.; RODRIGUES, S. “Revisitando as CEBs: Um estudo no Rio de Janeiro e em Minas Gerais”. **Religião e Sociedade**, 24 (1), 2004, p. 147-176.

LOPES, João Luiz. **No verão, açaí; no inverno, camarão: tempo e práticas econômicas na Ilha de Paquetá (Belém-PA)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, CFCH, Belém, 2006.

LOPES LEITE, José Sérgio (Coord.) *et al.* **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LOPES LEITE, José Sérgio. “Sobre processo de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação”, in **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, nº 25, jan/jun, p. 31-64, 2006.

LOUREIRO, Violeta. **História da Amazônia**. Belém: Cultural Brasil, 2016.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

- LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991, (coleção polêmicas do nosso tempo, v. 39).
- LÜCHMANN, Lígia Helena. **Associações, Participação e Representação: Combinações e Tensões**. **Lua Nova**, São Paulo, 84: 139-174, 2011.
- MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de Gênese: O povo das Comunidades Eclesiais de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MAGALHÃES, Sonia. Territórios Ocupados: um ensaio de reflexão sobre política pública de desenvolvimento nacional e desenvolvimento territorial. In. TEISSERENC, P.; ROCHA, G.; MAGALHÃES, S. et al (orgs.). **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.
- MAIA, Rosane de Oliveira. **A política de regularização fundiária e reforma agrária: o PAE nas ilhas do Pará**. 194 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.
- MANESCHY, M.; CONCEIÇÃO, M.; MAIA, M. Estudo sobre as dinâmicas das associações rurais no nordeste amazônico. In. GOMES, A.; MANESCHY, M.; MAGALHÃES, S. et al (orgs.). **Organização Social do Trabalho e Associativismo no Contexto da Mundialização: estudo em Portugal, África e Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2010.
- MARQUES, Fernando. Um sítio indígena sob a Feliz Luzitânia: descobertas recentes em arqueologia urbana, em Belém do Pará. In: SIMONIAN, Ligia. (org.) **Belém do Pará: história, cultura e sociedade**. Belém: Editora do NAEA, 2010.
- MARQUES, Iracelma Magalhães da Costa. **A CPT e a questão sócio-ambiental no Amazonas: em busca do futuro**. 2006. f. 123. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. Comunidades “no sentido social da Evangelização”: CEBs, camponeses e Quilombolas na amazônia oriental Brasileira. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 30(2), 13-37, 2010.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Padres, pajés, festas e santos: catolicismo popular e controle eclesiástico**. Belém: Cejup, 1995.
- MEDEIROS, A. M. S. **Aspectos geográficos da ilha de Caratateua**. Belém: IDESP, 1971 (Série Monografias, 7).
- MIGUEL, Jean. Coronavírus, bolsonarismo e produção da ignorância. **ANPOCS, Bolotim nº 34**, Ciências Sociais e coronavírus, 2020.
- MIGUEL, Luis Felipe. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, 100: 83-118, 2017.

- MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e Resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MIRANDA, Leila Morão. Cidades, Águas e ilhas no estuário amazônico. **Labor & Engenho**, Campinas [SP] Brasil, v.9, n.2, p.81-92, abr./jun. 2015.
- MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. 2008. 501 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MITSCHEIN, Thomas. Não haverá desenvolvimento local no Pará sem determinação política. In. TEISSERENC, P.; ROCHA, G.; MAGALHÃES, S. et al (orgs.). **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.
- MITSCHEIN, Thomas; MIRANDA, Henrique; PARAENSE, Mariceli. **Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia: o caso de Belém**. Belém: CEJUP, 1989.
- MORAES, Jorge. Capital Social: potencialidades dos fatores locais e políticas públicas de desenvolvimento local-regional. In. BECKER, Dinizar; WITTMANN, Milton (orgs.). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed.- Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.
- MOREIRA, Alberto da Silva. Religião politizada contra violência institucionalizada: a Teologia da Libertação no imaginário religioso mundial. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 12, n. 33, p. 12-42, jan./mar. 2014.
- MOREIRA NETO, Carlos. **Índios da Amazônia: de Maioria a Minoria (1750-1850)**. Petropolis: Vozes, 1988.
- MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.
- MONSMA, Karl. James C. Scott e Resistência Cotidiana no Campo: uma Avaliação Crítica. **BIB**, Rio de Janeiro, n.º 49, 1.º semestre de 2000, pp. 95-121
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 16, n. 43, 2001.
- NEU, V.; et al. Água da chuva: abastecimento descentralizado e qualidade de vida para comunidades ribeirinhas da região insular de Belém. In: NEU, Vania et al. (Orgs). **Sustentabilidade e sociobiodiversidade na Amazônia: integrando ensino, pesquisa e extensão na região insular de Belém**. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2016.
- NEU, V.; MEYER, L. F.; SANTOS, M. A. Banheiro ecológico ribeirinho: saneamento descentralizado para comunidades de Várzea na Amazônia. In: NEU, Vania et al. (Orgs). **Sustentabilidade e sociobiodiversidade na Amazônia: integrando**

ensino, pesquisa e extensão na região insular de Belém. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2016.

NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. **Participação popular e as políticas públicas de turismo na Amazônia: o Proecotur no distrito de Mosqueiro, Belém** - Pa. 157 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC; Universidade Federal da Bahia-UFBA, Ilhéus, BA: 2006. Mestrado em Cultura & Turismo.

**Nova Cartografia Social da Amazônia.** Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia. Ribeirinhos das Ilhas de Belém. Nº 8, Belém: UFPA, 2008.

NUNES, João Arriscado; COSTA, Daniel Neves da; CARVALHO, António; MATOS, Ana Raquel. A emergência do sujeito participativo: interseções entre ciência, política e ontologia. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 48, maio-ago 2018, p. 162-187

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Geografia urbana de Belém.** Universidade Federal do Pará, volume II. Belém, 1968.

PEREIRA, Joseânia Sousa de Araújo. **A Igreja Católica e a Luta dos Povos Indígenas em Roraima (1975-1996).** 2017. f. 114, Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras), Universidade Federal de Roraima, Boa Vista.

PINHEIRO, Welington. **O Instituto Orfanológico do Outeiro: Assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém d Pará 1903-1913.** Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

PIRES, Roberto Rocha. Participação, exclusão e território: estratégias para a análise dos efeitos distributivos das instituições participativas. In: PIRES, Roberto Rocha (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**, v. 7. Brasília: Ipea, 2011. (Diálogos para o desenvolvimento)

PONTUAL, Pedro. Origens da Política Nacional de Participação Social. [Entrevista concedida a] Adrian Gurza Lavalle e José Szwako. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 99, p. 91-104, jul. 2014.

PORRO, Antonio. **O Povo das Águas: ensaios de etno-história amazonica.** Rio de Janeiro: Vozes, São Paulo: Edusp, 1995.

QUARESMA, Helena; PINTO, Paulo. O turismo insular em Caratateua/Outeiro. In. CASTRO, Edna (org.). **Belém de águas e ilhas.** Belém: CEJUP, 2006.

- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
- RAIOL, Domingos Antonio. Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. 2 ed., Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, vol. 3, p. 1000.
- RIBEIRO DE OLIVEIRA, Pedro. Lideranças de CEBs no Brasil – um estudo comparativo: 1981 – 2000 – 2005. Trabalho apresentado no GT 34 – Religião e Sociedade, 32º **Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2008. Disponível em: [http://200.152.208.135/anpocs/trab/adm/impressao\\_gt.php?id\\_grupo=22&publico=S&PHPSESSID=133d28dfe174cc1a8d4eec4f25fc1343](http://200.152.208.135/anpocs/trab/adm/impressao_gt.php?id_grupo=22&publico=S&PHPSESSID=133d28dfe174cc1a8d4eec4f25fc1343). Acesso em 22/08/2019.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, vol.11, nº. 22, Niterói, 2007.
- RICOEUR, Paul. **Do texto à acção.** Porto: Ed. Rés, s/d.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias.** 4 ed. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- RICOEUR, Paul. Ciência e Ideologia. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência** 1, UNICAMP, 1980, p. 21-43.
- RODRIGUES, Edmilson. **Aventura Urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém.** Belém: NAEA/UFPA, 1996.
- RODRIGUES, Eliana Teles. **Organização comunitária e desenvolvimento territorial: o contexto ribeirinho em uma ilha da Amazônia.** 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem: Esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Para.** 3. Coleção Amazônia. Belém: Edições CEJUP, 1992.
- SAMPAIO, Aldo César Figueira. **O trabalho de Sísifo: crédito a comerciantes e reprodução do sistema de aviação (1914-1919/1943-1952).** 2002. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2002. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

- SANTOS, Adriana. **A institucionalização do movimento ambientalista: um estudo da formação do Partido Verde no Brasil**. 235 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.
- SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: Queiroz, 1980.
- SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243.
- SCOTT, James. Los dominados y el arte de la resistencia. México: Era, 2000.
- SILVA, Lana Macedo da. **Lazer, Turismo e Agricultura entre Populações Tradicionais na Ilha de Cotijuba**, 144 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Pará (CFCH – UFPA), Belém, 2003.
- SILVA, Lana Macedo da. Lazer, turismo e agricultura na ilha de Cotijuba, Belém, Pará. In. CASTRO, E.; HURTIENNE, T.; SIMONIAN, L. et al (orgs.). **Atores Sociais, Trabalho e Dinâmicas Territoriais**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.
- SILVA, Maria de Jesus Benjamim da. **Caratateua: a ilha e o subúrbio de Belém**. 286 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo (FFLCH – USP), São Paulo, 1995.
- SILVA, Nivaldo Correia da. Os Verdes e a Partidarização da Ecologia. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 4, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/viewFile>. Acessado em: 27 de 10, de 2019.
- SIMONIAN, Lígia (org.). **Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca-Barcarena PA**. Belém: NAEA/UFPA; Projeto NAEA/Fundação Ford, 2004.
- SIMONIAN, Lígia. Indígenas de e em Belém: história, cultura e condições atuais. In: \_\_\_\_\_ (org.) **Belém do Pará: história, cultura e sociedade**. Belém: Editora do NAEA, 2010.
- SIMONIAN, Lígia; SILVA, José. Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Sustentabilidade na Baía do Sol, em Mosqueiro, Belém do Pará. In. SIMONIAN, Lígia (org.). **Belém do Pará: história, cultura e sociedade**. Belém: NAEA/UFPA, 2010.
- TAVARES, Maria Goretti *et al.* Turismo e Desenvolvimento Sócio-Espacial na Amazônia Brasileira: O Caso da Ilha de Mosqueiro, Belém, Pará, Brasil. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.
- TEISSERENC, Pierre. Ambientalização e Territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. **Antropolítica**, Niterói, n. 29, p. 153-179, 2. sem. 2010a.

- TEISSERENC, Pierre. Reconhecimento de saberes locais em contexto de ambientalização. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 2, p. 5-26, dez. 2010b.
- TEISSERENC, Pierre. Governança territorial em reservas extrativistas. Dossiê. **Rev. Pós C. Soc. UFMA**, v.11, n.22, jul/dez. 2014.
- TEISSERENC, Pierre; AQUINO TEISSERENC, Maria José. Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais. **Sociologia&Antropologia**, Rio de Janeiro, v.04.01, 97-125, junho, 2014.
- TEISSERENC, Pierre. Poder local e condições de sua renovação na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19 n. 1, p. 47-70, jan-abril 2016a.
- TEISSERENC, Pierre. As vias de integração da mobilização social no campo político. **Caderno CRH, DOSSIÊ**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 229-242, maio/ago. 2016b.
- TEISSERENC, Pierre; AQUINO TEISSERENC, Maria José. Mobilização, conflitos e reconhecimento do território: comunidades quilombolas na Ilha do Marajó, Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 115, p. 51-74, maio 2018.
- TEIXEIRA, Maria do Carmo Sena. **Igreja Católica e a Ação Indigenista na Amazônia Contemporânea: O CIMI (1972 – 2000)**. 2008. 135p. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- TOBIAS, Mirela Souza; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. O paradigma social da ciência da informação: o fenômeno da pós-verdade e as *fake news* nas mídias sociais. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 560-579, jul./out., 2019.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na amazônia brasileira. **Paper do NAEA** 321, dezembro de 2013.
- VEIGA, Alfredo César da. **Teologia da Libertação: nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual**. São Paulo, Tese (Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social), 2009. 295 f.
- VEIGA, J. A Face Territorial do Desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 3, n. 5, p. 5-19, 2002.
- VENTURA, Tiago. Democracia e participação. Inovações democráticas e trajetória participativa no Brasil. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 3, Artigo 3, Rio de Janeiro, jul./set. 2016.
- WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: Estudo do homem nos trópicos**. São Paulo: Nacional, 1957.

WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

ZELIZZER, Viviana. O Significado Social do Dinheiro: dinheiros especiais. PEIXOTO, J. e MARQUES, R. (orgs.). **A Nova Sociologia Econômica**. Oeiras: Celta, 2003.

ZHOURI, Andrea & OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andrea & LASCHEFISKI, Klemens (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

### **Fontes documentais**

Ata da Pré-Conferência do Fórum das Ilhas - Mosqueiro. Belém: Fórum das Ilhas, 4 de maio 2013.

Ata da Primeira Conferência do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas. Movimento das Águas-políticas públicas para as populações das ilhas paraenses. Belém: Fórum das Ilhas, 25 de junho 2013. (Registrada em Cartório em 27 de agosto de 2015).

Ata da Reunião com a Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade sobre o Anexo da Escola Marta da Conceição na Ilha Urubuoca. Belém: Fórum das Ilhas, 17 de julho 2013.

Ata da Reunião com a Administração Regional do Outeiro-AROUT e a Coordenação do Fórum das Ilhas. Belém: AROUT, 10 de dezembro 2013.

Ata da Reunião com a Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade sobre as Audiências Públicas a serem realizadas com as comunidades das Ilhas Sul e Oeste de Belém. Belém: Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade, 10 de janeiro 2014.

Ata da Reunião com o Grupamento Fluvial-GFLU e Moradores sobre o Combate à Pirataria nas Ilhas Oeste. Belém: Fórum das Ilhas, 20 de outubro 2014.

ATA DA 31ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA DA ILHA DO COMBU 2ª DE 2017. Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu. Disponível em: <<https://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-de-belem/area-de-protecao-ambiental-da-ilha-do-combu/>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

ATA DA 32ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA DA ILHA DO COMBU 1ª DE 2018. Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu. Disponível em: <<https://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-de-belem/area-de-protecao-ambiental-da-ilha-do-combu/>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

AUDIÊNCIA COM O SECRETÁRIO E EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ SOBRE AS ESCOLAS DAS ILHAS. Fórum das Ilhas. 2013, DVD (35 min), DVD, som, color. (Acervo do Fórum das Ilhas).

BAENA, M. Informações sobre as comarcas da Província do Pará. Organizadas em virtude do aviso circular do Ministério da Justiça de 20/09/1883. Pará, Typographia de Francisco Costa Júnior, 1885.

BELÉM, no Pará, ganhará nova marina no mês que vem. Disponível em: <<https://www.nautica.com.br/nova-marina-em-belem/>> Acesso em: 19 mar. 2020.

BELÉM - lazer, boa comida e turismo na beira do rio. Diário Online, Belém, 28 out. 2019. Disponível em: <<https://www.diarioonline.com.br>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

Caderno de Textos e Orientações da Primeira Conferência do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas. Belém: Fórum das Ilhas, 2013.

CRUZ, E. História do Pará. 2 v. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973.

Estatuto da Associação Fórum das Ilhas. Belém: Fórum das Ilhas, 25 de junho 2013. (Registrada em Cartório em 27 de agosto de 2015).

Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas: em movimento pelas populações das ilhas paraenses. Belém: Fórum das Ilhas, 2014. (Cartilha/1000 exemplares)

FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ILHAS DE BELÉM. O Grito das Mulheres – Políticas Públicas de Saúde para Mulher. Belém, 2012. Folder.

FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ILHAS DE BELÉM. Projeto Natal das Ilhas. Belém, 2014. Folder.

IDESP – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL DO PARÁ. Belém: estudo ambiental do estuário Guajarinó. **Relatório de Pesquisa**. Belém: IDESP, 1990. 154p.

MARINA Belém. Prefeitura Municipal de Belém, Belém, 2018. Disponível em: <<http://desenvolve.belem.pa.gov.br/projetos-para-investimento/marinabelem2/>> Acesso em: 19 de março de 2020.

Manifesto do Partido Verde. Lua Nova, vol. 3, nº. 4, São Paulo, Jun, 1987.

Memória do Segundo Grito das Ilhas. Belém: Paróquia Nossa Sr<sup>a</sup>. da Conceição das Ilhas/Fórum das Ilhas, maio de 2011.

Oficina do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, Belém: Bolsa Amazônia/SEMMA, outubro de 2010.

PARATUR. Diagnóstico da área e das atividades turísticas do Pólo Belém – PA. Belém, 2009. 401 p.

Pela proteção imediata das Florestas remanescentes nas Ilhas de Belém. Belém: Fórum das Ilhas, abril de 2013.

Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, Belém: Fórum das Ilhas, 2013.

Planejamento das Ações e Atividades Gerais de 2014. Belém: Fórum das Ilhas, fevereiro 2014.

PREFEITURA DE BELÉM. Seminário “Plano de abastecimentos de água e esgotamento sanitário-área rural do município de Belém”. Belém, 2014. Folder.

Projeto do Primeiro Grito das Ilhas. Belém: Paróquia Nossa Sr<sup>a</sup>. da Conceição das Ilhas/Fórum das Ilhas, abril de 2011.

Projeto da Primeira Conferência do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas. Movimento das Águas-políticas públicas para as populações das ilhas paraenses. Belém: Fórum das Ilhas, 2013.

PROJETO de revitalização da Praça Princesa Isabel é apresentado em reunião do Comtur. Belém, Fecomércio 04 set. 2019. Disponível em: <<http://www.fecomercio-pa.com.br/noticia/1151>> Acesso em: 19 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Anuário Estatístico do Município de Belém. Belém, PMB, 2012.

**PROPOSTA TÉCNICA:** Projeto do Diagnóstico Sócio-Ambiental e Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém. Belém: Bolsa Amazônia, fevereiro de 2010.

**RELATÓRIO TÉCNICO:** Projeto do Diagnóstico e Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém. Belém: Bolsa Amazônia/SEMMA, outubro de 2010.

Relatório da Primeira Conferência do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas. Movimento das Águas-políticas públicas para as populações das ilhas paraenses. Belém: Fórum das Ilhas, 2013.

Resultado do Planejamento das Ações do Fórum das Ilhas – Ano: 2014. Belém: Fórum das Ilhas, abril 2014.

SECTI realiza I Fórum Paraense de Tecnologias Sociais. Disponível em: <<http://www.sectet.pa.gov.br/secti/node/2687>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

Sínodo para a Amazônia. **AMAZÔNIA:** Novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral. Rede Eclesial Panamazônica e Comissão Episcopal para a Amazônia. Documento preparatório, 2018.

Termo de Declaração da Audiência Pública sobre os problemas das Escolas das ilhas Oeste de Belém. Belém: Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade, 8 de agosto 2013.

Termo de Declaração da Audiência Pública sobre os problemas das Escolas das ilhas Oeste de Belém. Belém: Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade, 11 de novembro 2013.

VISITA AS ESCOLAS DAS ILHAS SUL. Fórum das Ilhas/Ministério Público Estadual. 2014, DVD (60:43 min), DVD, som, color. (Acervo do Fórum das Ilhas).

PRIMEIRA CONFERÊNCIA DO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ILHAS. Fórum das Ilhas. 2013, DVD (73:35 min), DVD, som, color. (Acervo do Fórum das Ilhas).

ENAUGURAÇÃO DE SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA NA ILHA MARACUJÁ. Fórum das Ilhas/FUNASA/SECTI. 2014, DVD (59:27 min), DVD, som, color. (Acervo do Fórum das Ilhas).

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE VÁRIOS EVENTOS. (2008 a 2020). Fórum das Ilhas. (Acervo do Fórum das Ilhas).

## **APÊNDICES**

### **Apêndice I - Roteiro de entrevista aberta com os atores do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém.**

1- Dados de identificação:

2- Questões específicas:

- 1- Faça uma apresentação pessoal de sua trajetória de militância;
- 2- Como começou a organização do FDSIB?
- 3- Quais são os objetivos do Fórum?
- 4- O que você espera como resultado do trabalho do Fórum nas ilhas?
- 5- Como você tem participado do Fórum?
- 6- Você enfrenta alguma dificuldade para participar do Fórum? Quais?
- 7- Quais os motivos que levam você a participar do Fórum?
- 8- O que você considera que precisa melhorar na organização do Fórum?
- 9- Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo Fórum?
- 10- Que resultados já foram alcançados pelas ações do Fórum?

## Apêndice II - Relação de entrevistados

Nº	NOME	IDADE	ILHA	ORGANIZAÇÃO/INSTITUIÇÃO	DATA
1	Evandro Ladislau	48	Belém	Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA	13/07/2016
2	Padre Jonas Teixeira	55	Belém	Coordenador Geral do Fórum das Ilhas	05/08/2016
3	Luiz Monteiro da Silva Jr.	48	Belém	Assessoria de Relações Interinstitucionais P. Civil-ARIN	10/08/2016
4	Maria Machado Trindade	77	I. Grande	Associação de Moradores e Produtores Agroextrativistas da Ilha Grande-AMPAIG	25/07/2018
5	Nazimil Corrêa (Coelho)	47	Murutucu	Associação de Moradores da Ilha Murutucu	25/07/2018
6	Francisca Góes	70	Belém	ONG Rosa dos Ventos	31/07/2018
7	José Carlos Moraes Cardoso	40	Ilha Nova	Liderança da Comunidade Eclesial de Base	05/08/2018
8	Denize Nazaré S. dos Anjos	35	Jutuba II	Liderança da Comunidade Eclesial de Base	05/08/2018
9	Vera Lúcia Alves dos Anjos	52	Paquetá	Liderança da Comunidade Eclesial de Base	05/08/2018
10	Maria Rosa Quaresma	55	Urubuoca	Liderança da Comunidade Eclesial de Base	05/08/2018
11	Nonato Machado Trindade	50	I. Grande	Associação de Moradores e Produtores Agroextrativistas da Ilha Grande-AMPAIG	28/07/2019
12	Maria Edna Costa do Nascimento	55	I. Maracujá	Presidente da Colônia de Pescadores Z80, Acará Associação de Pescadores do Acará	29/07/2019
13	Kátia Regina Cardoso da Silva	48	Urubuoca	Liderança Comunitária e Professora da Rede Estadual de Ensino	30/07/2019
14	João Rodrigues Pinho	67	I. Grande	Associação de Moradores e Produtores Agroextrativistas da Ilha Grande-AMPAIG	08/08/2019
15	Joelma Moraes da Costa	34	Paquetá	Associação de Moradores da Ilha de Paquetá-AMIP	28/11/2019
16	Rosa Rodrigues Albuquerque	61	Jutuba I	Liderança da Comunidade Eclesial de Base	18/12/2019
17	Clarissa Conceição Oliveira*	49	Ilha Longa	Liderança da Comunidade Eclesial de Base	24/12/2019
18	Edinei Nascimento Silva	50	Combú	Associação de Moradores, Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combú-AMEPI	30/12/2019
19	Cláudio Miranda Cardoso	48	Belém/ Combú	Pastor da Assembléia de Deus, Membro do Conselho da APA e da AMEPI	30/12/2019
20	Eronildes da C Silva dos Santos	65	Caratateua	Conselho de Segurança da Ilha de Caratateua-CONSEG	20/01/2020
21	Padre Jonas Teixeira	59	Belém	Coordenador Geral do Fórum das Ilhas	10.03.2020

\* Nome fictício para manter o anonimato da interlocutora.

## **ANEXOS**